UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DESEMPREGADOS: TRABALHO ABSTRATO E HUMANIZAÇÃO

JACKSON VITAL SOUTO

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS AUGUSTO DE AMORIM CARDOSO

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

João Pessoa-PB

2023

JACKSON VITAL SOUTO

GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DESEMPREGADOS: TRABALHO ABSTRATO E HUMANIZAÇÃO

Trabalho de Tese apresentado em cumprimento parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia à Comissão Examinadora da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, sob orientação do Professor Doutor Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

João Pessoa-PB

2023

SOUTO, Jackson Vital. **Geografia da educação de jovens e adultos desempregados: trabalho abstrato e humanização.2023.** 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

Catalogação na publicação Seção de

S728g Souto, Jackson Vital.
Geografia da educação de jovens e adultos desempregados : trabalho abstrato e humanização / Jackson Vital Souto. - João Pessoa, 2023.
348 f. : il.

Orientação: Carlos Augusto de Amorim Cardoso.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia social. 2. Educação jovens e adultos - Desemprego. 3. Trabalho - Educação. 4. Trabalho abstrato. 5. Educação - Alienação na formação. I. Cardoso, Carlos Augusto de Amorim. II. Título.

UFPB/BC CDU 911.3:30(043)

Catalogação e Classificação

Elaborado por ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO - CRB-15/24

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO DO ALUNO JACKSON VITAL SOUTO, CANDIDATO AO TÍTULO DE DOUTOR EM GEOGRAFIA, NA ÁREA DE TERRITÓRIO, TRABALHO E AMBIENTE.

Aos 28 (dois) dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e três, às 08:30 (oito e trinta) horas, no auditório do PPGG/CCEN, reuniram-se, em caráter de solenidade pública, os membros da comissão designada para avaliar **Jackson Vital Souto**, candidato ao grau de doutor em Geografia, na área de **Território, Trabalho e Ambiente**. Foram componentes da banca examinadora os professores **Carlos Augusto de Amorim Cardoso** (orientador) – Doutor em Educação; **Alexandre Sabino do Nascimento** (examinador interno) – Doutor em Geografia; **Alexandre Magno Tavares da Silva** (examinador externo) – Doutor em Geografia; **Ivanilda Dantas Nóbrega Di Lorenzo** (examinadora externa) – Doutora em Geografia; **Sócrates Oliveira Menezes** (examinador externo) – Doutor em, sendo o primeiro, o segundo, e o terceiro integrantes do corpo docente da UFPB, o quarto do corpo docente da UFCG, e o quinto integrante do corpo docente da UESB. Dando início aos trabalhos, a Presidente da banca, Prof. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, após declarar os objetivos da reunião, apresentou o candidato **Jackson Vital Souto**, a quem concedeu a palavra para que defendesse, oral e suscintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: **"GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DESEMPREGADOS: TRABALHO ABSTRATO E HUMANIZAÇÃO"**. Após discorrer sobre o referido tema, o candidato foi arguido pelos examinadores, na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão em caráter secreto, a proceder à avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito **Aprovado**. Face à aprovação, declarou a Presidente achar-se o avaliado legalmente habilitado a receber o Grau de doutor em Geografia, cabendo à Universidade Federal da Paraíba, providências, como de direito, à expedição do Diploma a que o mesmo fez jus. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que segue assinada e aprovada pela Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Sano do Nascimento
Examinador interno

Prof. Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva
Examinador externo

_____

Profª. Drª. Ivanilda Dantas da Nóbrega Di Lorenzo
Examinadora externa

_____

Prof. Dr. Sócrates Oliveira Menezes
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Momento difícil é reconhecer tantas relações e pessoas que, direta e indiretamente, contribuíram em minha trajetória desde a graduação, passando pelos mestrados e os primeiros percursos, até a conclusão da tese. Foram tantos espaços e tempos que tenho certeza de que não recordarei de todos, mas estão em minha memória, nas marcas em meu corpo e me constituem como sujeitos: pesquisador, professor, militante orgânico ou não, camarada para uns, colega para outros, pai, irmão e filho. As demandas são múltiplas e infinitas e temos clareza de não as atender em muitas momentos e espaços, pois não presumimos ser perfeitos e, na imperfeição, mostramos nosso melhor tanto quantitativa como qualitativamente. Na ordem, relembremos.

Grande inspiração, mãe, guerreira, bem-humorada, às vezes, solo de um pai, que foi de camponês a operário de máquina no tempo e espaço do Brasil, mais precisamente motorista de guindaste de 40 toneladas, de que se orgulha. Fez o Brasil, Porto de Santos, Ponte Rio-Niterói, Alumar – Alumínio do Maranhão, ReDuque – Refinaria de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Trabalhou na Usiminas – Usina de Mineração de Ipatinga – Minas Gerais; operou em plataformas de petróleo em alto-mar, enfim como um clichê, “o bom filho à casa retorna”, optou por viver o descanso da aposentadoria na capital de sua terra, a cidade de João Pessoa, Paraíba. Daquela relação, três filhos: Fernanda (*in memoriam*); Josana, a jornalista incansável, produtora de histórias e estórias, sempre preocupada em checar fatos, fazer seu melhor, leitora voraz e apaixonada pelos sobrinhos, vida e mundo. A vocês, todo “amor que houver nesta vida”, citando Cazuza. Meus filhos, João Pedro e Mariana, desculpem-me a ausência afinal... são mais de 6 anos, entrecruzados por pandemia de COVID-19 e curta morada no Rio de Janeiro, dedicados à formação e à militância, que deixou marcas... que as diga Ana Amélia, companheira de todas as

horas, supermulher e mãe, quase um clichê, daquelas que dão a vida pelos seus filhos. A vocês, minha desculpa pelas infinitas ausências e toda minha gratidão.

Um segundo grupo acadêmico, composto pelas professoras doutoras Maria Franco Garcia, Doralice Sátiro Maia e Tiago Bernardon, de História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Jaqueline Ventura e Sonia Rummert, da Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ; aos colegas de estudos e debates, da turma 2017.1, Simone, Kátia e Weldon. Nos grupos de estudos e de pesquisa, nos laboratórios e nas leituras dirigidas, meu muito obrigado e que possamos na diferença e na unidade, ou presença e ausência, como nos recorda Lefebvre (1983), “cerrar” fileiras contra nossos inimigos comuns.

Ao orientador, Professor Doutor Carlos Augusto A. Cardoso, por ter aceitado desde a entrevista no processo seletivo a temática trabalho e educação, bem como ter caminhado lado a lado na reconstrução, por mais de uma vez, do objeto da pesquisa, na sugestão de obras e referências de leitura, na compreensão de meus atrasos e na habilidade em mostrar que a feitura de uma tese é uma caminhada, por vezes, solitária; por vezes coletiva, mas sempre no diálogo.

Um terceiro grupo é vinculado ao trabalho de professor, portanto às relações que travamos nos espaços escolares, secretarias de educação e outras instituições. Obrigado pelo apoio aos meus diretores, Alex e Deise; aos colegas de trabalho, como Kátia, assistente social de primeira grandeza; e Mônica, psicopedagoga com quem, por várias vezes, fizemos “terapia” em nossos encontros quinzenais e treinamos nossa escuta. Você não tem ideia como foi e é importante a rede de apoio no diálogo franco e construtivo. Aos amigos biólogos e historiadores, criativos, provocativos e apoiadores em redes sociais (os rebeldes) e de botecos: Thiago, Tayse e Dora. Os momentos de angústia, de querer desistir pela solidão que é o processo de pesquisa e escrita de tese foram superados facilmente pelo retorno revigorado e a capacidade de renovação, leveza e sentimento mútuo em seres suaves e risonhos, no amor da amizade, que a presença de vocês permitiu. Toda a trajetória, após algumas “brejas” na companhia de vocês nos bares e restaurantes de João Pessoa, fez valer a pena.

Institucionalmente obrigado à Secretaria de Educação do Estado da Paraíba – SEE/PB e à Secretaria de Educação de João Pessoa – SEDUC/JP pelos períodos, exíguos e com perda salarial, é bem verdade, de afastamento garantidos por lei e nos Planos de Cargo e Carreira dos trabalhadores em educação – PCCR. Obrigado

aos porteiros, às cozinheiras, aos zeladores, aos inspetores de alunos, às cuidadoras de alunos especiais que, na minha ausência, foram capazes de suprir vazios em horas-aulas. Aos estagiários de licenciatura em Geografia das disciplinas Práticas de Ensino I e II, por preencherem, na medida do possível, vazios e construírem diálogos possíveis. Em particular, razão de ser e objeto sujeito de nossa pesquisa, às dezenas de alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA que contribuíram, direta e indiretamente, para a feitura da tese, construção coletiva que dificilmente teria se concretizado sem suas contribuições. Aos trabalhadores desempregados, alunos de EJA, eu dedico todo este meu trabalho.

RESUMO

Foi pelo trabalho, com sua natureza abstrata em desenvolvimento na formação socioespacial capitalista, que estruturamos os objetivos da pesquisa. Pensar a relação entre trabalho e educação de jovens adultos e, de forma ampla, a dialética entre humanização e alienação na formação e, numa escala menor, na educação envolveu um duplo movimento: analisar criticamente documentos oficiais, tais como a reforma do trabalho (BRASIL, 2017) e o Decreto-Lei nº 01, de 2021 (BRASIL, 2021), que institucionaliza a EJA para atender as demandas do mercado via adequação à BNCC, a PNA e à EAD; bem como os processos de formação dos trabalhadores desempregados na EJA. Analisar criticamente esses documentos oficiais nos levou ao terceiro bloco de questões teórico-metodológicas: os rebatimentos, mesmo sob ataque das reformas já em pleno desenvolvimento, do desemprego estrutural, mediado por abstrações no interesse do capital, tais como o dinheiro, a humanização, a alienação e o estranhamento das relações sociais dos trabalhadores com os produtos entre os trabalhadores de EJA. A condição do desemprego estrutural, sob a mediação abstrata do dinheiro na formação nos ciclos 3 e 4 da educação de jovens e adultos no espaço escolar da EMEF Francisca Moura, na cidade João Pessoa, Estado da Paraíba, reforça a tese de que a percepção, a condição e a posição ocupada no processo de trabalho são momentos predominantes a determinar, guardada relativa autonomia e dependência, a totalidade dos complexos da reprodução social, inclusive o da educação.

Palavras-chave: trabalho-educação; EJA; trabalho abstrato; alienação; abstração espacial.

ABSTRACT

It was due the present research, within its abstract essence focusing on the socio-spatial and capitalist development, that we structured and set the goals. Thinking on the relation between working demands and Adults and Young Adults Education (EJA), understanding the dialects humanization versus education process, besides the critical analysis of official documents such as Labor and Social Protection Reform (BRASIL, 2017) and the Decree-Law nº 01, 2001 (BRASIL, 2021) which institutionalizes the Adults and Young Adults Education to meet market requirements in accordance with the Common Curricular Pattern (BNCC), the PNA and Distance Education (EaD); as well as the educational attainment of unemployed workers on the EJA context. A critical analysis of the mentioned official documents helped us to develop the third set of theoretical and methodological questions: the folding mechanisms, considering important aspects such as the government reforms, the structural unemployment, mediated by abstractions related to private interests that involve money, humanization, the relations of alienation and oppression in social and working demands and the worker's educational process. The main reasons of the structural unemployment, under the abstract mediation of money, have deep implications on the educational formation of Adults and Young Adult learners in the third and forth cycles at Francisca Moura Public School, in the city of João Pessoa, PB, reinforcing the idea that perception, the conditions and the positions required by the working demands having serious implications in the complex phenomena of social relationships and the educational process.

Keywords: work-education; EJA; abstract work; alienation; spatial abstraction.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO – PROBLEMAS, DESAFIOS E OBJETIVOS.....11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....23
2.1 Nossos Objetos-Sujeitos de Pesquisa no Espaço Escolar da EMEF Francisca Moura.....42
2.2 Relações Espaço e Sociedade – A Geografia Crítica da Forma e da Técnica.....53
3 CENTRALIDADES E DEBATE SOBRE TRABALHO-EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA.....74
3.1 O Trabalho no Campo das Relações entre trabalho e educação – princípio educativo ou trabalho abstrato?.....116
4 ESTADO, CRISE E ANÁLISE DAS (RE) FORMAS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM DOCUMENTOS OFICIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 132
4.1 O Trabalho nos Conteúdos de Geografia nas Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA - DCNEJA e a Operacionalização da EJA na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Plano Nacional de Alfabetização – PNA e na Educação a Distância – EaD.....183
5 GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DESEMPREGADOS: ABSTRAÇÕES E REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES 209
5.1 Histórias Contemporâneas: Educação, EJA e Geografia da EJA no Brasil 211
5.2 Relação entre trabalho e educação e rebatimentos na formação: a EJA e os trabalhadores desempregados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Moura.....241
6 CONCLUSÃO OU NOVOS DESAFIOS 316
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 3190
APÊNDICE 1.....329
APÊNDICE 2.....332
ANEXO 1.....337
ANEXO 2.....340

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Média anual de desemprego no Brasil 241

Figura 2 - Localização do Bairro Mandacaru 247

Figura 3 - Localização da escola 249

Figura 4 - Livros em sala de aula 9 º ano 250

Figuras 5, 6 - Infiltrações no corredor 251

Figuras 7 – Infiltrações no banheiro dos alunos 251

LISTA DE SIGLAS

BM	Banco Mundial
CPM	Comissão Pastoral dos Migrantes
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEGET/PB	Centro de Estudos em Geografia do Trabalho
COVID-19	Coronavírus SARS-CoV 2
CGU	Controladoria Geral da União
DCNEJA	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEURB	Grupo de Estudos em Geografia Urbana
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NEDDATE	Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SINTEP/PB	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidade Classista
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

1 INTRODUÇÃO – PROBLEMAS, DESAFIOS E OBJETIVOS

Entre os objetivos desta pesquisa está analisar criticamente rebatimentos do desemprego na formação e educação de jovens e adultos - EJA[1] no espaço da Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF Francisca Moura, localizada na capital paraibana, João Pessoa.

Como segundo objetivo, apresentar criticamente possíveis contradições e nexos entre trabalho e educação em dois documentos oficiais: a Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017), particularmente o conceito de trabalho intermitente, e as articulações daquela reforma com o conteúdo do trabalho presentes na última resolução que instituiu as diretrizes operacionais para a EJA, bem como seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação de Jovens e Adultos a distância (BRASIL, 2021).

O terceiro e último objetivo é refletir a formação[2] dos trabalhadores desempregados, seus limites e possibilidades de humanização frente à alienação do trabalho e estranhamento dos trabalhadores na EJA sob abstração do dinheiro, mediação interposta nas relações entre trabalho e educação.

Em nossa trajetória de pesquisa articulamos tempos e espaços, trabalho-educação escolar e crítica possível a documentos oficiais. Relacionar trabalho e educação a processos e espaços de alienação nos ajudou a compreender a (de) formação do proletariado moderno para o mercado de trabalho categorias em categorias tais como trabalho concreto e trabalho abstrato, particularmente os limites impostos por mediações de segunda ordem que, no interesse do capital, impõe à massa trabalhadora, homens e mulheres, que vivem a situação de desemprego estrutural, condição de desempregados, portanto, de sujeitos supérfluos e descartados.

---

[1] Daqui por diante, apenas EJA.

[2] Para nós o processo de formação humana é: Por sua condição de “ser natural humano”, estabelece uma ordem específica de metabolismo com a natureza circundante, de modo a nela efetivar certas transformações no intuito de adequá-la às suas necessidades tornadas humanas, isto é, não mais imediatamente naturais. Essa “atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas” é o trabalho (ANTUNES, 2018, p. 51 apud MARX, 2013, p. 120). O trabalho [...] faz dessa parte específica da natureza algo novo: o ser humano – “ele cria, assenta apenas objetos, porque ele é assentado mediante esses objetos” – e faz, ao mesmo tempo, com que o próprio ser humano se humanize, complexifique-se, numa palavra: forme-se como ser cada vez mais humano (ANTUNES, 2018, p. 51).

Parece inconsequente parte dos estudos que relaciona educação e trabalho, momento de humanização do gênero humano via formação pelo trabalho, desconsiderar o controle e a regulação social e individual prática que divide a classe e a massa trabalhadora em sua luta contra o capital e seus representantes. A abstração do e no trabalho, instrumento de dominação e exploração do trabalho dos trabalhadores pelo capital, entre inúmeras mediações, como o fetiche da mercadoria, o dinheiro, o capital, o valor e a valorização do valor, é parte da reprodução social que aliena trabalho e trabalhadores, massa e classe trabalhadora.

Os rebatimentos que mediações de segunda ordem, impostas pela força do capital no interior de relações sociais e de produção nos diversos domínios da vida, particularmente nos espaços e nas relações entre trabalho e educação, em que processos formativos se concretizam, não estão isentos de contradições e conflitos em seu movimento. Para teóricos e representantes das forças do capital neoliberais, é natural que a “mão invisível do mercado” iguale socialmente indivíduos e seus interesses, apresentando-os como se fossem uma massa populacional homogênea, sem qualquer nexo e determinação da condição, posição e pertencimento de classes sociais. Mas só o fazem, contraditoriamente, reproduzindo um conjunto abstrato de mediações, como o dinheiro, a mercadoria e o capital. Ao omitirem as diferenças e os interesses difusos das classes sociais, realizam-no na ilusão de que é preciso reproduzir, social e politicamente, a unidade social via consentimento e apassivamento das consciências (MÉSZÁROS,1993). Estão na contramão da práxis social do trabalho e de práticas pedagógicas que relaciona, dialeticamente, habilidades aos conhecimentos científicos (FREITAS; CALDART, 2017).

Esse conjunto de questões contemporâneas parece-nos consequente e coloca-nos desafios na articulação trabalho e educação ao repensar o avanço do abstrato e das abstrações no complexo ideológico da educação particularmente o espaço escolar. Fazemos com o fim de romper o estático e lançar o espaço da escola, suas contradições em movimento, possíveis diálogos entre geografias distintas, (con)formadoras de uma geograficidade no interior de uma totalidade: acadêmica, escolar e da prática social (a dos geógrafos); trabalho, campo e cidade; naquilo que constitui os conteúdos ontológico do ser do espaço: diferenciação e unidade socioespacial, identidade e diferença ou ainda coabitação de contrários (MOREIRA,2009, p. 168).

Nesse sentido, como construir o diálogo para além dos limites da epistemologia e do conhecimento teórico geográfico tradicional e lógico se reconhecemos que há uma crise teórica e metodológica que, tendencialmente, incapacita uma leitura de natureza ontológica da totalidade espaço e tempo? Como realizar a autocrítica interna, portanto, do conhecimento geográfico, que a leve adiante, já que a centralidade dos estudos trabalho educação permanece no sujeito e da geografia no problema do objeto sem qualquer nexo com a realidade concreta, material e objetiva, ou seja, tendencialmente permanece no interior de relações puramente teóricas e do conhecimento científico em si? Será consequente permanecermos no interior da lógica epistêmica, pura, de natureza formal e abstrata que, ao interdisciplinar difusos conhecimentos teóricos, sem mediações e nexos com a realidade, desqualificam possíveis mediações no interior de relações dialetizadas: objeto-sujeitos; ação-pensamento; natureza-sociedade; trabalho-capital; trabalho-educação em movimentos contraditórios no interior da totalidade social?

Neto e Ferreira (2014) nos interpelam a pensar cruzando fronteiras, o que exige construir um conjunto de perguntas consequentes: quais são os complexos determinantes, as mediações e os nexos possíveis do trabalho como dimensão constitutiva do ser social, ontológico; e os processos mais amplos de formação humanos, para além do espaço escolar e formal? Que conjunto de contradições situadas no espaço tempo coloca em movimento a natureza e o desenvolvimento social do proletariado moderno e da massa diversificada, dividida e fragmentada de trabalhadores desempregados?

Por que, no capitalismo contemporâneo, mais intensamente a partir da reestruturação produtiva do capital e do trabalho, a massa trabalhadora assalariada, em particular o proletariado, e suas frações desempregadas, após longos períodos de abandono e evasão escolar, retomam o processo formativo na escola formal? As teses idealistas burguesas do capital humano, sob ação e controle do Estado, da meritocracia, da competência e da habilidade, da qualificação continuada e flexível para o mercado de trabalho, mediadas pelo conhecimento científico, são relevantes para o mercado de trabalho no Brasil? O que explica o fechamento de escolas do campo, em cidades pequenas, médias e capitais, e a reprodução histórica de práticas docentes, de gestão e financiamento da educação descoladas da dimensão do trabalho, das lutas e dos interesses das classes sociais, da reprodução social e

das necessidades históricas e atuais da massa trabalhadora desempregada, em particular da fração proletarizada?

Apesar dos limites teórico e metodológico a revelar a crise da geografia, sua história pode potencializar momentos e tensões em diferentes espaços sociais a serviço do proletariado e dos trabalhadores assalariados, ao tempo em que pode servir a difusos interesses econômicos, como o fortalecimento do Estado e da educação a serviço dos interesses da burguesia. Contraditoriamente a teoria social foi (e continua sendo) um meio vital de dissenso: ajudou a questionar a “trivialidade” dessas representações supostamente objetivas e desinteressadas do mundo (NETO; e FERREIRA, 2014, p. 101).

Característica essencial da crise teórica e científica, a negação histórica das diferenças e dos conflitos de interesses entre as classes sociais na contemporaneidade, em nosso entendimento, antes de contribuir para explicar múltiplas determinações no interior dos variados complexos sociais em desenvolvimento, limita a análise ao propor um real que idealiza as relações sociais e de produção, de objetos com os sujeitos, invertendo-os e impondo-nos relações trabalho capital como se fosse relação entre iguais. Perde-se o horizonte da totalidade como unidade de contrários e forja-se uma totalidade como soma de partes difusas, como se os interesses das diferentes classes fossem comuns.

Portanto delinear objetos e objetivos que pareciam escapar de nosso horizonte e nos confundir resulta da problematização do real e do concreto, momento de construção de nossos objetos sujeitos de pesquisa, numa relação conflituosa e, por vezes, de diálogo franco e cooperativo, mas, sobretudo, a possibilidade de, para além das divisões lógicas e epistêmicas, qualificar mediações onto-históricas no interior da relação trabalho e educação. O manejo de conceitos parte do princípio de que há três momentos articulados da análise com a exposição no percurso metodológico: um caótico de síncrese, a análise da realidade caminhando da aparência ao que é essencial e da forma aos conteúdos; e o retorno, já com certa capacidade de síntese daquilo que pretendemos analisar. Este movimento necessário, por vezes, nos escapou como a metáfora do espanhol Antônio Machado, “é caminhando que se aprende a caminhar”.

Mas como operar a articulação dialética sem levar em conta contradições, leis, princípios universais e tendências, forjados no interior de relações particulares, pois histórica e espacialmente localizadas, do trabalho e da educação, bem como

dos processos de formação humana de tal maneira a desvelar singularidades, unidades entre diferentes? Isto sem perder de vista que há um duplo movimento e momento: a pesquisa com suas indagações, sua relação de objetos e sujeitos; e um momento de exposição, como observou Marx em “-Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política-” (2008, p. 239). Antes contudo de passarmos à breve revisão bibliográfica, coube-nos problematizar a conjuntura complexa socioeconômica para então justificar nossa pesquisa.

Como justificativa de nossa tese, ao relacionar trabalho e educação, frações crescentes de jovens e adultos estão fora ou de faixa etária ou mesmo do espaço escolar formal, ou ainda há expressivo quantitativo de jovens e adultos que não terminaram o ensino básico. São trabalhadores historicamente privados de apreensão e acesso a conhecimento e habilidades acumulados pela humanidade ao longo da história humana. Somado ao ideal de universalização da educação básica por um lado, de outro, do total aproximado de 100 milhões da massa trabalhadora no Brasil, aproximadamente 20 milhões estão ou em situação de desemprego e desalento - e cerca de 40 milhões vivem na informalidade e/ou a condição da geração “nem nem”, ou seja, nem estuda nem trabalha.

Questões como a educação do trabalhador e mais amplamente processos de formação humana e humanização do gênero humano são entrecortadas pela expansão e tendência na escala mundial do duplo e contraditório movimento: a expansão da superexploração da força de trabalho articulada ao movimento do capital e seus representantes que expande o desemprego estrutural (MÉSZÁROS,1993, 2002, 2005, 2011).

Outra justificativa para nosso estudo é a natureza abstrata, seletiva e classista do acesso, manutenção e garantia meritocrática das estruturas e do conteúdo do espaço escolar formal nas redes oficiais de educação nas escalas municipais, estaduais e federal. Tendencialmente a desconexão do complexo social do trabalho contemporâneo com a mediação ontologicamente necessária à formação humana, na educação escolar, está a ampliar indicadores escolares tais como evasão e abandono acompanhados do discurso oficial que justifica o fechamento de escolas na rede pública estadual e municipal paraibana.

Para além das restrições e seletividade meritocrática quali-quantitativa do Estado burguês, o acesso universal ao ensino médio regular e às universidades públicas e de qualidade está distante e restrito a frações reduzidas da massa

trabalhadora, que tem no ensino médio regular, técnico e profissionalizante previsto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, o caminho à superespecialização de sua formação. Esvaziado, ligeiro e de baixo conteúdo, a superespecialização técnica, ao negar a articulação trabalho e educação, compromete o acesso a conhecimentos e habilidades acumulados historicamente e rebaixa o sentido humanizador do gênero, em particular, da massa trabalhadora e do proletariado desempregada. São as teses do capital humano viabilizadas pela ideologia burguesa da meritocracia e competência como se o mundo pudesse se enquadrar em percursos e desenvolvimento de habilidades. Nesse caso, não lhes é garantida a formação ampla de caráter humanista que articule a formação geral de caráter humano a novas técnicas e especialidades, particularmente entre jovens e adultos, ao tempo que também não lhe é garantida renda suficiente que garanta a reprodução social e o atendimento das necessidades básicas, já que o preço pago pela força de trabalho historicamente sofre achatamentos salariais (DIEESE, 2018a, 2018b).

Os dados e estatísticas oficiais, seja do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), via Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, seja do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2018a,2018b, 2018c), com o *Anuário dos Trabalhadores*, confirma que a crise não é de trabalho que se amplia e expande, mas de sua realização, ou seja, a humanidade tem hoje indicadores de produtividade e eficiência jamais vistos, mas não consegue manter níveis de acumulação.

Por outro lado, o discurso idealista da universalização do ensino básico na formação social capitalista contemporânea naturaliza e “esfumaça” o rebaixamento das condições de vida e trabalho da grande maioria dos trabalhadores e do proletariado moderno, bem como leva a massa de trabalhadores que vive da venda da força de trabalho a assumir como seus os interesses e o conjunto complexo da reprodução social e da ideologia burguesa. Esse caráter ideológico é presente na relação trabalho educação quando o discurso oficial e dos representantes do capital defende o acesso mais fácil e rápido ao mercado de trabalho, esquecendo propositadamente que o esvaziamento da formação geral, ampla e imersa de conteúdos histórico e espacialmente relevantes ocorre como condição do rebaixamento salarial e das condições de reprodução social e da vida, demanda

urgente da acumulação flexível e de processos de reestruturação do capital e do trabalho abstrato (MACENO, 2019).

A história da EJA, a particularidade de seus sujeitos, o pertencimento e a posição que assume no processo produtivo e de trabalho da classe trabalhadora (VENTURA, 2008) reforça a tese marxiana ontológica da formação humana pelo trabalho e a importância que assumiu historicamente o controle do espaço escolar organizado pelo Estado sob demanda burguesa e seus representantes (ANTUNES, 2018).

A produção de riqueza cresce *pari passu* à degradação da natureza e das novas formas que assume a articulação dialética: exploração e dominação da força de trabalho. Estas, ao se complexificarem, fazem crescer a produtividade via intensificação de jornadas de trabalho e (i)mobilização qualificada das forças de trabalho, mas sua incorporação e integração, quando ocorreram, haja vista a tendência estrutural ao desemprego, deram-se no quadro mais intenso de divisão do trabalho, superexploração, informalidade, fragmentação e ainda mais descarte de frações crescentes da força de trabalho com redução e perda de direitos trabalhistas e sociais. Isso quando o valor pago pelo trabalho garante remuneração suficiente para a reprodução social de parte do proletariado e trabalhadores assalariados.

Na escala do Brasil, a conjuntura de crise da última quadratura histórica, particularmente a partir de 1990, mostrou que o trabalho e as frações crescentes de trabalhadores desempregados vivem consequências de uma economia mundial localizada na semiperiferia do sistema, que caminha a passos largos para a recessão e um crescente número de jovens e adultos, muitos dos quais trabalhadores vivendo a condição do desemprego, nem estuda nem trabalha.

Se, em meio à crise conjuntural, articulou-se a crise de longa duração, de caráter estrutural, com rebatimentos mais intensos em países como o Brasil, e parte da solução está sendo paga pelo conjunto da classe trabalhadora, esse movimento de rearranjo das forças do capital refletiu-se em retração na política econômica, com rebatimentos em projetos e ações sociais, demanda histórica de movimentos, sindicatos e outras agremiações de classe ou não. As longas jornadas dos estudantes e trabalhadores ocorridas em junho de 2013 por todo o Brasil (HARVEY *et al*, 2012) colocou, no horizonte do Governo Petista da ex-presidenta Dilma, limites na correlação de forças com repercussões na escala nacional na gestão do capital, contradições e possibilidades interburguesia nacional e internacional.

No Brasil de 2013, a pauta da tarifa dos transportes públicos, de caráter socioeconômico, tinha o slogan “Não é apenas por 0,10 centavos”, logo foi transformada em pauta política, ideológica e mesmo partidária. Um conjunto de demandas foi disputado nas ruas, nos discursos, e a crise de reorganização do movimento dos trabalhadores, em especial a frágil presença da esquerda anticapitalista, permitiu que a direita, suas forças e representantes assumissem o controle de parte do movimento, dando as pautas e o horizonte do combate à corrupção no *front* dos movimentos de massa então disputados.

A correlação de forças mostrou-nos que a disputa pela hegemonia está longe de favorecer os interesses da classe trabalhadora e que entramos numa quadratura histórica de retrocessos sociais, econômicos e ideológicos na organização e movimento dos trabalhadores, conforme aponta Iasi (2013). Uma pergunta parece consequente: quem paga a conta da incapacidade burguesa de solucionar a crise estrutural do capital na escala mundial?

O avanço da fragmentação dos trabalhadores e do proletariado,[3] sua organização e movimentos via expansão da divisão do trabalho estão articulados à maior desregulamentação das relações sociais e entre trabalho e capital, assim como ao avanço de políticas sociais e do trabalho no interesse burguês, com reformas em setores da reprodução social, como educação, saúde, previdência e trabalho. Mais adiante, analisamos o processo de institucionalização e formalização do trabalho intermitente, expressão contraditória da crise do capital, simultaneamente à frágil capacidade de auto-organização das massas trabalhadoras e do proletariado em particular.

Do ponto de vista filosófico, de visão de mundo e compromisso com os diversos interesses sociais, uma segunda dificuldade é a redução da categoria da totalidade histórica e social do trabalho e do capital a um conteúdo lógico e formal de

[3] O debate que distingue trabalhadores, proletariado, lumpemproletariado, exército industrial de reserva dentre outras categorias sociais é intenso e carrega consequências importantes particularmente quando procura-se relacionar trabalho e educação já que de partida qualificar o trabalho em produtivo ou improdutivo, manual e intelectual, abstrato e concreto não apenas rebate sobre nossa concepção e visão de mundo, mas redefine o método a orientar nossas reflexões e intervenções na realidade. Não se trata apenas de filologia e entendo que é nossa prática docente que é disputada, muitas vezes no plano puramente academicista. Se o texto original de Marx (2013) de O Capital é insuficiente para dar conta da complexidade que assumiu a realidade social, sua ausência é inconsequente, portanto, concordamos com Lessa (2007) as razoes da leitura imanente e atual dos textos marxianos acerca das reflexões que distingue trabalhadores e proletários, assalariados e produtores de mais-valia, capital e valor e Tumolo (1996, 2005) na posição que adota ao manejar trabalho abstrato e as relações trabalho e educação.

análise, cuja centralidade deixa de ser as determinações objetivas do trabalho para o campo da cultura e da subjetividade, descolada de qualquer materialidade, como se a linguagem e as imagens via símbolos não sofressem determinações de dimensões objetivas e reais, como a economia, ou seja, a cultura e o complexo ideológico como dimensões descoladas de estruturas materiais que lhe dão sustentação numa conformação idealizada de objetos e sujeitos. Dessa forma, natureza e relações sociais conformam difusas identidades, grupos sociais e minorias, sem qualquer relação com a vida e a concretude material e produtiva do trabalho (WOOD; FOSTER, 1999). Na relação conteúdo e forma, aquela primeira é esvaziada, não há leis nem princípios universais que deem conta do mundo complexo, os fenômenos não possuem essência, e a ciência pós-moderna afirma-se neutra, líquida e fluída. A existência se confunde com a aparência e forma conteúdo são idênticos, o que explica o irracionalismo e a negação da ciência e do conhecimento científico.

As relações sociais e dos homens com a natureza, mediadas pelo trabalho humano, ao concretizarem espaços geográficos, não implicam múltiplas determinações nem tampouco diferentes forças em contradição, e as estruturas e formações socioespaciais e econômicas se autonomizam historicamente dos sujeitos e das relações sociais que as forjaram. A política e a sociedade política se assumem como centro “nervoso” das atividades individuais, de indivíduos isolados e atomizados a produzirem num interesse comum, ou seja, não cabe mais divisão da sociedade em classes sociais. Essa individualidade burguesa, para si tornada natural pelo fetiche que rege as relações sociais e com a natureza, é parte das apropriações neoliberais de viés pós-moderno outrora devidamente desveladas, conforme apontado por Duarte (2001, 2012, 2013).

Contudo há estudos contemporâneos que, ao convergirem domínios distintos de trabalho e educação, sem perder a totalidade social, captam o real em movimento contraditório, fundados que estão no materialismo histórico e dialético. São estudos e reflexões críticos do Estado e mediações políticas burguesas, que levam em conta as “lutas de classes” no interior de estruturas e processos de acumulação e valorização do capital; ou ainda, ao analisarem criticamente a relação trabalho e educação, assumem o trabalho como princípio educativo, como Saviani (2013, 2013a), Frigotto (1998), Kuenzer (1989, 1991); seus críticos diretos e indiretos, tais como Tumolo, (1996, 2005, 2016, 2019), Iasi (1999, 2011, 2013) e

Antunes (2018). Na particularidade do trabalho na Educação de Jovens e Adultos - EJA (Rummert, 2007, 2008,2019), (Ventura, 2008) e (Ventura e Rummert, 2015), e na geografia da educação de adultos (Resende,1986) e EJA (Santos, 2012, 2011, 2008). Esses autores repõem um conjunto consequente de questões históricas e imediatas estruturantes, que assumiu a existência concreta e subjetiva da vida e do trabalho do conjunto da classe trabalhadora e do proletariado na contemporaneidade.

A resposta histórica do capital e seus representantes às crises, para o padrão fordista de regulação social, assumiu em países centrais e mais tardiamente em países da periferia do sistema econômico formas toyotizadas de produção flexível,[4] que ampliou a histórica dependência econômica de países semiperiféricos, como o Brasil, e "dinamitou" em quantidade e qualidade uma variedade de estudos das diferenciações espaciais de segmentos industriais, agrícolas e de serviços, bem como feiras e mercados, sem contudo apresentar, descrever e mesmo propor ações e alternativas críticas à questão: quem educa e como deve ocorrer a formação dos trabalhadores?

O momento de crise em vários domínios econômicos e sociais, bem como o ascenso na política do campo neoliberal e de "extrema direita", reflexo do avanço de lutas entre classes sociais, repercutiram, na última e na primeira quadratura dos séculos XX e XXI, em perda de direitos sociais, organização dos trabalhadores e incapacidade de auto-organização independente da massa trabalhadora e do proletariado.

Numa conjuntura que movimenta a um só tempo, esgarçamento de contradições sociais e recrudescimento de espaços de organização e lutas, enquanto pesquisador sujeito de espaços de formação da consciência, encontramo-nos numa encruzilhada, e perguntas objetivas podem contribuir em possíveis pautas e encaminhamentos no processo de geograficidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Nossa compreensão, no horizonte da totalidade, perpassa a capacidade de articular geograficamente os conteúdos de trabalho e educação, além de compreender os rebatimentos que a condição do desemprego exerce sobre a

[4] Sobre as formas que assumiu a reestruturação produtiva do capital e do trabalho, a partir da crise da regulação social e econômica do padrão Taylorista-Fordista de produção e trabalho na escala mundial, e suas repercussões sobre a organização da força de trabalho e da vida, ver autores como Harvey (2009), Lessa (2007) e Antunes (2009).

consciência cada vez mais intensamente mediada por abstrações no interesse do capital reprodutor, contraditoriamente, de (des)humanização do gênero humano.

Algumas indagações podem nortear sem a preocupação de responder a todas: o que explica a (des)efetivação da humanidade, já que frações de conhecimentos, habilidades e saberes historicamente acumulados são privados pela burguesia? Como a consciência dos trabalhadores desempregados, alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, é contraditoriamente modificada nas reformas que o Estado vem realizando no trabalho e na educação? Como o avanço do regime de acumulação flexível, *pari passu* à primitiva, nos diferentes espaços de trabalho ampliou contradições históricas e contemporâneas, como a produção de valores de uso e troca; entre o campo e as cidades; inter e intrarregionais; e trabalho capital?

Partimos do pressuposto de que as reformas do trabalho e da educação são expressões da crise de realização, de longa duração, que atravessa o capital na escala mundial, particularmente em países periféricos e dependentes, como o Brasil. Essa incapacidade na escala mundial é evidenciada quando, na tentativa de garantir a ordem social, os Estados e as nações centrais e periféricas fazem avançar, no espaço formal das escolas e do trabalho, sistemas de regulação, controle social e organização do trabalho com implicações diretas na (con)formação dos trabalhadores e do proletariado. Contraditoriamente a crise de controle e regulação sociais do capital sobre as forças do trabalho e da classe trabalhadora reflete a incapacidade de, sob os mesmos argumentos, valores e todos os complexos ideológicos, impor ao proletariado e aos trabalhadores desempregados novas condições de realização do valor, mais-valia e otimização de níveis de acumulação, ou seja, trata-se de ampla crise ideológica e estrutural no interior do bloco histórico burguês, com claros rebatimentos materiais e concretos, sobretudo das condições de realização do trabalho e da subjetividade dos trabalhadores.

O segundo pressuposto de pesquisa é que a atual crise estrutural do capital com rebatimentos nas organizações classistas dos trabalhadores, momento de refluxo em que vive o trabalho, suas conquistas e direitos sociais, resulta e expressa a investida ideológica burguesa sobre complexos sociais garantidores da reprodução social, como são os espaços escolares e, de modo mais amplo, os espaços de formação. Entendemos que a expansão de uma massa relativa da superpopulação descartada diretamente do processo de trabalho, os trabalhadores desempregados, na atual formação socioespacial de países semiperiféricos é parte da solução e

condição para manutenção dos níveis de acumulação e controle social na escala mundial. O aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, estruturante na alienação do trabalho, combinada à superexploração da força de trabalho, resulta no caso do Brasil, em achatamento salarial, que contraditoriamente retroalimenta os fundamentos da crise de realização do capital pela redução da massa salarial e níveis de consumo.

Nossa hipótese é que ainda que não resolva a crise de longa duração do capital, abrindo contraditoriamente possíveis experiências sociais coletivas, o desemprego e o dinheiro exercem rebatimentos sobre processos de educação e formação mais amplos, particularmente sobre conteúdo da consciência da massa trabalhadora em particular do proletariado moderno.

Contudo antes da exposição, momento que vai da síncrese, passa pela análise até a nova “síntese” dos achados de pesquisa, foi preciso limpar o “terreno pantanoso” dos fundamentamos teóricos e metodológicos, sem os quais o repertório científico não adquire forma. A realidade de nossos objetos e sujeitos de pesquisa no espaço escolar revela limites e possibilidades à reflexão crítica, sem qualquer preocupação quali-quantitativa em saturar informações e dados numéricos nem amostrais.

Compreendemos que analisar criticamente as relações entre trabalho e educação no espaço escolar, refletindo documentos oficiais, depoimentos e entrevistas junto a objetos sujeitos trabalhadores desempregados alunos de EJA, sob a crítica onto-histórica de mediações abstratas, reproduzidas no interesse do capital, tais como dinheiro, salário, divisão do trabalho e intercâmbio, não está na ordem do dia dos estudos que relacionam aquelas dimensões. Assim na relação entre trabalho e educação, encontramos mediações abstratas presentes e ausentes em documentos oficiais, como a Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017) e a Resolução 01/2021, que estabelece e institui a operacionalização da EJA junto à Política Nacional de Alfabetização - PNA, à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e ao ensino de EJA a distância- EaD.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

> [...] naquela época, havia as massas dissociadas e díspares em suas lealdades e nacionalidades, vinculadas apenas pelo senso dos sofrimentos comuns, subdesenvolvidas, jogadas em desatino de um lado para outro entre o entusiasmo e o desespero, hoje temos um só grande exército de socialistas, avançando incessantemente, crescendo diariamente em número, organização, disciplina, noção das coisas e certeza da vitória. *Se nem mesmo esse poderoso exército do proletariado conseguiu até agora atingir o alvo, se ele, longe de conquistar a vitória de um só golpe, é obrigado a avançar lentamente de uma posição a outra mediante a luta dura e renhida, isso demonstra de uma vez por todas como era impossível conquistar em 1848 a reorganização social por meio de um ataque de surpresa*[5] (ENGELS, 2012, p. 17 in: "Prefácio As lutas de classes na França de 1848 a 1850").

Alguns dirão que é ultrapassado, outros que uma teoria social desenvolvida no século XVIII não explica, não tem sustentação para refletir a complexa realidade que o desenvolvimento capitalista reproduz na sociedade contemporânea; que o materialismo histórico e dialético, como visão de mundo e conhecimento científico a serviço do proletariado em luta revolucionária, foi incapaz de realizar o que propôs e a crise dos regimes socialistas e a mundialização do capitalismo colocam-nos diante da condição pós-socialista e moderna. Assim críticos aos fundamentos do materialismo histórico e dialético afirmam a tese do fracasso em virtude de demandas particulares, oriundas de conjunturas econômicas e sociais distintas e difusas, presentes no século XXI.

No lugar de teorias e leis gerais baseadas em princípios, categorias e mediações universais, determinadas concreta e materialmente, capazes de refletir o

[5] Grifo nosso para destacar quanto as experiências históricas revolucionárias foram e são pedagogicamente formativas, com acúmulo político, cultural e social necessários. Chamar atenção para a preocupação de Marx presente como embrião nos manuscritos econômico filosóficos do "pensar e ser, são, portanto, certamente diferentes, mas (estão) ao mesmo tempo em unidade mútua" (2006); e que a revolução não será socialmente emancipatória enquanto as condições materiais estiverem preparadas e articuladas no interior das massas trabalhadoras, e que longe de qualquer etapismo reformista nem tampouco o romantismo da tomada do Estado burguês é suficiente. Para estes senhores que viveram no século XVIII, o que deve estar no horizonte da autodeterminação do proletariado e dos trabalhadores em geral em movimento é a relação, contraditória, entre teoria e prática, determinada pelas condições materiais e concretas, e não qualquer idealismo em que o espírito seja absoluto.

“concreto pensado”, as formas imediatas do conhecimento passam a defender a crença do e no “lugar de fala”, como se o particular negasse o universal e as formas não estivessem em unidade com os conteúdos no espaço e no tempo. Não se justifica essência das coisas e relações e as aparências fenomênicas assume o poder explicativo do real com o caos que vivemos e a irracionalidade presumidos na lógica formal. As relações entre a sociedade e a natureza mediadas pela produção do espaço, ao serem idealmente naturalizadas, rebaixam diferentes modos de produção, formações socioespaciais e reproduzem difusas existências à lógica formal e linear, histórica e ontologicamente ausentes de contradições em seu movimento.

Sugere-se, para cada espaço tempo, um diferente aporte teórico, diluído e plástico, sem relação com leis e princípios universais nem categorias que deem conta do movimento e da totalidade real e suas contradições. Não há teoria que dê conta da natureza e da sociedade numa totalidade social complexa formada por variados sistemas de complexo de complexos sociais. A realidade é polimorfa, heterogênea e não cabe reivindicar explicações únicas e leis gerais sob o argumento de que são incapazes de dar conta da complexidade que tornou o mundo. Outros dirão que o trabalho, com suas formas e conteúdos historicamente distintos, pressuposto ontológico constitutivo da existência do ser social, é categoria histórica que perdeu a centralidade pela incapacidade de explicar a realidade complexa.

Mészáros, ao contrapor a radicalidade do sistema do capital, que avança historicamente incorporando ao modo de funcionamento do capital as mediações abstratas, propõe a alternativa radical socialista:

> A produtividade quando comparada ao passado (o que Marx admitiu mais do que generosamente), ele considerava sua viabilidade socio-metabólica confinada a uma fase histórica rigorosamente limitada que devia ser superada pela intervenção radical do projeto socialista, pois as determinações estruturais mais centrais do sistema do capital – baseadas num conjunto de relações de mediação, articuladas para a dominação do trabalho, a serviço da necessária extração do trabalho excedente – eram irremediavelmente antagônicas e, em última análise, não apenas destrutivas, mas também autodestrutivas. [...]
> Deste modo, o empreendimento socialista tinha de ser definido como alternativa radical para o modo de controle socio-metabólico de todo o sistema do capital. Este último não poderia funcionar de nenhuma outra maneira, a não ser sob a forma da própria imposição como alienação radical do controle dos indivíduos. (2011, p. 85-88).

Os defensores da condição pós-capitalista industrial fluida, permeada por individualidades e identidades difusas, isoladas e incapazes de quaisquer relações com o concreto mundo da produção e do trabalho, não conseguem avançar em suas pautas únicas. Para ser consequente histórico e espacial, o mundo dos homens e a reprodução social e da existência devem integrar dimensões particulares da vida e da produção com o universo do trabalho. Sem mediações e nexos que integrem a produção material da existência a domínios da reprodução e da subjetividade, pautas, como ecologia, raça, gênero e etnia, educação, cultura, religião, ciência e língua são reformistas. Como destaca o autor:

> Os perigos agora se estendem por todo o planeta; consequentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma questão única pode, realisticamente, ser considerada a única questão.
> No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – [...]. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante seu processo de auto expansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, [...], o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÈSZÁROS, 2011, p. 95)

Vivemos em bolhas, células e atomizados, somos no máximo uma multidão. Assim o perigo da ação coletiva e individual consciente e revolucionária não existe mais. Por que nos filiarmos às teses marxianas e marxistas se, em determinada condição social, econômica, ideológica e política, o proletariado e o conjunto mais amplos da classe trabalhadora vivem um momento de refluxo de lutas e organização contrarrevolucionários? Será que a organização e luta dos trabalhadores e a teoria crítica social desenvolvida por Marx (2013), Engels (2010) e continuadores, no interesse do proletariado, fracassou no desenvolvimento das forças do capital ou é exatamente ao contrário? A reprodução do capitalismo, em sua forma mais aguda, imerso de contradições, só reforça as teses marxianas numa dinâmica e num movimento de contradições que precisam ser metódica e teoricamente atualizados.

Tendencialmente as críticas idealistas esquecem de considerar a conjuntura e o contexto histórico e social dos autores e, quando assim o fazem, “picotam” o conjunto da obra ou tratam a obra em dois momentos diferentes, “jovem Marx e Marx maduro”. Mas sim, Marx e Engels, seus seguidores de outrora e os de hoje dão conta e atualizam a teoria social marxiana ao analisarem o real complexo social em movimento.

Por essa e outras razões é que nossa preocupação inicial é evidenciar sim que as mudanças ocorridas no mundo dos homens são profundas e complexas e antes não estão em desacordo e desencontro com o aparato marxiano, mas a reforçar as teses imanentes de sua orientação. Entre as transformações atuais contraditoriamente em desenvolvimento no sistema do capital, complexos naturais e sociais reproduzem maior produtividade, via superexploração das forças do trabalho combinada às crescentes taxas de degradação de paisagens naturais e às condições de vida de frações crescentes da humanidade.

Aprofundam-se processos de alienação da vida e do trabalho experienciados pelo conjunto mais amplo da massa trabalhadora, em particular por frações do proletariado moderno envoltos em processos e espaços produtores de valor, mais-valia, capital e valorização, sob controle socio-metabólico do sistema do capital.

Do complexo contraditório em desenvolvimento, alguns são históricas e estruturais, outros, entre os quais, o avanço do desemprego estrutural na escala mundial, ocorrem “*pari passu*” à ampliação da superexploração da força de trabalho e da apropriação do valor do excedente do trabalho no interior de relações capital e trabalho. Na escala das nações e do desenvolvimento desigual entre países e regiões, associa-se exploração ampliada e primitiva a processos de dominação intra e extraclasses sociais, concretizados em regimes desiguais de apropriação de espaços de valor e valorização entre diferentes nações e no interior destas.

Outro “*front*” de lutas, a (re) organização da classe trabalhadora em refluxo na escala mundial impõe articular o conjunto complexo de determinações econômico-políticas, sociais, culturais e ideológicas, como nos legou Marx (2008, 2013), homem preocupado com a totalidade do real em movimento localizado no tempo e espaço. Desenvolveu arcabouço teórico-histórico que necessita de atualização frente às mudanças que o ordenamento do sistema do capital contemporâneo reproduz na primeira quadratura histórica do século XXI.

Do ponto de vista metodológico, a dialética histórica e materialista marxiana articulou em unidade momentos de exposição a espaços de análise criativa, evidenciados em obras como *"Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política"* (2008) e O Capital (2013).

A realidade caótica e complexa que assumiu o desenvolvimento da relação, o capital, se apresenta para nós de forma fenomênica, aparentemente desordenada e sem controle, momento de síncrese. E é assim que nos apropriamos pela observação, pela aproximação descritiva, de nossos objetos sujeitos, trabalhadores desempregados alunos de EJA. A tentativa de ultrapassar a visão caótica está muito presente nas formas como pensamos e em variados momentos em que nos "debatemos" com realidades sociais e econômicas difusas e complexas em nossas aulas, ora na atividade docente ora em nossos trabalhos de campo nos espaços de moradia, lazer, militância nos bairros periféricos da cidade de João Pessoa ou ainda nos debates e entrevistas como professor pesquisador. O salto às sínteses possíveis só se desenvolveu quando da apreensão contraditória de mediações abstratas analíticas e históricas, bem como de nexos do movimento categorial e suas determinações interpostas e ordenadas no interesse das classes dominantes e seus representantes.

Estudioso do século XX, Lukács chama a atenção para a emergência em captar e refletir, para além das formas e do fenômeno, a rica totalidade de múltiplas determinações e numerosas relações de que devemos nos aproximar, indo das determinações simples e mais abstratas até as mais complexas (LUKÁCS,2013). O autor contribui sobremaneira em nossa visão de mundo e para nossa relação com a realidade, material e subjetivamente alienada, reprodutora de momentos de autonomia e dependência tanto em relação aos nossos objeto-sujeitos de pesquisa, entendendo a prioridade do primeiro sobre o segundo quanto aos limites impostos no interior do conhecimento científico.

Uma ressalva aqui para ressaltar, em variados momentos, nossa trajetória de crise existencial, enquanto docente, pesquisador, militante imerso em contradições, reproduzindo fetichismos e ideologias; e mesmo metodológica, em função da fuga adiante ou recuo de nossos objetos de pesquisa. Nossa compreensão de que a realidade é muito mais dinâmica que qualquer produção de conhecimento científico e de que não escapamos da afirmação, presente no "panfleto" *Manifesto Comunista*, de Marx (2008), de que "as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias

da classe dominante”, ou seja, o complexo da reprodução social da educação parte do complexo de complexos da ideologia, que não está imune aos avanços e recuos sobre as práticas e a realidade objetiva, deve ser disputado por diferentes e antagônicos interesses das diferentes classes sociais.

Mais adiante, descreveremos quem são e em qual posição e pertencimento de classes nossos objetos-sujeitos de pesquisa, no interior da relação entre trabalho e educação, histórica e socialmente se localizam. A disputa teórica no campo da crítica marxista, importante e rica, a pensar a práxis social, do trabalho e pedagógica no século XX pode ser observada em textos de variados autores: Cadernos Filosóficos: Hegel, de Lenin (2018), Dialética do Concreto, de Kosik (1995), Filosofia da Práxis, de Vásquez (1977), Concepção Dialética da História, de Gramsci (1987), Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica, de Chasin (2009), entre outros mais contemporâneos, como Tonet (2016). Não se trata apenas de atualização da obra de Marx, muitos destes distantes da leitura e interpretação imanente, mas de variadas interpretações, formas de refletir e intervir no mundo e visão de mundo, que pesquisadores no campo do marxismo disputam. Divergências não faltam, e a nosso entender, são salutares, havendo em comum a continuidade histórica e por que não geográfica das trilhas e trajetória, ou melhor, do caminho deixado por Marx (2008, 2013).

Antes de localizarmos e recortarmos a escala que pretendemos estudar, pensamos ser importante, diante da “pluralidade” de métodos no interior do conhecimento geográfico, “limpar o terreno teórico e metodológico” para reforçar nossa posição política, ideológica, assim como compromisso da pesquisa e do pesquisador, até porque não entendemos ciência descolada de filosofia, nem geografia sem história, ou economia sem política, como se fosse possível e consequente separar ação e teoria, prática e ideia, ser e consciência (KOFLER; HOLZ, ABENDROTH, 1969). Sim é possível, desde que sejam adotados métodos científicos no interior e no interesse da lógica reprodutiva burguesa e das classes dominantes.

Pensamos que toda filosofia é já compreensão, visão de mundo e leitura da realidade, pressupostos de nossa intervenção nos diversos espaços que ocupamos e contribuímos para a reprodução do conhecimento no espaço escolar quando, como docente, estamos em atividade junto ao conjunto mais amplo de trabalhadores, em particular o proletariado moderno na EJA. Travamos debates em

diversos espaços, procuramos intervir na construção de coletivos, como a Oposição Sindical, à direção “cutista” do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba – SINTEP/PB, assim como na (re)organização revolucionária do Partido Comunista do Brasil – PCB/ PB, suas frentes e células, de que precisamos nos afastar temporariamente.

Dentre outros coletivos, participamos ativamente de grupos de pesquisa e laboratórios no espaço acadêmico, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, sem a restrição a espaços de trabalho, ensino e educação, e entendendo que nosso processo de formação perpassa por ocupar variados espaços a serviço da reconstrução e organização crítica e independente da classe trabalhadora, em particular dos trabalhadores desempregados, antes de qualquer “ilusão” com a institucionalidade eleitoral burguesa. Pensamos que é preciso qualificar a intervenção, as pautas e os encaminhamentos para disputar espaços públicos e privados, como ruas, praças, escolas e trabalho no horizonte emancipatório e revolucionário.

Esse breve relato do caminho e trajeto “tortuoso”, embora em espaço tempo prazeroso, foi mediado por entrevistas e diálogos entre uma aula e outra, nos horários de intervalos para o café e lanche, ou ainda no reencontro com hora marcada no espaço escolar, após um dia intenso de atividades, rotinas e jornadas extensas, que a prática docente exige na atualidade. Ainda assim, a pesquisa revelou-se às vezes contraditória, por vezes, solidária, fraterna e cooperativa, momentos de reflexão e aprendizado que nos estimularam e instigaram a continuar e realizar, junto aos objetos sujeitos, debates e reflexões que pensamos ser fundamentais.

De outros espaços formativos e educativos, desde a graduação, tencionamos participar, tais como: Centro de Estudos em Geografia do Trabalho – CEGET/PB coordenado pela professora Maria Franco Garcia; Grupos de Estudos em Geografia Urbana – GEURB e Escolar Cidade, ambos ligados à Geografia no âmbito da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, respectivamente coordenados pelos professores doutores Doralice Sátiro Maia e Carlos Augusto de A. Cardoso.

A ida à cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, foi costurada ainda na cidade de João Pessoa, ao cursar créditos; e a possibilidade de afastamento dos respectivos trabalhos nos animou a fazer a disciplina ofertada pela professora doutora Jaqueline Ventura, que, em contato por meio eletrônico, prontamente se

disponibilizou a me receber. Esta última aproximação, inicialmente como aluno ouvinte e durante a pandemia de Covid-19 como aluno regularmente matriculado, abriu a possibilidade de cursar a distância Tópicos Especiais em Educação de Jovens e Adultos – EJA, realizada na forma de disciplina ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, junto ao Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação-NEDATE, ambos ligados à Universidade Federal Fluminense – UFF. Este núcleo está localizado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, sob coordenação de várias docentes, dentre as quais, as doutoras Jaqueline Ventura e Sonia Maria Rummert.

Dessas experiencias nos variados espaços, escola, universidades, sindicatos, partido, bares, moradia e panfletagens em porta de fábricas no município de Santa Rita, estado da Paraíba, a observação do cotidiano associada às leituras relativas ao mundo dos homens e do trabalho sempre esteve presente. Rica, variada, às vezes violenta e contraditoriamente conflitiva, foi nossa percepção aguçada pela natureza e movimento do objeto, pois homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora, mas vivendo a condição do desemprego, se dispuseram às entrevistas enquanto alunos de EJA do período noturno dos ciclos 3 e 4, correspondentes ao fundamental dois. Nosso aprendizado se debateu com homens e mulheres marceneiros, ajudantes de cozinha, operadores de máquina, domésticas até produtores de velas ornamentais, todos assumidamente pertencentes à classe trabalhadora, que é a natureza e o pertencimento de classe, particularidade dos sujeitos de EJA, como afirma a professora (Ventura, 2018) em sua tese de doutorado.

Um fato ocorrido ainda antes da entrada no doutorado nos estarreceu e, de certa maneira, fortaleceu, ou seja, serviu para nos animar na certeza de que estamos contribuindo para ação e teoria consequente a serviço dos trabalhadores foi observar, no mercado da feira livre de Jaguaribe, bairro localizado na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, um colega, então docente de Matemática, de origem baiana, negro e adoecido por longos anos de atividade docente, embora sem estar afastado, a pedir esmolas na referida feira livre.

Por esta e outras realidades, como a necessidade de (re)organizar a classe trabalhadora é que entendemos que as conquistas somente virão da nossa capacidade e unidade na diferença, ou seja, taticamente podemos divergir nas ações, mas o horizonte estratégico deve ser único: emancipação da humanidade. Temos que ter clareza de que quem nos divide é o sistema do capital sob o

interesse e o pressuposto do trabalho alienado (MÉSZÁROS, 2011). As lutas e ações junto às massas e a classe devem transversalizar assalariados improdutivos, trabalhadores produtivos, produtores de mais-valia e capital como o proletariado, assim como trabalhadores informais, terceirizados, pejotizados, empreendedores, autônomos e, na atual quadratura histórica, os desempregados.

Como se não bastasse a quadratura regressiva de direitos e conquistas para o conjunto dos trabalhadores a complexa realidade contemporânea, esta é dinamizada pela maior crise sanitária que a história viveu: uma pandemia de COVID-19, que, somente na escala do Brasil, vitimou aproximadamente setecentas mil (700.000) pessoas, em particular idosos, doentes crônicos e imunossuprimidos, para não falar das centenas de crianças órfãs. Como se isso não fosse suficiente para expandir as consequências negativas da crise estrutural que vive o sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011), trava-se a primeira guerra do século XXI entre a potente Rússia e a Ucrânia, no espaço da Europa.

Dado os limites e as possibilidades de nossa realidade semiperiférica, o desenvolvimento das forças do capital e do capitalismo no Brasil reaquece velhas, históricas e estruturais contradições, como os dilemas no desenvolvimento das forças produtivas com as relações de produção, ao tempo em que inova um conjunto de conflitos aprofundando processos de alienação, controle e regulação social das forças do trabalho ao regime de acumulação, exploração e dominação do sistema do capital. O desemprego e a piora das condições de vida e de trabalho vêm acompanhados, no caso do mercado de trabalho brasileiro, contraditoriamente à superexploração da força de trabalho.

Já foi ventilado anteriormente, mas para não restar dúvida metodologicamente não nos preocupamos em saturar dados e números, nem tampouco nosso estudo pretende ser quali-quantitativo como são parte dos métodos e da epistemologia na construção do conhecimento científico nos domínios da pedagogia, do ensino, da geografia e da educação. Nosso objetivo mais amplo e geral, no interior da produção do conhecimento trabalho-educação, foi analisar criticamente os processos de formação e educação de jovens e adultos e os rebatimentos da condição do desemprego na consciência.

De partida, o primeiro bloco de problemas apresentamos e analisamos criticamente documentos oficiais no movimento que articula revisão bibliográfica e pesquisa documental convergindo para reflexões da categoria do estado. É

desafiador, lidar com o que não foi dito, com tempos e espaços de outra conjuntura social e econômica, apreender suas contradições e fundamentos teóricos e metodológicos para, apenas assim concluir pela negação ou afirmação da tese defendida. Mostrou-se que não é atividade fácil e requer cuidados, sistematizar levantamentos e técnicas adequadas na leitura e interpretação dos materiais coletados para então apresentar e analisar criticamente os documentos propostos.

O segundo bloco de análise articulado ao primeiro pelas entrevistas livres e semiestruturadas nos deram a condição, a partir de informações coletadas no tempo espaço escolar junto aos objetos sujeitos da pesquisa, de refletirmos os rebatimentos da condição do desemprego no processo de formação dos trabalhadores desempregados através de possíveis sínteses, tais como, forma-conteúdo das diversas posições e atividades no trabalho e relação do trabalho com a educação num segundo bloco de questões pensando possíveis nexos da objetividade e formação da subjetividade mediada por abstrações como o dinheiro conformadora de espaços cuja estrutura forja diferença-alteridade (MOREIRA, 2009).

Isso para não cair no idealismo e nas inversões ideológicas que colocam a teoria e os sujeitos no centro, sem qualquer conexão com os objetos e a materialidade real e concreta. Essa inversão ser-consciência, ação-pensamento, no espírito e na subjetividade absolutos não é ilusão pura e simples, pois vivemos, trabalhamos e nos reproduzimos numa sociedade estruturada e subjetivamente controlada pelo e no interesse de mediações e abstrações do capital e seus representantes. Fetichizar a realidade e organizar o concreto em meio a abstrações, tais como dinheiro, mercadorias, trocas e o capital, naturalizar relações de dominação, exploração e opressão, é da estrutura do capitalismo, que se sustenta na garantia da propriedade privada capitalista e na separação dos produtores dos meios e condições de produção (MARX, 2013).

Compreendendo as relações entre trabalho e educação como mediação onto-histórica, ou seja, constitutiva da existência do ser social, ao tempo determinada pela formação socioespacial do capital, pareceu-nos inconsequente desconsiderar junto aos processos mais amplos de formação humana a natureza e estrutura de organização alienada do trabalho sob controle socio metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011), sobretudo os rebatimentos que o desemprego estrutural realiza nos processos de humanização do gênero humano. Entre as abstrações que o

desenvolvimento do trabalho alienado impõe histórica e espacialmente aos trabalhadores, estão a naturalização da propriedade privada capitalista, a divisão do trabalho e a sujeição dos valores de uso pelos valores de troca (intercâmbio).

Ao relacionar trabalho e educação, pretendemos contribuir para a construção da geografia da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no interior da unidade contraditória das forças produtivas com as novas relações sociais em desenvolvimento, ou seja, do ser social em movimento com o pensar. Como alertaram Marx e Engels (2007) em *A Ideologia Alemã*, não é o espírito que produz a realidade, como idealizou Hegel (2011) em *Fenomenologia do espírito*, mas, o mundo concreto da produção e do trabalho, que determina os múltiplos e variados complexos sociais, entre os quais, as formas de pensamento e representação humana:

> O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio.
> *A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo.*[6] Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formulações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmera escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a

[6] Grifos nosso.

> inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX-ENGELS,[7] 2007, p. 93-94).

Ainda que por aproximação, em particular para nossos objetivos de pesquisa, a consciência e os processos de formação e educação no espaço escolar sofrem múltiplas determinações, entre as quais, o trabalho e as condições materiais e concretas vividas pelos trabalhadores desempregados de EJA da EMEF Francisca Moura, como a posição que ocupam suas atividades na produção e nos processos de trabalho.

De outra forma, é preciso indagar se é possível que o espaço desempenhe função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema (LEFEBVRE, 2008, p. 39). Segundo o autor, é preciso compreender o espaço enquanto materialidade produzida na transformação da base natural, na reprodução de formações econômicas e sociais em movimento no campo e na cidade, ou seja, há uma relação orgânica do trabalho com as formas que assumem a sua produção histórica do e no espaço. Como recordam Alentejano e Rocha-Leão (2006, p. 58), ao citarem Kayser (1985), são as relações sociais entre os homens e as relações entre os homens e o espaço a preocupação central do conhecimento geográfico em sua totalidade, devendo a pesquisa começar por uma caminhada despretensiosa que permita identificar conflitos, tensões sociais e contradições em movimento.

No trajeto de pesquisa, a aproximação com nossos objetos sujeitos ocorreu via observação e descrição; e nossa atividade docente, ao se misturar dialeticamente com a de pesquisador, teve como fim compreender aspectos contraditórios entre os domínios do trabalho e a educação, esta última como

[7] Para nossa reflexão e particularmente para nossos objetos e sujeitos desta pesquisa, importa frisar na passagem dos autores a inversão idealizada de uma realidade em que o pensar se sobrepõe à ação e que realizamos essa operação não apenas pelo fato de que a realidade concreta e material, portanto, o real, não pode ser desvelada pelas classes dominantes, o que explica a inversão. O trabalho e a produção determinam e sofrem múltiplas determinações dos variados complexos sociais da reprodução, particularmente o complexo ideológico da educação burguesa. Esta passagem como nota de rodapé ilustra e é significativa ao revelar como afirmam os autores: “As representações que esses indivíduos produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural. É claro que, em todos esses casos, essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política. A suposição contrária só seria possível no caso de, além do espírito dos indivíduos reais e materialmente condicionados, pressupor-se ainda um espírito à parte. Se a expressão consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam” (Marx- Engels, 2007, p. 93).

processo mais amplo de formação e humanização do gênero humano. O movimento até o “concreto pensado” valeu-se da síncrese, mediado pela análise até a síntese de múltiplas determinações. A dinâmica da pesquisa colocou-nos enquanto pesquisador-docente o desafio de adequar nossa atividade docente ao movimento contraditório do objeto, sujeitos sociais em suas múltiplas determinações em desenvolvimento na Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF Francisca Moura. Nesse sentido, foi preciso:

> [...] descobrir, não só a relação que liga os elementos do fenômeno em certo instante, senão a lei de suas modificações e de sua evolução. Para isto é conveniente, segundo ele, distinguir entre o método de investigação e o método de exposição.
> A investigação deve “apropriar-se em detalhe” da matéria, do objeto estudado; deve analisá-lo e descobrir as relações internas que ligam esses elementos. O método de análise deve adequar-se ao objeto estudado; [...] Depois da análise vem a exposição. Uma vez feita, a vida do objeto considerado e o movimento da matéria estudada se refletem nas ideias expostas. [...] (LEFEBVRE, 1961, p. 28).

A dialética na compreensão da relação entre trabalho e educação, capaz de captar e revelar contradições, conflitos e antagonismos objetivos na formação subjetiva e das consciências, sob o sistema alienado do capital, requer ir além das implicações objeto e sujeito; assim como ao analisar criticamente documentos e leis oficiais, (des)velar o que não foi escrito, o que está subentendido ou não dito, exigindo avançar sobre conteúdos essenciais, aparente e formalmente omitidos.

Entendemos o método dialético-histórico e materialista não como um manual de conceitos, definições e instrumentos formais a serem aplicados positiva e empiricamente, mas um caminho, um trajeto possível que reflete a dinâmica contraditória do real, a totalidade em movimento. Nossa pesquisa, ao articular trabalho e educação na tradição onto-histórica dos estudos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, pretendeu ampliar os estudos críticos numa crítica possível da forma pelo conteúdo, da aparência pela essência, assim concebidos:

> a) do ponto de vista da forma: que o pensamento se torne móvel e pensamento do movimento, sem perder sua forma determinada;
> b) do ponto de vista do trabalho efetivo do pensamento: que ele se mova através das contradições determinadas, pensando-as, refletindo-as, sem se perder na incoerência; [...]leis do real e leis do pensamento: as leis do movimento no real e no pensamento. [...] (LEFEBVRE, 1979, p.174).

De outra maneira, é pensar o método pautado por visão de mundo baseada no materialismo histórico e dialético, a serviço do projeto histórico de transformação da sociedade pelo conjunto mais amplo e emancipatório dos trabalhadores, em particular pela tendência, em potência, que carrega o proletariado desempregado. Nossa postura e ação no espaço escolar e nos debates visam contribuir para a construção teórica que sustente e que esteja sustentada nas consciências práticas, na práxis individual e coletiva de homens e mulheres que, vivendo da venda da força de trabalho, são capazes de modificar qualitativamente a realidade. Como recorda o autor, o método científico é uma mediação para conhecer a realidade que:

> Em certo sentido, não existe a não ser como conjunto de fatos, como totalidade hierarquizada e articulada de fatos. Cada processo cognoscitivo da realidade social é um movimento circular em que a investigação parte dos fatos e a eles retorna. Advém alguma coisa destes fatos, no curso do processo cognoscitivo? O conhecimento da realidade histórica é um processo de apropriação teórica – isto é, de crítica, interpretação e avaliação de fatos – processo em que a atividade do homem, do cientista é condição necessária ao conhecimento, objetivo e o significado dos fatos é o método científico. [...] (KOSIK, 1976, p. 45).

Portanto o problema central para a teoria materialista do conhecimento consiste na relação prática-teoria e na possiblidade de transformação da totalidade abstrata em totalidade concreta, ou seja, a reprodução e apropriação no pensamento da massa trabalhadora que dê conta da totalidade e da complexidade do real concreto em movimento. Muito além da contradição, a totalidade como momento apreendido, como síntese de múltiplas determinações num movimento de apreensão da realidade caótica e sincrética, que se apresenta como fenomênica e aparentemente imediata, e após apreendida por mediações e nexos, torna crível a análise constitutiva de representações teóricas que retorna ao real, já como síntese deste real e suas múltiplas determinações, num constante (re)torno ao concreto pensado.

Para nós, geógrafos, pesquisadores, docentes ou não de Geografia, particularmente aqueles preocupados na construção da geografia da EJA, apresentar uma análise crítica a serviço da classe social que está a conformar diferentes arranjos espaciais, variadas escalas, da natureza, vivida e concebida na tensão identidade-alteridade, enfim do espaço concreto e da forma contraditória que

o sistema socio metabólico do capital reproduz, com suas abstrações, objetivamente os desenvolve.

Também importa apreender formas e conteúdo para fundamentar socialmente a educação, seu papel na reprodução e ação humana transformadora de naturezas e relações sociais. Como destaca Pinto (1982), a educação é um processo histórico:

> De criação do homem para a sociedade e simultaneamente de modificação da sociedade para o benefício do homem.
> [...] a.1Segundo o conceito ingênuo (o mais comum), o conteúdo da Educação está definido pela totalidade dos conhecimentos que se transmite do professor ao aluno. São as disciplinas, o currículo do curso, aquele que enche as lições e são objetos da aprendizagem. A pedagogia convencional, oficial (alienada), [...]
> Em primeiro lugar, a educação, como temos mostrado, não deve se reduzir à transmissão escolar dos conhecimentos. Em segundo lugar, o conteúdo da educação não está constituído somente pela "matéria" do ensino, por aquilo que se ensina, mas incorpora a totalidade das condições objetivas que concretamente pertencem ao ato educacional; assim, são parte do conteúdo da educação: o professor, o aluno, ambos com todas as suas condições sociais e pessoais, as instalações da escola, os livros e materiais didáticos, as condições locais da escola, etc. [...] Em terceiro lugar, o conteúdo a educação está submetido ao processo em que ela consiste, [...] porém é algo dinâmico, é fundamentalmente histórico por isso não tem contornos definidos, é variável, não se repete, [...].
> O conteúdo da educação-tal como a forma-, tem caráter eminentemente social e, portanto, histórico. (PINTO, 1982, p. 17).

Da relação entre trabalho e educação desenvolveram-se na história da humanidade, produto e produção social nas sociedades cindidas por classes sociais, diferentes arranjos espaciais que concretamente reproduzem e são reproduzidos contraditoriamente por abstrações. Ou seja, como um produto do trabalho abstrato, o espaço em si e para si adquiriu caráter abstrato, caráter de mercadoria. Objetivamente a propriedade privada capitalista dos meios de produção, a produção de mercadorias e capital, as estruturas e relações a serviço e sob controle social do sistema do capital e das classes dominantes, reproduzem na subjetividade do trabalho uma consciência espacial em que diferenças, divergências, conflitos, antagonismos e interesses de classes são homogeneizados, servindo de:

> Instrumento à dominação, sufoca o que tende a nascer nele e a sair dele. Este traço não é suficiente para defini-lo, mas não há nada de secundário e de acidental. Espaço mortal, ele mata suas condições

> (históricas), suas próprias diferenças (internas), as diferenças (eventuais) para impor a homogeneidade abstrata. [...]
> Ele e somente ele, o espaço instrumental com seu efeito específico e seu objetivo estratégico: o desaparecimento de todo obstáculo, a aniquilação de tudo aquilo que difere. (LEFEBVRE, 2006, p. 143).

Diante do quadro acima exposto é preciso (re)pensar a instrumentalização e meio que se faz do espaço, em particular do espaço escolar. Como alerta Mészarós (1993) é preciso mediações qualificadas, sem, contudo, esquecer que há um conjunto de múltiplas determinações em desenvolvimento no interior de complexos sociais, que não há neutralidade nem isenção ideológica e política na relação objeto-sujeito, já que objetivamente nossa posição é coerente com nossa condição de classe. Ou seja, conscientes ou não, não escapamos das estruturas divididas do trabalho a materializar processos de alienação e estranhamentos intra e extraclasses sociais em que estamos inseridos, pois sofremos suas determinações. Como recorda o autor, o lugar e a posição que ocupamos no espaço produtivo determinam nossa visão e ação no mundo:

> Toda teoria social é necessariamente condicionada pela situação sócio-histórica dos pensadores específicos. E é exatamente o conjunto específico de determinações sócio-históricas que constitui a dimensão ideológica de toda teoria social, independentemente da posição de observação histórica dos pensadores específicos. Ao contrário do que ocorre na ciência natural, os conceitos-chave da teoria social – sejam eles “homem” e “natureza”, “indivíduo” e “sociedade”, “cultura” e “comunidade”, “escassez” e “excedente”, “oferta” e “demanda”, “necessidade” e “utilidade”, “capital” e “trabalho”, “propriedade” e “lucro”, “status” e “interesse de classe”, “conflito” e “equilíbrio”, “polarização” e “mobilidade”, “mudança” e “progresso”, “alienação” e “revolução” etc., etc. – todos se mantêm como conceitos sistematicamente controvertidos e contestáveis. Além do mais, dado o inter-relacionamento dinâmico de todos os fenômenos sociais, independentemente dos aspectos específicos que estejam sendo enfocados em qualquer período dado, em qualquer campo específico da pesquisa social, o que de fato está em jogo é sempre o inter-relacionamento complexo entre a questão específica sob exame e a totalidade constantemente mutável das relações sociais (MÉSZÁROS, 1993, p. 53).

Outra relação importante se estabelece entre o fenômeno imediato, a aparência com a essência e os conteúdos particularmente para os nossos objetos-sujeitos de pesquisa. De outra forma, entre a análise e a exposição do real, seus problemas e mediações, é preciso considerar e compreender que:

> [...] a primeira condição prévia de um estudo realmente científico que, segundo as palavras de Marx, “seria supérfluo se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Trata-se, de uma parte, de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista. Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta ultrapassagem simultâneos do ser imediato é precisamente a relação dialética [...] (LUKÁCS, 1981, p. 68).

Como bem observa o autor, entre o desenvolvimento da lógica ontológica hegeliana e o projeto marxiano, as teses de Feuerbach propuseram como princípio material a entidade do ser, ou seja, a primazia da materialidade sobre as representações, dos objetos sobre os sujeitos ou ainda a determinação do trabalho e produção sobre os domínios da reprodução social, como sobre o complexo ideológico da formação e educação:

> A filosofia hegeliana é a supressão da contradição entre o pensar e o ser, como particularmente Kant a exprimiu, mas, cuidado! É apenas a supressão dessa contradição no interior da contradição – no interior de um só e mesmo elemento – no seio do pensamento. Em Hegel, o pensamento é o ser; o pensamento é o sujeito; o ser é o predicado. A lógica é o pensamento no elemento do pensamento, ou o pensamento que pensa a si mesmo: o pensamento como sujeito sem predicado, ou o pensamento que é ao mesmo tempo sujeito e predicado de si mesmo. [...] Hegel só pensou os objetos como predicados do pensamento que pensa a si mesmo. (FEUERBACH, 1988 *apud* CHASIN, 2009, p. 42).

Empiricamente nosso percurso articulou duplo movimento/momento, análise e exposição, e o fizemos munidos da estratégia que articula à revisão bibliográfica e ao levantamento de documentos oficiais, o desenvolvimento de trabalhos de campo. Entendemos que a singularidade do trabalho de campo está para a produção de conhecimento geográfico não como mero exercício de observação e descrição de paisagens, mas enquanto compreensão da dinâmica e interesses difusos, contraditórios e em disputa por diferentes projetos de classes sociais, particularmente na escala que desenvolvemos, o espaço escolar da EMEF

Francisca Moura, localizado na periferia da capital paraibana, a cidade de João Pessoa.

Temos clareza dos limites que a escala do trabalho impõe e não podemos generalizar os achados de pesquisa, que servem apenas de orientação no tempo e espaço da análise realizada. Elaboramos roteiros sem pretensão quantitativa para conversa informal e, quando necessário, realizamos entrevistas semiestruturadas junto aos objetos e sujeitos de nossa pesquisa, os trabalhadores desempregados da EJA. Conforme a necessidade, usamos técnicas de registro e imagens como fotografia; e instrumentos, como gravadores e celulares digitais, além do uso de Sistema de Posicionamento Global – GPS, para localização do fenômeno observado e elaboração de mapas. Chamamos atenção dos diversos momentos e da complexidade que envolveu as idas e os retornos do trabalho de campo que, para Alentejano e Rocha -Leão, (2006), são ferramentas a serviço dos geógrafos desde que articuladas à teoria, o que possibilita a conexão do empírico ao teórico.

Como momento inicial, revisamos historicamente o desenvolvimento bibliográfico das relações entre trabalho e educação no Brasil, assim como o tratamento daquelas relações pelos conhecimentos geográfico e na pedagogia.

Num segundo momento, preocupamo-nos em desvelar, através da crítica a documentos oficiais, aquilo que muitas vezes é subentendido ou mesmo omitido em regulamentos, resoluções e leis. Revisamos jornais e boletins informativos de comunicação entre a categoria dos professores e a direção de órgãos de classe, como o Sindicato de Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba – SINTEP/PB. Pesquisamos documentos e revisamos bibliografia em bibliotecas públicas municipais, do Estado e acadêmicas, também instituições de pesquisa como a Fapesq/PB e o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – IHGB. Os anos anteriores à COVID-19 de 2017 e 2018, quando instituições e empresas tiveram seus espaços com circulação limitados, nos permitiram trabalhos de campo.

Citando Thompson (1978, 1981) e Gramsci (1966), as autoras Evangelista (2012), Evangelista e Shiroma (2019) e Shiroma, Campos e Garcia (2005), constroem em vários artigos, em particular *Apontamentos para o Trabalho com Documento de Política Educacional,* o caminho possível para analisar criticamente as reformas no sistema educacional através de análise crítica de documentos oficiais, como relatórios, diretrizes e pareceres publicados pelo Estado, agências multilaterais e organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial-BM, Fundo

Monetário Internacional-FMI, da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura – UNESCO, dentre outras.

Numa passagem brilhante, resgatam em Gramsci que todos os homens são filósofos e carregam um modo de vida e de pensar, uma “visão de mundo”, e que, portanto, suas condições econômicas e a posição na estrutura social é uma das várias determinações em sua consciência.

É nosso interesse pesquisar os documentos oficiais que institucionalizaram o trabalho intermitente via reforma do trabalho (BRASIL, 2017) e a Resolução 01/2021, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos Aspectos Relativos ao seu Alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assim como à Educação de Jovens e Adultos a Distância (BRASIL, 2021). Compreendemos que parte da análise crítica dos conteúdos essenciais presentes naqueles documentos oficiais pode desvendar, de maneira tal, as relações, os interesses e os conflitos, ou seja, as contradições em disputa de diferentes projetos e interesses aparentemente negados e omitidos. Essencial dizer que tempo e espaço são reveladores precisos no processo de pesquisa:

> Todos os documentos são importantes, em graus diferenciados, e expressam determinações históricas que estão no cerne do *corpus* documental. Entretanto, isto não está dado na fonte em si; é necessária uma reflexão de largo espectro – uma decomposição da fonte, uma separação entre essência e aparência – para que a sua vida apareça. Para se pensar com maior precisão no *corpus* documental é preciso definir local e período da pesquisa, o que se consegue com os aportes teóricos preliminares e com algum domínio da “história” do tema. Ainda que o *locus* e o tempo sejam provisórios, eles permitirão localizar e selecionar fontes, o que depende de inúmeras variáveis, entre elas a de sua acessibilidade, dados que as fontes estão dispersas e nem sempre disponíveis imediatamente.
> Ressalte-se que um *corpus* documental consistente não é composto de imediato – só ficará completo depois de um bom tempo de recolha e trato do material -, mas sem uma base empírica não é possível desenvolver o trabalho. No caso de estudos na área de política educacional, é mister compreender por que se escolhe uma fonte e não outra e se esta se presta para o tipo de investigação que se pretende. [...] (EVANGELISTA, 2012, p. 59).

Mais adiante, a autora, ao definir documentos, afirma que estes são produtos históricos, localizados, compostos por informações selecionadas, avaliações, análises, tendências, recomendações e proposições. Expressam e resultam uma

combinação de intencionalidades, valores e discursos, constituídos e constituintes do momento histórico. Assim, ao se tratar de política educacional, é preciso ter clareza que eles não expõem “verdades” e intenções de seus autores, nem a “realidade”, mas são fontes de concepções, permitem captar a racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados. A interrogação metódica desse tipo de evidência procura apreender suas incoerências, seus paradoxos, seus argumentos cínicos ou pouco razoáveis. Trata-se de desconstruí-los para captar aspectos da política educacional da qual são, simultaneamente, expressão e proposição (EVANGELISTA, 2012, p.60).

No terceiro e último capítulo, dialogamos prática e teoria, a partir das entrevistas, sobre o aporte teórico e categorial onto-histórico do trabalho alienado, o desemprego estrutural, a divisão do trabalho, a abstração do dinheiro, o estranhamento e a humanização.

De outra maneira, seja pela análise crítica de documentos oficiais ou na formação dos trabalhadores desempregados, o aprofundamento da divisão do trabalho e a alienação dos trabalhadores na educação para o mercado de trabalho reproduz socialmente a proletarização seletiva de homens e mulheres e faz avançar formas e conteúdos humanos sob controle socio-metabólico do capital, contraditoriamente, à crise de interiorização, como propõe Mészáros (2016), abrindo possibilidades, mesmo que sob a condição de humanidade descartada, esvaziadas e sem sentido existencial, de resistência e consciência emancipatória e revolucionária.

Encaminhamo-nos para delinear historicamente nossos objetos-sujeitos de pesquisa e, pela descrição, revelar quem são esses homens e mulheres, a qual classe pertencem, que posição ocupam no processo produtivo e no conjunto mais amplo da classe trabalhadora, os quais, vivendo a condição do desemprego, retomam a educação formal e escolar nas fileiras da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Estes e outros problemas, buscaremos elucidar.

2.1 Nossos Objetos-Sujeitos de Pesquisa no Espaço Escolar da EMEF Francisca Moura

Pensando na imanência com Marx (2013), o capital é unidade do duplo processo: produção de mais-valia e valorização do valor; e, portanto, a reprodução

social da força de trabalho é incorporada ao capital como meio de valorização, sem poder desligar-se dele, mas submetendo-se de forma velada a constituir, na realidade, um momento de reprodução do próprio capital. Assim a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado, o qual o autor definiu, numa nota de rodapé, do ponto de vista econômico, apenas como o assalariado que produz e valoriza o "capital" e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do "*Monsieur* Capital", ou seja, proletário não apenas é produtor de mais-valia, mas sobretudo de capital e dos processos de valorização do valor (MARX, 2013, p. 690).

Entendemos o capital não como coisa, mas como relação social que presume trabalho objetivado, portanto, trabalho morto. Assim produzir capital é (re)produção simultânea de trabalho e força de trabalho constantes e renovadas, é simultaneamente produção de mercadoria e mais-valia, ao tempo em que valoriza o valor, o capital. Dessa lógica, depende a progressiva produção de uma massa sobrante e de reservas sempre dispostas e disponíveis de força de trabalho que, de forma crescente e centralizada, acelera e expande o regime ampliado de acumulação, fonte inesgotável a dinamizar, conforme o interesse do capital. Nesse processo, são possíveis mudanças do componente variável daquele constante, ou seja, manipulação da exploração e dos componentes variáveis da composição orgânica do capital a serviço da acumulação e centralização do capital. Segundo Marx, uma população sobrante, descartada, é da estrutura da:

> Acumulação capitalista [que] produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (2013, p. 705).

E prossegue a necessidade orgânica de mudanças na composição variável ou constante do capital, que determina, entre outras demandas, o uso de trabalhadores ocupados, parte variável do capital, que se contrai ou cresce conforme as violentas flutuações e a produção transitória de uma superpopulação, ora absorvendo ora descartando uma massa de trabalhadores proletarizados ou não. Assim conclui o autor:

> Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei da população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas.
> [...] Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 706-707)

Embora vivendo outro momento histórico e geográfico de caráter menos complexo e desenvolvido das forças produtivas e do trabalho, a crítica ao capitalismo que o autor realizou é atual e revelou, para nossos objetos-sujeitos de pesquisa, como lei e princípio que dinamiza contradições que são estruturais e estão presentes na contemporaneidade. A necessidade contínua, expansiva e massiva de formação de um contingente e massa de desempregados é pressuposto do desenvolvimento e expansão da acumulação do capital:

> Uma nova expansão, a qual é impossível na ausência de material humano disponível, isto é, se o número dos trabalhadores não aumenta independentemente do crescimento absoluto da população. Ela é criada pelo simples processo que “libera” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada. Toda a forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregado ou semiempregada. (MARX, 2013, p. 708)

Se o desemprego é mecanismo histórico e estrutural a atualizar contraditoriamente a dinâmica crescente da acumulação e centralização do capital, conforme os momentos de expansão ou de estagnação, a forma estrutural que assume o desenvolvimento do trabalho na contemporaneidade, no limite, na situação e na condição nova que vive parte crescente dos trabalhadores, em particular os proletarizados, como observa Mészáros (2002, 2016), repõe demandas novas e urgentes no processo de interiorização de valores, ideias e visão de mundo conteúdos essenciais na formação e educação do conjunto da massa e da classe trabalhadora.

A lei geral de acumulação capitalista regida pela moderna divisão do trabalho requer, entre outras condições, estrutura-se em força, mente, conhecimento, energia e trabalho sempre renovados e, no limite, mulheres e jovens conformados, apassivados e qualificados apenas para o mercado de trabalho, mesmo que a contradição presente nas relações e processos de trabalho no desenvolvimento das forças produtivas e a educação para o trabalho simples se destine para os trabalhadores; e para a burguesia, formação humana e conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade articulada aos conteúdos técnicos e de gestão social, com claro corte de classe social no acesso, na apreensão e produção dos conhecimentos e habilidades requeridos na contemporaneidade.

É parte do discurso oficial e do ideário burguês o reclame da pauta de que o problema do desemprego é a falta de mão de obra qualificada, ao mesmo tempo que milhares estão nas ruas, alienados pela divisão do trabalho. O trabalho nas indústrias e fábricas, além de superespecializar o proletariado moderno, joga-os na alienação do trabalho esvaziado de qualquer sentido, os coloca numa posição de estranhamento social e político e na negatividade do trabalho abstrato. O esgotamento da energia e do metabolismo do trabalhador que, vivendo a condição de força de trabalho superexplorada num país semiperiférico do sistema capitalista, a dominação é tamanha na contemporaneidade que:

> O consumo da força de trabalho pelo capital é tão rápido que, na maioria das vezes, o trabalhador de idade mediana já está mais ou menos acabado. Ou engrossa as fileiras dos supranumerários, ou é empurrado de um escalão mais alto para um mais baixo. É justamente entre os trabalhadores da grande indústria que nos deparamos com a duração mais curta de vida. (MARX, 2013 p. 717).

Passados o momento de ascensão histórica das conquistas política, econômicas e sociais e das inúmeras crises cíclicas o desenvolvimento do capitalismo em seu momento mundializado, na escala planetária, e a crise estrutural na contemporaneidade, renova-se aquelas condições e mecanismos de superexploração agora articulado à polivalência nas atividades.

A nova condição, a partir de 1990 e na primeira quadratura histórica do século XXI, de reestruturação produtiva, do capital e do trabalho, da acumulação ampliada e flexível do capital na escala internacional, impôs o avanço de ajustes econômicos, estruturais e ideológicos necessários aos processos de revalorização e valor de

antigos e novos espaços em países periféricos e semiperiféricos, como o Brasil, de economia dependente e tecnicamente atrasado, imposição determinada pela crise econômica estrutural e ideológica de interiorização social dos interesses do capital na escala mundial (MÉSZÁROS, 2002, 2016).

A solução pela via da reestruturação produtiva, entre outras características, fez avançar a financeirização da vida e da economia no plano do capital e do trabalho abstrato, retirou a capacidade direta do Estado ao reduzir gastos e investimentos públicos em políticas sociais e do trabalho; privatizar setores inteiros da economia; e para o conjunto da classe trabalhadora em particular, o proletariado moderno lançou-os, sem haver qualquer redução horizontal ou latitudinal, como propõem as teses do fim do trabalho, ao desemprego estrutural.

Como recorda Harvey, sua tese é de que:

> Temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. [...] Para os trabalhadores, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho. (HARVEY, 2009, p. 257).

Nosso recorte espaço-temporal a partir, do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002), pode ser explicado pelo avanço do neoliberalismo na economia política do Brasil, momento de aprofundamento de privatizações e, da concepção no estado brasileiro de programas assistencialistas e compensatórias na política educacional. Forma que o Estado burguês ajusta a correlação de forças intra e interburguesias, no plano internacional, com rebatimentos na correlação de forças entre as classes dominantes locais e suas frações e interesses burgueses em rearranjo e acomodações.

Do período FHC até os dias atuais, as autoras observam que, apesar de expressiva, ações, projetos e programas na escala da EJA, continuam predominando políticas frágeis, pontuais e desarticuladas sob o ponto de vista institucional; e aligeiradas sob o ponto de vista da qualidade. E mais, para compreender a história da EJA no Brasil enquanto educação, é preciso observar a quem se destina:

> Àqueles que na idade própria não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (LDBEN nº9394/96, art. 37), consideramos fundamental a percepção de seu caráter de classe, bem como a consequente percepção de que seu público é formado essencialmente por trabalhadores, ou seja, por aqueles "que vivenciam diversas interdições que as profundas assimetrias de poder inerentes à sociedade capitalista impõem à classe trabalhadora" (RUMMERT, 2006, p. 124). Assim é necessário observar o processo de configuração da EJA como parte do contexto de reformas da educação, no quadro mais amplo das reformas institucionais de matriz neoliberal do Estado brasileiro que, por sua vez, é marcado por profundas relações com o contexto político internacional, nos marcos da nova ordem econômica. (VENTURA, 2008 p. 19).

A constituição histórica da política educacional da Educação de Jovens e Adultos – EJA, apesar de popular, foi tutelada pelo Estado burguês no Brasil, que controla ações, programas e projetos educacionais. Mais recentemente, a gestão de Luís Inácio da Silva, entre os anos de 2002 e 2010, adotou como política pública, por exemplo, a expansão quantitativa, sem sucesso para universalizar o acesso ao ensino básico e mesmo profissional. Lembremos da nossa condição semiperiférica na escala das nações e internamente a condição e divisão de classes sociais a impedir o acesso, manutenção e apropriação de conhecimentos e habilidades requeridos pela formação humana geral e técnica, conforme destaca (MACENO, 2019).

Apesar de importante a expansão numérica e estrutural, portanto apenas no plano formal, não efetivou a universalização do acesso nem tampouco de conteúdos e habilidades para o conjunto mais amplo dos jovens, adultos em especial os trabalhadores. Compreendemos ainda que parte da razão desses limites está na sociedade cindida por nossa história colonial escravista e na condição que ocupamos na divisão internacional do trabalho. Por essas condições é que entendemos que a universalização do acesso à educação e formação não passa de discurso e retórica, como apontam Lessa (2007 e 2016) e Maceno (2019).

Ao tensionar diversidade e classes sociais na análise crítica de documentos oficiais oriundos dos Encontros Nacionais de EJA – ENEJAs, dentre outros espaços de produção do conhecimento, Ventura (2008) se apoia nas teses da precarização do mundo do trabalho na conformação da identidade dos sujeitos da EJA. A polissemia que assumiu o desenvolvimento do trabalho, suas formas fragmentadas

adequadas para atividades de baixa qualificação e trabalho simples, no limite, estão alinhadas às necessidades rebaixadas da compra e venda de força de trabalho e massa salarial.

A partir da categoria trabalho simples, a autora dialoga criticamente com a noção pós-moderna da diversidade e constrói sua análise à tese idealista da "Educação ao Longo de Toda a Vida", noção política e ideológica a nortear a educação para o século XXI. A oferta de educação à disposição de jovens e adultos trabalhadores, circunscrita aos saberes mínimos necessários para a execução de tarefas simples e de baixíssima complexidade na nova divisão do processo de trabalho capitalista, alívio para a situação de extrema pobreza, termina por aprofundar desigualdades sociais e de acesso aos conteúdos científicos fundamentais para uma formação crítica e de dirigentes sociais. (VENTURA,2008, p. 240).

O exame de programas e projetos de política educacional a partir de 1990 revela a concepção que fundamenta a EJA pelo Estado e sociedade civil, as reformas e o reordenamento do Estado em um país semiperiférico. O mercado, grande regulador da política educacional, esvaziou as pautas e bandeiras de luta estruturais dos movimentos sociais com a mediação do terceiro setor, centrado na sociedade civil, na mercantilização da questão social e no distanciamento do Estado como solução de contradições econômicas e políticas.

O esvaziamento das pautas político-econômicas no interior do Estado articulou cooptação e "teoria da ação comunicativa", interações sociais, de grupos e frações de classe contra hegemônicos com a participação de Organizações Não Governamentais – ONGs na escala do Brasil, desenvolvendo ações e projetos na EJA. Segundo a autora, o que é pior o esvaziamento da natureza classista como se os interesses das classes dominantes fosse os mesmos dos trabalhadores:

> Essa concepção de uma sociedade civil interessada no bem comum, sem contradições de classe, onde todos são chamados a exercer sua responsabilidade social, vai ao encontro da hegemonia do capital, visto que consegue direcionar grande parte das insatisfações da classe trabalhadora para o trabalho voluntário e paliativo. (VENTURA, 2008, p. 247).

E o faz com a mediação de conceitos, tais como, cidadania, participação, direito, representação, empreendedorismo, capital humano, entre outros,

ressignificados de forma a distanciá-los de uma interpretação conflituosa das relações sociais (VENTURA, 2008, p. 248), ou seja, esvaziam-se os conteúdos de classe, seus difusos interesses e função social.

A análise crítica de documentos oficiais realizada nas formulações presentes nos Relatórios Delors e na Declaração de Hamburgo, afirma a autora, está a contribuir para manter e ampliar a hegemonia burguesa via controle social. São ações de manutenção da ordem que, pelo consenso, regula insatisfações e lutas coletivas na promessa de mudanças, desde que no plano individual. Ao tempo, observa a autora:

> Ocultar e/ou negar as possiblidades de transformações estruturais da sociedade capitalista, as contradições e os conflitos de classes e a exploração da força de trabalho, ao adotar a renda e o consumo como os fundamentos da hierarquização social. Consequentemente, a ideia de educação ao longo da vida coaduna-se ao "tom" internacional de garantir a governabilidade, isto é, a coesão e o controle social e de aliviar a pobreza no mundo [...]. (VENTURA, 2008, p. 242).

Dessa forma, a EJA é marcada pela condição de classe social que estrutura as relações capital e trabalho sem escapar da diversidade de elementos extraeconômicos, o que contradiz qualquer reducionismo economicista, ou seja, embora a posição ocupada na produção de mais-valia e de capital determine processos de formação, de consciência e subjetividade dos trabalhadores desempregados, a condição negra, de gênero, etária, de origem, dentre outras identidades, está a revelar na contemporaneidade que as forças do trabalho, ao se complexificarem, assumem socialmente:

> Expressiva parcela da população que, mesmo possuindo as mais diversas e diferentes experiências de vida (mulheres, negros, homossexuais, jovens etc.), têm a existência marcada por situações adversas, por vezes aviltantes, de produção da própria sobrevivência, sujeitando-se à venda (ou pior, à agonia da procura por um trabalho que não existe), em condições cada vez mais precárias (dissimuladas ou não), de sua força de trabalho. (VENTURA, 2008, p. 252).

A autora, ao resgatar a perspectiva de classe na relação entre trabalho e educação de jovens e adultos, defende que não é anacrônico nem uniformizador, mas nos permite aprimorar o foco da crítica, reconhecendo que ir mais fundo na

crítica ao neoliberalismo é fazer oposição ao capitalismo – núcleo duro das relações sociais vigentes. E mais adiante, descreve a particularidade na identidade de classe dos sujeitos de EJA no Brasil:

> Basicamente, a EJA tem sido uma educação limitada a suprir um déficit escolar acentuado de uma massa de mulheres, homens, negros etc. que sobrevivem do seu próprio trabalho; portanto, é a classe trabalhadora com as suas mais diversas identidades, o grande público da EJA. Desse modo, apesar do corte geracional, a EJA nesses países refere-se, mais do que à faixa etária (jovens e adultos, ou seja, "não crianças"), a uma luta, daqueles que vivem do trabalho, pelo direito à educação. Nesse sentido não se refere a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas, relativamente homogêneo, que vivenciam variadas situações de produção da existência na sociedade contemporânea, mas todas elas ligadas, no mundo do trabalho, à execução de trabalho simples. (Idem, p. 253).

O núcleo mais importante de sua tese, a nosso entender, é o desenvolvimento da noção de pertencimento de classe, considerando a centralidade concreta e real do trabalho simples e complexo nos domínios da pedagogia e da educação da classe trabalhadora e sua particularidade na EJA. Permitiu-nos dialogar com nossos objetos-sujeitos de pesquisa, trabalhadores desempregados, com experiências diversas, tais como: marceneiros, domésticas, operadores de máquinas, auxiliares de escritórios, homens e mulheres de maioria negra, moradores do bairro periférico de Mandacaru, historicamente de origem operária, localizado na capital, João Pessoa, Estado da Paraíba.

De forma intensa e no limite, a estrutura que flexibiliza a economia e a produção é a mesma que contraditoriamente impõe ao conjunto mais amplo dos trabalhadores, em particular o proletário moderno, a situação de homens e mulheres que, vivendo da venda da força de trabalho, são descartados. A condição de desemprego e a impossibilidade de vender sua força de trabalho no mercado formal de trabalho, na perspectiva da formação da escola do trabalho, é viver a alienação em sua plenitude, como adianta Antunes (2018). Mészáros (2016) chama a atenção para o caráter estrutural que adquiriu a crise do capital na contemporaneidade e a emergência que assume a crítica à reprodução social da alienação do trabalho e dos trabalhadores.

Dessa maneira, sabemos que não vamos esgotar todas as indagações nem é nossa pretensão, embora continuemos a questionar: que rebatimentos na formação da consciência a nova condição e posição dos trabalhadores no processo produtivo reproduz em sua existência? E mais, é possível universalizar a apreensão de conhecimento e as habilidades acumulados pela humanidade numa sociedade cindida por classes sociais, em particular quando frações crescentes de trabalhadores estão desempregadas ao tempo em que avança espaços, relações e trabalho alienados?

Mas como o conhecimento geográfico, ao relacionar natureza e sociedade pelo espaço, avançou internamente na reflexão da natureza ontológica e dos dilemas do trabalho e da educação, em particular a EJA? Antes de darmos continuidade, as disputas teóricas e metodológicas das relações entre trabalho e educação expostas no capítulo inicial são analisadas criticamente em documentos oficiais que regulamentam o trabalho intermitente, presente na Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017) e que legalizam as operações na EJA no junto a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil,2021).

São ações que, ao tempo em que flexibilizam e expandem a divisão do trabalho, impõem ideologicamente um conjunto de valores e ideias no processo de ensino e aprendizagem no interesse do capital. Para nós, esse movimento é expressão de contradições vivas na materialidade do regime de acumulação tais como a crise de interiorização de valores e ideias, produção de valor e valorização do capital, presentes e em crise latente junto a processos de controle social naquilo que sustenta o “edifício” do capital, sua relação de exploração e dominação da força de trabalho e dos trabalhadores nos complexos de reprodução sociais.

Já nos encaminhando aos problemas teóricos do espaço, sua relação com a natureza, a sociedade e o trabalho abstrato, há autores que repõem o espaço geográfico nos discursos contraditórios com o fim de ponderar a “*organização da vida social, tornar inteligíveis as práticas sociais e intervir em sua conduta e consequências”*[8] (GREGORY, 1996, p. 91). Preocupado com a totalidade e o movimento contraditório, é preciso cruzar fronteiras disciplinares o que exige uma prática, no campo da geografia, com ações inter escalares com o lugar, o território e o espaço, adquirindo abrangência não apenas como rede, forma ou função, ou ainda

[8] Grifos nossos para o sentido que assume as práticas no espaço, seus limites e consequências. A prática em sala de aula na escola, a prática nos sindicatos, as intervenções acadêmicas ou não.

como mudança de localização espacial, numa lógica espacial linear e matemática, apenas reflexos, mas constituintes da importante condição dentro do que se constroem as redefinições e se travam os conflitos constituintes da dinâmica social (NETO E FERREIRA, 2014, p. 10).

É preciso lembrar que não há espaço sem homens e mulheres, não há humanidade sem primeira nem segunda natureza, sem um “chão ecológico”, e que os diversos domínios da realidade estão em interação constante, tendendo socialmente ao conflito. Também que a atual quadratura e dinâmica histórica na virada dos séculos XX para o XXI, em que necessidades e liberdades humanas entram em crise, projetam-se disputas, conflitos, limites e possibilidades sociais do/no território e nos mais diversos espaços sociais e do trabalho. Desse modo, é preciso levar em conta, na análise crítica e histórica do espaço, a natureza do método materialista histórico e dialético como visão de mundo, o que implica desenvolvimento de dinâmicas espaciais e práticas, como nos recordam Candido (2017, p. 24), Gregory (1996) e Moreira (2009), portanto, implica trabalho. Para esse último o espaço é uma unidade de contrários já que reúne uma síntese contraditória entre diversidade e unidade, identidade e diferenças, portanto, conflitos eis o ser do espaço. A centralidade espacial estabelece a identidade como olhar da referência, enquanto a alteridade estabelece a diferença (MOREIRA, 2009, p. 168).

Se o espaço é produto do trabalho humano na natureza, é transformador social e natural que adquire feições e interesses diversos, o processo de produção da primeira e da segunda natureza no capitalismo, de mercadoria, carrega simultaneamente especificidades no desenvolvimento histórico do ser da força de trabalho, mas mais intensamente nos processos de humanização do gênero humano. É preciso revelá-las e não as tornar mais invisibilizadas diante da (re)produção de ideias, valores, ideologias e fetiches no interesse das classes dominantes. Como construir esse diálogo entre trabalho e educação, mediado pelo espaço produto do trabalho abstrato com o exercício de controle que o Estado tem sobre os complexos da reprodução social, foi o que tentamos desenvolver na pesquisa, formatada em três capítulos.

2.2 Relações Espaço e Sociedade – A Geografia Crítica da Forma e da Técnica

> É que à história não são estranhos os avanços e os retrocessos, nem dela são próprios os passos automáticos ou simplesmente em linha reta. E, nos últimos quinze anos, estivemos submersos ao historicamente velho, que se reproduziu de forma veloz e ampliada, inchou e se estendeu por toda parte. As vistas ficaram enevoadas, e a bruma que se formou tem dificultado a percepção da reemergência do efetivamente novo, ao passo que não pouco galho seco tem sido tomado por ele. Confusões se estabeleceram, inversões foram criadas, convicções insustentáveis se cristalizaram, debilitamentos de toda ordem se viram efetivadas. E a tudo isso, agora, paga-se ônus pesado. Os descaminhos cobram seus tributos, quando a própria força da realidade se põe a resgatar e a levar adiante a construção do concreto e verdadeiro. (CHASIN, 2000).

Articular sociedade e espaço pela mediação do trabalho não é procedimento novo e, na geografia brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, geógrafos embora tenham tentado pensar uma “ontologia” do espaço para além da reafirmação do campo gnosiológico do conhecimento, geógrafos produziram a reafirmação necessária de uma epistemologia geográfica crítica, diante do avanço das teses positivistas e neokantianas, como observa Moreira (2009) e Menezes (2016).

George (1969) dedicou um capítulo em *Sociologia e Geografia* à temática trabalho, mas pouco avançou na reflexão dos trabalhadores e, sempre quando descreveu a particularidade do rural e do urbano, o fez pela demografia e sociologia em suas análises. A reflexão geográfica foi secundarizada, com o espaço desigualmente descrito e formalmente concebido por tipologias estruturais, com a unidade da geografia como um mosaico de correlações possíveis e diferentes métodos, tais como o método dialético, o comparativo e certo relativismo. A geografia caminhou como um mosaico entre a descrição e a análise, ocupando-se da posição, localização e situação como os primeiros passos para se compreender os espaços relacionais. Os temas giravam em torno da relação sociologia e geografia, sem qualquer preocupação com a totalidade:

> -o tema do trabalho, que é o tema das atividades e o da produção;

> -o tema da existência, subdividido em três ramos: habitação, consumo (utilização dos recursos, lazer, cultura etc.) e movimentos. Ambos são temas para estudos pluridisciplinares compreendendo uma abordagem geográfica e uma abordagem sociológica, sendo que estas duas disciplinas permitem apenas um enfoque incompleto [...]. (GEORGE, 1969, p. 91).

O autor na categoria do trabalho e dos movimentos migratórios apesar de tratá-los sua forma é meramente descritiva, sem fazer alusão a mediações contraditórias presentes no capitalismo de segunda metade do século XX, nem tampouco ao movimento da totalidade viva do trabalho e do capital.

A geografia, ciência de síntese na escala regional e local, é uma das quatro facetas e deve responder à pergunta: onde? Mas para obter uma resposta satisfatória, é necessário reagrupar os dados refletidos na sociologia, economia e tecnologia, ou seja, basta fazer um apanhado de dados empíricos, sendo específico da geografia o desenvolvimento de dois momentos: assegurar o contato com as condições da aplicação e eficácia do trabalho, assim como intervir na ocasião dos balanços de síntese dos resultados e dos limites do trabalho (GEORGE, 1969, p. 94). Dessa maneira todo potencial que carrega da geografia na relação que seu objeto estabelece, o espaço, da natureza com o desenvolvimento humano e a humanidade pelo trabalho, ou seja, conhecimento capaz de produzir sínteses se descola das contradições inerentes ao modo de produção e reprodução social capitalista, com o espaço geográfico resultando apenas de localizações otimizadas.

Assim sua descrição formal tipifica, por exemplo, movimentos migratórios populacionais humanos sem apresentar a gênese e a natureza de diferentes posições sociais, interesses, valores e determinações de classes sociais quanto à propriedade privada dos meios de produção e aos conflitos por terra, trabalho e vida em movimento na totalidade do desenvolvimento e da história do capitalismo:

> [...] o movimento insere-se de alguma forma no eixo do trabalho e da existência e, por isto mesmo, liga um local de trabalho e um lugar de existência atual ou abandonado. A procura por trabalho é o primeiro motor responsável pelos deslocamentos periódicos ou definitivos: a migração em direção aos locais de emprego, migração temporária, individual ou familiar, migração sem esperança ou sem intuição de retorno. O acesso cotidiano ao trabalho provoca movimentos entre distâncias menores, os chamados movimentos pendulares ou migrações cotidianas do trabalho. [...]. O estudo geográfico de um movimento inclui o conhecimento dos termos de partida e de chegada, do itinerário, da frequência do deslocamento, de sua

> inserção no tempo, dos meios utilizados, do número de indivíduos envolvidos no movimento. [...] (GEORGE, 1969, p. 156).

E faz coro aos autores defensores da tese da integração e da globalização para explicar o trabalho na sociedade capitalista a partir de estruturas globais de produção na descrição da industrialização e da atividade industrial. Para o autor a indústria envolve ao mesmo tempo um sistema de relação e solidariedade e a dissociação no espaço e na própria forma das atividades do trabalho e da globalidade da produção. Suas tipologias estruturam numa escala do Estado uma sociedade composta por técnicos altamente especializados e economias bancárias e comerciais, embora caminhando ao equilíbrio (GEORGE,1969, p. 121).

Apesar de apresentar o tema sua relevância do ponto de vista da centralidade do trabalho enquanto categoria ontológica, mediação da sociedade e da produção do espaço, pouco ou quase nada contribui o autor, o que não o faz menor, pois coloca a dimensão do trabalho na estrutura do pensamento e da produção do conhecimento geográfico, mesmo sem considerá-lo para avançar na análise contraditória da totalidade social e econômica em movimento. Mediações presentes na teoria do valor e do trabalho como o dinheiro, as mercadorias, o valor de troca, entre outras, não estão articuladas naquele momento inicial da episteme da geografia crítica.

De outra forma, Silva (1978), em *O Espaço Fora do Lugar*, traz contribuições importantes para o método geográfico, a elaboração de hipóteses, a pertinência das entrevistas e articula possíveis caminhos, dependendo das hipóteses: pesquisa de campo, pesquisa laboratorial e reconstrução histórica. Ainda neste artigo, sem a preocupação com o desvelar das categorias que viriam a ser objetos de análise posteriormente, o autor não supera a lógica formal e descritiva então hegemônicas na geografia, ao afirmar que, entre as particularidades da ciência geográfica, está estabelecer em que medida ou como ela encara o espaço geográfico enquanto categoria de síntese. O limite não está na redução da geografia numa síntese “em si”, mas na forma como a síntese é obtida através dos chamados princípios da geografia, a saber: extensão, repartição da correlação e atividade (SILVA,1978, p. 81).

Após essa observação, o autor desenvolve argumentos metodológicos para a reflexão geográfica tanto de observação, entrevistas e construção de hipóteses, sem abandonar aquela tese da geografia como ciência de síntese. Para o autor:

> O espaço geográfico não se confunde com o espaço físico, o espaço social, ou o espaço econômico, enquanto tratados pela física, pela sociologia ou pela economia. Ele pode ser difundido como a área compreendida entre as camadas inferiores da atmosfera e a parte superior da superfície terrestre, onde se desenvolvem as atividades humanas e, de um modo geral, a vida em seus diversos níveis de configuração. [...] (SILVA, 1978, p. 81).

No entanto, em *Geografia e Lugar Socia*l e *Produção do Espaço e Valor*, ambos de Silva (1991, 1996), o sociólogo desenvolve categorias importantes para a compreensão das relações do espaço com as sociedades, do valor e dos processos históricos de valorização do espaço. Nesse sentido, a preocupação em consolidar a epistemologia propriamente geográfica ao dialogar com categorias marxianas, como as teorias do valor do trabalho, repõe o espaço como dimensão a ser considerado no vir a ser da sociedade, já que produto humano e das contradições entre sujeitos e relações sociais trabalho e capital:

> Que é reconhecida como base de um sistema que é responsável pelas desigualdades, que devem desaparecer na busca de um objetivo humano coerente com o desaparecimento das contradições que põem os homens como inimigos entre si. Isso é possível porque o espaço é produzido pelo próprio homem, que dele pode então dispor, na construção de uma sociedade sem a exploração de um ser pelo outro. (SILVA, 1991 p. 10).

E continua a chamar atenção para a necessidade de uma geografia social, política e ideológica capaz de combater os processos de dominação, exploração e opressão e de espacialidades diferenciadas e seus limites na produção de falsa consciência. Só que, na sequência a solução metodológica pela subtotalidade, muito mais do que caminhar pelas contradições do espaço real, tem a preocupação com a positivação/ reafirmação epistemológica crítica na produção do conhecimento geográfico, o que compromete parte da reflexão realizada, segundo Menezes (2016). Para esse autor o potencial é de “fincar” firmes raízes no real, no confronto com as formações socioespaciais, decorre daí a legalidade ao recorte ontológico do

real. A construção da noção de subtotalidade parece não fragmentar já que pressupõe natureza, cultura e política em evidências:

> [...]. É que a ideia de subtotalidade não elimina os componentes do real, mas as põe em evidência na dimensão do conhecimento especializado. A existência do lugar social e do homem social não faz desaparecer o natural e o econômico, assim como pressupõe a existência do político e do cultural. A subtotalidade não é, por isso, um sistema fechado (Idem p. 11).

Vamos concordar parcialmente ao desenvolver a análise ontológica do espaço, a saída pela solução inusitada: a geografia como um subsistema ou, como ele denominou, uma “subtotalidade”, o que em tendencia pode comprometer sua reflexão no interior e na construção da geografia social. Sem abandonar a tese da centralidade dos diferentes modos de produção na conformação de difusas formações socioespaciais, o autor Silva (1991) prossegue sua “pegada” estruturalista, formal e, no limite existencial do espaço, a abordagem da renda da terra e do monopólio da propriedade ao relacionar valor de uso a valor de troca, fazendo referências à Harvey (1978).

Assim os lugares sociais assumem os modos de produções que, por si sós, geram desigualdades, com a renda simples, a manifestação da mercantilização do espaço, tratando-se de verificar quando o uso determina o valor e quando o valor determina o uso (SILVA, 1991, p. 76). Segundo nosso entendimento, perdem-se, em potencial analítico do espaço, quando não está no horizonte da crítica, os conteúdos e a essência que as relações e os conflitos sociais engendram na totalidade social contraditória em movimento, em que os processos de valor, valorização e controle/regulação na produção de diferentes espaços sociais e de trabalho, sem as mediações dos diferentes interesses de classes, são centrais para explicar o desenvolvimento desigual de diferentes territórios e lugares sociais nos processos de acumulação e centralização do capital.

Dentro do que nos interessa nesse momento, perguntas norteadoras podem nos ajudar a fazer avançar limites e possibilidades na produção de uma ontologia espacial no interior da crítica geográfica. O que tem a ver o espaço geográfico com a totalidade do ser social do trabalho e do capital? Como a geografia na análise da categoria do espaço, para além de sua crise interna, pode operar a centralidade ontológica e histórica do trabalho? Se o trabalho e o espaço se materializam na

história, possíveis objetos de análise geográficos, a necessária autocrítica às cristalizações de conceitos e categorias pode contribuir para a ontologia do espaço? Por que a disputa teórica e no plano das ideias, no interior da epistemologia científica geográfica, de feição politicamente reformista, é hegemônica na produção contemporânea da geografia crítica e a quem ela serve?

Reconhecemos que apesar de Silva (1991,1996) ter abandonado seu projeto inicial da ontologia do espaço, não podemos desconsiderar a conjuntura social, política e econômica. As dificuldades que encontrou esbarraram no momento de reabertura política e cultural, final de década de 1970 e início da crise dos governos militar-empresariais, colocando a emergência de internamente o pronto estabelecimento e consolidação, mesmo que no plano formal, do conhecimento geográfico, o que é revelado na citação abaixo. A análise do movimento contraditório do real ficou num segundo plano frente à prevalência da natureza crítica do objeto científico:

> Na verdade, o problema que se põe é o da necessidade de uma definição do objeto da geografia. “O exercício da apreensão da totalidade é um trabalho fundamental e básico para a compreensão do lugar real e epistemológico que, dentro dela, tem as suas diferentes partes ou aspectos. Todavia, o conhecimento das partes, isto é, do seu funcionamento, de sua estrutura interna e das suas leis, da sua relativa autonomia, e, a partir disto, de sua própria evolução, constituem um instrumento fundamental para o conhecimento da totalidade [...]. (SILVA, 1991, p. 81).

De outra forma, Moreira (2002) apontou numa síntese as teses para uma geografia do trabalho e observou que, apesar de permanente enquanto mediação, o trabalho é ausente enquanto conceito explícito e analítico. Chama atenção para autores como Pierre George (1968, 1971, 1982) e sua importância, mas que a categoria histórica é transversalizada ao descrever uma geografia do emprego e das atividades. Isso é notado tanto na relação homem-natureza como na organização espacial da sociedade; e quando o trabalho aparece como mediação, não é central nas análises. Nesse caso, o autor propõe:

> [...]. 17. A renovação da geografia no Brasil reafirma ao tempo que reformula a relação do trabalho com estes dois enfoques históricos, conceitualizando o trabalho como o conteúdo explícito tanto da relação ambiental quanto da relação espacial pouco aprofundando a dialética da transfiguração contínua de um no outro, acabando por simplificar-se como uma economia política do espaço.

> 18.No momento atual, o tema do trabalho experimenta uma mudança inusitada: desaparece como forma de mediação – seja da relação homem-meio e seja da relação sociedade-espaço -, para aparecer como forma concreta de conteúdo. Desaparece como tema, todavia da primeira, simplificando-se na segunda, onde é analisado como flexibilidade do trabalho e da produção no âmbito da reestruturação produtiva, numa espécie de retorno do tema ao mundo da indústria, a geografia do trabalho aqui e ali se confundindo com a economia e a sociologia do trabalho de corte tipicamente franceses (MOREIRA, 2002, p. 19).

Muito dessa ausência e crise ontológica nas análises do espaço do trabalho como mediação na relação das sociedades com o espaço tempo deve-se ao abandono daquilo que a dialética materialista tem de original; articular subjetividades e materialidades, pensamento e ação, objetos e sujeitos ou, num certo sentido, o "concreto pensado", que Silva (1991, 1996) apresentou, mas não desenvolveu. Seu diálogo com Santos (1978, 1992, 2008, 2012), profícuo e honesto, coloca o lugar social como espaço geográfico entendido como espaço humano ou social:

> Espaço- paisagem, momento do modo de produção, entendido como campo de forças e conjunto de relações, que se expressam como processos, funções e formas; fato social que é resultado da produção; forma durável, porque rugosidade e herança; estrutura social, que é mercadoria no modo de produção capitalista, com uma autonomia relativa, e que se refere a formas espaciais e processos sociais, que se expressam como processos espaciais, sendo o espaço uma acumulação desigual de tempos; um quadro nacional: o Estado-nação, que é mediação entre a classe social, o lugar e o cidadão, de um lado, e a era da tecnologia e das multinacionais de outro, que permutam valores, que se referem à formação socioeconômica espacial (SILVA, 1991, p.89).

Perde-se de vista o horizonte da totalidade como fundamento e princípio dialético na análise crítica do espaço, objeto sujeito do conhecimento geográfico, ao tomar o Estado-nação como pressuposto, não porque não seja pertinente pensar o Estado, categoria importante da apreensão da totalidade, mas porque, no quadro da emancipação humana e social, permanecer no campo limitado da política e das análises pertinentes das formas que assumiu o Estado burguês é fazer da classe trabalhadora e a tomada do Estado por essa classe como um fim em si mesmo, quando a história já comprovou e os fatos demonstraram que a tomada do Estado é apenas um momento importante e necessário para sua derrubada, para que o movimento do real com suas contradições, com seus avanços e recuos sociais, a

tomada de consciência de classe em si até a classe para si possa a humanidade colocar no horizonte histórico e geográfico o fim da mediação do Estado nos conflitos sociais. O vir a ser em que homens e mulheres autogovernados se autodeterminem socialmente, politicamente e ideologicamente.

Os exemplos da Comuna de Paris, da Revolução Russa e de tantos outras experiencias e memórias históricas e o apagamento sucessivos em particular no complexo ideológico da educação realizado pela burguesia e seus representantes nos ajudam a pensar para além da política e do caráter reformista que essa dimensão nos impõe.

Ainda nas trilhas da geografia reformista estruturalista e formal, Moraes (1982), em *Busca da Ontologia do Espaço*; Moraes e Costa (1999), *A valorização do Espaço* e Santos (2002, 2008), *Por uma Geografia Nov*a e *Natureza do Espaço*, por caminhos diferentes, refletem o objeto da geografia, o espaço, numa aproximação ontológica dos seres do espaço e do trabalho, mas que rapidamente foram secundarizados e abandonados pela mediação do poder e do território, este último como Estado-nação.

Em momento de recrudescimento crítico, o reducionismo economicista e tipológico, presente em Pierre George (1969), recebeu duras críticas, passando por uma apreensão positivista e fenomênica do espaço concreto. A história da epistemologia do conhecimento geográfico e as disputas internas demonstram as dificuldades em que vive a natureza complexa do objeto da geografia, a ausência de sujeitos em relação com os objetos e a consequência da especificidade e apreensão, mas também pela ausência de aprofundamento metodológico e teórico do conhecimento marxiano e marxista, (MORAES, 1982). Concordando e somando esforços para tal empreitada, para o autor, se:

> Em Marx, Engels e Lenin encontramos preciosos indicadores para o estudo e a compreensão do espaço, é sem dúvida na obra de Lukács que estão contidas as mais importantes considerações metodológicas para o encaminhamento de nosso estudo. [...] Lukács chega a esta problemática ao tentar apreender a especificidade do fato estético; embrenhando-se no tecido da reflexão marxista elucida pontos fundamentais da dialética sujeito-objeto. (MORAES, 1982, p. 68).

Nas trilhas de uma ontologia do espaço o autor continua a desenvolver a natureza do espaço social no primado da existência dos seres, objetos reais e materiais, frente à consciência:

> Assim, as coisas têm uma existência anterior e exterior às representações que os homens delas fazem. Esta prioridade e exterioridade do real frente ao conhecimento é um dos pontos basilares da proposta lukacsiana. [...]. Diz Lukács: “Todo o existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto”. Assim, o critério de validade de uma dada reflexão embasa-se no critério da verdade, a existência (não autonomizada) de seu objeto na realidade.
> [...]
> Desde logo, devemos admitir “o espaço enquanto natureza em si”, como existência objetiva anterior ao homem, manifestação de formas da materialidade inorgânica e orgânica, engendrando numa história natural, onde as transformações ocorrem sem a impulsão finalística. Este espaço é uma realidade fáctica, o reino absoluto da causalidade. Em termos lógicos e históricos, admitimos que é nesta realidade que se forma o ser social, forma mais elevada da materialidade. Este transforma teleologicamente (com finalidade) o mundo externo através do seu trabalho. Apropria e transforma este espaço natural, imprimindo-lhe sua marca; faz dos objetos naturais formas úteis à vida humana. O apropriar-se do espaço concreto implica a elaboração de categorias lógicas sobre o espaço. [...] (MORAES, 1982, p.69-71).

Concordando com a presença anterior do espaço natural, o desenvolvimento histórico e contemporâneo da mediação do trabalho enquanto totalidade social adquiriu relevância na complexificação da vida e da produção em sociedade, ou seja, na elevação do pensamento e construção de categorias e conexões, mediações entre o real e os processos de apreensão, no que ficou conhecido como afastamento dos limites naturais pelos homens e mulheres, outrora o espelhamento que o ser social do trabalho desenvolve na práxis social sobre a realidade, conforme observado por Lukács (1974). O desenvolvimento da formação socioespacial capitalista o espaço assim tem sua apreensão calcada na apropriação, na propriedade e:

> Este é posto como categoria histórico-concreta, remetendo a um ser em movimento. O ser já não é uma “natureza em si”, mas uma “natureza para o homem” e cada vez mais um trabalho do homem imbuído do movimento e da dinâmica própria da materialidade social. [...]. A apropriação, trabalho social, se faz sobre uma base concreta de condições diferenciadas que não podem ser anuladas em sua determinação, pois vimos que o homem apenas impulsiona séries

> causais. [...] O ser é apreendido como processo histórico-concreto de valorização do espaço, parte movente e movida da totalidade social. [...]. Concebendo o ser como a valorização do espaço, cabe estabelecer através de quais mediações o modo de produção lhe determina o movimento. (MORAES, 1982, p. 71-73).

Para o autor, e aqui temos concordância com o desenvolvimento de suas análises que leva ao limite o ser do espaço mediado por categorias reais presentes no capitalismo, o espaço na atualidade histórica deve ser apreendido no interior das relações trabalho e capital pelos processos de valorização da propriedade privada, dos diferentes espaços e do mundo da mercadoria, mediação do sistema capitalista, determinações do conjunto da totalidade social e expressão geral do processo histórico:

> O que interessa, portanto, é o caráter dominante de um dado modo de produção, as formas que desenvolve – materiais, jurídicas, oficiais etc. -, a fim de penetrar, dissolver ou incorporar antigas relações sociais, sobre as quais constrói as suas próprias. [...] (MORAES; COSTA, 1999, p 63).

Mas qual a função social do trabalho como mediação social na transformação da natureza, dos homens e do espaço? Para o autor, a humanidade, ao modificar a natureza, modifica-se, ou seja, se humaniza ao antropomorfizar a natureza, seu corpo inorgânico. Como o processo de valorização do espaço se materializa? Quais as particularidades deste processo no atual sistema socio metabólico do capital? A complexificação das relações homem e natureza são exigências do processo de apropriação do espaço com mediações qualitativamente novas em desenvolvimento nas diversas e desiguais sociedades. Entre as sociedades agrícolas e a financeirização da vida e do trabalho, a globalização do espaço e da sociedade, impõe-se processos de apropriação do espaço. Entre o homem e a natureza o desenvolvimento contemporâneo do sistema do capital interpõe para os trabalhadores:

> Colocam-se agora a tecnologia, as máquinas e os novos usos que não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de subsistência. Nesse sentido, amplia-se a relação [...]. são, também, eminentemente culturais. [...]. Além do mais, recursos naturais e o espaço são progressivamente açambarcados pela mercantilização e privatização. A propriedade privada do solo é a expressão maior do processo histórico de superação entre os homens e “seu” espaço.

> [...] As sociedades capitalistas tendem a um processo simultâneo e contraditório da relação-separação com seus espaços de produção social e vivência em seus sentidos mais amplos. [...] Da relação íntima homem-lugar ou comunidade-lugar, passa-se à relação mediatizada sociedade global-espaço global. (MORAES; COSTA, 1999, p. 89-90).

Sim, é verdade que, entre os homens e a natureza, um conjunto de mediações foram historicamente interpostas, muitas das quais abstrações no interesse da exploração e dominação do trabalho pelo capital, complexificando as atividades produtivas e o trabalho, a existência humana e as condições de reprodução social da vida.

Compreender a natureza e função social do espaço geográfico, sua importância nos processos de valor e valorização como regulador de relações trabalho e capital, no desenvolvimento das trocas a sujeitar a produção de valores de uso, na produção de mercadorias e mercantilização da vida e do trabalho abstrato, coisificando a humanidade e a natureza e reificando as coisas, reproduzidas para manter e expandir novas e contradições históricas e insolúveis, como o desenvolvimento das forças produtivas em choque com as relações sociais de produção, conformadores do espaço-tempo de alienação do trabalho e estranhamentos entre os trabalhadores e entre esses e seu trabalho.

É esse movimento das formas por novos e antigos conteúdo ou de estruturas apropriadas por novas relações sociais imersas de novos conteúdos, como o trabalho intermitente, ou ainda de alteridades frente às diferentes identidades sociais na apreensão do fenômeno do desemprego junto aos alunos de EJA no espaço escolar da EMEF Francisca Moura, numa relação de objetos (natureza) e sujeitos (sociedade) em movimentos contraditórios, que procuramos desenvolver possível relação trabalho e educação e seus rebatimentos na formação humana dos trabalhadores desempregados Antunes (2018).

Para o que nos interessa, as teses do trabalho concreto e abstrato e a educação como princípio educativo são entrecortadas pelo capital, seus processos de valorização e produção de valor, portanto, não apenas mercadorias. Mas qual a implicação da teoria do valor do trabalho na relação da sociedade e das formações socioespaciais com os processos de valorização do espaço? Que espécie de trabalho e de valor estrutura a totalidade social como uma totalidade viva do trabalho e do capital na contemporaneidade? Por que a educação e a relação de

dependência ontológica ao trabalho devem ser explicadas no âmbito da produção de valores? O que explica o abandono de autores como Moraes e Costa (1999) e Santos (1992, 2008) ao projeto de uma ontologia do espaço a partir de categorias esboçadas acima, como recorda Menezes (2016) em sua tese da crítica histórica ao conhecimento geográfico? Essa e outras perguntas serve-nos apenas como “farol”, um guia a nos orientar sem qualquer pretensão de respondê-las pela natureza de nossos objetos e objetivos, anteriormente expostos.

Os argumentos e as teses são variados, mas parece inconsequentes em suas análises, e isso não nos impede de reconhecer avanços que determinadas críticas na produção do conhecimento geográfico em particular na geografia escolar e do ensino ao relacionar trabalho e educação e espaço sem levar em conta nexos e relações com o valor do trabalho na produção dos espaços e vice-versa, conforme apontado pelos autores:

> [...] a problemática do valor insere-se na teoria marxista como o fundamento da explicação sobre o movimento da totalidade social. Daí a necessidade de seu exame minucioso. Não existe trabalho sem criação de valor. Todo processo social explica-se assim, em última instância, pelo recurso às categorias valor e trabalho. Temos assim assumida uma teoria do valor. Podemos começar a falar, portanto, em processo de valorização do espaço.
> [...], pois são essas as categorias fundamentais da materialidade social. Ora, o processo de valorização tem, nessas categorias, o seu módulo explicativo central. Assim, a relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor. (MORAES; COSTA, 1999, p. 116-123).

E mais o ser do espaço relação social e da humanidade com a natureza, naturalização dos homens e humanização da natureza é esta tensão e conflito entre o olhar focado da alteridade e a centralidade na identidade, fio tenso a opor diferença e identidades pontuado a partir da dialética de dentro, diversidade suprimida na unidade Moreira (2009). Essa unidade espacial é complexa de vez que é unidade de contrários já que reúne no espaço escolar, unidade localizado no espaço, diferentes trabalhadores vivendo numa unidade a condição social, econômica e ideológica do desemprego.

Para os autores, em qualquer época e lugar, a sociedade em sua própria existência valoriza o espaço. O modo de produção entra aí, portanto, não como panaceia teórica, mas como mediação particular. Cada modo de produção terá, assim, o seu modo particular de valorização, acumulação e concentração de capital e trabalho. Dentre os vários limites, o abandono ao corte ontológico para pensar o espaço e a sociedade, seus processos de valorização do e no espaço, a ação desigual dos sujeitos no espaço e a virada epistêmica e teórica para pensar a partir da noção problemática da globalização, esvaziada de conteúdo, os limites das análises materiais e dialética do desenvolvimento socioespacial na história do capitalismo contemporâneo.

Este movimento cravado de sentidos reflete uma conjuntura de desenvolvimento histórico da nação brasileira, seus processos de integração e movimentos nacionalistas, o que justifica a ciência geográfica e os conhecimentos geográficos à serviço da burguesia e seus interesses na escala do Brasil. A redução dos problemas e conflitos na valorização do espaço veio acompanhado da expansão do debate importante, mas limitado, da constituição do Estado-nação que permaneceram como preocupação central para parte da intelectualidade acadêmica e mesmo no espaço formal das escolas, o que viabilizava a constituição da história do território brasileiro, caminho adotado na institucionalização da geopolítica brasileira.

No limite, não há qualquer citação à contradição no movimento de valorização no espaço concreto e à espacialidade assumindo uma característica imanente de qualquer processo, seja ele social ou natural. Nesse sentido, não cabe uma ontologia do espaço, pois este é um atributo dos seres sociais e não de um ser. A espacialidade, enquanto atributo, está contida em todo processo de criação de valor (MORAES; COSTA, 1991, p.127).

Novamente o autor, “como mágica”, salta do plano lógico formal, extensivo, das distâncias, localizações, formas, rugosidades e estruturas à solução para refletir o modo de produção sem mediações e nexos estruturais, como natureza e função do trabalho concreto e expansão do trabalho abstrato na produção de espaços sociais, como se fosse possível, entre o geral e o particular, identificar singularidades dos valores no espaço. Outro destaque nos estudos sobre o espaço no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a ausência da centralidade do trabalho e seus processos de valor e valorização está na perda de poder explicativo

da materialidade do trabalho já que esse assumiu uma natureza secundarizada pela circulação e aumento da produtividade de atividades em setores não produtivos de mais-valia e capital como os serviços e o comércio, o que altera sobremaneira a realização da valorização do espaço, senão vejamos:

> O valor no espaço diz respeito a condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção, que não se atêm às singularidades dos espaços. [...]. O valor no espaço é a própria espacialidade contida nos modos de produção. Ele nos revela mais a especificidade das formas de valorização em geral do que propriamente a da produção do espaço.
> [...], partiremos para o exame do movimento principal da valorização do espaço, que é a circularidade da criação dos valores do espaço e no espaço. (MORAES; COSTA, 1999, p. 130-134).

Não temos dúvida em relação ao avanço do valor no espaço, mas esse somente ocorre com os processos de produção do espaço na origem e no desenvolvimento da formação socioespacial. De outra forma Santos (1977, 2002), preocupado com a formação socioespacial e a categoria da totalidade, inicialmente coloca o modo de produção determinado no espaço-tempo por diferentes formações sociais. Para o autor, diferentes lugares resultam de arranjos espaciais de modos particulares de produção, portanto uma formação socioespacial é uma estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por certa distribuição da atividade produtiva (SANTOS,1977, p. 87). Localização, estruturas, modos de produção “puros” e formas estão articulados nas sociedades, e “sua” natureza, isto é, a porção da “natureza” da qual ela extrai sua produção é indivisível e conjuntamente chama-se “formação social” (SANTOS,1977, p.88).

Apesar de reconhecermos a relação das formações socioespaciais com os difusos modos de produção, o autor não deixa clara a essência e o fenômeno, os conteúdos da produção do espaço pelo trabalho abstrato daquelas relações desenvolvidas no sistema capitalista e toma a formação socioespacial como uma totalidade abstrata. Sua episteme forma-função espacial é apoiada na lógica da teoria da localização, preocupado que está com a distribuição, a localização e a relação com o espaço global. Escapa-lhes contradições que estão a mover a produção do espaço, no espaço como regulador de relações sociais e dos homens com a natureza e as tensões identidade-alteridade com diferenças.

É verdade que a reflexão sobre o avanço do valor e da valorização no espaço não se detinha apenas nesses autores, mas estes representaram matrizes importantes. Milton Santos, em *Economia Espacial crítica e alternativas* (2011) e *Técnica, Espaço e Tempo* (2013), desloca sua observação para, na composição orgânica do capital, compreender os elementos técnicos constitutivos do valor, como observa em sua tese este autor:

> [...] trabalho, diante da perspectiva que se adotou da teoria do valor, por exemplo, tendeu a subsidiar a leitura sobre o processo de "fixação de homens e capitais. Isso acabou por reforçar ou distanciando de suas dimensões mais abstratas e vinculadas à própria valorização do capital (ao mesmo tempo em que se pretendia parte delas).
> O componente técnico do capital orgânico passa a interessar mais a leitura geográfica [...]. A centralização da técnica permitiu um grande avanço diante da necessidade de solucionar os problemas técnicos, epistemológicos e ontológicos. Contudo, como se verá, não foi observado que tão relevante quanto o componente técnico era a composição- valor do capital orgânico, do qual contém os elementos explicativos do processo de desvalorização tanto do capital como da própria técnica [...]. (MENEZES, 2016, p. 26).

Dessa maneira, permanece a técnica, desloca-se o trabalho enquanto momento que explica a valorização do espaço, amplificando a negação da representação teórica do trabalho abstrato e a própria crise que vive o trabalho abstrato, a regulação e o controle social exercidos pelo capital, fundantes do regime de acumulação flexível na contemporaneidade.

Mas o que determina o valor no espaço? Essa pergunta, neste momento, parece consequente, pois a circulação, para os autores, assumiu o papel de momento e determinação central e, ao se autonomizar, se descolou dos momentos da produção, distribuição e consumo, sem os nexos e as contradições estruturais que se desenvolve nas relações entre o trabalho e capital e que dá sustentação material e concreta a todo o edifício do sistema capitalista. Como observa o autor, a análise do valor do espaço deve ser orientada na contradição e pode assumir ou não o momento de definição de sua natureza:

> [...] logo, em determinação de relatividade com outros espaços (concretos), as condições concretas de determinação dos espaços são provindas da circulação (abstração), isso é correto. No entanto, a determinação mesma do valor no espaço, como todo valor, deve admitir em sua "externalidade", que seria o valor do espaço, a função

> de sua denominação contraditória de determinante, como diria Marx: “a denominação de uma coisa é totalmente extrínseca à sua natureza” (1983, p. 91). Mas também, e em decorrência, a mudança quantitativa de volume e intensidade de trabalho acumulado nos espaços concretos, ou dos valores dos espaços, devem levar a requalificação de sua natureza abstrata, [...]. O aporte concedido pelo valor do espaço em sua estruturação empírica banal não está apenas oferecendo condições de existência e percepção do valor no espaço, mas indo tendencialmente ao seu encontro negativo, como contrários; tal como valor de uso e valor de troca se contradizem em sua unidade dialética demonstrada pela teoria do valor. (MENEZES, 2016, p. 62).

Assim como tendencia admite-se o valor do espaço na determinação dos espaços concretos sem desaparecer seus conteúdos, a produção do valor no espaço, numa relação direta de inversões contraditórias entre a quantidade e a qualidade acumuladas de trabalho levando a mudanças na natureza daquelas abstrações definidoras de valor do e no espaço. Não apenas como jogo de palavras valor do espaço e valor no espaço em movimento de contrários, numa unidade e síntese de contrários tecidos pela teoria do valor do trabalho. A riqueza de sua análise do espaço está na mediação do trabalho e das mudanças que vive em intensidade e volume acumulados de trabalho os espaços são requalificados e a natureza abstrata em suas formas variadas antes de esconder os conteúdos, deve revelar os espaços concretos.

Sua crítica as análises do espaço avançam sobre o estruturalismo no interior do conhecimento geográfico, germe teórico e metodológico, daquelas análises abstratas de viés puramente politicistas que, ao pensar o espaço pelo território, a globalização pelas localizações, as formas pelas funções, não dá conta dos nexos e mediações concretas e reais presentes nos momentos particulares de produção do valor do trabalho e do capital e de generalização posta, determinada por complexos sistemas de abstrações na produção de espaços. Como arremata o autor:

> [...] permite apenas a parcialidade conveniente ao território, mas também permite a quebra dialética entre o “fenômeno da técnica” e suas vinculações contraditórias com as “leis gerais do valor”.
> Embora a justificativa geográfica para tomar a unilateralidade da “empiricização da universalidade” contribua profundamente para explicar, a partir do espaço e do seu “temário geográfico”, a “globalização”, ela impede, por outro lado, o desenvolvimento das abstrações enquanto analítica interna dos processos. Por isso fala Santos em “mais-valia universalizada”, como algo próprio do “meio técnico-científico-informacional”, como se a mais-valia em si não

> fosse uma universalização própria da relação estrutural entre capital e trabalho. [...].
> Assim reduzido à sua própria concreticidade, que faz a complexidade do capital global ser expressa pelos interesses de “firmas” diante do território, as abstrações universais tendem a ser advindas da própria empiria. Isso faz com que os limites da reprodução do capital em crise, longe de serem destrutivos pela natureza interna e contraditória, sejam reconsiderados, pois tratar-se-ia de seu uso político no território. Tal como em Costa e Moraes, o campo da política é retomado com certa independência em relação à “lei econômica do movimento da sociedade moderna”, onde parece apenas tratar-se de se “apropriar” da técnica. (MENEZES, 2016, p. 102).

Forma e conteúdo se subordinam e são determinados pelos modos de produção, e realizados na formação socioespacial. As teses estruturalistas, não apenas, e seus pressupostos teóricos e metodológicos a contradição da totalidade social em movimento são (re) produções, valores e valorizações do espaço em que as formações socioespaciais capitalistas não são disputadas por diferentes interesses de classes sociais. Sua tese avança propondo uma crítica geográfica da relação da formação social com o espaço, ou seja, é necessário levar em conta:

> [...] o estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias da produção.
> [...] Ora, um conceito claramente totalizante como o de formação socioespacial parece o mais adequado a uma tarefa dessa natureza.
> [...] Uma formação socioeconômica é uma “totalidade, um sistema que se define a partir de sua própria elaboração”, isto é, “não de uma maneira caprichosa, mas em obediência àquelas leis que, fundamentalmente, exprimem um dado modo de produção ou a passagem a um outro modo de produção” (Aguilar, 1974, p. 93-96 *apud* SANTOS, 2002, p. 240-242).

A pegada estruturalista é observada na distinção da sociedade global, do modo de produção e da formação social capitalista, indo do meio geográfico natural, técnico-científico ao meio técnico-científico-informacional, com os sistemas organizados pela técnica. Sem técnica, não há meio geográfico. A proposta ontológica representa potencial não apenas para pensar a centralidade do trabalho na reflexão dos processos históricos e estruturais a forjar o espaço geográfico e as relações natureza e homem, mas a ruptura com essas influências que secundariza a materialidade do trabalho e da produção na produção dos espaços concretos e abstratos:

> Da ontologia lukacsiana: o trabalho aparece como categoria “auxiliar” para a afirmação da materialidade do espaço ontológico. [...]. No traçado de maturidade do pensamento de Milton Santos desde a proposição do concreto a partir da formação social reconhecidamente de influência marxista, até sua chegada à razão técnica reconhecidamente de influência Weberiana e Heideggeriana, não se observa apenas o distanciamento de um discurso objetivamente emancipatório, mas a ocultação de sua crítica social na sofisticação teórica e epistemológica que se pretende propriamente geográfica. [...].
> O que não pode ser revelado mediante a necessidade de autossuficiência disciplinar, [...] é que as condições de elaboração de uma teoria da transição emancipatória se tornam cada vez mais impossibilitadas. (MENEZES, 2016 p. 152).

Na linha das teses críticas à determinação das tecnologias, da centralidade da técnica e da comunicação sobre o trabalho, processo de trabalho e de produção como se a reprodução em seu desenvolvimento se autonomizasse da materialidade real e concreta do trabalho e das formas que assume as relações trabalho e capital que lhe estrutura, Mészáros (2011) preocupa-se com os limites das contradições em que o ordenamento socio metabólico do capital se encontra. Processos de alienação do trabalho e dos trabalhadores e estranhamento do gênero e da formação humana estão na base da crise de interiorização, do trabalho abstrato e do capital:

> Este fato da maior gravidade simplesmente tinha de ser ignorado, posto que seu reconhecimento é radicalmente incompatível com a contínua aceitação das perspectivas capitalistas de controle social. Pois a contradição dinâmica subjacente que conduz a uma drástica reversão da tendência de modo algum é inerente à tecnologia empregada, mas à cega subordinação tanto do trabalho como da tecnologia aos devastadores e estreitos limites do capital como árbitro supremo do desenvolvimento e do controle sociais. (MÈSZÁROS, 2011, p. 1004).

Em outros movimentos do capital a explicar a razão econômica da reversão de tendências no quadro mais amplo dos pressupostos da alienação do trabalho ao capital, como a propriedade privada, o desemprego, a divisão do trabalho, há aquela que substitui o trabalho de baixa qualificação pelo aparato tecnológico envolto no discurso da modernização da gestão e organização do processo produtivo e de trabalho.

Naquilo que nos interessa, contradições históricas e estruturais presentes na relação trabalho e educação, de que trataremos mais adiante, no capítulo três do

trabalho, o problema daquela tendência citada acima é que, na última e na primeira quadratura da virada do século XX ao XXI, o aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual trouxe como resultado para a classe trabalhadora:

> O problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também muitos trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, [...], os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. [...]. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos "normais" [...], mas de seu movimento em direção a um colapso. [...]. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas "desprivilegiadas", mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade. (MÉSZÁROS, 2011 p. 1005).

Mas e a globalização como contribuiu na cientificização informacional da vida e do trabalho? Como a sociedade, ao se relacionar com o espaço, assume a informação e a técnica como meios de vida e de produção? Não há mais trabalho, logo não há, consecutivamente, produção e criação de mais-valia nem de capital?

> [...] O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. [...] Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização.
> [...]Os espaços da globalização se definem, pois, pela presença conjunta, indissociável, de uma tecnosfera e de uma psicosfera funcionando de modo unitário. A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação. (SANTOS, 2008, p.240 - 257).

Sua forma estrutural aparentemente coloca o objeto, o espaço geográfico, descolado do movimento contraditório contemporâneo que produz valor e processos de valorização do capital com o espaço a regular momentos de apropriação e trocas sem dá conta de responder aos desafios que objetos e sujeitos sociais interpõem na transição dessa sociedade à outra.

A história moderna do pensamento geográfico brasileiro destituiu a totalidade do trabalho na análise teórica e conceitual, foi e é uma tendência desde o movimento interno de renovação, operado em 1970, no Congresso Brasileiro de geógrafos de Fortaleza organizado pela Associação de Geógrafos do Brasil – AGB.

Hoje essa tendência é mais viva e efetiva que antes. Isso, segundo o autor, ocorre por dois motivos:

> [...] primeiro porque, embora latente a disputa no seio da teoria, sobretudo perante os objetivos de centralização epistemológica do espaço ou da técnica, o trabalho permanece inserido na crítica geográfica, mesmo que apenas formalmente. Por isso não seria correto afirmar um processo de negação absoluta do trabalho, mas como tal negação se dá em sua própria afirmação; ou seja, por meio da perda do rigor que envolve sua dialética e de sua consequente arbitrariedade concreticista. Segundo porque, em consequência, todas essas tendências apontadas acima, [...] só poderão ser observadas e demonstradas em seu nível mais fiel, ou seja, perante aquelas perspectivas teóricas que admitem o trabalho como categoria fulcral em sua composição. [...] (MENEZES, 2016, p. 20).

Nessa geografia do trabalho e da educação a crise, concordamos com Thomaz Jr. (2002, 2007) sobre os limites internos, deve-se a prescrições antecedentes e afirmações a *priori*, sem qualquer materialidade concreta na leitura geográfica do trabalho. Como recorda o autor:

> Estes muito se empenharam em nos cultuar a necessidade da definição a priori do objeto da Geografia, depois reformulado ao longo do tempo, mas negado por outros que, amparados no legado do materialismo histórico e dialético, entenderam que o objeto de cada ciência é a realidade, podendo, pois, esta, ser observada por diferentes olhares. Como reza a boa tradição marxista, isso necessariamente promoveria o retorno à totalidade, e do ponto de vista metodológico e epistemológico, haveria a priorização da relação sujeito-objeto e o primado do sujeito enquanto centralidade da práxis do conhecimento. (THOMAZ JR., 2002, p.2).

O caráter reformista da pretensa geografia crítica, epistemológica e autoafirmada não está em negar a totalidade nem tampouco em distanciar-se de categorias e mediações essenciais, como o trabalho e as leis do valor do trabalho, para refletir a relação da sociedade no espaço, mas sim na incapacidade de apreensão da realidade pela reflexão prática do espaço numa relação sujeito e objeto, com prioridade do segundo.

A relação entre trabalho educação, as formas institucionalizadas ou não da política educacional, particularmente na Educação de Jovens e Adultos – EJA, adquirem relevância enquanto possibilidades de desenvolver ideias, ideologias e contradiscursos a partir da humanização dos trabalhadores desempregados em que se articulem prática e teoria espacial numa perspectiva de revelar uma geografia da

educação do aluno trabalhador capaz de ir além daquilo que é percebido pelos objetos e sujeitos pesquisados (Resende,1986; Vlach,1990,1991; Santos, 2012, 2008).

3 CENTRALIDADES E DEBATE SOBRE TRABALHO-EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

> Vimos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – simultaneamente causa e efeito da acumulação – capacita o capitalista a movimentar, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante uma maior exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Vimos, além disso, que ele, com o capital do mesmo valor, compra mais forças de trabalho ao substituir progressivamente trabalhadores mais qualificados por menos qualificados, maduros por imaturos, masculinos por femininos ou adultos por adolescentes ou infantis. (MARX, 2013, p. 711).

Dentre as correntes, há aquela que pretende explicar o mundo e a realidade a partir de outras centralidades que não o trabalho, e há defensores do fim da história pelo fim da centralidade do trabalho, que a crise do trabalho abstrato produtor de mercadorias reproduziu (Kurz,1992). Para esse autor, a modernidade e seus pressupostos filosóficos e teórico-metodológicos não dão conta de explicar o momento atual, a complexidade social e econômica que o desenvolvimento do capitalismo assumiu na contemporaneidade, já que o sistema produtor de mercadorias entrou em colapso desde as periferias até o centro do sistema capitalista.

Portanto o trabalho perde a centralidade explicativa, e a ciência e a razão deve estar a serviço da produtividade e da expansão do capital movendo-nos ao caminho de sociedades pós-coloniais, capitalistas e modernas. Para dar conta das especificidades na escala de países semiperiféricos, como o Brasil, o autor, além de negar o desenvolvimento desigual que a divisão internacional do trabalho estrutura, não leva em conta as transferências desiguais de valores entre os espaços de produção de valor e valorização do centro e da periferia, e mesmo no interior das periferias e semiperiferias, como as regiões Nordeste e Norte do Brasil, concentrando sua tese ao avanço das técnicas, das tecnologias e do meio científico.

Seus argumentos, no contexto da última quadratura do século XX, embora importantes para pensarmos o papel do avanço do trabalho abstrato sobre o

concreto na produção do e no espaço, parecem inconsequentes no trato da crise que vive o trabalho abstrato, sua natureza e função social na relação com o capital:

> A ideia, atualmente criada e alimentada, por exemplo, [...] que continua acontecendo no terceiro mundo e se manifestando como exploração capitalista de mão de obra barata permanece, em geral, tão cega à realidade quanto a correspondente teorema acadêmico da "nova divisão internacional do trabalho' (Froebel; Kreya *et al.*, 1997 apud KURZ, 1992, p. 168). [...]
> Mas a causa da crise é a mesma para todas as partes do sistema mundial produtor de mercadorias: a diminuição histórica da substância de "trabalho abstrato", em consequência da alta produtividade (força produtiva ciência) alcançada pela mediação da concorrência. (KURZ, 1992, p.220).

O autor, em defesa da homogeneidade da crise, adquire certo caráter messiânico. Sua ponderação da crise do trabalho abstrato, embora efetiva, impede o autor propositadamente de perceber, contraditoriamente, as lutas por hegemonia e os rearranjos na correlação de forças na expansão da produção de riquezas e de valor e valorização nos espaços de trabalho e produção, sob formas diferenciadas da expansão do trabalho concreto, produtor de valores de uso.

Dentre os limites que o atual sistema do capital impõe no desenvolvimento da humanidade e das relações sociedade e natureza, o "estrago" do avanço espaço temporal do capital e seus representantes sobre a natureza e as forças do trabalho não se dá somente na crise, expressão da violenta máquina que aliena ser e estranha o pensar do trabalho, dos trabalhadores em particular do proletariado, de realização do trabalho abstrato, mas sobretudo no controle e ordenamento sócio metabólico do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Do ponto de vista de visão de mundo e da história das classes sociais em luta política e ideologicamente, Kurz (1992) posiciona-se no campo conservador ao negar a permanência estrutural de contradições presentes na relação entre trabalho e capital. Sua negação da centralidade do trabalho perpassa a substituição das lutas de classes e contradições sociais e econômicas, que vivem as relações entre trabalho e capital colocando, na "conta" do progresso técnico e tecnológico e das comunicações, as estruturas únicas e possíveis de organizar, no domínio da reprodução, a vida e o trabalho na contemporaneidade.

Sem dúvida, o desenvolvimento da complexa sociedade capitalista contemporânea não é o mesmo desde suas origens, e sua natureza se

metamorfoseia conforme movimentam-se contradições históricas e surgem novas, quando as lutas de classes e as crises assim o exigem, o que não quer dizer que contradições estruturais, tais como o choque do desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção tenha perdido sua força motriz e seu valor explicativo e não façam mais sentido pelo avanço do trabalho morto sobre as forças vivas do trabalho ou ainda pela importância que adquiriu informação, comunicação, ciência e razão como forças do sistema do capital. Esta e outras históricas contradições são renovadas e adquirem, no regime flexível de acumulação, nova forma sob os mesmos conteúdos, nova aparência reproduzindo em essência a mesma substância, o mesmo valor do trabalho.

Algumas indagações parecem pertinentes no momento, embora sem qualquer pretensão de esgotá-las. Se assim fosse, a derrota do trabalho e a vitória das máquinas, continuaríamos sob regime de acumulação e vivendo sob o sistema do capital sem vislumbre histórico? E mais: vivemos uma crise estrutural do trabalho abstrato e do capital com rebatimentos na educação e no complexo ideológico ou uma crise do capitalismo passageira com rebatimentos óbvios sobre o trabalho e as forças do trabalho? São perguntas complexas a que não temos presunção de responder, por conta de nossos objetivos e que exigem reatualização teórica no interior da complexidade que assumiram no tempo-espaço contemporâneo as relações entre trabalho educação, suas determinações reais e históricas contraditoriamente em movimento.

O esvaziamento do trabalho como categoria de análise e histórica, ou como preferem alguns onto-históricos, fundante da sociabilidade, logo da (re)produção social, na verdade, esvazia de materialidade o horizonte teórico e prático, crítico, social e reflexivo, apoiado na práxis socioespacial e em trajetórias de organização e luta ao lado das massas trabalhadoras, em particular do proletariado[9] moderno, ao se constituir enquanto classe social.

De outra maneira, o projeto de sociedade pós-moderna, ao naturalizar a realidade que é histórica e geográfica, desconsidera o desenvolvimento tempo-

[9] Por proletariado, aquela classe da sociedade que tira seu sustento única e somente da venda de seu trabalho e não do lucro de qualquer capital; (aquela classe) cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. (ENGELS, 1982). Ainda sobre o importante debate de classes, luta de classes e consciência acostamo-nos em Lessa (2007) e Iasi (1999) para refletir a natureza das mudanças que vive o trabalho, mesmo sob a polissemia que assumem os trabalhadores, em particular o proletariado, na contemporaneidade (ANTUNES, 2005, 2011).

espaço desigual, diferenças e segregações socioespaciais, tensões e conflitos no ser do espaço tais como diferenças e identidades, expressões particulares de formações socioespaciais, econômicas e ideológicas distintas. Sua agenda, ao decretar a morte da modernidade, totalidade em movimento a reproduzir princípios e leis gerais, assumiu o caráter a-histórico e irracional que a expansão do sistema do capital e da dominação burguesa na escala mundial impôs igual e formalmente à existência humana. A crise ideológica burguesa caminha *pari passu* à destruição da razão (LUKÁCS, 2010).

Contudo as forças do capital não avançam apenas sobre a incapacidade momentânea na organização dos trabalhadores, das massas e em particular aqueles desempregados e do proletariado moderno, fazendo-os assumir para si, ideológica e materialmente, pautas e dimensões burguesas e do interesse do capital. É preciso lembrar que, no campo sindical, político e partidário hegemonizados pela “esquerda da ordem”, é urgente e necessário o exercício da autocrítica teórica e prática, particularmente por intelectuais orgânicos do campo ideológico da esquerda, suas organizações e relações com o movimento e a auto-organização dos trabalhadores no espaço do campo e das cidades.

O que estamos dizendo é que, mesmo no interior da intelectualidade orgânica do trabalho, há autores defensores de teses pós-modernas, inclusive estruturalistas e pós-estruturalistas defensores de que a institucionalidade, os modos de produção com suas superestruturas entram em conflito espaço-tempo com a materialidade infra estrutural, sem revelar os conteúdos e relações objetos sujeitos nas lutas, enfrentamentos e conflitos conformadores objetivamente de subjetividades e humanização do gênero humano.

Avaliamos que parte das análises críticas das relações entre trabalho e capital e no interior da relação entre trabalho e educação, ao desconsiderar materialmente a produção social de riquezas, sua natureza, função social e desenvolvimento no tempo-espaço capitalista, suas contribuições, ao carecer de materialidade histórica, aproxima-se do conhecimento parcelar e positivista da sociedade, suas leis e princípios eternizados. Concordamos que lógica formal e dialética, descrição e observação, aparência fenomênica e essência são momentos de apreensão necessários do em que se movimenta objetos e sujeitos das análises e que é preciso apreender nexos que se estabelecem no movimento contraditório dos complexos sociais em desenvolvimento na realidade (LEFEBVRE, 1983).

Noutro sentido, desconsiderar a divisão social e do trabalho e seus efeitos na divisão da sociedade em classes sociais no desenvolvimento capitalista é tratá-los como meros segmentos, estratos e grupos sociais, o que pode reforçar os momentos de individualização e particularidade dos objetos-sujeitos de nossas análises do trabalho e educação no sistema do capital. Essa visão de mundo naturaliza a estrutura e o fundamento dos processos de acumulação e dominação de classes sociais já que omite e não revela o complexo conjunto de mediações que se interpõe entre o sistema do capital e o trabalho: propriedade privada capitalista, materialidade apoiada na divisão do trabalho, trocas e intercâmbio, e processos de controle do trabalho pelo capital, via trabalho alienado (MÉSZÁROS, 2011), o que reproduz tendencialmente potencializa a reprodução de relações sociais espacialmente estranhadas.

É na centralidade do trabalho que o autor, ao fazer o balanço onto-histórico de seu desenvolvimento, revela-o como momento original e naturalmente mediador ontológico necessário, constitutivo do ser social, que na produção de sua existência, ao transformar a natureza, transforma-se a si próprio. É um ato que, no capitalismo, reforça sua mediação com a natureza e, acompanhado de exigências teleológicas, carrega causalidades postas em potência, podendo reproduzir difusas consciências, inclusive formas reificadas (LUKÁCS, 1974).

Assim historicamente a gênese constitutiva do ser social, o desenvolvimento humano da capacidade manual e física, o esforço vital na transformação da natureza para garantia da existência e atendimento de necessidades forjaram em si e para si aquilo que se constituiu como capacidade teleológica humana ou as possibilidades de unidade, no concreto pensado, de ações humanas planejadas com certa previsibilidade. E essa capacidade humana de pensar antes da ação prática, teleologia, chama-se pores teleológicos, assumiu, na complexidade capitalista, feições de pores primários e secundários, ou seja, quando a relação que se estabeleceu é entre o homem e a natureza, a relação é considerada primária ou de primeira ordem; enquanto as relações sociais e de produção, ora dominantes, denominam-se pores secundários (LUKÁCS, 2013).

O diálogo de diferentes complexos como as relações entre trabalho e educação não escapa da relação entre difusos pores teleológicos, que em unidade contraditória conforma totalidades sociais. Não há capital sem trabalho, da mesma forma que não há educação, complexo ideológico, ou como preferem alguns

momentos da reprodução social sem a produção de riquezas materiais, sem o momento estrutural e determinante do trabalho, que é social e histórico. Se os complexos da reprodução social se autonomizaram a ponto de dominar o complexo do trabalho, seu desenvolvimento e natureza abstratos não retira e antes amplia e expande produção e criação de mais-valia e capital.

E é assim que pretendemos relacionar natureza, função social e desenvolvimento contemporâneo de complexos sociais, tais como trabalho, espaço geográfico[10] e formação humana, tendo objetos-sujeitos trabalhadores desempregados alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Esse pressuposto e princípio de origem, fundamento e centralidade do trabalho na existência do ser social ajuda-nos a examinar mediações, nexos e determinações que se interpuseram no capitalismo contemporâneo, de forma mais ampla, no vasto sistema de complexo ideológico, como a educação momento particular da reprodução social. Embora com relativa autonomia entre o sistema do capital e a política educacional, há nexos com os momentos de produção material e da existência, estruturantes da relação entre trabalho e educação. São mediações históricas, políticas e econômicas que se desenvolve nos diferentes espaços geográficos, lugares e paisagens inclusive o espaço escolar. Portanto diferenciação, segregação e arranjo espacial sofrem determinações pelo desenvolvimento do sistema do capital e guardam dependência ontológica do trabalho e relações sociais, ou seja, sua materialização é produto e produtor de diferentes relações sociais e de produção. É na tensão entre as diferenças e as alteridades/ identidades de classes sociais, suas contradições e conflitos que o ser do espaço é forjado, adquire materialidade e desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Sua relevância está na tendencia a controlar processos sociais produtores de valor e revalorização

[10] Por espaço, através da análise do arranjo espacial, de sua função como regulador de relações sociais e dos homens com a natureza, desvendamos máscaras sociais que por detrás de todo arranjo espacial, estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classe. Com isso, afirmamos que espaço é história, estatuto epistemológico sobre o qual a geografia deve erigir-se como ciência. E tal noção reside na mera constatação de que a história se desenrola no espaço geográfico, mas, antes de tudo, de que o espaço geográfico é parte fundamental do processo de produção social e da estrutura de controle da sociedade (MOREIRA, 2013, p.62).
Outra perspectiva de espaço em diálogo com a história se ocuparia do espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, local. As noções de totalidade e de estrutura, de universal e de particular, deverão ser unificadas em um mesmo movimento conjunto, no qual a sociedade seria reconhecida em seu diálogo com a natureza transformada, não apenas como agente transformador, mas também como um dos seus resultados (SANTOS, 2002, p. 240). Silva (1991), sempre a partir de Santos (1978), define espaço geográfico como natureza modificada pelo homem, através de seu trabalho.

de novos e antigos espaços como os de reprodução social, o espaço formal da escola, adquiriu na crise de interiorização de valores e ideias, que vive o sistema do capital.

Em outras palavras, a materialidade e a subjetividade dos trabalhadores e as variadas formas de realização das atividades os processos de alienação do trabalho e estranhamento que vive os trabalhadores entre si e com a natureza, as mercadorias e o gênero humano na contemporaneidade, em que suas relações e vida mediadas pelo capital têm seu conteúdo forjado, não somente nas formas assumidas do trabalho assalariado abstrato proletarizado ou não, mas na reestruturação produtiva do capital e do trabalho e na imposição de reformas e soluções parciais para a crise que vive o sistema do capital e o trabalho abstrato, em particular na escala mundial: os trabalhadores desempregados.

De outra forma, pensando o acesso ao trabalho em si como processo positivo na conformação da existência e do desenvolvimento da humanidade, do gênero humano e suas contradições antes e após as crises que fundam o sistema do capital e suas mediações a dividir e estranhar a sociedade e natureza do mundo dos homens e do trabalho, recorda Oldrini prefaciando a obra *Ontologia do Ser Social* de Lukács (2013). Nas raízes da ontologia marxiana, a categoria do trabalho é, enquanto práxis social, mediação primária entre o ser e a consciência:

> Central e decisiva para a ontologia, em que é tematizada expressamente como “modelo de toda práxis social, de toda conduta social ativa”, [...]. O caráter genuinamente ontológico [...] revela-se exatamente no fato de que está aí evidenciada a junção da objetivação primária, mediadora entre ser e consciência, exercida pelo ato teleológico do trabalho, por meio do qual também somente encontram salvaguarda a prioridade ontológica do ser e a autonomia das esferas espirituais superiores (incluída a estética). (OLDRINI, 2013, p. 33).

Empiricamente a ponderação acima elucida o que encontramos nas diversas falas das entrevistas que realizamos junto à nossa tentativa de analisar criticamente a (re)produção da geografia da educação de Jovens e Adultos trabalhadores desempregados na Escola Municipal Francisca Moura, localizada no bairro de Mandacaru, periferia da cidade de João Pessoa.

Por que destacar essa relação logo de início? Por conta de nossa intenção em dialogar onto-historicamente com o trabalho abstrato e a humanização do gênero humano via formação humana, a produção do ser e da consciência na realização

das formas que assume o trabalho abstrato, o mundo da vida e do trabalho, ou como preferir: pensar e agir, saber prático e saber teórico, conhecimento e habilidades, educação e mercado de trabalho, habilidades e competências.

Temos clareza de que assumir alguns pressupostos teóricos e metodológicos quando relacionamos temáticas, tais como trabalho e educação, tendo a formação de trabalhadores desempregados no horizonte, pode potencializar equívocos metodológicos ou mesmo gerar questões de método, não somente pela temática distante e mesmo inexistente das análises desenvolvidas na produção científica geográfica ou não, mas sobretudo pela limitação da escala de estudo e pelos problemas que a generalização de qualquer análise dialética materialista do real implica, já que a realidade é muito mais dinâmica do que as representações.

Por outro lado, na luta da ideia e nas disputas ideológicas, há na contemporaneidade acúmulo teórico, linhas de pesquisa e grupos de estudos em formação e expansão que, não só na geografia e na pedagogia, estão preocupados com objetos e sujeitos sociais histórica e geograficamente esquecidos, invisibilizados. Não estamos aqui defendendo apenas o desenvolvimento teórico e do conhecimento que dê conta dos processos de opressão que vivem negros, homossexuais, mulheres, migrantes, adolescentes, idosos, mas revelar que a sustentação de processos de opressão e dominação política ocorre estruturalmente e associado a tempos e espaços de superexploração da força de trabalho pelo capital combinados ao desemprego estrutural.

Há grupos de trabalho e pesquisas já consolidados a estudar a relação entre trabalho e educação, o que não quer dizer que, em seu interior o consenso teórico e metodológico prevalece. E isto, pensamos, enriquece a pedagogia e alternativas práticas e teóricas que vive a crise da geografia, além de permitir maior proximidade com a dinâmica do real, ou seja, com a totalidade em movimento. No entanto, disputas ideológicas, de natureza filosófica e visão de mundo, debates em seu interior e entre os pressupostos do materialismo histórico e dialético e outros pressupostos não garantem aos estudos que relacionam trabalho e educação o alcance e a escala nacional, a visibilidade e a centralidade no combate das ideias e no conjunto de pesquisas desenvolvidas, tanto na universidade como nos centros de pesquisa. Particularmente houve, no interior da produção do conhecimento científico geográfico, uma divisão de caráter positivista que reforçou a fragmentação do objeto, espaço geográfico: escolar, universitária e profissional. Essa miríade de

divisões revela uma geografia social que reproduz, reflete e dá respostas à crise social que vive o sistema do capital e o trabalho abstrato.

A história da produção de conhecimento geográfico crítico, ao assumir como problema de pesquisa os debates internos constitutivos de seu objeto, adotara hegemonicamente o caráter reformador quando se deslocou da dinâmica real e concreta da totalidade espacial (MENEZES, 2016).

Para nós, a posição política, econômica e ideológica, de caráter reformista não apenas resultou dos estudos realizados por parte da academia na segunda metade do século XX, de inspiração europeia, com forte conteúdo político, de poder e opção pela centralidade do Estado, em particular pós-queda do muro de Berlim. Conquistar, ocupar e colocar o Estado a serviço dos interesses e da classe trabalhadora segue sendo a pauta, orientação política e a bandeira de luta de muitos intelectuais orgânicos, acadêmicos estudiosos de movimentos sociais, sindicatos e partidos identificados com trabalhadores, mulheres, negros e migrantes, como se o Estado e a formação socioespacial brasileira tivessem estrutura e organização idênticos à sociedade política europeia.

Compreendemos que, sim, disputar o Estado é importante, particularmente em países semiperiféricos do mundo, como o Brasil, em especial em conjunturas e no momento em que recuos e limites da democracia, sob comando e controle da burguesia, têm nexos com razões materiais e concretas, por que não de esgotamento econômico das políticas sociais assistencialistas ou não, o que põe o Estado de “joelho” diante de novas “rodadas” de negociação com o capital nacional e internacional, nova relação de forças para expandir processos de acumulação e formar o tripé a espoliar, explorar e oprimir as massas e o conjunto mais amplo da classe trabalhadora e seus representantes.

A geografia, enquanto conhecimento científico que relaciona natureza e sociedade, sua crítica e seu desenvolvimento numa sociedade capitalista semiperiférica, intensamente desigual, atrasada tecnologicamente e dependente economicamente de nações centrais, suas agências e capital internacionais, não pode criar ilusões dos diferentes momentos na correlação de forças e do bloco histórico nem estranhar as relações constitutivas dos desiguais e diferentes arranjos espaciais (MOREIRA, 1983).

O enfrentamento teórico e ideológico puramente científico e acadêmico não deve ser inconsequente a ponto de se autonomizar das estruturas que o tornam

possível, ou seja, que o fazem existir, e a dimensão do trabalho assume centralidade inclusive para revelar que ciência queremos fazer e para quem ela serve? Caso contrário, é produzir e reproduzir conhecimento sob hegemonia das classes dominantes, conforme a máxima: “ideias dominantes são as ideias das classes dominantes” (MARX, ENGELS, 2007). Essa prática docente quase sempre é cortina de fumaça a encobrir a dinâmica real e ideologicamente reforça as condições de existência e social vigentes do sistema do capital. É preciso ir além dos sistemas técnico-científico-informacionais que, não menos importantes, têm sua reprodução na produção do valor, na mais-valia, no trabalho alienado e dividido, na propriedade privada capitalista e no intercâmbio, ou seja, é preciso dar conta da relação prática e teoria, seus conteúdos e formas fixas naturalmente fetichizadas a reproduzir estruturas, espaços abstratos e arranjos desiguais e estranhados.

Para que não nos acuse de desconhecimento e transposição didática, é preciso chamar atenção para o desenvolvimento histórico do trabalho, sua natureza distinta e função social em diferentes formações sociais, com espaço e tempo distintos, o Brasil, daqueles da formação social europeia. Faremos mais adiante essas aproximações e, por ora, vamos enfrentar como ocorreu, mesmo que de forma breve, a historicidade do trabalho no desenvolvimento do ser social.

Lukács (2013), continuador da obra de Marx e Engels (2007), húngaro de nascimento, viveu durante o longo século XX, e retomou parte das análises ontológicas do ser social. E ao desenvolver o trajeto histórico desde antes do capitalismo, tratou da origem e gênese do trabalho, sua natureza e centralidade para o desenvolvimento do ser social, resgatando várias formas e atividades que assumiu a produção de coisas úteis, não apenas como valores de uso ao longo dos diferentes modos de produção da existência. O resgate histórico demonstrou a assertiva da atualidade e centralidade ontológica do trabalho na sociedade do capital, com mais força no desenvolvimento social contemporâneo. O autor (des)vela a importância que adquiriu o trabalho como forma de garantir a existência numa relação direta com a natureza que com sua autonomia relativa junto a totalidade social em desenvolvimento passa a meio de vida na contemporaneidade.

Já nos estágios iniciais, a mediação do trabalho se apresentou como central no processo evolutivo e nos saltos qualitativos observados nas relações estabelecidas entre seres inorgânicos e orgânicos e o ser social. Para o húngaro, é preciso:

> [...] o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social.[...] Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição; ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, interrelação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. [...] *No trabalho estão contidas in nuce todas as determinações que, como veremos, constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social*[11] [...] (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Esse esclarecimento para sublinhar a anterioridade constitutiva, evidencia a centralidade em potência do trabalho como momento de transição e chama a atenção para sua ação ativa nos saltos em que o desenvolvimento dos seres inorgânicos até o social requereu mudanças qualitativas. Ele carrega em si o desenvolvimento do ser social, sua consciência e existência. Só posteriormente o autor vai tratar o trabalho no capitalismo, a complexificação social dos processos de formação do valor, o valor de troca e a valorização que adquiriram na formação socioeconômica em desenvolvimento.

Com a obra mais completa de Marx (2013), Lukács tece suas considerações da natureza e desenvolvimento ontológico do trabalho na constituição e existência do ser social, ou seja, ilumina as relações das forças produtivas com as relações de produção, na contemporaneidade trabalho e educação. O processo de trabalho, mediado pela consciência, na formação socioespacial capitalista, torna-se inteligível na investigação da dialética das causalidades naturais e sociais postas em relação aos pores teleológicos, seus meios, objetividades e propriedades; propriedades naturais, legalidades e forças operantes ao determinar, enquanto meios que são, objetividades dependentes do pensamento, vontade e conexões para alcançar os fins propostos no desenvolvimento teleológico. O que nos intriga, é que no capitalismo, a objetividade teleológica é potencialmente controlada pelo sistema do capital que na alienação do trabalho e dos trabalhadores ao dividir o trabalho e pela propriedade privada, impõe aos trabalhadores a produção coletiva e socializada da riqueza enquanto a apropriação dos frutos do trabalho é privada, o que reproduz no

[11] Grifo nosso para chamar atenção da centralidade do trabalho como elo em movimento de constituição do ser e de sua consciência.

trabalho alienado arranjos espaciais estruturados por relações sociais e de trabalho abstrato sem sentido para os produtores:

> [...] do por teleológico surge uma objetividade inteiramente diferente dos elementos. De nenhum desenvolvimento imanente das propriedades, das legalidades e das forças operantes no mero ser-em-si da pedra ou da madeira se pode “deduzir” uma casa. Para que isso aconteça é necessário o poder do pensamento e da vontade humanos que organize material e faticamente tais propriedades em conexões, por princípio, totalmente novas. [...] Com efeito, a investigação dos meios para a realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos cujo andamento pode levar a alcançar o fim posto. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 54).

Alguma generalização das teses de Lukács (2013), nos ajuda a entender a contemporaneidade? Teleologia é pensamento que se realiza, objetividades, operações e práticas organizativas de meios produtivos, ou seja, é ação-pensamento em ato, ser-consciência em dialética. Caráter imanente da natureza e desenvolvimento ontológico do ser do trabalho, toda práxis social assumida historicamente pelo trabalho, “modelo” imerso de pores teleológicos, momento que concretizou novas objetividades na ação de trabalhadores, devendo ser analisado não como objetividade positiva ou negativa, mas:

> [...] antes, o verdadeiro problema consiste em submeter a um exame ontológico autenticamente crítico a generalização quase ilimitada e novamente: desde a cotidianidade até o mito, a religião e a filosofia – desse fato elementar. (LUKÁCS, 2013, p.47).

Qual fato ontológico o autor descreve? A capacidade que adquiriu no desenvolvimento humano a passagem do ser orgânico e biológico para o ser social, de pensar sua ação. Todo ser social, é antes de tudo, inorgânico e orgânico, ou seja, com o desenvolvimento, o ser social passa a colocar teleologicamente sua consciência a serviço das necessidades de sua existência, de seus processos reprodutivos em sociedade. Portanto, é na relação histórica com objetos naturais, inorgânicos e orgânicos que homens e mulheres, enquanto seres individuais, ao entrarem em relação social com outros homens, dialeticamente, produzem e reproduzem-se socialmente. Aqui é preciso distinguir o caráter negativo e positivo do trabalho na história das sociedades e formações socioeconômicas e espaciais não

como um a *priori,* mas como um fato elementar que deve ser examinado crítica e ontologicamente, o que distingue a posição do autor frente a autores negacionistas, tais como Max Weber (2004, 1998).

Pensando ainda a gênese e a natureza do trabalho e a presença de causalidades postas ou não, o autor contrapõe Kant a Marx. Enquanto o primeiro gnosiologicamente afirmou a inconciliabilidade entre causalidade e teleologia; em Marx, a teleologia é reconhecida como categoria histórica operante no trabalho. Tem-se inevitavelmente uma coexistência concreta, real e necessária entre causalidade e teleologia, entre natureza e consciência. Sem dúvida, a possibilidade da oposição objeto e sujeito situa-se apenas no interior de um processo real unitário, cuja mobilidade é fundada na interação desses opostos e que, para tornar real essa interação, age de tal modo que a causalidade, sem ver atingida a sua essência, também se torna posta (LUKÁCS, 2013).

Assim para caracterizar as mediações e os conceitos presentes no desenvolvimento onto-histórico das relações entre trabalho e educação na ordem social e metabólica do capital na contemporaneidade, é preciso revelar fins e meios, o que implica conhecer objetivamente o processo de trabalho e produtivo, a natureza que assume as formas de trabalho e atividades e a função da educação como sistema parte do complexo ideológico:

> [...] Separar os dois atos, isto é, o por dos fins e a investigação dos meios, é da máxima importância para compreender o processo do trabalho, especialmente quanto ao seu significado na ontologia do ser social. E exatamente aqui se revela a inseparável ligação daquelas categorias, causalidade e teleologia, em si mesmas opostas e que, quando tomadas abstratamente, parecem excluir-se mutuamente. Com efeito, a investigação dos meios para a realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos, cujo andamento pode levar a alcançar o fim posto [...] (LUKÁCS, 2013, p. 54).

Historicamente o trabalho,[12] em seu sentido original, concreto e restrito, produtor de valor de uso, é um processo entre atividade humana e natureza, seus

[12]Nesta concepção de trabalho, transformador da natureza, que nos apoiaremos, o que permite, nas diferentes formações sociais, históricas e geográficas, apreender distinções do geral e particular, pensar formas singulares que assumiram a natureza do trabalho, por exemplo, socialmente abstrato no capitalismo, um meio de vida. Conforme Lessa (2007), a concepção imanente de trabalho em Marx (2013), estudioso da ordem do capital, cabe além da relação de transformação homem e natureza, leva em conta a produção e a criação de valor, valorização e capital.

atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Marx (2013), ao desvelar a mercadoria, seu fetiche e o desenvolvimento no capitalismo, delineia historicamente dois fatores, quantidade e qualidade, valor e valor de uso, ao passo que demonstra como os produtores e suas relações sociais são transformadas. Ou seja, quando produzimos valores de troca, antes de qualquer coisa, estamos a nos produzir como seres sociais, nosso trabalho e atividade nos transforma, produz consciência e contribui para nossa formação enquanto gênero humano, já que a natureza e os meios de produção nos colocam em contato com nossas mãos, força de trabalho e consciência, o que por si só nos transforma. A produção capitalista de mercadorias, reprodutora de valores, com a finalidade da troca e da realização do valor e valorização do capital, exige espaço e tempo de produção de valores de uso, ou seja, o trabalho abstrato não existe sem o trabalho concreto, o que nos coloca objetivamente na relação com a natureza, os meios e objetos de produção e trabalho:

> [...] O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material (*Stofflichen Inhalt*) da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem ao mesmo tempo, os suportes materiais (*stofflische Trager*) do valor de troca. [...]
> Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos de seu valor de uso, abstraímos também dos componentes (*Bestandteilen*) e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. (MARX, 2013, p. 114-115).

Entre os vários processos, o desenvolvimento do trabalho abstrato, produtor de mercadorias, diferencia qualidades e valores de uso, deslocando materialidade e objetividade concreta do trabalho produtor de valor de uso para o domínio dos corpos das mercadorias e suas diferentes qualidades. Do trabalho concreto e útil ao trabalho abstrato, o desenvolvimento da forma mercadoria no capitalismo retira o que é sensível, humano, ativo e produtivo e sobrepõe medidas, valores, ideias e convenções, ou seja, um conjunto de mediações abstratas são interpostas entre a humanidade e o ato de garantia da existência, o trabalho, esvaziando de sentido as diversas formas das atividades divididas e conteúdo dos diversos trabalhos produtivos ou não, produtores de mercadorias.

Na relação entre trabalho e capital, a produção de mercadorias reproduz alienação e estranhamento da mercadoria que se subordina o valor de uso ao valor de troca, o trabalho concreto ao trabalho abstrato, o “caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos e das forças de trabalho neles representados são abstraídos e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato”, a mero meio de vida (MARX, 2013, p. 116).

No capitalismo desenvolvido em países semiperiféricos como ocorre na sociedade brasileira, a práxis social, ou seja, o trabalho e sua dimensão social destacam-se em primeiro plano como ação sobre outros homens, cujo objeto é, em última instância – mas somente nesta -, uma mediação para a produção de valores de uso. A reprodução social, seus complexos sistemas de complexos, por exemplo a educação como momento do complexo ideológico se autonomiza no espaço e tempo da produção e do trabalho e, mesmo que relativamente independente, serve em última instância para a reprodução na totalidade do sistema do capital, não sem contradições.

As condições de produção e trabalho sob determinações da propriedade privada capitalista, divisão social e técnica do trabalho e das trocas e intercâmbios são parte do conjunto mais amplo de ações históricas do capital na conformação de desiguais arranjos espaciais, controle e ordenamento social do capital sobre o trabalho. Também nesse caso o fundamento ontológico- estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento (LUKÁCS, 2013, p. 83), ou seja, pelo conjunto mais amplo de relações sociais e da massa trabalhadora com a natureza.

Aquela divisão social do trabalho abstrato presente na produção de mercadorias é condição de existência do capitalismo produtor de mercadorias, assumindo, isto é, “numa sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes, desenvolvendo-se como um sistema complexo, uma divisão social do trabalho” (MARX, 2013, p. 120). Há certa autonomia e subsunção do trabalho abstrato produtor de mercadorias com as forças e condições de realização do trabalho concreto e real, como se fossem dois espaços e tempos independentes e não guardassem relações e unidade.

Mas quando é que o trabalho modelo da práxis social, terreno da produção de coisas úteis e necessárias à reprodução social e de valores de uso originais adquire a condição de produzir e é subsumido pelos pores secundários, ou seja, sofre a determinação do desenvolvimento social e metabólico do sistema do capital inclusive como diferentes sujeitos que entram em relações sociais e de trabalho divididos? Segundo o autor, a diferenciação que assumiu o trabalho no desenvolvimento histórico e geográfico antes de desaparecer reforça sua centralidade no capitalismo:

> Tais pores teleológicos secundários estão muito mais próximos da práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui o entendemos. [...] em parte porque esse primeiro olhar também nos revela que o trabalho originário deve, por si mesmo, desenvolver necessariamente tais formas mais complexas, por causa da dialética peculiar de sua constituição. E esse duplo nexo indica uma simultânea identidade e não identidade nos diversos graus do trabalho, mesmo quando existem mediações amplas, múltiplas e complexas. (LUKÁCS, 2013, p. 87).

Em certo sentido, o desenvolvimento histórico do trabalho, sua natureza, e função social não perde sua centralidade e seu caráter explicativo no desenvolvimento do capitalismo mais intensamente no espaço pelo caráter regulador e de controle social do capital sobre os trabalhadores e no conjunto de contradições que se interpusera conscientemente, tais como relações entre sujeito e objeto, espelhamento e realidade, quantidade em qualidade e surgimento de um conjunto de complexos em domínios, como educação, saúde, segurança e ideologias. Estes domínios reproduzidos socialmente, antes de retirar a capacidade e a centralidade do trabalho, estão a reforçar e ampliar já que sem os nexos e determinações reais que estruturam o sistema do capital, a linguagem, a comunicação e os aparelhos ideológicos não se estruturam enquanto domínios a existirem na totalidade social.

Entre trabalho e capital, conjunto de mediações reais e históricas se efetivou tais como propriedade privada, dinheiro, valor de troca, mercadorias, capital, ideologias e o fetiche, intensamente observados por Marx, inclusive a educação e os processos mais amplos de formação humanos. Com o avanço do trabalho abstrato sobre o concreto e real trabalho produtor de usos, relações sociais e de produção da mercadoria são estranhadas e sem qualquer sentido se interpuseram no processo de trabalho e em diversas atividades, restando como resíduo dos produtos do

trabalho uma substância acumulada de trabalho humano abstrato, alienado e socialmente dividido embora em sua forma indiferenciada:

> Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples massa amorfa (*Gallerte*) de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, que não leva em conta a forma desse dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de quem sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias.
> Na própria relação de troca das mercadorias, seu valor de troca apareceu-nos como algo completamente independente de seus valores de uso. [...] (MARX, 2013, p. 116).

Ainda sobre o processo de consciência na mediação entre o trabalho e a educação, os pores teleológicos conscientemente realizados, em tendencia, provocam um distanciamento, um espelhamento da realidade e, com esse distanciamento, nasceu a relação sujeito-objeto no sentido próprio do termo. Esses dois momentos, consciência e realidade, mediados pela relação sujeito-objeto, implicaram simultaneamente o surgimento da apreensão conceitual de fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem e da formação de consciências:

> [...] Isso mostra que a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, brota da reprodução da própria existência (e, junto, com esta, daquela do ser do gênero), como instrumento indispensável de tal reprodução. *Essa consciência se torna certamente sempre mais difusa, sempre mais autônoma, e, no entanto, continua ineliminavelmente, embora através de muitas mediações, em última análise, um instrumento da reprodução do próprio homem. Desse modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidade.*[13] [...] (LUKÁCS, 2013, p. 65-67).

Assim o trabalho, esse ser histórico e estrutural ontológico a serviço da produção da existência social, fez brotar consciências, inclusive no gênero humano, indispensáveis à reprodução social. Já quanto à questão de conhecer as mediações teoria e práxis, ser e pensar, objeto e sujeito, o autor afirma que é na relação entre a

[13] Grifo para o processo de formação de consciência, sua relação com a atividade e as tarefas, forjada no seio da própria existência. É instrumento da reprodução do próprio homem carregada de potencialidade.

causalidade e a teleologia que se manifestam as determinações ontológicas originais fundamentais:[14]

> É preciso voltar a práxis, ao seu modo real e material de manifestação, onde se evidenciam e podem ser vistas clara e univocamente suas determinações ontológicas fundamentais. Assim, o aspecto ontologicamente decisivo é a relação entre teleologia e causalidade. [...]: teleologia e causalidade não são, como até agora aparecia nas análises gnosiológicas ou lógicas, princípios mutuamente excludentes no desdobramento do processo, do ser-aí e do ser-assim das coisas, *mas, ao contrário, princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis,*[15], cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui a característica principal desse grau de ser. (LUKÁCS, 2013, p. 89).

É na gênese da sociedade moderna que o trabalho socialmente dividido e a propriedade privada dos meios de produção à serviço da produção de trabalho excedente constituiu a natureza daquilo que veio historicamente tornar-se sistema hegemônico, baseado no trabalho abstrato, alienado e estranhado, assumindo, na particularidade histórica da relação com o capital a função de mediação socio metabólica a serviço do sistema do capital.

Ao tempo em que assumiu a hegemonia na escala mundial frente a outros modos de produção, o sistema do capital se concretizou historicamente no espaço, imerso de contradições. Ao se autonomizar, elevou-se à aparência e tornou fenômeno e forma mercadoria e valores de troca, uma coisa estranha a ser perseguida pela totalidade social na escala mundial. A produção de valor de troca passou a controlar o processo produtor de uso; e o trabalho abstrato, produtor da riqueza na totalidade social, a estruturar processos de mais-valia, valor e valorização, e a “omitir” a produção socialmente coletiva e social da riqueza. A dinâmica do sistema do capital avançou do regime de acumulação primitivo para o

[14] É para aquelas mediações teoria e práxis do trabalho abstrato produtor de mercadorias, como a natureza estrutural do desemprego, em que vivem frações crescentes de trabalhadores, em particular do proletariado na periferia do mundo, e os rebatimentos na formação de consciências espacialmente estranhadas que encaminhamos nossa análise crítica da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

[15] É importante atentar a práxis social do trabalho que é na investigação das relações teleologia e causalidades postas, contradições vivas a expor o processo de alienação do trabalho, que potencialmente compreendemos tendências e movimento do complexo do trabalho com os complexos de (re)produção social, com a educação e a formação momentos da reprodução social.

ampliado, até o flexível e financeiro imerso histórica e espacialmente em lutas, crises, derrotas, guerras e conquistas sociais.

Nesse momento, uma indagação parece consequente: como a práxis do trabalho apoiada nas relações sociais desenvolvidas no sistema do capital em pores secundários em tendência potencializa, contraditoriamente, o dever ser, os conteúdos e a essência teleológica do trabalho? E repete o autor: somente a práxis social no horizonte do dever ser é critério decisivo para qualquer desenvolvimento espiritual e teórico da humanidade no horizonte histórico:

> Se quisermos compreender bem a gênese inquestionável, segundo o nosso modo de ver, do dever-ser a partir da essência teleológica do trabalho, *devemos recordar de novo o que já dissemos do trabalho como modelo para toda práxis social, ou seja, que entre o modelo e as suas sucessivas e mais complexas variantes, há uma relação de identidade de identidade e não identidade. A essência ontológica do dever- ser no trabalho dirige-se, certamente, ao sujeito que trabalha e determina não apenas seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito do processo de trabalho.*[16] [...] certamente já vimos que o dever-ser do trabalho desperta e promove certas qualidades dos homens que mais tarde serão de grande importância para formas de práxis mais desenvolvidas. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 105).

Mas como os pores teleológicos em sociedades complexas como a capitalista contemporânea são operados, qual sua importância na formação da consciência? Como operar pores teleológicos do trabalho enquanto os sujeitos do processo de trabalho não têm o controle da propriedade dos meios de produção e trabalho nem tampouco dos frutos da produção e da riqueza? Enquanto o trabalho é socialmente coletivo, o ordenamento social e metabólico do sistema do capital em crise estrutural divide o trabalho e troca por dinheiro a venda da força de trabalho, além de que autonomiza dimensões como o espaço e o tempo do fazer daqueles momentos do pensar, com os conteúdos do trabalho cientifica e racionalmente sob controle social e metabólico do sistema do capital.

A resposta parece indicar a perda da totalidade e da unidade social com a fragmentação no desenvolvimento da relação entre capital e trabalho, mas também

[16] Grifos para a identidade e não identidade presentes no dever ser da práxis no trabalho, nos mais diversos comportamentos capazes de despertar uma nova práxis mais desenvolvida, o que invariavelmente se relaciona com a produção do espaço, seu ser e tensões entre identidades e diferenças como observa Moreira (2009) na relação da humanidade com a natureza e que na atualidade adquire pelas mediações abstratas o caráter de negação da produção no espaço sobre a produção do espaço (MENEZES, 2016).

entre o trabalho e a educação, estruturada na alienação do trabalho e nas diversas relações sociais estranhadas, vividas pelos sujeitos na totalidade social. Assim o trabalho dividido pela propriedade privada capitalista, a natureza de meio de vida que o trabalho abstrato adquire, pelas trocas desiguais e pela produção de mercadorias, ao deixar de ser imediato, interpõe mediações no interesse socio-metabólico do sistema do capital e assume, na contemporaneidade, caráter destrutivo e irracional. Suas formas e seu limite são expressos em novas contradições, tais como: desemprego e crise estrutural, degradação da natureza e da vida, articulado ao movimento de superexploração da força de trabalho em escala mundial, achatamento da massa salarial e expansão da produtividade e do excedente do trabalho:

> [...] Também a mais complexa economia é o resultado de pores teleológicos singulares e de suas realizações, ambos na forma de alternativas. Naturalmente, o movimento do conjunto de cadeias causais assim originados produz, mediante suas interações imediatas e mediatas, um movimento social cujas determinações últimas se sintetizam numa totalidade processual. Esta, porém, a partir de certo nível já não é mais apreensível pelos sujeitos econômicos singulares – que operam os pores e decidem entre as alternativas – de maneira tão imediata, de tal modo que suas decisões possam orientar-se a respeito do valor com segurança absoluta, como acontecia no trabalho simples, criador de valores de uso. Com efeito, na maior parte dos casos, os homens dificilmente conseguem compreender corretamente as consequências de suas próprias decisões. [...].
> Como faz a divisão social do trabalho – que se torna cada vez mais complexa – para produzir valores a partir de si é algo que já indicamos [...]. Aludiremos, aqui, apenas ao fato de que a divisão do trabalho, mediada e posta em marcha pelo valor de troca, produz o princípio do governo do tempo através de seu melhor aproveitamento interno [...] (LUKÁCS, 2013, p. 114).

Adquire autonomia a produção e o trabalho abstrato socialmente global, e a produção de valores de uso está sujeita a interesses da combinação de regimes difusos de acumulação de capital, via produção de mais-valia. O uso sujeita-se às trocas, as mercadorias e as relações sociais produtoras de mais-valia e de capital entram em contradição com as forças produtivas em desenvolvimento. Nesse sentido pensado as relações trabalho e educação de jovens e adultos que conjunto de mediações deve ser nossa preocupação? Como o valor de troca e os processos

de valorização contraditoriamente avançam na produção de riquezas, na subjetividade e na existência social do trabalho e dos trabalhadores no capitalismo?

> Surge assim um duplo movimento contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda a vida humana, e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez mais abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia nos intercâmbios sociais dos homens, sem que como isso se possa esquecer que a vigência do valor de troca sempre pressupõe que este se baseie no valor de uso. O novo, então, é um desdobramento contraditório, dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese, e não a sua simples negação abstrata. De outro lado, [...]: a socialidade desdobrada da produção resulta num sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, do econômico, no qual uma práxis real só é possível sobre a base da orientação para pores de fins e investigação dos meios imanentemente econômicos. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 116).

Na esteira de Karl Marx, Lukács (2013) chama atenção para os efeitos da divisão do trabalho e das crises que contraditoriamente ao articular fragmentação dos trabalhadores e alienação do trabalho, reproduzem dialética e relativamente dependência e autonomia nos processos produtivos:

> Essa consequência elementar e contraditória da divisão do trabalho cria uma situação tal em que os atos objetivamente interdependentes, compra e venda, na prática se separam, tornam-se mutuamente autônomos, casuais um em relação ao outro. “Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido”, diz Marx. Fica então claro isto: “Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas”. E, nesse momento, Marx observa que “tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade”. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 112). [...]

Histórica e espacialmente, o trabalho social dividido se autonomizou, suas relações de interdependência não são mais requeridas no processo, e o ato do trabalho, sua natureza e formas diversas potencializou uma série de crises. Nesse sentido, a crise do trabalho abstrato reflete na incapacidade de se auto-organizar simultaneamente à incapacidade teórica, política e ideológica de direções e intelectuais orgânicos atuarem nos sindicatos, partidos políticos, associações e mesmo de frações de movimentos sociais em apreender, na complexidade que assumiu o desenvolvimento do trabalho e das massas trabalhadoras no capitalismo

contemporâneo, a unidade e auto-organização das massas trabalhadoras, esfaceladas pelo trabalho dividido e alienado, combinadas à superexploração das forças de trabalho pelo sistema do capital, particularmente, pelos processos de acumulação e concentração de capital em países como o Brasil.

É preciso salientar, na relação entre trabalho e educação, que a mesma divisão do trabalho que reproduz a superespecialização produtiva das massas trabalhadoras reproduz perda de habilidades, conhecimentos e de controle do espaço e do tempo pelos trabalhadores, reproduz também superexploração, combinando desemprego e achatamento salarial, aumento de produtividade e subaproveitamento da força de trabalho disponível, ou seja, a criação de capital necessita de renovação da força de trabalho em patamares sempre maiores de uso e disponibilidade num jogo entre níveis de acumulação e taxas médias de lucro em queda e preço e custo de reprodução social da massa trabalhadora sob controle através da reprodução de homens e mulheres sobrantes, descartáveis e prontos para o uso conforme a necessidade. A essas condições de reprodução somam-se e forjam-se na concorrência intra e inter-trabalhadores, ou seja, no interior de uma mesma categoria e entre trabalhadores de setores distintos da economia, mesmo que originalmente faça parte da legalidade econômica a redução do tempo de trabalho social necessário.

Muito embora, como tendência contraditória, uma maior produtividade signifique redução do tempo social de trabalho, a produção de valores de troca e de mercadorias, ao otimizar a relação de valor original, reproduz uma sociabilidade mais eficiente no interesse do sistema do capital, sem qualquer garantia de realização, ou seja, o consumo e a circulação pela crise que o trabalho abstrato e o capital enfrentam não são realizados com a expansão do desemprego pressuposto e parte da solução e, dialeticamente, negação de realização do movimento que cria o capital pela mais-valia.

Pensando a relação entre trabalho e educação no capitalismo, a propriedade privada da vida, dos frutos e dos meios de produção e trabalho, mediada pela divisão do trabalho, coloca em marcha uma sociabilidade humana espacialmente arranjada, esvaziada e estranhada com objetos, adquirindo humanização e relações sociais, e com homens e mulheres do trabalho, assumindo o caráter de coisas, objetos. É o fetiche da mercadoria (MARX, 2013) a desenvolver o ser social dividido,

fragmentado e orientado pelo cálculo econômico do lucro mediado pela forma, o dinheiro:

> Se torna cada vez mais complexa para produzir valores a partir de si [...]. Aludiremos, aqui, apenas ao fato de que a divisão do trabalho, mediada e posta em marcha pelo valor de troca, produz o princípio do governo do tempo através de seu melhor aproveitamento interno [...].
> Economia de tempo, no entanto, significa simultaneamente uma relação de valor. [...] A orientação objetiva da legalidade econômica para a economia de tempo produz diretamente a divisão ótima do trabalho, isto é, dá origem, cada vez, a um ser social com um nível de socialidade sempre mais pura. (MARX, 2013, p. 112).

A coisa submeteu o homem a um processo de coisificação humana e reificação das mercadorias de tal maneira que a humanização de homens e mulheres foi afetada historicamente; e o arranjo espacial a serviço da produção e dominação política e ideológica burguesa. Dentre inúmeros paradoxos presentes no movimento econômico, mediado por trocas e intercâmbios desiguais, regimes distintos de acumulação e valorização do capital se superpõem na apropriação desigual de espaços naturais e sociais, bem como a natureza da utilidade na universalização do valor de troca, assumindo um sentido abstrato no interior da totalidade social do trabalho e do capital. Verifica-se um conjunto de contradições no momento das trocas:

> [...] Assim se produz no valor econômico, uma intensificação qualitativa diante do valor que já existia na atividade simples, produtora de valores de uso. Surge assim um duplo movimento contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda a vida humana, e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez mais abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia nos intercâmbios sociais do homens, sem que com isso se possa esquecer que a vigência do valor de troca sempre pressupõe que este se baseie no valor de uso.(MARX, 2013, p.116).

Essa contradição não só coloca o avanço de uma sociabilidade intensamente autônoma, ou seja, aquilo que chamamos de trabalho produtor de mais-valia e criação de capital, produto da ação direta do proletariado moderno na transformação da natureza ao se universalizar no espaço, como forma e escala social do trabalho para o capital, com seus conteúdos abstrato e concreto, mas também se autonomiza

no interior dos processos de realização da totalidade social do trabalho e do capital.[17]

Mais distanciados da natureza, a produção de mercadorias repousa sobre a maior produção de valor e avança os processos de valorização de valor sobre o conjunto de complexos da reprodução social, como o ideológico e, no interior destes, os processos de formação e educação como momentos potenciais de humanização do ser social, assim como em setores e atividades improdutivas, como segmentos econômicos do lazer e entretenimento, nas artes e no campo da estética de forma mais ampla.

Uma indagação é pertinente: como o avanço do valor de troca na sociabilidade contemporânea reduziu o ser social do trabalho a um ser puramente social cada vez mais intensamente desconectado das causalidades naturais e da materialidade concreta e real do trabalho concreto produtor de uso?

> O valor de troca é uma categoria puramente social; sabe-se, porém, que ele só pode se tornar real em correlação inseparável com o valor de uso. No valor de uso, em contrapartida, deparamo-nos com um dado natural socialmente transformado. Portanto, o fato de que o valor de troca pode realizar-se somente na relação de reflexão com o valor de uso, essa relação o vincula com a base natural geral da sociabilidade. Assim, porém, de modo algum se deprecia o grande passo da socialização, o aparecimento, o tornar-se universal e dominante da mediação do comércio entre os homens pelo valor de troca puramente social. *Pelo contrário. Justamente através dessa mediação ingressam relações sociais extremamente importantes na práxis humana, que com o auxílio da conscientização as torna ainda mais decididamente sociais. Quanto mais universal a disseminação do valor de troca, tanto mais clara e nitidamente o tempo de trabalho socialmente necessário ocupa o lugar central enquanto fundamento econômico de sua respectiva magnitude.*[18]. (MARX, 2013, p. 165-167).

Há, para além das teses críticas à centralidade e ao fim do trabalho na virada do século XX ao XXI, substituído pelo avanço moderno e progresso tecnológico, técnico-informacional e organizacional na defesa de que a reprodução social com seus variados, autônomos e domínios independentes do trabalho, como o desenvolvimento de circuitos e redes comerciais, financeiras e de informação, um

[17] Mais adiante no capítulo 3 trataremos da função social e do fetiche do dinheiro e seus nexos sociais com o trabalho concreto e abstrato.

[18] Grifo nosso para chamar atenção para a categoria valor de troca e sua importância como mediação para uma práxis transformadora, diante da apreensão do ser social do trabalho, do tempo de trabalho socialmente necessário.

conjunto de teses a debater a natureza e a função social do trabalho, se abstrato, material ou produtivo, simples ou complexo. Esse debate é central para nossa ação e visão de mundo e não apenas tem causas filológicas, mas intervenção na realidade.

Para parcela crescente dos estudiosos do desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade, conjunto complexo de espaços econômicos e virtuais se autonomizou da produção real e material da riqueza e do trabalho, da produção de valores de uso como se fosse possível valor de troca sem valor de uso, capital sem trabalho transformador de natureza. Dentre os argumentos, transformações históricas e avanço da reestruturação produtiva e do trabalho reproduzem, em sociedades semiperiféricas como o Brasil, o avanço do trabalho improdutivo com a redução da importância quantitativa e qualitativa do proletariado moderno, criador de capital, produto de valor e transformador da natureza.

Outro conjunto de ataques à centralidade onto-histórica do trabalho e à teoria social desenvolvida por Marx (2013) é ainda mais sutil e complexo de analisar, pois coloca a dimensão da política, do poder e do Estado, relevantes historicamente, sem levar em conta os nexos que guarda com a dimensão estrutural e existencial do trabalho, particularmente na relação entre trabalho e educação e seus rebatimentos na formação e humanização dos trabalhadores. Embora importantes para pensar e refletir a política e as relações da sociedade civil com o Estado, suas formas e exercício do poder, inclusive do espaço escolar, pois enquanto aquele controla e executa através da política educacional este garante, no discurso oficial, acesso ao emprego. Há descolamento do trabalho com os complexos ideológicos da reprodução social, inclusive da educação, o que ideologicamente coloca as análises críticas da relação trabalho e educação numa posição de omitir e mesmo não reconhecer que há as diferenças e os interesses difusos e, contraditoriamente, em disputa na organização da sociedade por diferentes classes sociais em movimento na sociedade contemporânea.

Pensamos que, como visão de mundo capaz de transformar a realidade numa trajetória prática, que alimenta e alimentada pela teoria, que altera práticas sociais, é preciso avançar sobre esse flanco teórico e metodológico, o materialismo histórico e dialético. Vejamos de forma aproximativa, já que tratamos, nos capítulos dois e três elementos, empíricos com mais propriedade, como autores, a partir do referencial

distinto do trabalho, refletem contradições e rebatimentos na relação entre trabalho e educação.

Na geografia, é importante o estudo apresentado pela autora da consciência espacial, produto histórico e social, embora pioneiro e relevante revelou-se na continuidade da reflexão dos processos de ensino e aprendizagem de alunos adultos trabalhadores, ou seja, na reflexão do trabalho e da educação a partir da mediação consciência espacial entre sujeito e objeto, mostrou-se os limites na análise empreendida pela ausência da relação com a produção material do valor. Assim o estudo permaneceu na forma e na aparência do fenômeno sem descer e manejar mediações históricas centrais, estruturantes do sistema do capital, como a propriedade privada, a divisão do trabalho, as trocas e os intercâmbios. Objetivamente analisado a percepção dos alunos da educação de adultos, objetos e sujeitos da pesquisa, não demonstra os nexos com as determinações de classes sociais, suas posições, pertencimento e condições na definição da consciência espacial (RESENDE, 1987).

A dificuldade está em desconsiderar a materialidade e as estruturas econômicas e sociais na relação com os complexos sociais da reprodução o que potencializa a análise pela tendencia a avançar sobre a totalidade social do trabalho e do capital. Como afirma o autor, o politicismo a-histórico e inconsequente, descolado da materialidade produtiva e de suas bases concretas, ao adquirir estatuto de ciência positiva, se autonomizou, como sustenta Chasin (2013, 2000). Não se trata de reduzirmos nem assumirmos quaisquer determinismos, mas de descrever os limites da tese política, sua função e natureza crítica como momento necessário, mas insuficiente, nos processos de emancipação humana e social, como mostraram o espaço e o tempo das experiências no século XX.

Na contramão da centralidade do trabalho, Gorz (1982), na tentativa de refutar a teoria social e do valor do trabalho de Karl Marx, realizou uma inversão idealista e, ao mesmo tempo inconsequente por identificar no autor a ausência de nexos com a realidade empírica de seu tempo e espaço históricos, já que, ao conduzir sua crítica ao hegelianismo, não era a existência de um proletariado revolucionário que justificava sua teoria; era, ao contrário, sua teoria que permitia predizer o surgimento de um proletariado revolucionário e estabelecia sua necessidade (GORZ, 1982,p. 31).

Dentre os vários equívocos cometidos pelo autor de *Adeus ao proletariado*, estava o de que o processo de proletarização dos produtores e artesãos era um ato libertador de sua individualidade limitada, de seus limites particulares. Dito de outro modo, a proletarização deveria substituir os produtores particulares e “limitados” pela classe dos produtores em geral, imediatamente conscientes de seu poder sobre o mundo inteiro (GORZ, 1982, p. 35), quase como um processo de desenvolvimento natural, linear e direto, ou seja, ausente de contradições e movimento, ausente de mediações, determinações histórica e objetivamente reais.

Marx não considerava apenas a consciência imediata, mas através do trabalho e das formas que este assumiu no desenvolvimento histórico e geográfico, seus nexos com a natureza e entre os homens na reprodução de sua existência social, ou seja, a consciência é fruto da mediação de várias formas de trabalho. É sublime a passagem de Marx e Engels (2007), em *Ideologia alemã*, em que os autores afirmam que não é a “consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, ou seja, as consciências são mediadas por múltiplas determinações em várias esferas da vida, particularmente na relação da reprodução com os momentos produtivos. Por essa razão, se o espaço é o lugar de materialização da história, ou seja, a sociedade realiza-se no espaço, é nessa relação que os processos de produção de valor e valorização devem ser compreendidos, em particular na contemporaneidade, quando a conquista por espaços de produção de mais-valia, valor e valorização coloca em concorrência interesses sociais antagônicos e mesmo intraclasses sociais.

Ao tentar refutar a teoria social de Marx (2013), Gorz argumentou pelo individualismo indiferente e ressentido, que assumiu o desenvolvimento das massas pós-revolução, as chamadas não classe. Sem qualquer concretude histórica, para ele, a classe diante do avanço do capital retroagiu para uma massa disforme e passiva, típicos da multidão:

> Como unidade, é o sujeito imaginário que opera e assegura a reapropriação do sistema, mas esse sujeito é exterior e transcendente a cada indivíduo, a todos os proletários reais. [...]. A indiferença do trabalho engendra a indiferença no trabalho. Essa atitude de ressentimento é a única forma de liberdade que resta ao proletário em “seu trabalho”. Eles o quiseram passivo? Está bem, ele se tornará passivo. [...]. A reivindicação de classe transforma-se, assim, em reivindicação de massa, o que quer dizer; em reivindicações de consumo de uma massa atomizada, seriada, de

> proletários que exigem receber da sociedade, ou seja, do poder, ou seja, na realidade, do aparelho de Estado, tudo o que lhes é impossível tanto tomar quanto produzir. (GORZ, 1982, p.49-53).

Mais adiante, o autor entra em contradição ao tentar explicar o pseudo proletariado pós-industrial, que resultou profunda e diferentemente:

> Da classe operária tradicional, essa não classe é subjetividade liberada. Enquanto o proletariado industrial tirava da transformação da matéria um poder objetivo que o levava a se considerar com uma força material, base de todo o dever social, o novo proletário é não força, desprovida de importância social objetiva, excluída da sociedade. Não tornando parte na produção desta última, assiste ao seu futuro como se assistisse a um processo que lhe fosse estranho e a um espetáculo. [...] (GORZ, 1982, p. 92).

Para o autor, a não classe é uma condição de liberação engendrada no próprio desenvolvimento do proletariado pós-industrial, já que é excluído de poder social. Lessa, ao fazer a revisão das teses do *Adeus ao Trabalho,* divide em três questões a confusão que o debate do vocábulo “trabalho” assumiu; uma questão política, se o proletariado é ou não classe revolucionária nos dias de hoje; outra ontológica, em que há mutação na essência das classes sociais devido às mudanças no processo produtivo; e uma terceira, tipicamente sociológica, que coloca o emprego e o mercado de trabalho como definidor das identidades sociais. Na fusão, o termo trabalho tornou-se sinônimo de classe trabalhadora, de proletariado e de emprego e profissão (LESSA, 2007).

A leitura imanente e ortodoxa da obra de Marx realizada por Lessa (2007) não o impede de “pensar com Marx para além de Marx”, como outrora defendeu Frigotto (2009). Este, na verdade, em sua tese do proletariado produtivo como sujeito revolucionário, sustenta sua crítica ao que chamou de “leituras dogmáticas” e, ao reafirmar o momento da centralidade política, o fez sob a transcendência do trabalho nos debates do poder e do Estado. Essa posição, embora necessária, é insuficiente pela parcialidade e ausência de contradições que as teses da determinação de domínios da reprodução social, como a política, do trabalho pensado no processo de emancipação e da necessidade histórica e espacial da transformação da sociedade.

Além da parcialidade e da escala dos “estudos de casos”, como se a realidade fosse um “mosaico” de momentos desconexos, a perda da totalidade e da unidade do mundo justifica metodologicamente a ortodoxia e:

> Como o velamento da totalidade é uma das características mais importantes da concepção de mundo burguesa pós 1848, o ecletismo se tornou um dos procedimentos metodológicos mais adequados à ideologia hoje dominante. [...] A ortodoxia é também uma exigência metodológica da maior importância, pois possibilita a utilização do argumento de autoridade sem o qual o próprio avanço da ciência se obstaculiza. [...]. Sendo imprescindíveis, a ortodoxia e o argumento de autoridade não são, todavia, suficientes. Não basta a uma teoria ser coerente para ser um reflexo adequado do real. Além disso, é imprescindível que a ortodoxia seja associada à prioridade metodológica do objeto. Ou, em outras palavras, o controle da ortodoxia para que ela não se converta em dogmatismo está na prioridade metodológica do objeto. O real, o movimento da história, deve ser o momento predominante do processo investigativo [...] (LESSA, 2007, p. 12-14).

Das teses de *Adeus ao Trabalho*, o autor divide em dois momentos: um que vai da crise do socialismo real, início do século XX até 1950, teses que defendem o desenvolvimento tecnológico como momento determinante no desenvolvimento das forças produtivas, logo das relações de produção e das classes sociais com a classe operária em extinção, como defendem Gorz (1980) e Lojkine (1995), enquanto outros autores, de uma forma ou de outra, retira a centralidade objetiva e concreta do trabalho ao identificar:

> A classe trabalhadora e, outros, ao proletariado. Este argumento, com formas e com qualidades teóricas muito diferenciadas, estará presente em intelectuais tão distintos e com posições políticas tão diversas quanto Jacques Nagel, Nicos Poulantzas e Jean Lojkine (LESSA, 2007, p.40).

O “nó górdio” do debate perpassa as transformações que o desenvolvimento do capitalismo no século XX, em particular na viragem do XX para o XXI, impõe ao conjunto do proletariado e trabalhadores assalariados em geral, o que exige atualização da natureza dos sujeitos revolucionários na contemporaneidade. Para Lessa (2007), os critérios de assalariamento (ANTUNES, 2009), trabalho material e não material (SAVIANI, 2013) e do pressuposto tecnológico como motor ou força produtiva passam a ser centrais na definição dos conteúdos que vive as relações trabalho e capital e as classes sociais, deslocando o proletariado ou inserindo trabalhadores improdutivos (serviços-comércio) à classe trabalhadora, colocando dificuldades para explicar a forma que assumiu a nova classe trabalhadora, que vive da precarização da venda da força de trabalho.

Como argumenta, nem todo assalariado é trabalhador e nem todo trabalhador é proletário, devendo ser observada, no processo produtivo, a função social que ocupam os trabalhadores na produção de mais-valia (Lessa, 2007) e criação de capital, além da natureza do trabalho, se manual ou intelectual, tendo em vista a natureza ontológica do trabalho transformador de matérias-primas em meios de produção e de subsistência.

De maneira ampla, o autor compreende a nova morfologia da classe trabalhadora, concepção ampliada de trabalho, no interior das novas formas de ser do trabalho, que necessariamente considerem a totalidade da classe trabalhadora, do enorme contingente de homens e mulheres que hoje vivem da venda de sua força de trabalho, sem restrição aos trabalhadores manuais diretos e produtivos. Essa concepção deve incorporar também a *totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo, que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário; nessa totalidade, deve ser incluído o enorme contingente sobrante de força de trabalho que não encontra emprego*, dada a lógica destrutiva que preside a sociedade capitalista (ANTUNES, 2011, p.46), ou ainda:

> [...] a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude.
> [...] sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. Portanto, o trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, não se restringe ao trabalho manual direto (ainda que nele encontre seu núcleo central), incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais.
> Mas a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, [...]. (ANTUNES, 2009, p. 102).

O critério único do assalariamento na definição da classe que vive da venda de força de trabalho, sem levar em conta a posição que ocupa no processo produtivo e de trabalho, nem a natureza do trabalho, se manual ou intelectual, ao tempo em que amplia a noção de classe trabalhadora ao incorporar os precarizados, informais e desempregados, coloca limites na vigência dos assalariados, por

exemplo, ao excluir os gestores do capital e seus altos funcionários, que recebem altos salários, além do controle e da valorização do capital no interior das empresas. Como observa Lessa (2007), ao renunciar ao trabalho manual para caracterizar o proletariado e converter engenheiros, cientistas e técnicos em trabalhadores produtivos, abole-se a fronteira entre trabalho manual e intelectual, esfumaçando a expansão da divisão do trabalho e da sociedade com base na alienação e na propriedade privada dos meios de produção.

Lessa (2007) reconhece a importância dos estudos e das análises realizadas por Antunes (2009), mas chama a atenção para a definição de trabalho em Marx como noção que assume a dimensão objetiva de transformação da natureza, ou seja, “todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual, ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto, útil, produz valores de uso” (MARX, 2013).

Braverman (1981), com importante texto sobre o trabalho no século XX, leva adiante o debate se produtivo ou improdutivo, e tem no avanço do assalariamento do proletariado a defesa da tese da integração de setores médios ao proletariado, concluindo como produtivos os segmentos como serviços e comércio, já que produzem do mesmo modo valor e mais-valia. Além do problemático critério da integração via assalariamento e da ausência de solução para as diferentes remunerações dos dirigentes de empresas, Lessa (2007, p.47) observa que Braverman (1981), Gorz (1987) e Antunes (2009) trazem como consequência a perda da determinação ontológica das classes sociais, ou seja, a perda da distinção do lugar que ocupam, pela função que exercem, na estrutura produtiva social. Anula-se o espaço, a posição e o lugar social que diferentes trabalhadores e produtores ocupam no processo produtivo de mais valia e capital, valor e valorização, suas tensões e contradições.

E mais, em Gorz, não há qualquer espaço de autonomia na base material da sociedade capitalista a ser conquistado, restando, apenas, a esfera reprodutiva da subjetividade, e é exatamente neste sentido que evolui sua proposta e que de certa maneira dialoga com as teses de perda da centralidade material do trabalho que pavimenta o caminho para outras centralidades explicativas do real, tais como, a

comunicação, as tecnologias, o Estado burocrático e a imperfeição da gestão, dentre outras teses reformistas.

As teses defendidas pela transformação produtiva na crise do padrão fordista e taylorista e no avanço do Toyotismo, com a reestruturação produtiva, adquirem expressão o caráter político, meramente subjetivo, sem mediações concretas e reais, assim como nenhum nexo às condições materiais e objetivas, sem guardar solidamente os fundamentos ontológicos que distinguem as naturezas das diferentes classes sociais, a função social que exercem o que revoga as chaves analíticas das referidas teses (Lessa, 2007, p. 89).

Como observa esse autor, a crise do estado de bem-estar social, o fim do socialismo real com a queda do muro de Berlim, a crise na organização dos trabalhadores com recuos de conquistas sociais e econômicas e o advento da democracia nas "ditaduras" socialistas parecem dar razão às teses do fim do proletariado, mais intensamente na última quadratura do século XX:

> Como a existência determina a consciência, a vida cotidiana sob a contrarrevolução confere uma forte aparência de verdade às teses teóricas mais conservadoras e, *pari passu*, parece negar toda plausibilidade às revolucionárias. Converter o capitalismo em uma ordem mais justa pela distribuição de renda promovida por políticas estatais ou, então, pela ação complementar ao Estado do Terceiro Setor (MONTANO, 2002); humanizar o capital a partir da vontade política, controlar os "efeitos maléficos" do capital pela conquista dos postos de comando do Estado; ter a esperança que "outro mundo é possível", calando-se sobre a *conditio sine qua non* desta possibilidade, que é a superação da propriedade privada, - todas estas concepções, rigorosamente irrealizáveis, dados os limites históricos impostos pelo sistema do capital, ganham aparência de única possibilidade em tempos de contrarrevolução. [...] (LESSA, 2007, p. 57).

Sua síntese é cristalina ao afirmar que a decadência teórica e ideológica está relacionada ao afastamento de autores clássicos, mas sobretudo à irresponsabilidade metodológica com que transita do singular ao universal e, ainda, com influência não desprezível, mesmo na esquerda, das teses pós-modernas, que fazem sua inauguração em Lyotard (1984).

Em outro momento histórico e na contramão das tendências pós-modernas contemporâneas, Lukács (2013) pensou o trabalho não como simples mediação, mas como categoria ontológica central; como caminho para compreender a gênese

e dinâmica internas do tempo e do espaço contemporâneos a partir da contradição, motor de suas análises, na primeira metade do século XX. Chama a atenção a função que, no desenvolvimento do capitalismo, assumiu a constituição do trabalho no ser do capital e na totalidade do capitalismo, as dimensões da propriedade privada e a divisão do trabalho, particularmente enquanto condições de desenvolvimento do ser social:

> Entre as mais importantes mudanças desse tipo encontra-se o desenvolvimento da divisão do trabalho. Esta, de certo modo, é dada com o próprio trabalho, originando-se dele com necessidade orgânica. [..]. Tampouco poderá haver qualquer dúvida quanto ao fato de que, igualmente, divisão do trabalho forme um complexo; os atos, as operações etc. singulares também podem ser considerados significativos no âmbito do processo do qual fazem parte; a decisão a respeito de serem certas ou falhas é tomada sobretudo em vista da função que devem cumprir nesse complexo em que se encontram. E é igualmente compreensível que os diversos grupos – permanentes ou ocasionais – que se originam da divisão do trabalho tampouco possam existir e funcionar independentemente uns dos outros, sem estar inter-relacionados. [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 160).

Que conjunto de consequências históricas e geográficas a divisão do trabalho e a mediação do dinheiro reproduz nos processos de formação dos trabalhadores desempregados na expansão da fragmentação dos trabalhadores e alienação do trabalho, das suas relações e do estranhamento do gênero humano? O esvaziamento dos conteúdos e sentidos do trabalho abstrato no regime de acumulação taylorista-fordista levou à perda de sentido e controle dos produtores diretos, assim como ao conjunto de valores e ideias que se autonomizaram a serviço dos regimes de acumulação ampliada e flexível de capital:

> Mas a divisão do trabalho tem consequências de alcance ainda mais amplo, que se tornam puramente sociais e produzem ações e relações. [...] certos pores teleológicos. Para que possam funcionar com êxito já num estágio primitivo, eles exigem conhecimento por parte dos homens envolvidos, nos quais se pretende despertar esse querer, do mesmo modo que os pores do trabalho no sentido estrito exigem conhecimento dos respectivos objetos naturais, forças naturais etc. que entram em cogitação para aquele trabalho. Esse conhecimento, por sua natureza, vai além do meramente biológico, possuindo caráter social. Os valores que surgem nesse processo, como conhecimento humano, arte de persuasão, destreza, sagacidade etc. ampliam, por seu turno, o círculo dos valores das valorações – cada vez mais puramente sociais. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 160-64).

Muito embora o capital, em seu processo de acumulação, tenha caminhado para homogeneizar o espaço e o tempo dos processos produtivos, o desenvolvimento do proletariado, do operário massa, reproduziu desigualdades e combinações nos processos de integração e proletarização de diferentes formas de trabalho, em diferentes escalas e espaços.

Como observa Bihr (2010), entre as mudanças que viveu o proletariado na primeira metade do século XX, a transformação do operário de ofício a operário massa se deu pelo processo de trabalho, consumo, mobilidade acentuada no espaço e avanço da fragmentação e diferenciação do proletariado e das burguesias. Esses processos históricos e sociais resultaram em dissolução dos sentidos de identidade e pertencimento de classes, ao mesmo tempo que forjou novas formas de sociabilidade.

Outra particularidade do momento foi a pressão pela maior integração pelo aumento da produtividade e profissionalização do proletariado na constituição de sistema no espaço escolar formal sob o discurso oficial de elevar o nível de formação geral e profissional, o que possibilitou empregos não proletarizados às gerações posteriores, ao tempo que relaxou os laços de solidariedade e pertencimento, unidade na diferença no interior da classe trabalhadora. Embora a concentração e a centralização de capitais e de trabalho abstrato reprodutor de relações e identidades estranhadas no espaço expressem desenraizamentos, desterritorialização e perda de identidade sociais, viu-se que:

> b) O operário massa é também o proletariado homogeneizado, ou seja, desqualificado por ser designado para as tarefas parceladas e repetitivas da produção em massa fordista, o proletariado reduzido à força de trabalho simples, homogênea, intercambiável, que vê negada qualquer identidade profissional própria. Mas é também a massa de consumidores anônimos, composta de indivíduos isolados pelo universo reificado das relações mercantis. É, então, o proletariado uniformizado pela perda de antigas identidades individuais e coletivas, baseadas nas particularidades de profissão e de lugar (de inserção em um espaço e um grupo social dado) que caracterizavam os operários de ofício e garantiam sua solidariedade e sua força coletiva.
>
> Mas é também precisamente o proletariado desembaraçado da estreiteza das particularidades de lugar e de profissão, que logo pode estabelecer laços de solidariedade de classe mais amplos. A massificação lança assim as bases de uma nova identidade, de uma subjetividade mais radical, baseada na recusa da expropriação generalizada, pelo fordismo, em relação ao domínio de suas condições de existência. (BIHR, 2010, p. 57).

Dessa forma, muito além da divisão do trabalho e dos processos de alienação, a subordinação do trabalho ao capital em crise fez avançar o regime de acumulação ampliada numa escala mundial, embora desigualmente em diferentes espaços de produção de valor e valorização, emergindo processos de dominação e controle sociais associados à concorrência intra e inter capital, exigindo produtividade e avanço do conhecimento científico a serviço do capital industrial. Assim aos custos de (re)produção social do trabalho e dos trabalhadores, somam-se processos de educação formal e formação do proletariado e da própria burguesia.

A produção do conhecimento sistematizado, produto do processo produtivo e do trabalho, exigiu historicamente do capital essa relação social, o controle e a regulação sociais, muito além do monopólio das terras e da propriedade privada dos meios de produção e do trabalho. O controle da destreza, o desenvolvimento das habilidades necessárias e a apropriação de conhecimentos sistematizados e acumulados na história são exigências da acumulação flexível e devem estar a serviço da concentração do capital, do lucro, da mais-valia e da produção de mercadorias, passando a ser perseguido pelo capital e pelos capitalistas.

Está em disputa objetivamente a subjetividade dos trabalhadores, seus valores, suas ideias e a visão de mundo, ou seja, novas mediações mais complexas e intensamente sociais entram em conflito, já que expressam diferentes e antagônicos interesses. Os processos de formação humana centrados no trabalho e na relação trabalho e educação são, sob domínio burguês, deslocados para o espaço escolar, formal, regulado e controlado pelo Estado.

A alienação estrutura-se pela divisão do trabalho, propriedade privada capitalista, produção de mercadorias, entre outras abstrações que a existência humana e social reproduz quando parcela e fragmenta a vida e as relações entre o trabalho e a educação, o que faz avançar a perda da totalidade (MÉSZÁROS, 2011).

De outra forma, concretamente reproduz e é produto de como a organização da sociedade é disputada, a (re) produção e a propriedade privada sob controle do capital e a regulação pelo Estado, o que reforça os processos de dominação e superexploração desigualmente das forças de trabalho, contraditoriamente ao avanço do desemprego estrutural, em particular do proletariado moderno, que são parcelas da população descartada e considerada superpopulação relativa. Dessa forma, explicar o mundo dos homens e das coisas pela irracionalidade socio-

metabólica do sistema do capital passa necessariamente e contraditoriamente pela naturalização das relações sociais de produção, eternização do capitalismo e pela inversão do real, tomando a ideia como coisa e a coisa como ideia.

No dizer de Lukács (2013), essa inversão de que a burguesia e frações crescentes do trabalho realizam faz desaparecer a diferença ontológica decisiva na produção da consciência e sua relação com a natureza, o que distingue o proletariado em sua ação transformadora da natureza, produtiva de mais-valia e de capital:

> A contraposição das explicações idealistas as materialistas acerca da consciência e das relações sociedade-natureza; [...] consequentemente, deveria desaparecer a diferença ontologicamente decisiva entre sociedade e natureza. Todavia, sempre que as filosofias idealistas pretendem ver aí um dualismo, elas colocam em confronto, em geral, as funções da consciência humana (aparentemente) apenas espirituais, inteiramente separadas (aparentemente) da realidade material, com o mundo do ser meramente material. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 62).

Assim a perda da unidade teoria e prática, ser e consciência, no caso do ser do espaço natureza e sociedade ocorre concretamente no tempo e no espaço abstratos a serviço da acumulação, da valorização e do valor do capital, inclusive no espaço formal das escolas, mas também em fábricas, comércio e serviços, ou seja, no espaço do campo e das cidades. Aquela dualidade instrução e trabalho, fetichizada, reforça e naturaliza a divisão social do trabalho alienado, já que as ideias são descoladas da base material e estrutural transformadora da natureza, o trabalho.

É preciso chamar atenção para essa relação a partir do materialismo histórico e dialético, não como mera filigrana, mas como conhecimento que intervém e impõe formas de ver, enxergar e transformar o mundo, relação dialética teoria e prática, ou mais precisamente no sentido que Lenin (2015) deu às estratégias do partido bolchevique, “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”.

Portanto o trabalho perde a centralidade explicativa, e a ciência, associada ao irracionalismo e ideologia burgueses em crise, à serviço da produtividade tecnológica e informacional, apresenta-se no interior de documentos oficiais de política educacional e discursos dominantes, movendo-nos para sociedades pós-coloniais, modernas e harmônicas.

O esvaziamento do trabalho como categoria onto-histórica de análise, fundamento da sociabilidade e (re)produção da totalidade social do trabalho e do capital, na verdade, torna inconsequente o horizonte crítico e reflexivo do espaço e do tempo de natureza ontológica, por exemplo, a respeito de experiências coletivas socioespaciais, tais como os assentamentos de reforma agrária, as ocupações de sem-teto nas pequenas, médias e grandes cidades do Brasil e outros países, a ocupação de fábricas na Argentina, entre outras experiências individuais e coletivas de luta e organização do conjunto mais amplo da classe trabalhadora e dos desempregados em particular.

Uma parte da crítica gnosiológica desconecta a subjetividade daquilo que lhe transforma, é material e concreto, e a realidade, geralmente, naturaliza o modo de produção, sua estrutura e história. Sob o sistema do capital, seus limites e seu caráter estrutural incontrolável são eternizados, e a crise de controle social e das forças do trabalho, dentre elas a de interiorização de valores, ideias e visão de mundo impõe invisibilizar a barbárie em que vivem frações crescentes de trabalhadores desempregados e descartados, contraditoriamente à expansão da produtividade e da divisão do trabalho, à retirada de trabalho excedente e à superexploração do trabalho sob condições mais intensamente de alienação e estranhamento das relações do gênero consigo próprio.

Wood (1999), ao tempo em que tece a crítica à pós-modernidade, reconhece que o campo marxista se isentou de realizar autocrítica, processo presente em sua crise interna, que revelou e foi expressão da crise na auto-organização e autodeterminação dos trabalhadores, mas também crise ideológica, do arcabouço teórico e de representação da massa e classe trabalhadora em movimento: intelectuais orgânicos, direções sindicais, partidos políticos e movimentos sociais. Segundo ela, tornou-se incapaz de dar conta das exigências que a realidade em movimento contraditório está a nos impor, o que não deixa de evidenciar os limites do projeto pós-modernista:

> Essa continuidade e descontinuidade dialéticas não devem ser motivo de surpresa. Afinal de contas, as rupturas visíveis que marcaram época neste século têm sido enfeixadas em uma única unidade histórica pela lógica – e pelas contradições internas – do capitalismo, o sistema dinâmico, mas assolado por crises que passam por mil mortes.
> [...] Mas, no mínimo, o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas”

> – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”, ideias gerais de igualdade (sejam elas liberam ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral. [...] (WOOD, 1999, p. 10-12).

Como recorda a autora, o desenvolvimento e a importância do complexo histórico e social do trabalho, seus vínculos com o conhecimento e as habilidades são datados e especializados, carregando nexos sociais onto-históricos (LUKÁCS, 2013). A mundialização do capital financeiro e o domínio econômico da produção de mercadorias, de relações sociais e da natureza de primeira ordem foram historicamente amalgamados em complexos sociais reprodutivos de segunda ordem, entre eles o complexo ideológico da educação numa relação de dependência e autonomia relativos a complexos como o do trabalho.

Ao polemizar com Hartmann, Lukács chama atenção para as complexas formas e existência e reprodução social do conjunto mais amplo do proletariado no dinâmico século XX, pois o desemprego e a falta de trabalho já colocavam para os trabalhadores o desafio da sobrevivência. Assim, o autor observa que, nos momentos de crise, as trajetórias e experiências potencializam a retomada de posição e condição já vividas anteriormente, ou seja, aqueles trabalhadores desempregados encontram, na materialidade da vida e dos espaços cotidianos compostos, dentre outros momentos e dimensões de complexos ideológicos variados, processos de formação e de educação assim como possibilidade de trabalho. É o movimento da totalidade ou o que ele chamou de *dynamis*:

> [...] Com efeito, não há dúvida de que, durante uma profunda crise econômica, muitos trabalhadores não têm nenhuma possibilidade de trabalho; mas é também fora de dúvida – e aqui está a intuição profunda da verdade contida na concepção aristotélica da *dynamis* – que todo trabalhador tem a capacidade de, a qualquer momento, dependendo de uma conjuntura favorável, retomar seu trabalho anterior. De que outra maneira, pois, pode ser caracterizada, do ponto de vista de uma ontologia do ser social, essa sua constituição a não ser dizendo que ele, por causa de sua educação, da sua trajetória de vida, das suas experiências etc.; mesmo estando desocupado, permanece – devido a sua *dynamis* – um trabalhador? Com isso não temos, como receia Hartmann, uma “existência espectral da possibilidade”, *uma vez que o desempregado (dada a impossibilidade real de encontrar trabalho) é um trabalhador tão existente, tão potencial, como o é quando realiza sua aspiração a encontrar trabalho [...]. (p. 68).*[19]

[19] Grifo nosso.

As afirmações acima realizadas por Lukács têm implicações diretas em nosso estudo por conta da particularidade de nossos objetos-sujeitos de pesquisa, trabalhadores desempregados da EJA- Educação de Jovens e Adultos, e os rebatimentos na formação e na consciência, temática explorada no capítulo três deste trabalho.

Lessa (2012), em texto recente, reconhece criticamente as teses de Antunes e Braga (2009), com diversas pesquisas empíricas em variadas escalas, continentes e regiões, em segmentos diversos, como fábricas e comércio, quanto às teses do trabalho como princípio educativo; e de Frigotto (2000, 2009), que realiza uma leitura imanente de Marx (2013) e defende a atualidade do proletariado moderno como sujeito central a conduzir as massas à emancipação humana. Sua posição, condição e pertencimento no amplo e complexo quadro contemporâneo de acumulação e (re)produção do sistema do capital, mais-valia e valorização do valor, são determinados pela transformação da natureza, que realizada no momento da produção e do trabalho, assim como pela relação que mantém com a propriedade privada capitalista.

A centralidade para Lessa (2016) considera a diferenciação que deve ser levada em conta na natureza ontológica do trabalho: ato de intercâmbio material e necessidade humana e trabalho abstrato, produtor de mais-valia (MARX, 1983 p. 149), no que segue distinguir também as atividades cotidianas a operar intercâmbio com a natureza, convertidas ou não em produtoras de mais-valia e criativas de capital. O fato é que, apesar de avançar o trabalho abstrato na escala mundial e cada vez menos trabalhadores executarem um trabalho, ou seja, estão em processos de trabalho transformadores de natureza, é um exagero generalizar a tendência e um equívoco confundir ou mesmo eliminar a distinção entre o trabalho abstrato produtivo do improdutivo. Com essa fusão

> Busca-se cancelar o caráter “material” do trabalho e abrir caminho para uma nova concepção de trabalho, que incorpore as dimensões “imateriais” das atividades de planejamento, organização e marketing, principalmente. O resultado é, sempre, a afirmação de que o “paradigma marxista”, centrado no trabalho já não dá conta da “complexidade” da esfera da produção contemporânea, havendo assim a necessidade de uma superação das limitações inerentes a obra de Marx. (LESSA, 2016 p. 32).

No debate da relação entre trabalho e educação contemporâneo, na contramão do que afirma Frigotto (2009), que desenvolve a tese do trabalho como princípio educativo, Lessa (2007, 2016) é chamado de ortodoxo ao realizar a leitura imanente da obra de Marx (2013). Segundo Lessa a ortodoxia é necessária, pertinente e consequente em considerar os achados político, econômico e cultural desenvolvidos por Marx (2013) e Marx e Engels (2007), apesar de precisar ser atualizada em muitos aspectos. As teses marxiana e de seus discípulos são atuais e:

> [...] demonstram que a tendência predominante na produção é a intensificação das alienações, das misérias materiais, afetivas, psíquicas e culturais. O que os estudos revelam é a intensificação da decadência da civilização burguesa em todos e cada um dos seus complexos, com enormes sofrimentos materiais (miséria, forme, doenças, desemprego etc.) e afetivas (há informações de que o número de suicidas tem sido maior do que das vítimas de guerras). [...] (LESSA, 2012, p.45).

Noutro campo da polêmica interna da relação entre trabalho educação, Tumolo (1996, 2005, 2019), ao tempo em que discorda superando Frigotto (2009), reconhece suas contribuições, mas avança sobre críticas deste teórico dos estudos sobre trabalho e educação. Tumolo (2011) aponta limites, insuficiências e equívocos e afirma que, embora articule um debate central nos estudos, deixa a pergunta no ar: que concepção de trabalho os estudos que toma a categoria como princípio educativo se apropriam? Segundo Tumolo, não há consenso acerca do princípio educativo, e os estudiosos desse princípio tomam o trabalho em sua forma produtora de valor de uso:

> Da mesma forma, uma investigação da produção dos autores que se vêm debruçando sobre o tema do trabalho como princípio educativo certamente constataria que há um consenso basilar entre eles: o pressuposto – explícito ou implícito – segundo o qual a concepção de trabalho que embasa a proposta do trabalho como princípio educativo é a do trabalho produtor de valores de uso. Aliás, Frigotto não foge à regra. No mesmo artigo aqui apreciado, ele explicita sua compreensão do trabalho que considera princípio educativo. (TUMOLO, 2011, p. 447).

Ora como considerar o trabalho produtor de valor de uso, produtivo, se a dimensão trabalho no capitalismo foi historicamente separada dos produtores e trabalhadores, ou seja, mediações constituíram a relação entre trabalho e capital,

trabalho e educação, tais como: propriedade privada e complexo sistema de reprodução social? Lessa, após “desenhar” e sair em defesa do procedimento da leitura e interpretação imanente da obra de Marx (2007, 2013), não desconsidera as contribuições de autores como Gramsci (2000, 1999), Lukács (2013) e Mészáros (1993, 2005, 2011). Ainda assim é acusado por Frigotto (2009) de não assumir a historicidade empírica.

Que argumento Lessa utiliza para chamar a atenção da importante relação entre imanência e particularidade contemporânea e responder à acusação que sofreu de não levar em conta o empírico? Defende ortodoxia sem dogmatismo, a autoridade e a prioridade material e concreta do objeto sobre os sujeitos:

> Do desvelamento do papel social do texto sob análise: a referência ao solo histórico de sua gênese. Investigar Marx, hoje, apenas tem sentido na medida em que permita compreender melhor o nosso mundo para transformá-lo. Precisar, da melhor forma, as categorias marxianas é um esforço meramente acadêmico – ainda que da maior importância – se não nos voltarmos ao mundo contemporâneo. (LESSA, 2007, p. 21).

Na sua defesa da imanência dos textos de Marx, desenvolve três argumentos para que a ortodoxia não caia no dogmatismo, devendo assumir-se enquanto exigência metodológica o argumento de autoridade, sem o qual o avanço da ciência não é possível, e uma terceira característica:

> Sendo imprescindíveis, a ortodoxia e o argumento de autoridade não são, todavia, suficientes. Não basta a uma teoria ser coerente para ser um reflexo adequado do real. Além disso, é imprescindível que a ortodoxia seja associada à prioridade metodológica do objeto. Ou, em outras palavras, o controle da ortodoxia para ela não se converta em dogmatismo está na prioridade metodológica do objeto.[20] O real, o movimento da história, deve ser o momento predominante do processo investigativo. [...] (LESSA, 2007, p. 14).

Esta prioridade do objeto, da natureza e da realidade ajuda-nos no trato, na forma e nas análises críticas dos conteúdos de nossos objetos-sujeitos de pesquisa, assim como justifica o interesse em analisar criticamente os rebatimentos das mudanças que vivem trabalhadores e, particularmente, o proletariado, sua formação e consciência de classe no complexo ideológico da educação. É diante da

[20] Esse destaque para o que difere as teses idealistas daquelas materialistas ou ainda dá prioridade do objeto (natureza) frente ao sujeito.

intensificação da crise estrutural do capital sobre o trabalho abstrato, expresso no avanço do desemprego estrutural e na crise de controle e ordenamento social expressos nos processos de interiorização de valores e ideias no interesse do capital na totalidade social do trabalho que em seu movimento irracional, procuramos nos deter na escala da relação trabalho e educação no Brasil contemporâneo (MÉSZÁROS, 2011).

No capitulo dois, após breve descrição da história da EJA e da educação de adultos no Brasil, analisaremos criticamente documentos oficiais que institucionalizaram a Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017), e, no pacote da política neoliberal da Reforma da Educação, em particular no Ensino Médio, a Resolução 01/2021, mais recente a institucionalizar Diretrizes Operacionais para a EJA e os conteúdos do trabalho presentes no ensino de Geografia propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA - DCNEJA. Visa, entre outros aspectos, adequar a organização da oferta de EJA no segmento de Ensino Médio às exigências do Plano Nacional de Alfabetização - PNA, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e daquilo que vem sendo mais criticado: a Educação a Distância - EaD da EJA, conforme previsão em (Brasil, 2021).

Compreendemos que a realidade que trabalhadores e proletários e a totalidade social vive a dupla negação: antes de negar o direito ao trabalho e universalizar o acesso aos conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade, o discurso oficial e dos representantes do Estado, organizador da educação e de processos mais amplos de formação humana, assume na contemporaneidade a garantia de maior empregabilidade pela redução do chamado “Custo Brasil”, como descrito no documento *Passaporte para o Futuro,* elaborado pelo governo “tampão” de Michel Temer da então ex-presidenta eleita democraticamente Dilma Roussef, ano de 2017.

A justificativa para a Reforma do Trabalho é aumentar a oferta de emprego, via legalização do trabalho intermitente, que serviu antes para fragilizar a jornada de trabalho e a caracterização legal, jurídica e econômica do estabelecimento de vínculos e relações de trabalho, já que o tempo parcial de trabalho, conforme a necessidade do capital e seus representantes, serviria como medidor para flexibilizar jornadas, salários, custos sociais, condições e estruturas nos espaços e tempos de trabalho e de estudos.

3.1 O Trabalho no Campo das Relações entre trabalho e educação – princípio educativo ou trabalho abstrato?

Historicamente o pressuposto da educação socialista fundado nas lutas coletivas dos trabalhadores em movimento, o ensino gratuito e obrigatório, foi uma bandeira de luta e tinha como fim delimitar o trabalho de crianças, adolescentes e mulheres e introduzir uma nova prática pedagógica e de ensino que unisse trabalho manual ao intelectual (MARX; ENGELS, 2004), ou seja, uma educação integral e humana. Os autores estavam conscientes também da incapacidade burguesa em resolver os problemas colocados pelo conjunto de contradições a estruturar as relações entre trabalho e capital, o que potencializou frações crescentes do proletariado em expansão para levar aquela demanda educacional a bom termo. Nesse sentido:

> [...], quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menor será o custo de produção do operário e mais baixo será o preço de seu trabalho, de seu salário. [...] Eis a razão por que o preço de seu trabalho será determinado pelo preço dos meios de subsistência necessários. (MARX; ENGELS, 2004, p. 89).

De outra forma, mais atualmente e na contramão dos pressupostos acima, o arcabouço teórico de *Adeus ao Proletariado*, de Gorz (1982), é o mesmo que desconsidera milhões de roçados tocados à mão por camponeses e trabalhadores rurais que a globalização tecnológica não alcançou, ou seja, reforça as teses de que o mundo produtivo e improdutivo do trabalho abstrato se rendeu à robótica e aos processos de automação e que a financeirização da vida não finalizou, antes ampliou a produção de riquezas, de valores de uso via trabalho concreto, jogando na precarização milhares de trabalhadores fragmentados, parcelados, desempregados e desalentados.

Não leva em conta que o capital e o trabalho abstrato alienado não existem sem o trabalho concreto, produtor de valor de uso, e que a crise do capital joga nas costas do trabalho abstrato parte de sua solução, o que se deve antes de tudo às insolúveis contradições estruturais presentes em sua gênese as quais, em seu desenvolvimento, foram ampliadas conforme a desigual conjuntura social e econômica contemporânea, forjando limites e possibilidades.

São *outsiders* condenados à exclusão, imposta pelo sistema (re)produtor de mercadorias; são tipificados na sociologia pós-capital como o que restou socialmente; são o que restou de sociedades pós-catastróficas diante da crise da modernidade, creditada ao fim da centralidade do trabalho. Diante do caos e da barbárie, a regra social é viver sem qualquer racionalidade, princípio ou lei geral.

Portanto o pós-modernismo está em confronto aberto, e ativo, bem como disputa ideias e visões de mundo, mediações constitutivas e constituintes na produção de consciências materializadas por um conjunto de contradições nas relações sociais e de produção. Esse aparato ideológico a serviço do capital entra em confronto com outras formas e visões de mundo como o marxismo e suas correntes internas. Ao relacionar educação e trabalho uma miríade de autores disputa, com rebatimentos na práxis social, a batalha das ideias. Entre estes, estão os defensores do trabalho como princípio educativo e aqueles que, preocupados com a totalidade viva e social do trabalho e do capital no capitalismo, refletem a natureza e o desenvolvimento concreto, abstrato e do trabalho na criação de capital.

Enquanto categoria histórica e analítica, diferentes formas de abordar o trabalho implicam difusas teorias sistematizadas, determinações ideológicas e visões de mundo a exigir nosso posicionamento. É Antunes (2011, p. 79), sempre a partir de Marx (1975), que descreve a crise do trabalho abstrato, não como defende a pós-modernidade, mas enquanto incapacidade de o capital resolver problemas e contradições que são verdadeiramente estruturais, que lhes dão conteúdo. Assim historicamente essa relação social chamada de capital empurra/encaminha espacialmente possíveis soluções que, ao invés de criar as condições para saída da crise de longa duração, esgarçam o contraditório território do tecido social e caminham a passos largos para a barbárie:

> [...] as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A “diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” ou “o aumento crescente do capital constante em relação à variável” reduz

> relativamente, mas não elimina, o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca (MARX, 1975, p.723-724).

O autor afirma que a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor, quando se consideram a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas.

Rotina, sistematização, frequência, disciplina e habilidade polivalente, apassivamento e conformação são exigências da forma flexível de acumulação, que, estranhada, encontra nos espaços do trabalho e escolar mediações capazes de desenvolver processos, contraditoriamente, de formação e (des)humanização no interesse do capital. Logo o avanço da atividade industrial no campo e nas cidades, exigente de aprendizagem mais longa, requer conhecimentos científicos sistematizados de caráter regular, constante e qualitativamente superior.

Como recorda o autor, o complexo histórico e social do trabalho, seus vínculos com o conhecimento e as habilidades são datados, espacializados e carregam nexos sociais ontológicos (LUKÁCS, 2013). A mundialização do capital financeiro e o domínio econômico dos espaços de produção de mercadorias, de relações sociais e da natureza de primeira ordem foram historicamente amalgamados em complexos sociais reprodutivos de segunda ordem, entre eles a educação, numa relação de dependência e autonomia relativos.

No tocante à relação social de produção com as formas de consciência, mediadas pelo trabalho e educação, Lukács (2013) chama a atenção para o espelhamento possível de diferentes realidades na consciência humana e nos remete ao momento de crise, na contemporaneidade, particularmente à crise estrutural que vivem trabalhadores desempregados e à função social que assume a educação, suas trajetórias e experiências de vida. Ao polemizar com Hartmann as formas de existência, destaca a condição do trabalho, constituída e constituinte dos seres sociais, nos complexos da educação e do cotidiano:

> [...] Com efeito, não há dúvida de que, durante uma profunda crise econômica, muitos trabalhadores não têm nenhuma possibilidade de trabalho; mas é também fora de dúvida – e aqui está a intuição profunda da verdade contida na concepção aristotélica da *dynamis* – que todo trabalhador tem a capacidade de, a qualquer momento, dependendo de uma conjuntura favorável, retomar seu trabalho anterior. De que outra maneira, pois, pode ser caracterizada, do

> ponto de vista de uma ontologia do ser social, essa sua constituição a não ser dizendo que ele, por causa de sua educação, da sua trajetória de vida, das suas experiências etc.; mesmo estando desocupado, permanece – devido à sua *dynamis* – um trabalhador? Com isso não temos, como receia Hartmann, uma "existência espectral da possibilidade", uma vez que o desempregado (dada a impossibilidade real de encontrar trabalho) é um trabalhador tão existente, tão potencial, como o é quando realiza sua aspiração a encontrar trabalho [...] (LUKÁCS, 2013, p. 68).

Mas por onde entender, partindo da compreensão ontológica do trabalho, natureza, desenvolvimento e crise do trabalho abstrato na crise estrutural do capital? Que forma o trabalho abstrato assume como consequência da produção de conhecimento sistematizado a serviço dos trabalhadores com estudos que relacionem, como categoria histórica e de análise, processos de formação e trabalho? Se trabalho produtor de uso ou de troca; produtivo-improdutivo; alienado-associado e livre; abstrato, concreto e produtor de capital; imaterial-material, simples-complexo ou como princípio educativo não se trata de filigranas, mas de visão de mundo determinada e determinante de ações e práxis sociais com rebatimentos na organização dos trabalhadores, tais como sindicatos e partidos políticos.

Pela natureza de nossa pesquisa, ao relacionarmos trabalho e educação no espaço geográfico da escola, passamos a apresentar o debate de ideias que, longe do consenso, por exemplo, discute a centralidade do trabalho, a política de classes e o cotidiano no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo (LESSA, 2016). Entre os argumentos, as formas difusas assumiram a unidade trabalho e trabalho abstrato com os conteúdos do trabalho produtivo e improdutivo, confundindo-se, ou seja, sem haver separação e distanciamento do trabalho produtor de mais-valia e criador de capital, proletariado, daquelas formas de trabalho abstrato assalariado ou não, mas de natureza improdutivo. Nesse debate, as diferentes posições revelam a complexidade que é estudar o trabalho, sua natureza, conteúdos e função social em desenvolvimento no sistema do capital, seus aspectos negativos e positivos, a mediação onto-histórica potencialmente transformadora do real.

Não é apenas de ordem filológica ou, como prefere alguns, questão puramente teórica, como se fosse possível não haver rebatimentos sociais, mas de consequências na práxis social e crítica e transformadora do trabalho, na posição política e ideológica que pretende assumir aquela parte orgânica da intelectualidade

e da direção das massas trabalhadoras, o que, na verdade, é questão de método. É ser ou não ortodoxo, e isso não implica ser dogmático, mas ir à raiz dos problemas e apreender no movimento do real para, após as análises, voltar a esse real como "concreto pensado", síntese de múltiplas determinações (Marx, 2008).

Mais próxima ao campo do trabalho como princípio educativo, Fontes (2016) destaca a história da educação brasileira como movimentos de negação dramáticos em função da precariedade (deseducação), ao que se acresce uma herança difícil de (de)formação da classe trabalhadora, nas últimas décadas, e define educação formal e formação como movimentos contraditórios duplos:

> [...]De outro lado, a sociedade capitalista é impelida a responder às exigências de massas crescentes de trabalhadores, que aspiram a (e reivindicam) inúmeras saídas pela educação (mesmo se ambivalentes): a) letramento e conhecimento; b) ascensão social; c) sobrevivência (acesso a emprego ou empregabilidade, isto é, a arte de virar sozinho, sem contrato e sobreviver); d) cidadania, ou o acesso aos direitos; e, finalmente, e) aspiram à igualdade de condições. Como se depreende, em sociedades de classe, a educação formal é sempre atravessada por contradições que ela não pode resolver no próprio ambiente escolar, que a constituem e ultrapassam, tanto no âmbito dos dominantes quanto dos dominados. (FONTES, 2016, p. 15).

E continua a autora na defesa do espaço escolar como espaço entrecortado por disputas de diferentes projetos sociais, contraditoriamente mediado pelo Estado capitalista, com tensionamentos em expansão na última década:

> [...] responde a pressões dos dominados, que procuram – precisam, até mesmo desesperadamente – vender força de trabalho. Isso provoca novas tensões, mesmo quando não são imediatamente contra hegemônicas: muitas vezes a educação/formação para o mercado não se coaduna com as expectativas dos educandos, muitas vezes infladas pela própria propaganda levada a efeito pelos setores dominantes. Nas últimas décadas, essas tensões vêm crescendo de vários lados: há mais jovens querendo fazer universidade pública, há mais pressão popular por escolas públicas em escala internacional. [...] em nome da educação para o mercado, da formação da "mão de obra", isto é, educar para a obediência e o conformismo às normas mais ou menos estreitas da subalternidade, cresce o predomínio patronal direto sobre as escolas públicas, assim como aumenta a industrialização da educação.
> [...] a) através de componentes objetivos e diretos de dominação do capital sobre o trabalho, aumenta sem cessar desde a reestruturação produtiva uma intensa e extensa fragmentação das formas de contratação dos trabalhadores (expropriações secundárias). Ela tem

> profundos efeitos subjetivos, pois enevoa e obnubila a própria condição de trabalhador para grandes massas que, não obstante, precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. [...] b) pelo recuo da formação da classe trabalhadora tanto pelas instâncias sindicais quanto partidárias, especialmente a Central Única dos Trabalhadores – CUT e o Partido dos Trabalhadores – PT. [...]. (FONTES, 2016, p. 17-20).

A produção e o desenvolvimento teórico e metodológico dos conhecimentos científicos da relação entre trabalho e educação no Brasil ocorrem sob forma e conteúdo diverso, quando muito marginalmente, da categoria onto-histórica do trabalho. Entendemos que o debate vai muito além da mera filigrana filológica, já que nossa intervenção e visão de mundo refletem nossa forma de representá-lo, nossas ações e intervenções concretas são o resultado de nossa apreensão teórica da realidade, ao tempo em que nossa capacidade de representar a realidade também transforma o mundo. São realidades teóricas, abstrações concretas ou ainda um “concreto pensado” que, ao assumir difusas visões de mundo, refletem contradições reais em movimento. Na relação entre trabalho e educação, chama-nos a atenção as contribuições de Tumolo (1996, 2009, 2011, 2013, 2016, 2019) em sua polêmica com Frigotto (2000,2009, 2013) e Saviani (2013, 2013a).

Os autores no debate da relação entre trabalho e educação abrem o flanco para o trabalho abstrato ou como princípio educativo, com Tumolo assumindo aquela necessidade imanente de retomar na obra marxiana temas como educação e formação dos trabalhadores, caminho para demonstrar limites, possibilidades e as confusões e premissas inconsequentes adotadas por Frigotto. Mas o faz diferentemente daquela leitura realizada por Lessa (2007, 2016), o qual demonstra limites já anteriormente citados acerca da centralidade e do lugar da política e do trabalho. Para o que nos interessa, Frigotto (2009), em polêmica com Lessa (2007) e Tumolo (2003), a respeito da natureza do trabalho e da defesa do princípio educativo do trabalho, contra-argumenta os autores:

> [...] A disputa de concepções, teorias e práticas educativas e de ciência e tecnologia situa-se nesse terreno. O que Lessa não explica é a questão relativa ao processo de superação do modo de produção capitalista. A ultrapassagem do capitalismo implica enfrentar, no plano da práxis, o pântano contraditório da dialética do velho e do novo. Como ensina Gramsci, velho que não quer morrer e novo que necessita nascer. Ou se começa a luta pela utopia do socialismo e da educação omnilateral, unitária e politécnica no embate

> contraditório da realidade rebelde historicamente existente ou teremos, como assinala Jameson, que esperar a deterioração total da terra e da natureza; ou remeter a um imaginário futuro, na análise de Kosik (1969), a superação do sistema capitalista. (FRIGOTTO, 2009, p. 185).

O autor do artigo “A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe” (2009), ao tempo em que tem a mediação do trabalho definidor da dominação de classes, se apropria do conceito de hegemonia desenvolvido por Lenin e atualizado em Gramsci para, pelo poder, propriedade e cultura, saturados de hábitos, experiências e modos de ver em constante renovação, ressignificar as relações entre trabalho e educação na contemporaneidade.

A partir da noção de emprego e de categorias como trabalho e classes sociais, Frigotto avança em sua resposta à Lessa (2007) e Tumolo (2003), afirmando que historicamente trabalho e labor, na idade média, tinham um sentido de dor, sofrimento, que evolui para labor ou *laboures* (trabalhadores, operários) e generaliza-se, no século XVIII, adquirindo então o sentido de atividade que posteriormente, com o avanço da mercantilização, da produção de mercadorias e o desenvolvimento de relações sociais de produção capitalistas, assumiu o sentido de emprego remunerado, desígnio da classe trabalhadora:

> Estar empregado (*to be in work*) ou desempregado (*to be out of work*) era estabelecer uma relação definida com pessoas que controlavam os meios do esforço produtivo. Então trabalho deslocou-se, em parte, do próprio esforço produtivo para a relação social dominante. É somente neste sentido que se pode dizer que uma mulher que cuida da casa e cria filhos não trabalha. (WILLIAMS, 2007 apud FRIGOTTO, 2009, p. 175).

E prossegue o autor afirmando que, no desenvolvimento do capitalismo, os termos trabalho, emprego e relações sociais dominantes interagiram e fizeram desaparecer a dimensão ontológica, forma específica da criação do ser social, reduzindo-a a emprego, mera quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. O que fica evidente na reflexão acima é a adoção da categoria do trabalho produtor de valor de uso e de valores de troca, já que o tempo de trabalho vendido é trocado por salários.

Afirma Frigotto (2009), embora aceite como importantes as análises imanentes e historicamente datadas propostas nas obras de Lessa (2007) e Tumolo

(2003), que estas são insuficientes por conta da incapacidade de se “pensar com Marx para além de Marx” e mais, para o autor, Lessa em particular mostra-se lacunoso, ao afirmar que Antunes (2009), Saviani (2013, 2013a) e Iamamoto (2007), cada qual com sua particularidade, dão adeus ao trabalho no Brasil. Para Frigotto (2009), a pertinência destes autores, em particular Saviani, ao relacionar trabalho e educação, está em não dar adeus ao trabalho, mas em empenhar-se na compreensão do processo histórico e do desenvolvimento do trabalho e das classes sociais, percebendo como se desenvolveram, nos séculos XVIII e XIX, os sujeitos revolucionários (FRIGOTTO, 2009, p. 183).

Sua tese revela o pressuposto do trabalho produtor de valor de uso como princípio educativo do trabalho no Brasil, ou seja, do trabalho em geral, sem mencionar que a forma genérica que assume o trabalho no sistema do capital é o trabalho abstrato, produtivo ou improdutivo:

> Por ser o trabalho (mediação de primeira ordem) o que possibilita que o ser humano se reproduza e produza, e por isso, na metáfora de Marx, antediluviana [grifado no original], e não o trabalho escravo, servil e o trabalho alienado sob o capital (mediações de segunda ordem), a internalização, desde a infância, do princípio do trabalho produtor de valores de uso é fundamental. (FRIGOTTO, 2009, p.189).

Com este recorte do texto Tumolo (2011) chega a duas conclusões dos estudiosos da relação entre trabalho e educação como princípio educativo: uma que não há consenso quanto ao entendimento do que seja princípio educativo; e outro aspecto relevante é que, diferentemente, a concepção de trabalho que defendem como princípio educativo é consensual, ou seja, o trabalho produtor de valor de uso interessa ao debate por conta, sobretudo, da determinação dessas categorias sob os domínios da reprodução social (TUMOLO, 2011, p. 448).

Quanto ao debate, quando Frigotto chama de ortodoxos e, em nome da imanência por um lado, acusa-os, a Lessa (2007) e Tumolo (2003), de congelar historicamente categorias e conceitos como trabalho e, com isso, condenar o legado de Marx no tempo e no espaço, nas mediações e contradições singulares, sem captar o particular no universal da realidade, na verdade, conduz ao imobilismo o plano da práxis social do trabalho, nódulo central para superar as relações sociais de produção capitalistas.

Para Frigotto, o fato de usarem como referência o Livro 1 de O Capital, de Karl Marx, numa leitura imanente e heurística, confusões geralmente surgem quando nos deslocamos de uma acepção para outra. Ocorre esse deslocamento nos textos dos autores que não conseguem tratar a contradição no sentido da materialidade do processo histórico, em que negatividade e positividade são indissociáveis.

Tumolo (2003, 2003a) responde da seguinte maneira:

> Começarei pela questão da reivindicação feita por Frigotto de se pensar com Marx para além de Marx. Para tanto, parece-me necessário reconstituir, brevemente, o itinerário investigativo desse autor clássico, que foi, em parte, relatado por ele próprio no "prefácio para a crítica da economia política" (MARX, 2008). [...] O empreendimento teórico realizado em O Capital criou, portanto, o fundamento necessário que propiciou três desdobramentos: análise concreta de realidades concretas", a crítica a estratégias políticas que se mostraram equivocadas, porque careciam de fundamentos, e a elaboração de propostas de estratégias revolucionárias com vistas à superação do modo capitalista de produção. Esses três fatores estão organicamente articulados entre si, uma vez que o último implica o segundo, que, por sua vez, implica o primeiro, e todos eles estão em total dependência da análise dos fundamentos do capital. Isso quer dizer que a elaboração de propostas de estratégias revolucionárias que tenham alguma chance de êxito pressupõe tanto análises concretas de realidades concretas" quanto a crítica a estratégias equivocadas". [...] (MARX, 2008).

E prossegue Tumolo, sempre tomando o texto de Marx em sua imanência, a responder Frigotto (2009), reforçando aquelas teses da evidência imanente e da atualidade da obra de Marx:

> Ocorre que "análises concretas de realidades concretas" insuficientes ou equivocadas podem provocar, e de fato têm produzido, a elaboração e implementação de estratégias insuficientes ou equivocadas ao longo da história do movimento da classe trabalhadora, e o século XX foi pródigo em exemplos, alguns deles trágicos. (TUMOLO, 2011, p. 453).

Senão vejamos como o autor compreende o trabalho e que caminho analítico realiza frente ao trabalho como princípio educativo. Na obra O Capital o trabalho jamais é apresentado de forma desistoricizada e aparece como trabalho em geral, numa formação socioespacial genérica e como trabalho útil (ou concreto), trabalho abstrato e trabalho produtivo (de capital) na forma social capitalista (TUMOLO,

2005). O autor, em sua leitura imanente da obra de Marx (2013), traça a despeito de todos os limites um caminho analítico para compreender o trabalho na formação social do capital, com o intuito de atingir o concreto pensado. Ora, o concreto pensado, não é outra coisa senão o capital, síntese de múltiplas determinações e contradições. O exercício do método foi o que:

> Me forneceu o aporte necessário para questionar os limites e insuficiências da compreensão corrente do trabalho como princípio educativo. Porém, não foi necessário que eu tivesse de fazer toda a investigação para desvendar o capital em sua universalidade, porque Marx já o havia realizado, e seus resultados foram expostos em sua principal obra, O Capital. Por isso, parece-me que a compreensão dos fenômenos sociais produzidos na forma social do capital supõe a apreensão do capital e esta, por sua vez, pressupõe a leitura e compreensão de O Capital, de Marx. (TUMOLO, 2011 p. 453-455).

Além da acusação de leitura imanente de O Capital sem historicidade empírica, outro limite apontado por Frigotto do artigo de Tumolo (2003) é o plano da práxis como pura negatividade, ou seja, a dimensão do trabalho alienado impede que certa objetividade histórica na ação política se desenvolva, o que acarreta imobilismos e ausência de alternativas. A esse caráter negativo quase que sem saída para o eterno sistema do capital, como o acusa Frigotto (2009), o autor prontamente revela que qualquer ação política, seja estratégica ou tática, consciente ou inconsciente, deriva de uma determinada leitura da realidade, do concreto pensado que, sob ordenamento e controle capitalista, é a relação entre a totalidade viva e social do trabalho e o capital, que domina a vida e as condições de trabalho e de reprodução social na contemporaneidade. Se é possível fazer mais de uma leitura da realidade, isso resulta, por conseguinte:

> Na formulação de mais de uma proposta de ação política, ou, em outras palavras, as propostas de ação política poderão ser tantas quantas forem as possibilidades de leituras da realidade. Por isso, leituras diferentes da realidade não conduzem ao imobilismo, mas sim a formulações de estratégias e táticas distintas, mais corretas ou mais equivocadas. O grau de acerto ou equívoco das análises e de suas respectivas propostas de ação política é conferido pela história, que é, em última instância, o critério de verdade.
> *[...] Vou deter-me na questão do trabalho. A esse respeito, minha hipótese é a de que, se a ideia da pura negatividade do trabalho está vinculada à suposição de que o trabalhador é mercadoria, conforme estaria entendido nos Manuscritos, o trabalho compreendido com base na condição do trabalhador que vende sua força de trabalho, de acordo com o que parece em O Capital, expressaria a articulação*

> *entre negatividade e positividade, já que o trabalhador não é transformado numa mercadoria, numa "coisa", e, portanto, sua essência humana não seria de todo negada.* [21][...] Uma vez que não me sentia totalmente satisfeito [...], coloquei-me como desafio procurar entender o trabalho no interior da forma capitalista como expressão de sua dupla dimensão contraditória, positividade e negatividade, a partir do estudo de suas obras de maturidade com destaque para O Capital. (TUMOLO, 2011, p. 456-463).

A leitura, ao tempo em que materializa a ação política, reflete a realidade do trabalho sob controle e ordenamento social e metabólico do sistema do capital, em sua dupla potencialidade, negatividade e positividade, ou seja, em sua dialética e movimento próprio da dinâmica do trabalho numa unidade contraditória: trabalho concreto, trabalho abstrato e trabalho produtivo de capital. E mais, o autor prossegue na discussão de valor de uso, valor de troca e de valor e suas possíveis contradições, enquanto contradições entre trabalho concreto e trabalho abstrato, movimento do capital numa capacidade de síntese consequente:

> [...] contradição imanente e inexterminável [...] entre a valorização do valor, o capital, e o valor de uso, a riqueza; entre o trabalho produtivo de capital e o trabalho concreto; entre o capital e a satisfação das necessidades humanas; entre o capital hominizado e o ser social reificado; em suma, entre o capital e a humanidade. (TUMOLO, 2005, p. 254).

O que o autor revela é que a prática e ação política, estruturada materialmente no choque do interesse das classes sociais em movimento, portanto determinada pela estrutura e relação entre trabalho e capital, não há autonomia mesmo que relativa do Estado e do domínio reprodutivo da política, já que entra em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas, das condições materiais e concretas da produção e da estrutura econômica.

Concordando com Tumolo (2005), mas pensando outra importante categoria, a ideologia, Iasi (2013) conclui parte das razões para a massa trabalhadora apoiar as pautas burguesas. Tais razões são explicadas pelas disputas e pela crise ideológica e de interiorização que vivem as classes dominantes que, no limite e como tendência, são incapazes de fazer as suas ideias como sendo as ideias gerais e da massa trabalhadora, mas isso é parte a explicar o fenômeno do apassivamento

[21] Destaque nosso para a determinação da condição do trabalho como vendedor de força de trabalho e todas as positividades e negatividades contraditoriamente articuladas no momento da atividade produtiva ou mesmo em momentos de desemprego ou ainda de subproletarização como prefere alguns.

e da conciliação de classes que vive a organização dos trabalhadores na contemporaneidade. O apassivamento conformista das consciências não resulta apenas das condições de reprodução social, mas da materialidade.

> A consciência só pode se originar e se desenvolver como expressão de relações que constituem o fundamento da sociabilidade humana, isto é, ela não é uma força que se impõem ao humano como a ideia hegeliana ou sua expressão no Espírito objetivo ou no Espírito absoluto. Assim, não nos espanta que a forma imediata da consciência da classe trabalhadora seja a expressão da mesma consciência burguesa. (IASI, 2013, p. 71).

Autonomizar domínios da economia à política, do trabalho à educação, da produção aos momentos diversos da reprodução social como se a totalidade real fosse fragmentada, é considerar objetos no espaço sem a história dos sujeitos que o produzem ou ainda sociedade sem a presença da natureza. É como se o capital se autonomizasse a ponto de prescindir do trabalho.

No sistema do capital, a relação entre trabalho e educação tem no Estado o mediador que não somente executa políticas, mas também organiza a sociedade, o trabalho e o capital nos arranjos espaciais, de tal forma que o conteúdo ideológico reforce o interesse e a manutenção da ordem burguesa. Na crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011), novos arranjos espaciais em variadas escalas garantem níveis de acumulação e centralização, valorização e valor do capital com o tripé capital nacional-Estado-capital internacional a conformar novas e antigas contradições.

Aparentemente os fenômenos da Reforma do Trabalho e do Ensino Médio estão de acordo com o interesse geral, em particular com a massa da população trabalhadora e desempregada. O que os documentos oficiais tratados aqui não revelam, para além da materialidade opressora e de superexploração a estruturá-los, são os conteúdos e a essência ideológica burguesa presente nos relatórios, diagnósticos, documentos e decretos de leis e conjunto de documentos, que estão a expressar mudanças concretas e econômicas, necessidades que a crise estrutural do capital e do trabalho abstrato impõe ao conjunto mais amplo da sociedade.

O avanço da reestruturação produtiva (HARVEY, 1996) e, as políticas neoliberais de Estado mínimo não significaram a substituição do trabalho concreto pela expansão das redes sociais, das técnicas e das tecnologias comunicacionais,

mas uma resposta do capital às forças contrárias e de resistências, aprofundando acumulação e concentração via espaços de valorização do valor e transferência desigual de valor entre países centrais e no interior de regiões de países periféricos, sem resolver estruturalmente os embates e as contradições que vivem a crise do capital e do trabalho abstrato (MÉSZÁROS, 2011). Na virada do século XX para o XXI, parte das soluções articulou sob nova correlação de forças, interesses da burguesia nacional ao avanço das internacionais, com o apoio do Estado sobre o conjunto mais amplo da massa trabalhadora, sob o discurso de interesse geral e irrestrito de toda a sociedade. O apagamento das diferenças e interesses difusos das classes sociais se dá pela generalização daquilo que é particular.

A inversão de que trata Iasi (2013) ajuda-nos a entender o porquê de a massa trabalhadora não se rebelar e deve-se não somente porque vivemos um real invertido, em que o sujeito tem a primazia sobre o objeto, estranhamento necessário nos complexos de reprodução social do trabalho no interesse do capital. Nossa existência no espaço cotidiano é mais bem compreendida na descrição marxiana (2008): “Não é a consciência que faz os homens, mas os seres e sua forma de ser que constituem suas consciências”, em que as relações sociais e de trabalho ao tempo em que produzem mercadorias e consciências conforma arranjos e práticas espaciais impostas pelo sistema do capital.

A ação do Estado nas políticas sociais da educação e do trabalho revela a importância que a sociedade política assumiu na história recente do capitalismo, em particular na organização dos processos de formação e educação da população em geral, lugar de destaque. Nesse sentido, sob controle social, o Estado burguês a serviço do sistema do capital reproduz, nos espaços de trabalho e educação formal ou não formal, desigualdades socioeconômicas, e a meritocracia, quando a universalidade da educação básica é solapada pelos instrumentos de organização dos sistemas de ensino e de trabalho, estruturados para selecionar, distribuir serviços educacionais e trabalho para especialistas e técnicos. Com base no discurso das práticas meritocráticas, reservam, estrategicamente, uma massa da população sobrante e descartável, que sem acesso à escola, ao mercado de trabalho e aos processos de humanização do gênero humano, que a formação coletiva e de classes reproduz na humanidade.

São estudantes, crianças, adolescentes, em particular jovens e adultos, particularmente trabalhadores em condições de desemprego, que não terminaram o

ensino básico, o que torna a universalidade da educação básica não apenas discurso ideológico burguês, mas uma expressão dos diferentes interesses das classes em luta e da condição semiperiférica ocupada pelo Brasil na mundialização do capital (MACENO, 2019).

Como recordam as autoras Shiroma, Campos e Garcia (2005) no artigo “Decifrar textos para compreender a política”, é necessário analisar contextos em que os documentos são reproduzidos. Os textos de política educacional revelam articulações da produção com sua reprodução, com a transposição didática e outros equívocos no horizonte dos cuidados a serem evitados na pesquisa de documentos oficiais.

Os argumentos de Ventura (2008, p. 240) são consequentes ao analisar documentos oficiais, anais de encontros de pós-graduação e grupos de trabalho em pedagogia cujo objeto é a EJA. A noção de “educação ao longo de toda vida” é política e ideológica, portanto:

> Norteadora da educação para o século XXI (Relatórios Delors e declaração de Hamburgo, anteriormente analisados), não é neutra nem desprovida de intencionalidades. Pelo contrário, é uma contribuição fundamental para tecer e manter a hegemonia através do controle ou amenização das insatisfações, ao prometer e proclamar a educação como única via possível para mudanças sociais, percebidas exclusivamente como ascensão individual nos limites do sistema. (VENTURA, 2008, p. 242).

Esta noção, como apresentaremos mais adiante, permeia o Documento Oficial Resolução 01/2021, que instituiu diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos nos aspectos relativos à Política Nacional de Alfabetização – PNA, à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e à Educação de Jovens e Adultos a Distância-EaD.

Efeito da neutralidade formal só aparentemente, embora com consequências perversas na formação da consciência e da subjetividade dos trabalhadores e na materialidade da vida, a defesa ideológica da universalidade do acesso geral, irrestrito e de qualidade apenas se sustenta quando a materialidade e as condições objetivas e de existência são idealizadas, romantizadas, para não dizer invertidas.

A estratégia do discurso oficial, quando da análise crítica dos documentos ao reproduzir o pensamento burguês hegemônico, reforça o apassivamento e a política de conciliação entre os trabalhadores, usando-se de linguagem com termos, tais

como: segurança, crise, governabilidade, bem público, flexibilidade, gestão e recursos.

Assim contribuir para refletir sobre as causas da negação ao acesso, à permanência e ao desenvolvimento da produção do conhecimento acumulado socialmente no espaço e no tempo pela humanidade, em particular por frações crescentes de homens e mulheres trabalhadoras desempregadas, parece consequente na contemporaneidade.

O que alguns números oficiais estão a indicar é que, espacialmente desiguais as taxas de alfabetização, escolaridade, rendimento e relação entre tempo, escola e idade historicamente têm indicadores baixos no Nordeste, quando comparadas às de outras regiões do Brasil. É expressão de diferentes relações sociais e de produção estruturadas na superexploração, opressão e dominação de classes sociais a conformar, pelos conteúdos abstratos que assume em diferentes arranjos espaciais. O espaço escolar, expressão daquelas mediações abstratas no interior do complexo social ideológico, está a reproduzir taxas elevadas de adultos sem concluir o ensino básico, conforme Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD contínua (IBGE, 2019), sem falar no acesso restrito, seletivo e classista ao ensino superior. Aproximadamente 60,1% dos adultos residentes na região Nordeste não completaram a educação básica, e os motivos são variados e complexos, expressão histórica de elevados índices de analfabetismo, desistência e abandono escolar, baixa escolarização e letramento para não falarmos da qualidade quando consideramos os alfabetizados e letrados em idade escolar ou “fora de faixa”.

Nossos achados de pesquisa revelaram o que Iasi (1999, 2013) afirma sobre a relação entre trabalho e educação, mediada pelas disputas ideológicas, pelas posições ocupadas dos diferentes trabalhadores no processo de trabalho e na atividade, reproduzindo, contraditoriamente, níveis distintos de formação e consciência que ora recua ora avança sobre os conteúdos classistas impostos pela desorganização e pelo recuo das lutas no interesse dos trabalhadores, mas também pela crise de interiorização de valores e ideias que o controle e ordenamento social e metabólico do sistema do capital impõe sobre os trabalhadores e do proletariado moderno.

Daqui por diante, analisamos criticamente os seguintes documentos oficiais: a Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017), aprovada no governo “tampão” de Michel Temer, que legalizou o trabalho sem direitos e descaracterizou a forma e o conteúdo

praticados até então nas relações entre trabalho e capital em vigor na institucionalidade e no mercado de trabalho brasileiro. Outro documento oficial a ser analisado são as Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA – DCNEJA's (BRASIL, 2001) e a Resolução 01/2021, que instituiu as diretrizes operacionais para o alinhamento da EJA à Política Nacional de Alfabetização – PNA, à Base Nacional Comum Curricular - BNCC e à Educação de Jovens e Adultos a Distância - EaD.

4 ESTADO, CRISE E ANÁLISE DAS (RE) FORMAS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM DOCUMENTOS OFICIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

> [...] A regulamentação governamental da economia, o "poder dos monopólios", ou ambos, podem revogar para sempre, ou de maneira durável, a operação da lei do valor?
> Dizer que isso é possível é dizer que a sociedade contemporânea deixou de ser capitalista. Se é assim, então o curso da economia não é mais determinado pelas leis objetivas de desenvolvimento da produção capitalista, atuando por trás das costas dos homens, mas sim pelas decisões conscientes, planejadas ou arbitrárias, dos monopólios e do Estado. Se ainda ocorrem crises e recessões, já não podem ser devidas a forças inerentes ao sistema, mas simplesmente a erros subjetivos ou ao conhecimento insuficiente daqueles que "dirigem a economia". Seria então apenas uma questão de tempo para que esses erros de regulamentação econômicas fossem corrigidos e surgisse uma "sociedade industrial" verdadeiramente sem crises. Mas, se por outro lado, a "regulamentação da economia" feita pelo governo e pelos monopólios é apenas uma tentativa de desviar e atenuar temporariamente (isto é, apenas de adiar, em última instância) a operação da lei do valor, então a atuação dessa lei deve inevitavelmente prevalecer no final. Se é esse o caso, as crises continuam sendo inerentes ao sistema (MANDEL, 1982, p. 369/370).

> [...] Extinguir o Estado equivale a transformá-lo, a modificar seu caráter geral de classe, até se atingir o que Marx vislumbrou com a expressão "fenecimento do Estado". Mas fenecer, no pensamento de Mészáros, é vencer um processo de conquista de um espaço e de um metabolismo que deve ser transformado em outro. A montanha que se tem à vista em algum momento haverá de ser outra, com outra forma, outra geografia, outra vegetação, outras construções e outra interação com o ser humano. [...]
> O Estado tornou-se expressão política do capital, a forma de organizar as forças produtivas, o regime de propriedade privada, as relações entre as classes sociais e um intrincado sistema de regras e condutas que viabilizam a economia de mercado. Expressão da centralização fiscal, das forças militares e do espaço da produção e circulação de mercadorias, as crises do capital são também suas crises (Ivana Jinkings, Prefácio de *A montanha que devemos conquistar, de* MÉSZÁROS, 2015).

Sobre o papel histórico que o Estado assumiu na organização da vida burguesa ao cindir sociedade civil e sociedade política, fundindo interesses privados a interesses públicos, ou ainda colocando cidadãos, enquanto membros do estado,

e a sociedade civil e os civis com seus interesses particulares separados, como se fossem opostos ao Estado, resolveu parte dos dilemas e contradições no desenvolvimento do capitalismo. Esse caráter autônomo que transubstancia a totalidade no ato político assumiu uma feição fetichizada do Estado e da sociedade política, como observa Bensaid ao apresentar *Sobre a Questão Judaica*, de Marx (2010), em um ensaio intitulado “Uma crítica da emancipação política”.

Nesse ensaio, o autor desvela a trajetória da crítica religiosa, passando pela democracia política burguesa até alcançar o proletariado, com seus antagonismos de classes e sua função na emancipação da humanidade. O autor maneja corretamente a obra de Marx e se utiliza de autores contemporâneos, como Kouvelákis (2003, 2000), numa tentativa de diálogo entre ação e teoria, revolução e filosofia, teoria e ação da classe:

> A expansão do espaço público por meio da liberdade de imprensa de fato tropeça no despotismo. Sendo assim proibida a passagem da sociedade civil para o Estado, a crítica deste torna-se prioritária. Surge então um novo fetichismo, o do “Estado político” ainda não articulado ao da mercadoria. [...].
> Para isso, é preciso repensar a separação. [...]: “A separação da sociedade civil e do Estado aparece necessariamente como um ato em que o cidadão se separa da sociedade civil e de sua própria realidade empírica; pois, enquanto idealista do Estado, ele é um ser outro, diferente, distinto e oposto ao que é na realidade. (BENSAID, 2010, p. 11-12).

Noutro tempo e espaço, para além da emancipação política, revela concretamente na crítica materialista do Estado limites e possibilidades do encontro dos trabalhadores e do proletariado desempregado contemporâneo em luta com a filosofia e os conhecimentos acumulados historicamente numa relação mútua teoria e ação prática. Embora as experiências passadas tenham fracassado no limite em alcançar objetivos estratégicos, a tática e a caminhada forjaram revoluções com fundamentos materiais:

> [...] não se trata de obter somente a emancipação política, mas de atingir a “emancipação humana”. [...] sem dúvida, a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, a força material deve ser derrotada pela força material, mas a teoria também se torna uma força material quando ela se apodera das massas.
> [...]. As necessidades teóricas, “a mediação de necessidades práticas”: “não basta que o pensamento leve à realização, a própria realidade deve levar ao pensamento”. Portanto, uma revolução

> radical deve ser “a revolução das necessidades radicais” conduzida por uma classe cujo “estado determinado seja o estado do escândalo universal”, e que tenha a audácia de proclamar, [...] “eu não sou nada, eu deveria ser tudo”. (BENSAID, 2010, p. 14-16).

O que torna os artigos de Marx do século XIX uteis, atuais e contemporâneos? O que a crítica ao Estado na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel-Introdução*, e sobre a *Questão Judaica* assim como *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels (2010) pode nos ajudar a compreender o momento de recuo e apassivamento vivido pelo proletariado e pelas massas mais amplas de trabalhadores? A crise das instituições políticas, a crise da educação e do ensino, crise do sistema do capital e do trabalho abstrato, a crise na representação político-partidária no interesse dos trabalhadores em particular da sociedade contemporânea brasileira, são reais e concretas ou, como afirmam alguns autores, são um problema de visão e interpretação adequada do mundo? Novamente, vamos insistir, a luta de classes e o trabalho perderam a centralidade? São indagações a que não cabe responder a partir de nossos objetos-sujeitos de pesquisa, mas consequentes na atual quadratura histórica.

Compreender a realidade, as lutas políticas e de classes sociais em momentos de transição e crise na organização ou no momento de refluxo das conquistas dos trabalhadores não é tarefa fácil, mais intensamente quando nos colocamos no interior da relação objeto-sujeito e assumimos a posição de produto e produtor de várias dimensões e determinações postas na crise estrutural do sistema socio-metabólico do capital. Sem qualquer intenção de instrumentalizar nem esgotar a complexa realidade social pesquisada, ou seja, as relações entre trabalho e educação, nossa pretensão neste capítulo foi desvelar como a crise econômica, política, ideológica e sanitária em tempos de pandemia de Covid -19 atinge desigualmente uma parcela crescente da população, particularmente os trabalhadores desempregados, numérica e qualitativamente, em que a negação é dupla: negam-se educação e emprego, processos amplos de formação vivenciados pelos alunos de Educação de Jovens e Adultos-EJA na EMEF Francisca Moura.

Se o controle e a organização da estrutura e do sistema educacional e a regulação das relações entre trabalho e capital no capitalismo contemporâneo cabem ao Estado, através de suas políticas sociais no domínio educacional e trabalhista, importou-nos apresentar e analisar documentos oficiais que instituíram a

Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017) e a Resolução 01/2021 (BRASIL, 2021), que criou mecanismos para operacionalizar a organização da EJA junto às reformas da educação básica.

De outra maneira, mais intensamente, a crise estrutural do capital e do trabalho abstrato, ao assumir seu caráter universal de produção destrutiva na escala mundial, repercutiu, particularmente em espaços periféricos do Brasil, como a região Nordeste e a periferia de capitais, como o bairro Mandacaru, localizado na capital do Estado da Paraíba. Mediações abstratas do capital, tais como o dinheiro, fazem avançar formatos regressivos de organização da vida e do trabalho dos trabalhadores na cidade e no campo na contemporaneidade. O avanço do sistema do capital sobre as forças de trabalho, sua reestruturação produtiva e ideológica exigira novas rodadas na reorganização do trabalho e no controle ideológico e de valores assim como do mercado de trabalho, com profundas transformações no poder mediador do Estado e nas relações entre trabalho e capital.

Na América Latina, o atrelamento econômico à expansão da máquina produtora de lucros e a extração de trabalho excedente e mais-valia tomou feições específicas com a dependência de países e regiões semiperiféricas como o Brasil, envolvendo formas de dominação externas que atingiram todas as esferas da vida e do trabalho, inclusive a educação. O autor destaca a chamada idade de ouro do capital estrangeiro, fim do século XIX e início do XX, e nega qualquer via favorável ao desenvolvimento autônomo de países da América Latina. A corrida pela expansão capitalista sobre espaços de valor e valorização em outras nações, conhecida por período imperialista, fez com que:

> [...] A Inglaterra, por exemplo, convertia todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais em puros negócios – as atividades dos Estados nacionais na construção de uma infraestrutura econômica, a especulação imobiliária em áreas rurais e urbanas, a diferenciação ou a expansão dos sistemas de comércio, de produção, de transporte, de trabalho, de saúde, de educação[22] etc. (FERNANDES, 2009, p. 26).

No caso do Brasil contemporâneo, o capital nacional forjou violentamente, articulado a interesses do capital internacional e do Estado, processos de acumulação, centralização e concentração, via desemprego de aproximadamente 40

[22] Grifo nosso para a educação como um negócio, já na origem do desenvolvimento capitalista no centro e nas periferias na gênese do sistema mundo.

milhões de trabalhadores formais ou subocupados, forçados ao trabalho informal pela baixa massa salarial, mas que contraditoriamente, por outro lado, vivem jornadas extenuantes e superexploração da força de trabalho. Jogados no mercado de trabalho com pouca ou nenhuma regulamentação e direitos, estão a viver a concorrência intra e inter-trabalhadores, quando não condições de subproletarização, subemprego e abandono social pelo Estado. São desalentados que não estão mais a procurar emprego formal ou, vivendo de “bicos e biscates”, desistem de se recolocar no mercado formal de trabalho e passam a engrossar a fileira de desempregados formais que alimenta o mercado informal de trabalho e a viver o desalento, quadro de barbárie social e econômica.

A relação da produção e do trabalho com os variados domínios da reprodução social, dentre os quais o complexo ideológico da educação, em acordo com os pressupostos estruturais da dinâmica socio-metabólica do sistema do capital, reproduz-se sob alienações e estranhamentos, não somente mercadoria, mas mais-valia, valor, valorização e capital. Na origem, a relação dos trabalhadores com os produtos do seu trabalho, mediada pela divisão do trabalho, da propriedade e do dinheiro, se dá na ausência de sentido com as mercadorias a defrontar as forças e o trabalho. Os trabalhadores como força coletiva e os resultados e frutos do trabalho não se identificam, ou seja, produtor e produto não se reconhecem mais no duplo processo de coisificação do gênero humano e reificação das coisas e do mundo das mercadorias.

As relações sociais e todo o sistema metabólico do capital passa a ser mediados pela propriedade privada, pelo dinheiro, pelo capital, com as mercadorias adquirindo relativa autonomia frente aos produtores, reflexo da perda relativa de independência que torna a força de trabalho social mera mercadoria disponível ao capital e seus representantes no mercado de trabalho. O Estado regula, tem o monopólio da reprodução das leis, da justiça e do controle social, sob domínio das classes burguesas.

Os processos de expropriação, exploração, dominação e opressão vivenciados intensamente por aqueles que trabalham e produzem coletiva e socialmente a riqueza, sob as forças do capital, vivem na alienação do trabalho e dos trabalhadores o esvaziamento de sentidos e da natureza ontológica do trabalho humano constituinte e constitutivo da existência social e humana, razão de ser na gênese, no desenvolvimento e na existência dos seres sociais. No capitalismo

contemporâneo, a divisão do trabalho torna o proletário e os trabalhadores assalariados em geral repetidores de tarefas e assume formas variadas, a polivalência, ou seja, passa a fazer de tudo, realizador de múltiplas funções e processos, menos ter o controle daquilo que produz:

> [...] operário massa devia tomar parte em um processo que, de seu ponto de vista, não tinha mais nem sentido nem valor, o que, com o tempo, é precisamente insustentável e inaceitável. Essa contradição tomava ainda outra forma: o produtor direto devia submeter-se *perinde ac cadáver* (como um cadáver) à organização do processo de trabalho concebido pela direção e pelo staff administrativo, corrigindo constante e inteiramente as disfunções. (BIHR, 2010. p. 60).

Acentua-se a coletividade da produção e seu caráter privado no momento da fruição articulado a expansão da divisão do trabalho com rebatimentos objetivos na subjetividade e formação dos trabalhadores. A produção capitalista tornou-se assim um mistério para as massas trabalhadoras e produtoras, em particular para aqueles que ocupam a posição na produção de mais- valia e criação de capital, transformadores da natureza, o proletariado moderno. O elevado desenvolvimento que alcançou as forças produtivas na dinâmica do sistema do capital e, o avanço da divisão do trabalho que super-especializou o proletariado fabril criaram, com as novas necessidades produzidas pelo capital, novas categorias e segmentos sociais em que suas atividades são ligadas à prestação de serviços e ao comércio, tais como entregadores de *delivery,* ocupados com o uso de aplicativos, abrindo uma abissal expansão da divisão do trabalho social.

Na origem histórica do capitalismo, soma-se as contradições estruturais tais como o conflito da reprodução da propriedade privada enquanto a produção é socializada; a separação do produtor dos meios de trabalho, produção e vida; a substituição no interior dos processos produtivos do trabalho vivo pelo trabalho morto, com máquinas, técnicas e mercadorias não substituindo apenas conhecimentos, habilidades e existência social, mas também autonomia, já que esvazia o conteúdo com a forma a reproduzir o trabalho dividido, fragmentado e alienado, mera abstração e meio de vida. Neste caso, o objeto sujeita os sujeitos do trabalho, produtores das riquezas sociais e coletivas.

Trabalho concreto produtor de valores de uso é subsumido às formas e mediações que o capital impõe ao tornar abstratos os meios de vida e de trabalho,

de reprodução e produção social. Contudo a autonomia relativa do trabalho morto sobre o vivo, do abstrato sobre o concreto, do avanço do capital fixo sobre o variável não permite afirmar que a produção de riqueza e de capital na escala mundial e nacional deixou de ser estruturada no trabalho, ou seja, o trabalho é onto-historicamente central, a forjar não somente a existência dos seres sociais, inclusive nossa continuidade enquanto humanidade, ser do gênero e espécie, mas a depender da posição que ocupa no processo de trabalho a determinar variados níveis de consciência e formação (IASI, 2013).

O estranhamento que se coloca entre o trabalho, os trabalhadores e a produção de mercadoria e da vida, exigência da reprodução social e metabólica do capital, nos mais variados espaços, concretamente ao inverter relações sociais e dos homens com a natureza, submeteu o concreto e o “chão” real ocupado, no processo produtivo, pelo proletariado produtor de mais-valia, capital e valor, trabalhadores e capitalistas a ideias, a concepções de mundo e valores invertidos.

Mas o estranhamento das relações entre os sujeitos sociais não é apenas uma inversão como se fosse uma ilusão subjetiva no plano da consciência, ou seja, não se reproduz apenas no mundo no plano das ideias e da subjetividade dos trabalhadores, mas reflete uma realidade contraditória, imersa de conflitos sociais e de classes, organizada e estruturada a partir da inversão de relações concretas (IASI, 2013). Formas e mediações são interpostas na relação do trabalho com o capital no desenvolvimento capitalista: salários, dinheiro, Estado, valor de troca, mercadorias, jornadas de trabalho, entre outras mediações de segunda ordem na produção do e no espaço.

Aquelas inversões do real citadas acima, estruturantes da sociedade e do sistema do capital na crise, ganham novo sentido e necessidade. Embora desigualmente, o desenvolvimento do capitalismo com suas contradições insanáveis forjou, na escala mundial, a necessidade de disciplinar produtores e força de trabalho aos variados e combinados regimes de acumulação e concentração de capital, combinando a retirada crescente de trabalho excedente: primário, ampliado, flexível e financeiro.

Entre as crises cíclicas, orgânicas e estruturais ao longo século XX e na primeira quadratura do século XXI, a solução de sua última dificuldade, de caráter estrutural, forjada pelo capital, é na escala do Brasil contraditoriamente ampliar a produtividade e extração de trabalho excedente, via superexploração da força de

trabalho, e jogar “no colo” das massas trabalhadoras e do proletariado mais intensamente apassivamento, conformismo, disciplina, divisão do trabalho, fragmentação e estranhamento dos trabalhadores em relação ao seu gênero, a si e às mercadorias, sem resolver as contradições estruturais, tais como a ausência de controle pela crise de interiorização e a irracionalidade que a reprodução do sistema do capital impõe à humanidade (MÉSZÁROS, 2002) e à natureza:

> [...]essa reorganização das formas tayloristas do processo de trabalho deixava pendente outro problema com o qual o capital começava a se chocar: o aumento de sua composição (técnica e orgânica) ligado ao tipo de tecnologia utilizada pelo fordismo; em outras palavras, uma reorganização do processo de trabalho não podia se dar sem redefinição da base tecnológica do capital. Enfim, o desencadeamento e o desenvolvimento da crise iam fornecer, com o desemprego crescente, um “maravilhoso” procedimento disciplinar para restabelecer a ordem e a autoridade nas empresas; mas nem por isso as direções capitalistas estariam dispensadas da necessidade de inovar em matéria de organização do trabalho (BIHR, 2010. p. 61).

Fator não menos importante o histórico isolamento espacial das lutas proletárias custou e custa caro particularmente pela incapacidade e certa impotência em superar seus limites, mas sobretudo pela ausência qualitativa de instituições sindicais e partidárias de organização das massas proletárias e da classe trabalhadora que sem forças adapta-se para serem integradas às novas exigências do regime de acumulação flexível. Muito além da quantidade e qualidade, é preciso retornar ao ser social do trabalho para assim compreender, a partir de sua subjetividade objetivada no trabalho contemporâneo, os elementos da crise atual:

> O movimento estava condenado a se enfraquecer e a refluir, apesar de sua radicalidade. Na verdade, esse refluxo teve início antes mesmo que a presente crise do capitalismo ocidental se abrisse oficialmente, crise que ia ao mesmo tempo permitir à classe dominante retomar a ofensiva, manifestar claramente o enfraquecimento definitivo do modelo social-democrata do movimento operário e encostar na parede o proletariado ocidental (BIHR, 2010, p. 65).

Pensando a crise em si, se apenas uma crise cíclica, orgânico-estrutural, permanente e de longa duração, ou a articulação de elementos estruturais aos fundamentos cíclicos das crises estão colocadas; são muitos os adjetivos que nos colocam diante de posições, limites, possibilidades e dilemas na interpretação da

conjuntura na totalidade das escalas. Concordamos com Mészáros (2002) que evidencia as razões e os elementos da crise estrutural do sistema socio-metabólico do capital, sua natureza e tendência à irracionalidade, sem qualquer capacidade de controle social.

Na escala nacional, a atuação da esquerda da ordem e das oposições na organização dos trabalhadores, suas lutas e conquistas, seu recuo e apassivamento são explicados pela ausência da centralidade do trabalho, conforme revela o autor:

> [...] sem dúvida, à oposição brasileira vem faltando, por inteiro, o sentido da perspectiva do trabalhador, razão pela qual ela tem-se mostrado tão extraordinariamente frágil e inconsequente.
> Com isto a oposição no seu todo, e lamentavelmente até mesmo suas componentes mais avançadas fazem o jogo e ficaram a reboque de seu próprio adversário. Isto evidencia de forma dramática a ausência, no curso dos acontecimentos, da perspectiva do trabalho. Em última análise, o trabalhador brasileiro, de fato, não está sendo verdadeiramente considerado e representado, na oposição. E este é, sem margem para qualquer dúvida, o problema maior para as forças políticas mais avançadas da oposição. [...] Só a presença da perspectiva do trabalho no seio da oposição dará consequência a luta oposicionista. [...]. (CHASIN, 2000 p. 45).

Já quanto à escala, a crise adquiriu a dimensão global e revelou-se estrutural, ou seja, contraditoriamente, a realização do processo produtivo, a circulação/ distribuição e o consumo de mercadorias sob as condições atuais, a crise de controle social e do trabalho, colocam o ordenamento socio-metabólico do capital em momento crítico. Como observa outra dimensão estrutural da crise e sua escala mundial nos momentos de apropriação, valorização e acumulação e, acima de tudo, nos momentos de regulação e controle social:

> [...]A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. [...] Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da *subordinação do trabalho ao capital como um todo.*[23] [...]

[23] Essa é a dimensão da crise que nossa tese tenta compreender enquanto crise de controle e de regulação pelo capital e Estado burguês, expressão da crise social e que tem na reprodução social formas estranhadas reprodução de espaços e de trabalho abstratos na educação e formação da massa e da classe trabalhadora.

> A crise das relações de produção capitalistas apresenta-se como crise das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação. (MANDEL, 1982, p. 393-399).

De outra maneira como observa Bihr (2010), o início dos anos 70, sob a forma de uma onda de lutas proletárias, não poupou nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas e chegou com mais intensidade no Brasil a partir de 1990. Segundo Bihr e Chasin as lutas anunciaram limites históricos do compromisso fordista que, em países semiperiféricos como o Brasil, desenvolveu-se sob particularidades, tais como a presença histórica da geografia colonial, do latifúndio, da grande propriedade privada de terras e do caráter rentista de nosso capitalismo. O desenvolvimento desigual do capital industrial, na escala ampliada, legou dependência e atraso tecnológico e chegou a terras brasileiras apenas no interesse e quando as condições para o desenvolvimento da forma monopolista e imperialista assim o exigiam e já desenhavam seus passos no centro do sistema:

> [...] Efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hiper tardio. (CHASIN, 2000, p. 27).

Diria mais, com Chasin (1997, 2000, 2009, 2013), Mészáros (2002) e Bihr (2010), a crise de sociabilidade atinge o capital e o trabalho abstrato, enquanto crise na organização dos trabalhadores e do proletariado; em particular aprofundou-se historicamente, *pari passu* ao avanço da financeirização econômica da vida e da produção de riquezas na escala mundial e, principalmente em países semiperiféricos como o Brasil, notadamente em regiões como o Nordeste.

É que, em paralelo ao Estado e como resposta à crise do sistema do capital, processos políticos e experiências de dominação social avançam sobre e diretamente pelas forças representantes do capital e do Estado liberal. Todos os processos de dominação e controle social, sem exceção, são acompanhados de fundamento econômico: privatizações gerais e irrestritas, subsídios de toda ordem a grandes conglomerados nacionais e internacionais, isenções de impostos, perdão e refinanciamento de dívidas, e mais atualmente, na primeira quadratura do século XXI, receituário neoliberal, e terceirização da gestão pública de espaços escolares para o setor privado em domínios como educação, saúde, segurança e lazer.

E quanto ao espaço, sua (re)produção e valorização são apropriadas da mesma maneira que antes da crise estrutural? Como a geografia do trabalho[24] interna e externamente tem contribuído para o debate das relações entre trabalho e educação sob ampliação do regime flexível de trabalho e reprimarização de economias semiperiféricas como o Brasil? De outra forma, a crise da década de 1970, refletiu contradições no tempo e no espaço, reproduziu a incapacidade de absorver excedentes com a solução da financeirização e avançou sobre economias periféricas, como observa o autor:

> Um grave problema subjacente, particularmente desde a crise de 1973 a 1982, sobre como absorver montantes de capital excedente na produção de bens e serviços cada vez maiores. [...]. Na crise dos anos 1970, grandes excedentes de dólares ficaram empilhados [...]. foram então reciclados na economia mundial pelos bancos de investimento de Nova York, que emprestaram imensamente para os países em desenvolvimento, preparando o cenário para a eclosão de crise mundial da dívida da década de 1980. Cada vez menos capital excedente tem sido absorvido na produção (apesar de tudo o que aconteceu na China) porque as margens de lucro global começaram a cair depois de um breve ressurgimento na década de 1980. [...] (HARVEY, 2011, p. 31).

Essa dimensão particular da absorção de capital excedente parece revelar, na escala mundial, uma natureza geográfica, a mobilidade desigual dos capitais da periferia ao centro do sistema capitalista a serviço de regimes variados de acumulação, valorização e apropriação do valor em crise, sob hegemonia das economias centrais. Os processos de apropriação desiguais de valor e de mais-valia, a concorrência e as disputas inter e intracapitais entre países centrais e de economia desenvolvida, bem como os periféricos em desenvolvimento, além da concorrência incessante por espaços de valorização do capital, ajudam-nos a entender o vigor da tese imperialista no atual ordenamento capitalista mundial.

Pensando a crise a partir de O Capital, de Marx (2013), Carcanholo (2018) reflete sua história forjada a partir de 1960 como movimento de acumulação de capital, do geral ao particular, na escala mundial para países como o Brasil. Muito além da produção de excedentes de riquezas, tendência atual na superprodução de

[24] Concordamos com Moreira (2002) que denomina geografia do trabalho ao estudo do trabalho geograficamente orientado, enfocado pelo duplo nível de existência: o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade-espaço. Para nós a crise de regulação social expressa na incapacidade do Capital controlar as foças do trabalho em movimento Carcanholo (2011, 2013) revela-se geograficamente como crise de regulação das relações sociedade e espaço.

capitais, articulada à redução de lucros, a financeirização da economia mundial forjou, na crise da acumulação ampliada, o regime flexível de acumulação, objetivado em novos espaços de valorização, o que aprofundou processos desiguais de apropriação de valor em diversas escalas, ampliou a dependência de países periféricos ao movimentar parte de suas economias na reprimarização, combinada à desindustrialização e à commoditização dependente ao centro do sistema:

> [...] Independentemente de sua especificidade histórica, como qualquer outra crise do capitalismo, ela representou uma superprodução de capital e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência de o valor capital ter sido produzido em excesso. [...].
> Para reconstruir suas bases para um novo processo de acumulação, o capital deve encontrar espaços de valorização para esse capital acumulado em excesso. O capitalismo contemporâneo foi historicamente constituído precisamente em função da resposta que o modo de produção capitalista encontrou para sua crise estrutural dos anos 1960/70. Essa resposta incluiu:
> reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, consequentemente a taxa anual ou periódica de lucro (MARX, 1988. v.3, seção 2); II. reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram o aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos; III. aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/ acumulação nos países centrais [...]; IV. expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira; V. mudança da lógica de apropriação/ acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício. (CARCANHOLO, 2018, p. 25).

A lógica do sistema do capital em mercados dependentes, como o do Brasil, reproduziu a subordinação quando ampliou, desde 1964, processos de acumulação e, mesmo em períodos como o “milagre brasileiro”, garantiu a remuneração ao capital financeiro internacional e seus parceiros nacionais. Internamente o crescimento econômico e a “divisão do bolo” reservou uma parcela para um segmento privilegiado de camadas médias, ao tempo em que ampliou as condições de achatamento, arrocho e depressão salarial da massa trabalhadora (CHASIN, 2002).

Contradição não menos importante para qualificar como estrutural a destruição socio-metabólica, o funcionamento do capital impõe limites, e degrada ambientes e espaços naturais e sociais em que vive parte da massa trabalhadora e

da população. Esta mudança qualitativa na relação da sociedade com o espaço natural é produto de alterações quantitativas tanto na extração de riquezas como na superexploração das forças de trabalho; a falta de solução à crise e sua intensidade são tão profundas que levam o capital a desenvolver “práticas materiais destrutivas de autorreprodução ampliada ao ponto de fazer surgir o espectro da destruição na escala global em lugar de aceitar restrições positivas no interior da produção para satisfação de necessidades humanas” (MÉSZÁROS, 1989).

Ainda no tocante à particularidade da crise contemporânea, os rebatimentos conjunturais na auto-organização dos trabalhadores, o colapso da política econômica social-democrata nos países centrais da Europa, a hegemonia da política neoliberal e o desmoronamento das experiências do Leste Europeu indicam o cimento do novo regime de acumulação, flexível, de Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, desregulamentação de segmentos econômicos e produtivos e econômica e politicamente neoliberal:

> [...] com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que, como veremos mais adiante, afetou fortemente o mundo do trabalho.
> Um segundo elemento fundamental para o entendimento das causas de refluxo do movimento operário decorre do explosivo desmoronamento do Leste Europeu [...].
> Um terceiro elemento fundamental para a compreensão da crise do mundo do trabalho refere-se ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista. Ocorreu um agudo processo político e ideológico de social democratização da esquerda e a sua consequente atuação subordinada à ordem do capital.
> [...] com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do Welfare States, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2011, p. 193).

Além dessas condições, a crise contemporânea estrutural, dependendo de particularidades nacionais, articulou-se a momentos críticos no desenvolvimento da política no interior dos países de curta ou longa duração, servindo qualitativamente para frear interna e externamente a escala mundial das lutas e experiências coletivas dos trabalhadores:

> A crise hoje em curso é com certeza muito grave e sensivelmente diferente daquela das últimas décadas. Continua sendo a mesma crise estrutural que conhecemos desde fins de 1960, início de 1970, mas é diferente no sentido de que irrompeu globalmente com grande veemência. [...].
> A ocorrência de crises cíclicas periódicas continua sendo marca do desenvolvimento capitalista conjuntural e continuará, enquanto o capitalismo sobreviver. Mas, na nossa época histórica, há um tipo muito mais fundamental de crise que se combina com crises capitalistas cíclicas e *afeta todas as formas concebíveis do sistema do capital enquanto tal, não somente o capitalismo. A crise estrutural se faz valer ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica. [...].*[25]
> As manifestações dramáticas da crise atual – [...]. Esperava-se dos trabalhadores, engessados pelos limites de acomodação de suas organizações defensivas (seus sindicatos e partidos voltados para as reformas salariais), que se comportassem como gatinhos carentes, e não como animais selvagens. [...]. Assim, a crise atual é diferente no sentido de que começa a produzir respostas radicais desafiadoras numa escala considerável. E esse processo está longe de ter atingido o seu auge. [...].
> A grave crise em curso de nossa época histórica é estrutural no sentido preciso de não poder ser superada nem mesmo com os muitos trilhões das operações de resgate dos Estados capitalistas. Assim, a cada vez mais profunda crise estrutural do sistema combinada ao fracasso comprovado de medidas paliativas sob a forma de aventureirismo militar em escala inimaginável torna o perigo de autodestruição da humanidade ainda maior do que antes. [...] (MÉSZÁROS, 2011. p. 136-137).

Entre os rebatimentos da crise e do avanço da reestruturação produtiva em países semiperiféricos como o Brasil, cresce a tendência das forças do capital a limitar a reprodução social e metabólica. Com que intensidade, extensão, natureza e efeitos o conjunto dos trabalhadores no Brasil absorveu o ajuste político neoliberal pós-reestruturação produtiva e financeira? O neoliberalismo, ao articular, tardiamente, regimes de acumulação taylorista e toyotista em países dependentes e subordinados de industrialização hiper tardia aprofundou a desigual transferência e apropriação de valores no interior das regiões e entre as regiões, avançando sobre os espaços de valorização do capital produzidos nas economias semiperiféricas pela superexploração da força de trabalho e do achatamento das massas salariais, mas apropriados, centralizados e acumulados nas economias centrais e suas burguesias.

[25] Estamos de acordo com o autor em especial para o caráter destrutivo que assume o metabolismo social do capital na produção capitalista e o forjar de lutas na escala mundial.

Segundo Carcanholo, essas transferências desiguais de valores e excedentes incluem tanto os diferenciais de produtividade média entre os capitais, em cada uma das economias, como também os pagamentos de serviços de dívida e do passivo externo (CARCANHOLO, 2018). Por exemplo, na América Latina, além da dependência econômica e da subordinação política e ideológica, a inserção da atividade industrial em relação aos países centrais deu-se de forma tardia, quando não hiper tardia, e o fez na particularidade da superexploração da força de trabalho, combinando “de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de mais-valia para o capital” (ANTUNES, 2011a p. 22).

Nossas histórias sociais comuns, do geral ao particular, no processo de internacionalização via integração regional das economias nacionais, ocorreram entre golpes militares e empresariais, movimentos contrarrevolucionários e revoluções socialistas, como a cubana. Na escala regional, as derrotas históricas dos trabalhadores acumularam experiências de revoluções armadas e ciclos contrarrevolucionários e deram início à regressividade contemporânea das lutas e organizações sociais oriundas dos trabalhadores. Como observa Chasin, há particularidades e qualidades intrínsecas a cada nação latino-americana, mas há generalizações:

> Os países latino-americanos mais importantes exibem perfis estruturais muito semelhantes em suas crises, basta pensar em dívida externa, ou seja, desequilíbrio radical das relações internacionais; índices inflacionários explosivos, isto é, valorização improdutiva do capital levada ao paroxismo; privatização do estado, vale dizer, instrumentalização estrutural do poder político pelo capital atrófico em seu benefício exclusivo; superexploração da força de trabalho, numa palavra, determinação de seu valor muito abaixo do limite histórico ou social configurado nos países centrais, e mantido, em grande escala, abaixo de seu próprio limite mínimo ou físico; incapacidade privada e pública de projetar e dar consecução a um itinerário de desenvolvimento autossustentado; e outras tantas características que não carece enumerar (CHASIN, 2000, p. 139).

Em particular, na história recente do Brasil, mudanças na divisão internacional do trabalho exigiram ajustes nos arranjos e processos de valorização do espaço comandados externamente, repercutindo na relação de forças entre e intracapitais nacionais e estrangeiros. Os momentos de derrotas de parte dos trabalhadores e o ascenso da burguesia, numa nova rodada de correlação de forças, e seus interesses

representados nos vinte anos de ditadura militar-empresarial fizeram emergir, pela forma política e arrocho salarial, o movimento de redemocratização política e econômica parcialmente demandado pelo proletariado e pelas massas trabalhadoras no Brasil. Como sugere Chasin ao analisar os discursos e práticas do então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva no ABC Paulista:

> Enfim, o que temos? Respondamos, resumida e linearmente, para que, na busca do como e do porquê, sobressaiam com ênfase devida os significados axiais. Na raiz da fome, - o arrocho, na raiz da greve, - a fome. Direto e áspero. Tudo o mais, condicionantes suplementares; determinantes insuficientes se se trata de agarrar a razão de fundo; fatores ativos, sim, apenas quando se pensa nos detalhes do perfil, no instante e no aroma, digamos assim, e não na alma do que está a suceder. Suceder que não surpreende - em maio o cruzar de braços, em março as greves declaradas - e não surpreende por três razões: primeira, - pela existência do arrocho e seus cruéis derivados em todos os planos, a preparar pela base o leito de uma reação natural e específica; segunda, - é da lógica universal da força de trabalho valer-se, mais cedo ou mais tarde, da arma da greve; terceira, - a movimentação estava sendo “plantada, há alguns anos”, “a classe nunca esteve dormindo nos últimos 14 anos” (CHASIN, 2000, p. 56).

Ao articular fome e greve, não houve descolamento da política das determinações econômicas e existenciais, e colocando no horizonte das lutas das massas os ganhos qualitativos do movimento e reorganização de trabalhadores. Entre as décadas de 1970/80, três razões movimentaram as massas trabalhadoras, operários e proletariado brasileiro, muito além da redemocratização: arrocho salarial; greve como instrumento legítimo dos trabalhadores; e a história como forja do movimento.

Mas passado a primeira quadratura do século XXI e a crise na organização dos trabalhadores, o que explica o estado de latência histórica crescente dos trabalhadores na contemporaneidade? Após breve intervalo na organização das massas e trabalhadores nas décadas de 1970/80, a nova esquerda, ao engendrar novos espaços de organização, perdeu a oportunidade de ir além do politicismo e das lutas imediatas e de enfrentar dimensões estruturais:

> Aberto pelo colapso nacional e internacional da esquerda tradicional, é a hora e a vez da nova esquerda mergulhar no limbo, com duas agravantes: pretende, com toda razão, porém sem atinar com os meios, evitar a reiteração de erros passados, mas destes não chega

> sequer a formular uma intelecção consistente, contendo-se com uma recusa impressionista da prática vencida, o que não esclarece, nem protege contra o perigo da repetição de equívocos; planta-se, desde logo, independentemente de pretensões ocultas ou confessas, nas extremidades do gradiente político do capital, pois na sua revisão epidérmica do passado local e mundial, cede antes aos temores e fantasmas, não distinguindo entre os campos políticos do capital e do trabalho, mesmo porque se constitui – por sua própria gênese, em suas vertentes e componentes predominantes, no espaço militante do antimarxismo e do politicismo mais rústico. (CHASIN, 2000, p. 150).

Além da crise na concertação do regime ampliado de acumulação na escala mundial, outra possível explicação pode estar no avanço de políticas econômicas neoliberais em todo o continente latino-americano, forja econômica necessária às derrotas políticas dos trabalhadores e da direção que instituições como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais tomaram. Esse quadro de avanço político e ideológico reacionário e contrarrevolucionário e econômico neoliberal objetivou:

> [...] rebaixamento crescente dos salários dos trabalhadores possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência – presente, aliás, em toda América Latina – de estruturar-se como base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuantes e extrema intensidade nos ritmos e tempos do trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado. (ANTUNES, 2011, p. 32).

Nossa inserção rebaixada econômica e politicamente no espaço e no tempo da financeirização mundializada, articulada ao regime de acumulação e valorização flexível fez avançar nossa condição subordinada e dependente, sem resolver problemas e contradições estruturais, mas antes ampliando-as na comoditização da produção e da vida, na reprimarização da economia, reproduzindo transferências desiguais de valores no quadro desigual de acumulação entre espaços nacionais, regionais e locais. Nesse sentido, mecanismos econômicos nos ajudam a refletir sobre a particularidade do Brasil na economia mundial:

> [...] quanto mais produtivo for o capital, menor será seu valor individual e vice-versa. Essa concorrência entre capitais de um mesmo setor, no plano da economia mundial, com um desnível na produtividade das mercadorias produzidas nas economias dependentes (menor produtividade média) e centrais (maior

> produtividade média), implica transferência de valor das primeiras para as últimas.
> O segundo mecanismo relaciona-se com a concorrência entre capitais que produzem, em diversificados setores, variadas mercadorias. [...]. Existe, portanto, uma transferência de valor produzido pelos setores com produtividade média inferior para aqueles com produtividade média superior. Como os capitais nas economias dependentes tendem, em média, a apresentar produtividades abaixo da média dos setores da economia mundial, ocorre transferência de valor produzido nas economias dependentes, que será apropriado como lucro médio superior ao mais-valor produzido, por capitais que operam nas economias centrais.
> O terceiro mecanismo se relaciona com a determinação dos preços de mercado, segundo a oferta e demanda das mercadorias. [...]. Quando determinados capitais possuem algum poder de mercado (monopólico), de modo que podem influenciar preços de mercado, acima dos preços de produção, se apropriam de uma quantidade de valor acima daquela que eles mesmos produziram. Como a concentração e a centralização do capital são mais desenvolvidas nas economias centrais, esse mecanismo também atua no sentido de uma transferência de valor produzido nas economias dependentes para as economias centrais. [...]
> O que o neoliberalismo faz, justamente por promover a abertura e a liberalização comercial e financeira, bem como a ampliação das privatizações e desnacionalizações, é o aprofundamento estrutural desses mecanismos de transferência de valor. (CARCANHOLO, 2018. p. 32-33).

O regime de acumulação fordista taylorizado ao entrar em crise por conta de lutas operárias e organização da massa de trabalhadores em classe, colocou em questão o pacto e os compromissos sociais firmados entre o capital e o trabalho desde o início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, 1944. Entre as contradições históricas, desenvolveram-se crises e conflitos particularmente no interior de atividades, processos produtivos e regime de acumulação fordista, colocando em questão a estrutura e o ordenamento social na escala mundial.

A negação brutal da autonomia, associada à expropriação dos trabalhadores dos conteúdos do trabalho, e o consumo individual numa existência desprovida de sentido, além da reprodução de antigas e novas contradições, forjaram as condições da crise do trabalho abstrato contemporâneo, afetando a natureza do trabalho “fordizado” e alterando o lugar do trabalho na existência social e individual. As reivindicações operárias históricas, por autonomia individual e pelo fim da exploração do trabalho alienado, forjaram mudanças conservadoras no ocidente europeu (BIHR, 2010), com fortes repercussões na periferia do sistema.

No Brasil, os ensaios de mudança no regime de acumulação e da forma produtiva taylorizada para o padrão toyotista flexível somente avançou em setores tecnológicos mais intensamente na última década do século XX. A consolidação da industrialização hiper tardia veio acompanhada de contradições, dentre as quais o movimento democrático de massas na crise do “milagre econômico brasileiro”, movimento que, na modernização conservadora, fez avançar formas distintas de capitais sem resolver contradições estruturantes:

> De maneira que não há propriedade em se falar de contradição entre as promessas de “aperfeiçoamento democrático” e a repressão concretamente exercida, pois são duas faces de um mesmo itinerário: correr muito para não sair do lugar - distensão lenta, gradual, e segura, ou seja lá qual for a ordem original destas três palavras. Itinerário que visa central e fundamentalmente manter o espírito e o esquema essencial da política econômica em curso, buscando um rearranjo de fatores setoriais que conduza a um novo ciclo de acumulação. O que implica, imprescindivelmente, na manutenção da política do arrocho. Mesmo porque, com ou sem arranjos, a supressão do arrocho é o próprio colapso dos mecanismos econômicos em funcionamento. (CHASIN, 2000, p. 65).

O período de crise estrutural e permanente contemporânea foi forjado nos estertores da produção fordista e taylorista em países centrais, como Estados Unidos e no ocidente europeu, em especial Inglaterra, Alemanha e França. Esses historicamente satelitizaram, ou seja, foram polos na dinâmica expansiva e de dominação do capitalismo industrial de regime de acumulação ampliado. Segundo Chesnais (1996), duas fases implodiram o regime de acumulação fordista, expressão de sua incapacidade em resolver contradições. Na primeira fase:

> As relações políticas entre as classes sociais e o grau de efetiva soberania que os governos possuem asseguram o respeito das multinacionais a certas convenções e formas de relacionamento correspondentes à relação salarial “fordista”, bem como sua colaboração visando a certos objetivos de política econômica nacional (o equilíbrio da balança comercial, por exemplo).
> A fase seguinte assiste ao começo da “crise do próprio sistema de regulação”, [...]. Referindo-se à situação que se cristaliza por volta de 1978-1979, quando do segundo choque do petróleo, [...] vários grandes fatores, cujo jogo combinado acabou derrubando os elementos constitutivos da regulação fordista: rigidez das estruturas industriais oligopolistas, no plano nacional; crise de todas as determinações da relação salarial fordista; crise fiscal do Estado e questionamento da amplitude assumida pelos gastos públicos; deterioração das relações constitutivas da estabilidade do regime internacional. (CHESNAIS, 1996, p. 298).

O autor chama atenção para o papel desempenhado pela internacionalização do capital no processo de desregulamentação cumulativa de mecanismos associados à regulação fordista, mais intensamente quando se leva em conta a internacionalização do capital monetário ao mesmo tempo do capital produtivo, expressões distintas, mas integradas do movimento de liberação do capital e das instituições enquadradas em suas operações; em países periféricos, a repercussão da crise do fordismo, além do envio e das trocas desiguais de valor e lucros, o aumento das dívidas internas e externas, o agressivo aumento da dependência econômica e do sistema bancário internacional.

No horizonte, as formas e relações de trabalho e de produção na ampliação da divisão social do trabalho reproduziram desemprego estrutural pela concorrência desigual, inclusive entre diferentes capitais na escala nacional e internacional, assim como mobilidade e fluxos livres de capitais na incapacidade regulatória dos Estados nacionais. O avanço da crise de longa duração é demonstrado pela incapacidade momentânea de aumentar a produtividade sustentada, ou seja, aquilo que devia assegurar o crescimento econômico, como o aumento de indicadores de produtividade, não impede recessões globais, especialmente a partir de 1990.

Países como o Brasil, cuja economia tem no setor primário uma das alavancas, a “commoditização” da vida, expressa na exportação de produtos primários como alimentos, carnes e energia, dependentes frente à ordem econômica mundial e às exigências da nova divisão internacional do trabalho. Esse movimento predispõe economias periféricas a processos de:

> [...] desinflação acelerada, próxima da deflação, especialmente para os produtos primário, dos quais depende a renda de países em desenvolvimento; elevado desemprego estrutural; agravamento das desigualdades na distribuição de renda, com o reaparecimento de rendimentos rentistas obtidos com aplicações financeiras (UNCTAD, 1995´, p.194); marginalização de regiões inteiras do globo em relação ao sistema de comércio internacional e, entre as grandes potências triádicas, uma concorrência internacional cada vez mais intensa, gerando, com frequência, conflitos comerciais bastante graves, especialmente entre os EUA e o Japão. (CHESNAIS, 1996, p. 303).

De outra forma, a ação inconsequente da nova esquerda pode ser compreendida pelas exigências que a dialética do momento de crise e transição

impõe. Concordamos com o autor que entre o velho e o nascimento do novo, entre a crise do “milagre brasileiro” e o movimento democrático do operário brasileiro, jornadas de lutas forjaram o que ainda é frágil, mas carregado de energia vital:

> É a pujança do novo, na fragilidade daquilo que apenas está reemergindo, face da senilidade retocada, que ainda ostenta a energia real, porém balofa dos inchaços. Diga-se de passagem, no entanto, que apontar esta fragilidade essencial do historicamente velho, hoje abalado econômico-politicamente, não representa desconhecer sua possibilidade contingencial e de fundo de tornar a crescer e a se expandir. (CHASIN, 2000, p. 60).

É que a história, o espaço social e o trabalho não obedecem a movimentos lineares, podendo haver retrocessos simultaneamente a avanços. E a história recente do Brasil tem provado essa máxima de que todo período de transição e crise é sempre um movimento dialético que cabe refluxos e conquistas sociais e econômicas. A burguesa nacional, sem autonomia e independência econômica, apostou e aposta suas “fichas” no politicismo reformista e tem feito “estragos” no campo da política progressista e mesmo quando concilia com a chamada esquerda da ordem:

> A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza explorada, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não efetiva, de fato e por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe.
> Protetor da estreiteza econômica e política da burguesia; estreiteza, contudo, que é toda a riqueza e todo o poder desta burguesia estreita. Efetivamente subtrai o questionamento e a contestação à sua fórmula econômica, e aparentemente expõe o político a debate e ao “aperfeiçoamento”. Portanto, atua como freio antecipado, que busca desarmar previamente qualquer tentativa de rompimento deste espaço estrangulado e amesquinhado (CHASIN, 2000, p. 82).

Assim a reestruturação produtiva no Brasil, acompanhado da política neoliberal induz à informalidade no mercado de trabalho, isto é, o capital coloca no circuito capitalista de produção formas regressivas de trabalho como a condição informal de tal maneira que os subordina aos trabalhadores formais e seus direitos,

dividindo e fragmentando inter e intratrabalhadores pela hierarquia meritocrática a massa de trabalhadores, isso feito, terceiriza a barbárie do desemprego e coloca na conta dos trabalhadores, já que concorrentes em um mercado de trabalho reduzido e incapaz de ocupar parcelas importantes dos trabalhadores assalariados ou não, os custos de sua inserção e recolocação nas exíguas oportunidades de emprego usando o discurso da empregabilidade e da falta de qualificação adequada.

São processos que têm na subjetividade coletiva e solidária da classe trabalhadora a forma particular do capital, ao tempo em que procura controlar e ordenar o trabalho, apassivar e conformar os trabalhadores e o proletariado moderno. Como observa Thomaz Jr., as atividades informais não são apenas permitidas, mas vêm sendo incentivadas, visto que conduzidas mais de perto pelo capital podem ser até mais lucrativas que as atividades formais, tendo em vista os diferentes nexos (integração/subordinação) que mantêm a expansão e acumulação de capital, liberando o empresariado do assalariamento, dos custos sociais do vínculo formal de emprego e da qualificação da mão de obra (THOMAZ JR., 2002).

Na contemporaneidade, a economia política do Brasil, vivendo a crise econômica associada à política, com retrocessos na industrialização, em que avança a reestruturação produtiva e do trabalho abstrato e do capital no Brasil, sua condição subalterna, dependente e subordinada, coloca para a massa trabalhadora desafios como a desproletarização da atividade industrial, acompanhada pela relocalização e fechamento de fábricas, bem como a absorção parcial da massa de trabalhadores assalariados no setor de serviços e comércio. Como observa Thomaz Jr. (2002, p.7): “3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, terceirizado; está articulado à 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada”. É um movimento único, contraditório e dialético, pois quanto mais superexploração, maior controle social pela subproletarização, muitos dos quais informais e desempregados.

No entanto, a conjuntura dessa primeira quadratura de século XXI, muito distinta da anterior, demonstra a assertiva do “mouro barbudo” de que “a história se repete primeiro como tragédia, depois como farsa” e, no Brasil, em particular na manutenção contraditória de determinações econômicas de base, como a permanência do latifúndio agroexportador com alguma alteração na linha do agronegócio, a dependência das exportações e um Estado combinado ao mercado

de consumo interno, estrangulado pelo arrocho salarial. São ações articuladas pelo tripé: Estado nacional, burguesia local em associação, subordinada aos capitais imperialistas.

A história e a geografia do desenvolvimento do capitalismo mundial na escala do Brasil não apenas assumiram o caráter de disputas e lutas por interesses divergentes, formando massas e grupos sociais, organizados em diferentes experiências de classes a lutar e conquistar políticas sociais do trabalho e da educação. Estudar, votar, abortar, ter saúde, trabalho e educação inicialmente foram conquistas sociais nos países centrais e chegaram tardia, atrasado e desigualmente em países semiperiféricos, como o Brasil, com o Estado assumindo o controle direto dos sistemas e da política do trabalho e da educação.

A economia do Brasil, mais intensamente dependente e subordinada contemporaneamente, caminha desde os anos de 2013 a passos largos na recessão econômica, e um crescente número de jovens e adultos, muitos trabalhadores subocupados, temporários, informais e /ou desempregados nem estuda, nem trabalha. É uma crise ao mesmo tempo política, econômica, ideológica e sanitária, que requer no complexo ideológico da educação mudanças de acordo com a estrutura econômica neoliberal. São novas condições de trabalho e vida, acompanhadas por um discurso oficial e dos representantes do capital de que a solução do desemprego e da baixa qualificação da mão de obra deve-se à desqualificação da força de trabalho, do tamanho e peso do Estado brasileiro, com sua política social assistencialista. É um discurso para pautar a necessidade de reformas no interesse do capital em complexos da reprodução social como a política, administrativa, tributária e do trabalho e da educação.

De outra forma, nossa aproximação a realidade teve no empírico um momento, entre outros, para desvelar contradições ao analisar criticamente o documento oficial. O Decreto Lei nº 13.467/2017, que regulamenta o trabalho intermitente, foi aprovado sob o discurso oficial de redução do “custo Brasil”, articulado à criação de empregos e a desburocratização das relações e contratos de trabalho no Brasil, pelos governos liberais do então presidente mdbista Michel Temer, vice que compôs na chapa com Dilma Roussef e do seguinte, Jair Messias Bolsonaro. De um lado, a ofensiva destrutiva do capital, tendo à frente o Estado brasileiro, particularmente no alvorecer do século XXI, revela a correlação de forças

desfavorável e impõe derrotas aos direitos trabalhistas, conquista de trabalhadores e entidades operárias e sindicais em particular. Nesse sentido:

> Mais do que isso, assistimos a imposição de novas fissuras impressas à fragmentação do trabalho e a decorrente polissemização que espelha as múltiplas clivagens que marcam a classe trabalhadora e o movimento operário na viragem do século XXI, tendo em vista a magnitude do complexo processo de reestruturação produtiva do capital que é alavancado pela busca incessante da competitividade e das vantagens competitivas, num contexto marcado pela mundialização do capital e pela difusão das políticas neoliberais, que contam, no caso brasileiro com o servilismo do staff estatal e toda a horda conservadora que dá sustentação ao governo FHC. (THOMAZ JR., 2002, p. 6).

Soma-se ao momento desfavorável para os trabalhadores a articulação das forças do capital à política econômica neoliberal, ao, “por dentro e por fora” do Estado burguês, atacar o conjunto da legislação social e protetiva de direitos sociais do trabalho. Como tendência, induz à expansão do setor informal jogando parte dos empregados e desempregados formais a novas e emergentes situações de conformação e rodadas de negociação do trabalho na contemporaneidade: desproletarização da atividade fabril com assalariamento dos serviços; subproletarização regulada pelo trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e intermitente; feminização do mercado de trabalho com achatamento salarial; maiores jornadas de trabalho com superexploração da força de trabalho, associadas à exclusão de jovens e idosos.

Portanto numa primeira aproximação à realidade do espaço do trabalho no Brasil, em particular à dimensão subjetiva desumanizante presentes na sua forma abstrata, dividida e fragmentada de alienação do trabalho, outra inflexão marca a realização contemporânea, a condição estrutural de crise e desemprego, do trabalho abstrato e do capital. Isso para não entrarmos, nesse momento, nos processos de estranhamento das relações e do gênero humano que, respectivamente, a produção de mercadorias e o dinheiro objetivamente impõem ao conjunto mais amplo da sociedade e das massas trabalhadoras.

Como se relacionam o trabalho e educação nas formas diversas de produção do valor sob mediações do dinheiro, mercadoria e capital no atual ordenamento capitalista? Se o valor é um processo em constante realização, permanente desenvolvimento, que pode deixar historicamente de existir, o que explica a

autonomia daquelas formas da riqueza capitalista e como mercadoria e capital adquirem vida própria? O desenvolvimento do valor e sua forma como capital responde:

> É isso mesmo! O capital é simplesmente valor, só que um valor (propriedade/ produto social do trabalho) mais desenvolvido, que já alcançou sua maturidade. Ele, agora é capaz de se reproduzir, produzir seus filhinhos (a mais-valia). Ele, agora, já não é mais uma simples propriedade social ou um simples adjetivo da mercadoria. Ele adquiriu vida própria, transformou-se em ser com vida própria. Ele não parece com a mercadoria que lhe porta, ele agora é eterno, ou melhor, pretende ser eterno. [...]
> O valor capital, ou simplesmente capital, agora existe em si e para si. Utiliza-se das formas corpóreas das mercadorias e do dinheiro, mas não se confunde com elas. Ele se transforma não só em ser com vida própria: passa a ser o sujeito da sociedade e da história e transforma o ser humano em mero aspecto seu. É o que se pode chamar de inversão do sujeito histórico e social. (CARCANHOLO, 2011, p. 19).

Mais do que a inversão das formas que assume o valor, as abstrações estão a serviço de regimes de acumulação e valorização de espaços. O autor chama a atenção para o estranhamento no caráter social do valor, via processos de "desmaterialização progressiva da riqueza capitalista" em unidades dialéticas (uso/troca; conteúdo/forma), e pergunta-se: como se manifesta esse processo de destruição do valor de uso e desmaterialização no dinheiro?

> É justamente no dinheiro, e posteriormente no capital, em que se manifesta de maneira mais aguda e evidente o processo de desmaterialização da riqueza mercantil. Nos dias atuais, para quase todas as suas funções, o dinheiro apresenta-se completamente desmaterializado, desprovido de todo valor de uso. Pelo menos nas suas funções, meio de circulação e meio de pagamento, ele existe como um simples lançamento contábil (nas contas correntes, cartões de créditos etc.). (CARCANHOLO, 2011, p. 73).

Que outras mediações, na inversão do real, tornam-se na contemporaneidade semideuses por excelência? Porque o dinheiro em sua forma fictícia, bancária e financeira, na verdade, revela a ânsia e o fracasso da lógica do capital em desmaterializar totalmente a produção de riqueza, adquirindo ar de fantasma, já que:

> Produto da nossa forma social, da mercantil e capitalista, feito, portanto, por mãos humanas (ou melhor, construído pela mente, ou melhor ainda, pela prática social), submetemo-nos ao nosso fetiche –

> fantasma. Todas as atividades humanas, a própria vida humana, estão submetidos a ditadura de um fantasma. Somos, todos, seus escravos, e o mais extraordinário de tudo é que, apesar disso, acreditamos que, com o funcionamento do mercado capitalista, nos está garantida a liberdade. Sentimo-nos livres. E parece que o somos, mais do que em qualquer sociedade anterior.
> O fetiche- deus, no mundo capitalista, é o dinheiro, o dinheiro, como vimos anteriormente, é um fantasma. Cremo-nos livres, mas somos escravos de um fetiche-deus-fantasma. (CARCANHOLO, 2011, p. 87).

De outra maneira, na contemporaneidade, a ilusão de que o período dos governos luloPetista se contrapôs ao de FHC, embora contraditório, com melhorias de indicadores, tais como, emprego, renda e formalização do trabalho, em que medida foram e são reais e em que medida servem para retirar a centralidade do trabalho e do mundo dos homens, constitutivo do ser social, ao tomar a parte pelo todo e ao idealizar as transformações existenciais e estruturais do mundo dos homens na inconsequente, porem importante, luta por direitos no campo da política e do Estado? Apesar disso, como observam Krein e Oliveira (2019a):

> O Brasil tem um histórico de baixos salários e desigual distribuição dos rendimentos do trabalho, assim como conta com uma relativamente baixa tradição de negociação. Contudo, conforme constatado por diversas pesquisas, entre 2004 e 2014 houve um contexto excepcional, com crescimento do poder de compra dos salários e diminuição das diferenças de rendimento do trabalho (conferir, por exemplo, Baltar, Souen e Caldas, 2017), tendência que foi interrompida com a crise desencadeada em 2015. (p. 131).

Pensar a política nesses termos não é reduzir a dimensão crítica do Estado ao politicismo de seus ocupantes e gestores? Ainda que contraditório, estruturalmente, não houve alteração e sim aprofundamento da política neoliberal de base assistencialista. Esses autores, considerando a política do trabalho nos governos Lula como momento estratégico e histórico, concluem que:

> A melhora dos indicadores veio em contraposição ao discurso predominante entre políticos e economistas nos anos 1990, que sustentava a crescente dificuldade de geração de postos de trabalho, dadas: (1) as inovações tecnológicas e as características da globalização, (2) o baixo nível de qualificação da mão de obra e (3) a existência de um arcabouço legal institucional tido como “disfuncional” e “defasado”, sendo, por isso, gerador de desemprego e informalidade. (KREIN e OLIVEIRA, 2019, p.).

O acerto do trecho está em colocar, na conta do discurso, os interesses do empresariado nacional, mas falta-lhes análise crítica qualitativa quanto a geração de empregos nos governos Lulo Petistas, na manutenção da privatização como resposta às ações sociais meramente assistencialistas. Quantitativamente o maior número de vagas foi ocupações de baixa renda, na faixa que vai de um a três salários-mínimos; e quanto à escolarização os postos de empregos criados foram, qualitativamente, de baixa qualificação. Isso para não falar das linhas de crédito que subsidiaram o aumento da renda, via endividamento da massa trabalhadora e comprometimento dos salários, em benefício explícito do capital financeiro e bancário.

A correção da dialética teórica da humanização-estranhamento estruturada no desenvolvimento do trabalho abstrato explica parte da crise que vive a auto-organização, a direção política e intelectual dos trabalhadores na atualidade, para além da dominação política articulando cooptação, conformismo, consenso e conciliação de classes com violência e repressão policial desenvolvidas no Brasil, na primeira quadratura do século XXI. Mediações importantes na produção alienada de valor, como o dinheiro e os processos de estranhamento da humanidade entre si na reprodução da subjetividade flexível e super explorada dos trabalhadores, ajudam-nos a compreender por que as massas trabalhadoras partilham de pautas de seus inimigos históricos: burguesia nacional, imperialismo internacional e forças representantes dos interesses burgueses no interior do Estado. Os processos de humanização são entrecortados pelos momentos de reificação e coisificação:

> O proletariado compartilha com a burguesia a reificação de todas as manifestações da vida, à medida que ele mesmo aparece como “produto da ordem social capitalista e onde a reificação se exprime nele de maneira mais marcante, produzindo a mais profunda desumanização. (BENSAID, 2019, p. 68).

A incapacidade crítica dos teóricos distributivistas e regulacionistas, como se a solução do conjunto de contradições estruturais e históricas que vive parcela de trabalhadores desempregados na contemporaneidade de países periféricos, perpassa pela mudança de gestão de interesses difusos da sociedade de classes e a distribuição equânime de riquezas, ou seja, o horizonte político a-histórico,

reformista e de base teórica e política social-democrata de caráter neodesenvolvimentista distancia-se daquela política emancipatória.

Ao deslocar mediações estruturantes da formação social brasileira, como a dependência econômica, a subordinação política, a posição na divisão internacional do trabalho, a reprimarização da economia, acompanhadas de relativa desindustrialização e interna fragilidade do mercado de trabalho informal e desregulado, é inconsequente somar-se à superexploração da força de trabalho e, na educação, estruturas duais nos processos de formação e educação, conforme os interesses das classes dominantes. Isso para não falarmos da incapacidade e impotência que a mundialização econômica do capital impôs aos Estados nacionais pós-reestruturação produtiva, como ajustes fiscais, privatização de setores inteiros e desregulamentação, acompanhados de financeirização da vida e do trabalho. Chasin (2000) é assertivo na articulação dos momentos de criação e realização do capital:

> A busca da completude do capital, hoje uma falácia comprovada, pode ter sido uma ilusão inevitável. A ilusão distributivista não é falácia menor, uma espécie de absurdo “ricardiano”, do qual já não pode ser perdoada a esquerda organizada, como já anotei em 77 (Temas 2, p.148-9), citando Marx, pois: “A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, podendo apenas ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, pois o modo preciso de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, isto é, determina de que forma o produtor participará na distribuição. (p. 106).

Essa unidade perdida impede-nos de enxergar o processo produtivo na totalidade viva e social do trabalho e do capital. Nessa mesma direção, pensar sistemas contratuais e formas oficiais de regulação do trabalho na relação com o capital na contemporaneidade, quando contrarreformas neoliberais são aprovadas sem qualquer resistência política e com incapacidade na organização de frentes de lutas sociais e coletivas, não é sermos pautados pela agenda e pelos interesses do capital? Pensamos que sim e basta irmos na história recente para a política adquirir a materialidade necessária e urgente do conjunto de contradições que nos coloca em movimento.

Historicamente contrarreformas neoliberais do trabalho sempre estiveram na mesa de negociação e, desde que o mercado de trabalho se consolidou

historicamente no Brasil, o desemprego serve como pressão e mecanismo de controle do movimento de massa e de trabalhadores. Duas décadas de arrocho e perdas salariais durante a ditadura empresário-militar garantiram o “chão” material e concreto, para forjar lutas e ações políticas, colocando na pauta, pela primeira vez no movimento operário brasileiro, o desemprego, que culminou na greve histórica dos trabalhadores da Fiat em 1981. Conforme descreve Chasin (2000):

> Desnecessário ressaltar a enorme atualidade do assunto, basta dizer que se tratou da primeira greve contra o desemprego, da primeira reação que tentou uma parcela da classe operária brasileira posta diante da expressão mais recente da política econômica vigente há década e meia; diga-se, do rosto mais monstruoso da política do arrocho salarial. (p. 78).

A disputa e o discurso a favor e contra as reformas do trabalho não são novidade histórica e, entre conquistas e derrotas, o movimento de massas e de trabalhadores, dependendo da correlação de forças, contemporaneamente menos favorável, assume-se como parte do problema e, também da solução, produto de contradições insanáveis do capital. O que nos intriga não é o fato de a massa e de os trabalhadores assumirem a pauta de seu inimigo frontal, o capital, mas como mediações abstratas como o dinheiro e a crise de interiorização que vivem a educação e os processos mais amplos de formação, expressões do complexo ideológico, materializam, em potência e contraditoriamente, as possibilidades e os limites contrários à humanização dos homens e mulheres desempregados alunos de EJA.

A particularidade brasileira assumiu, na superexploração da força de trabalho, “ares” de barbárie social, já que parte dos trabalhadores formais com a regulamentação de contratos atípicos e sem direitos não garante salários e remuneração suficientes para a reprodução social, ou seja, mesmo uma parcela dos trabalhadores formais convive entre a pobreza e a miséria.

Notícias dão conta da situação em que se encontra o desemprego no Brasil, com o Nordeste a liderar o recorde de menos de 50% de ocupação do total da força de trabalho em seus estados. Segundo manchete de jornais, dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontam desemprego recorde no país e revelam efeitos da reforma trabalhista numa conjuntura social, econômica e sanitária de pandemia.

Em 2020, as maiores taxas de desemprego foram no Nordeste do país, tendo a Bahia com quase 19,8% de desemprego; e no Sul as menores, com o Rio Grande do Sul com 9,1%, mas também batendo recorde do Estado. A situação comprova as mentiras da grande mídia, dos juízes e dos parlamentares do golpismo de que a reforma trabalhista acabaria com o desemprego, reduziria os custos sociais e trabalhistas e ampliaria os investimentos privados, quando na verdade criou as condições para as demissões que vimos por conta da pandemia. Durante os anos de crise sanitária e pandêmica de fechamento de comercio e serviços públicos apenas cinco estados recuaram quanto ao desemprego, o que resultou em doze estados com médias acima dos registros de desemprego do Brasil.

Por um lado, Bolsonaro e seu negacionismo foram a forma mais desavergonhada dessa política, esperando algum milagre para passar o vírus e ordenando que a rotina de exploração do trabalho seguisse normalmente, criando até mesmo uma Medida Provisória - MP para facilitar as demissões durante o período de fechamento da economia. Por outro, governadores como Dória fizeram toda uma campanha de “Fica em Casa”, sem darem condições para que as pessoas pudessem fazer isso sem serem demitidas e passarem fome.

Na realidade, essa situação da pandemia de Covid-19 escancarou a contradição criada pela reforma trabalhista (BRASIL, 2017), que nunca teve a ver com a geração de emprego, mas com a garantia dos níveis de produtividade e extração de trabalho excedente e acumulação via informalização, flexibilização de direitos, redução de salários, enfim, uma generalização de subempregados que chegou a 40% da massa total trabalhadora empregada. Não é de espantar, nessas circunstâncias, que o Brasil registrasse 13,5% de desempregados, e que 20 estados brasileiros dos 27, tenham batido recorde nas suas taxas de desemprego.

Quanto ao Nordeste, o desemprego que já vinha embalado pela crise econômica mundial ganhou impulso ainda maior com a pandemia, atingindo recordes de desemprego e desocupação em 2020. Assim revela a pesquisa do IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Sendo as regiões Norte e Nordeste as mais afetadas, a Bahia, governada por Rui Costa (PT), foi o estado com o maior índice, batendo o recorde de 19,8%, praticamente um quinto da sua população ativa desempregada - aqueles que trabalham ou poderiam e gostariam de estar trabalhando - seguido por Alagoas (MDB) e Sergipe (PSD).

Entre outros impactos da crise sanitária e, como consequência do avanço da política econômica neoliberal, ainda conforme IBGE, expandiu-se o setor informal entre a massa trabalhadora, articulado à queda de salários e ao aumento nas jornadas de trabalho. Este grupo, que sempre tende a crescer frente ao desemprego e às demissões, diminuiu de 41,1%, em 2019 para 38,7%, em 2020, e isso não é expressão, como já foi constatado, de nenhum aumento de carteiras assinadas, pelo contrário. Ou seja, aqueles que antes estavam em subempregos e em condições de extrema vulnerabilidade, trabalhando como autônomo e ou fazendo “biscates” no ramo informal, agora estão em completo desolamento. E nesse quesito vemos, mais uma vez, o Nordeste ocupando o primeiro lugar. Segundo a pesquisa, o maior número de pessoas nessa condição, em 2020, era na Bahia, com 813 mil desalentados, o que corresponde a 14% de todo o contingente em desalento no país.

O Nordeste, historicamente uma região com enormes desigualdades sociais e econômicas, quando comparado ao restante do Brasil, lidera rankings negativos nas pesquisas socioeconômicas. É o reflexo de uma população espremida entre a morte violenta ou não e o desemprego, enquanto os grandes empresários do agronegócio, industriais e financeiros demitem livremente para proteger seus lucros e níveis de acumulação.

Colado ao avanço da base material neoliberal, o discurso oficial da redução de custos sociais e do trabalho, o chamado “custo Brasil”, inclusive com a instalação de “impostômetros” pelo “sistema S” empresarial, inverte o ônus da crise para quem produz a riqueza e o capital, os trabalhadores e o proletariado moderno, enquanto joga a culpa para o Estado.

Esse conjunto de ideias e valores do empresariado nacionalista de concepção neoliberal coloca como solução desregulamentar o mercado de trabalho no discurso de retirada de direitos, na ampliação de postos de emprego subocupados, fragmentados com expansão da divisão social e técnica do trabalho, bem como forjando crise e apassivamento na combalida organização das massas trabalhadoras, em particular do proletariado moderno desempregado.

Outro discurso oficial quanto a abertura de vagas, postos de trabalho e emprego se contrapõe falsamente aos direitos sociais e do trabalho, como se a luta por direitos fosse uma pauta revolucionária dos trabalhadores. O que o complexo ideológico e a irracionalidade burguesa em crise não revela é que a divisão do

trabalho assalariado alienado na contemporaneidade combina superexploração da força de trabalho, redução de salários, ampliação de jornadas de trabalho e da mais-valia com hegemonia de setores do capital financeirizado da economia, de caráter rentista, o que aprofunda processos de alienação e estranhamento dos trabalhadores, suas trajetórias de luta individuais e experiências coletivas de auto-organização.

A pauta do capital impõe ao trabalho, sob mediação do Estado burguês, o falso dilema: ou emprego ou direitos sociais, e o que é pior parte dessa pauta do capital é assumida pelas massas trabalhadoras e suas representações. A crise dos processos de controle expresso na interiorização de valores e ideias e a incapacidade do Estado na regulação social no atual ordenamento espacial não é apenas do capital, mas do conjunto da massa e dos trabalhadores, o que nos interessa de perto. A inversão da realidade que o capital reproduz socialmente para garantir seu movimento de acumulação e concentração é parte constituinte e constitutiva, determinante e determinada, da atual crise de sociabilidade que vivemos na contemporaneidade.

Os anos 1990 convive gênese e crise do Plano Real, governos de países periféricos, como o Brasil de Fernando Henrique Cardoso – FHC, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, sem falar na crise do mercado imobiliário no plano externo. Não passaram ilesos pelas crises asiática, em 1998; e mundial, em 2008, que estourou com mais intensidade na escala do Brasil em 2015, mas foi desenhada nos limites colocados nas jornadas e lutas nas ruas no ano de 2013.

A força da crise mundial de 2008, última de origem imobiliária nos Estados Unidos, reforça a tese da tendência estrutural (MÉSZÁROS, 2011), já que sua potência foi capaz de mudar a correlação de forças interna e externa, repor o caráter das lutas e interesses entre as diferentes classes sociais e colocar no limite a possibilidade e a governabilidade de governos de conciliação de classes. As jornadas de junho de lutas contra o aumento de passagens, no ano de 2013, no Brasil, expressam, ainda que em tendência, os limites, as possibilidades e a crise na organização dos trabalhadores, em particular o movimento dos trabalhadores desempregados.

A virada de século apontou para o esgarçamento da crise estrutural e de ordenamento da sociabilidade, requerendo contínuos ajustes espaciais capazes de, na procura por novos espaços de valorização, aumentar a transferência e

apropriação de valores no regime flexível de acumulação de capitais nas mais diversas escalas:

> [...] transformações presentes ou em curso na dinâmica do modo de produção capitalista e particularmente no trabalho, que sinaliza desdobramentos diferenciados, porém capazes de mesclar distintos processos produtivos: formas diferenciadas de contratação, novas relações interfirmas e estratégias de desverticalização, focalização etc., fechamento de unidades produtivas em determinadas regiões e sua transferência para outras; projetos organizativos e de ação política de matrizes também distintos e que requalificam e redimensionam a territorialidade da sociedade e da luta de classe. (THOMAZ JR., 2002, p. 50).

Em termos sociais e conjunturais, o esgotamento de governos progressistas ocorreu diante dos limites que o capital impôs aos Estados e ações de caráter meramente assistencialistas, com horizontes de redistribuição de riquezas, integração parcial e desigual das forças de trabalho e incorporação dos excluídos a serviço do aprofundamento da política econômica neoliberal. Segundo Carcanholo (2018), o desenvolvimento de distintas alternativas pelos governos progressistas no quadro regional da América Latina:

> Não resolvem, em si, os condicionantes estruturais destas economias dependentes, mais relacionados com as características da divisão internacional do trabalho, específicas em cada momento histórico. O que elas podem fazer – e isto não é pouco – é reduzir o grau de dependência. Além disso, os condicionantes estruturais da dependência podem ser agravados ou aliviados pela conjuntura, especificamente pela realidade externa.
> [...]. Com isto, abriu-se a possibilidade de uma política de conciliação de classes, uma vez que, junto ao crescimento das rentabilidades dos capitais, a maior arrecadação estatal permitiu a implementação de políticas sociais que minimizassem os efeitos sociais da superexploração do trabalho, e, em alguns casos, com certas melhoras na redistribuição de renda.
> O estouro da crise na economia mundial desde 2007, reverteu radicalmente o panorama externo, o que redefine duas questões interligadas para os desafios da América Latina e Caribe na conjuntura atual. Por um lado, a perspectiva hegemônica no mundo, e na região, é de uma retomada da estratégia neoliberal, [...]. Por outro lado, a possibilidade que a realidade externa favorável trazia para a manutenção das políticas de conciliação de classe, característica dos governos progressistas, se esgotou (CARCANHOLO, 2018, p. 36).

De outro ponto de vista ou observando a dinâmica interna da economia do Brasil e a gênese e crise do Plano Real:

> O sucesso de FHC, candidato e governante, principiou nessa equação estratégica, fundada na compreensão de que, no quadro sócio-político brasileiro, vitórias eleitorais e exercício regular de poder só têm sido possíveis na forma da conciliação de propósitos, da aliança de vetores políticos que se reconheçam como agentes complementares na consecução, sob tensões internas, de um montante dado de objetivos comuns, assumidos e anunciados como demandas nacionais (CHASIN, 2000, p. 194).

A repercussão política na relação de forças e a conformação econômica do bloco histórico no poder exigiram mudanças macroeconômicas, eixos de sustentação no avanço daquilo que foi possível para a reestruturação produtiva, como: paridade cambial artificial, balança comercial deficitária, abertura econômica e valorização do real, o que levou à falência e desestruturação de vários setores da economia brasileira assim como:

> A elevação exagerada das taxas de juros, também levaria ao aumento do endividamento, consequência da fuga de capitais, turbulências na Bolsa de Valores e da sobrevalorização do real, mas era fundamental para o grande capital a reeleição de FHC. Por isso, a crise foi abafada, adiada artificialmente para que FHC pudesse ser reeleito, enquanto o governo negociava com o FMI, editava pacote de medidas fiscais e acelerava o programa de desestatização. [...]. (COSTA, 2020, p. 345-346).

Os governos Lula e Dilma mantiveram, na economia, o receituário neoliberal; e no domínio da política e ideologia, a conciliação de classes como se fosse possível unidade de interesses difusos, o chamado pacto social. De outra forma, como a nação brasileira absorveu a crise mundial iniciada em 2007/08, no mercado imobiliário dos Estados Unidos? Que soluções os capitais, internacional e nacional, na nova divisão internacional do trabalho reservaram à periferia do sistema capitalista? Um conjunto de contrarreformas e manutenção de política assistencialista, sem tocar em problemas estruturais, como a questão agrária, urbana e social:

> Quando Lula assumiu o governo em 2003, o que se modificou? Nada! A política econômica – sob o discurso de manutenção da

> credibilidade – manteve o caráter do segundo governo FHC e as reformas estruturais pró-mercado foram ampliadas.
> Embora neoliberais, as políticas sociais compensatórias foram possíveis devido à conjuntura externa favorável, disponibilidade de crédito no mercado, mas que aprofundaram os problemas estruturais tais como reprimarização das exportações, desindustrialização desigual, expansão do passivo externo, além de baixo crescimento econômico comparado à América Latina/ região. (CARCANHOLO, 2019. p. 38).

Essas medidas macroeconômicas provaram-se insuficientes e mostraram que os capitais, ao se reposicionarem nos planos ideológico e econômico, jogam contraditoriamente custos e preço de sua crise nas “costas” e no bolso da massa trabalhadora, com maior divisão social, fragmentação e exploração.

Carcanholo (2019) conclui que a política econômica neoliberal dos governos petistas e a longa duração da crise econômica mundial mostraram limites particularmente para países semiperiféricos de condição dependente, subordinados na divisão internacional do trabalho e de industrialização tardia: (i) ampliação dos déficits fiscais; (ii) superendividamento de famílias, que restringiu o avanço do consumo e comprometeu grande parcela de suas rendas, com mero pagamento de serviços da dívida.

Do ponto de vista político, as alterações no bloco histórico dominante entre os governos FHC e Lula impuseram uma agenda de manutenção da hegemonia política neoliberal em que a realidade de oito anos de governo Lula pode ser considerada,

> Muito cruel para os ingênuos e para aqueles militantes petistas e de outras forças aliadas do governo que esperavam transformações. Ressalvando-se algumas mudanças na política exterior, no salário mínimo e na política de compensação social, o governo Lula, nos oitos anos de mandato manteve na essência, os fundamentos da política econômica neoliberal e governou fundamentalmente para o grande capital, fortalecendo os grandes grupos econômicos e o agronegócio com recursos do BNDES e ampliando a atuação internacional desses grupos, cooptando o movimento social e sindical, de forma a apassivar a luta de classes e despolitizar a sociedade. [...].
> Para os mais miseráveis, restaram as migalhas do Bolsa Família, para a juventude as bolsas do PROUNI e do PRONATEC, que cumprem o papel de salvar os grupos educacionais privados, quase todos em dificuldades financeiras e que encontraram nesses mecanismos tábua de salvação de seus negócios. [...] (COSTA, 2020, p. 347-348).

Portanto a crise econômica estrutural, articulada a crises políticas cíclicas na particularidade do Brasil, aprofundou uma sociabilidade ordenada pelo desemprego estrutural de parcelas crescentes da massa de trabalhadores, em particular o proletariado moderno, articulada a alterações nos processos produtivos e relações de trabalho baseadas na superexploração da força de trabalho, extremamente produtiva e rentável ao consórcio nacional e internacional de capitais e seus representantes.

Como consequência de uma economia dependente e subordinada, o tripé capital financeiro internacional, burguesia nacional e Estado burguês reproduz internamente, sem grandes resistências, a destruição de parte das conquistas trabalhistas, produto de lutas históricas dos trabalhadores na primeira metade do século XX. A ofensiva mundial das burguesias contra o trabalho alterou profundamente a ordem econômica e social com os setores mais ligados ao capital financeiro, passando a hegemonizar a formulação de políticas e disciplinar todos os outros setores eventualmente prejudicados pela nova ordem.

A crise econômica, política, ideológica e de saúde pública avança sobre a sociedade e ocorre concretamente nos espaços de trabalho, moradia e educação em processos de interiorização no espaço formal das escolas. Sua escala mundial e suas tendências de aprofundamento revelam que a luta de classes vem impondo ao capital a emergência de novas formas de controle e ordenamento sociais, inclusive do espaço, ou seja:

> Os setores mais ligados ao capital financeiro internacional articularam um programa capaz de hegemonizar todos os setores dominantes, expresso no governo FHC, e reorganizaram profundamente a economia brasileira. [...]. Com a nova ordem, o mercado transformou-se no instrumento estruturante de todas as relações socioeconômicas, sempre em sintonia de interesses com o processo de globalização da economia mundial. (COSTA, 2020, p. 349-350).

A nova divisão internacional do trabalho e a crise mundial impactaram o Brasil no período de gestão dos governos Lula e Dilma quando a ação imperialista entrou em cena para, com apoio da burguesia nacional, chamar para si a responsabilidade em conduzir novas rodadas de acumulação e processos de valorização de valor e extração de excedentes de trabalho desigualmente apropriados nos diferentes espaços via superexploração dos trabalhadores:

> [...] queda de preços das commodities, além dos erros na condução da política econômica cometidos pelo governo, mudaram completamente a conjuntura. Nas novas condições a burguesia necessitava de um ajuste profundo e rápido, uma radicalização das políticas neoliberais, coisa que o governo não tinha condições de cumprir no mesmo ritmo e radicalidade desejado pelas classes dominantes em função de sua própria base social. Então, a burguesia aliada ao imperialismo, resolve dar o xeque mate no seu antigo aliado (COSTA, 2020, p. 34).

Mas como esse processo contraditório se consumou? Como, apesar de qualitativamente eficiente, a política econômica neoliberal dos governos petistas, não impediu o descarte da então presidenta Dilma Rousseff:

> [...] Ironia ou não do destino o governo Lula incentivou a política de fortalecimento das empresas nacionais [...]. As empresas de outros setores também se multinacionalizaram. O agronegócio, também com vastos créditos subsidiados e desrespeito ao meio ambiente, aos direitos dos trabalhadores e trabalho escravo, expulsão de ribeirinhos e quilombolas de suas terras originárias, parecia a redenção nacional com os recordes de exportação de comodities. Mas a grande ironia do destino, e certo constrangimento para os órfãos da burguesia nacional, foi a crise política que veio embaraçar as ilusões em relação à burguesia nacional. Com a crise econômica mundial e suas repercussões no Brasil, essa mesma burguesia, tão mimada com créditos subsidiados do BNDES e que tanto lucro obteve no governo Lula, resolveu apear o PT do poder e descartá-lo como um bagaço de laranja quando já não servia mais plenamente aos seus interesses. [...] (COSTA, 2020, p. 310).

A conjuntura pós-governos do PT, partir de 2015, foi de intensificação da crise econômica mundial, com rebatimentos em todas as nações mais intensamente na classe trabalhadora; e na escala do Brasil, uma transição política brasileira pós-impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, que levou à tomada do poder pelo vice-presidente, Michel Temer (MDB), partido que historicamente sempre ocupou direta ou indiretamente ministérios, cargos e governabilidade, mesmo que momentaneamente. A política de conciliação de classes, incapaz de resistir às investidas contra os interesses dos trabalhadores, usou o discurso privatizante de forte conteúdo ideológico, nacionalista e de austeridade fiscal e monetária na lógica e interesse dos capitalistas e da política neoliberal.

O controle de gastos públicos, a redução de impostos e serviços públicos, a privatização de estratégicas empresas nacionais vendidas ao capital nacional e

internacional são o lado mais perverso e material de parte dos ajustes espaciais e econômicos que o capital impõe ao trabalho, que, sob controle do Estado burguês, forçou rearranjos espaciais das disputas entre os capitais internacionais e os de origem nacional.

Em completa rearticulação e sob novas correlações de força entre e intra capital nacional e internacional, mudanças estruturais estão a garantir, mesmo que momentaneamente, níveis de acumulação, valorização e valor sob controle social das forças do capital, o que exige mudanças e adequações na gestão do Estado, do trabalho e dos complexos sociais da reprodução.

Às Reformas do trabalho (Brasil, 2017), da educação na proposta do “Novo Ensino Médio”, estruturado em oportunizar três percursos educacionais aos jovens, e às mudanças na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, soma-se a Resolução 10/2021 (Brasil, 2021), que operacionaliza a nova BNCC, a Política Nacional de Alfabetização - PNA e a Educação a Distância –EaD na EJA.

Esses dispositivos legais criam arcabouço e institucionalizam, nas políticas sociais, educacional e trabalhistas, o reajuste e a readequação dos direitos sociais conquistados histórica e espacialmente com greves, paredismos, ocupações, luta e resistência de espaços públicos e privados durante os séculos XX e primeira quadratura do XXI. Novamente as relações do trabalho e educação estão no horizonte como centrais para a retomada do controle social, sob novos patamares de acumulação e centralização do capital.

O que podemos afirmar, entre outras possibilidades, é que os movimentos do capital sobre o trabalho são a expressão do movimento e da crise ideológica que vivem a estrutura e o sistema social e metabólico do capital, como nos apontam Iasi (2013) e Mészáros (2002). O discurso de maior eficiência, eficácia e redução do tamanho e dos serviços públicos no interesse do capital, ao materializar-se, diminui em qualidade e custos os serviços prestados à população, fecha escolas no campo e nas cidades, reduz a carga horária de docentes e formação humana para alunos quando propõem currículos baseados em itinerários formativos, no caso do “Novo Ensino Médio”, suspenso provisoriamente, enquanto na reforma do trabalho, empurrou para o desemprego e para a intermitência e desalento milhões de trabalhadores assalariados e proletários, outrora com carteira assinada e direitos sociais, previdenciários, de saúde e trabalhistas garantidos.

O que o Estado brasileiro, nos últimos governos, vem fazendo, no limite do pacto burguês, e os movimentos de ocupação e resistência na escala de várias nações em particular na periferia do sistema mundial, com as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, estão a confirmar é que as teses nacionais desenvolvimentistas que têm na conciliação de classes a orientação política e social claramente foi esgarçada e seus limites delineados, em particular no caso da crise do segundo governo Dilma Rousseff, que permitiu que o discurso reacionário das “pedaladas fiscais” recompusesse as relações de forças e partidos políticos a governar o Estado brasileiro.

Mas por que as reformas foram necessárias e como o “governo tampão” do então presidente Michel Temer se apresentou como solução de uma das maiores crises econômica e política na contemporaneidade brasileira? Estrangulando o tecido social com reformas que tinham como finalidade econômica a estabilidade monetária via metas inflacionária e fiscal:

> [...] O famigerado documento “Uma ponte para o futuro” não passa de uma agenda de reformas no intuito de retomar o crescimento e o desenvolvimento da economia brasileira no atual contexto. [...].
> Que agende é essa, no entanto, que, além de necessária, parece uma proposta correta para retirar a economia brasileira da crise? Basicamente, ela se compõe de dois elementos. Em primeiro lugar, a política econômica tem que ser instrumentalizada de modo a garantir a estabilização macroeconômica.
> [...].
> Do ponto de vista da política monetária, é ser mais rigoroso no regime de metas inflacionárias. [...].
> A política fiscal, por sua vez, cumpre papel central. Segundo o diagnóstico, o caráter irresponsável (ampliação de gastos públicos, aliado a desoneração de alguns setores) do governo anterior teria estabelecido uma trajetória crescente de déficits públicos que, para serem financiados, teriam levado a uma trajetória também ascendente da dívida pública. [...]. (CARCANHOLO, 2018, p. 41).

O discurso e a defesa das reformas administrativa, financeira, tributária, previdenciária, política, trabalhista e educacional jamais se descolaram de sua base material e econômica, as privatizações, as parcerias público-privadas e concessões gerais e irrestritas. Segundo os economistas e a política oficiais, é preciso estabilidade macroeconômica como condição necessária, mas insuficiente, para a retomada de investimentos privados, razão pela qual reformas (trabalhista, previdenciária, educacional) passaram e tiveram como objetivos reduzir a atuação

do Estado, deixando para a “mão invisível do mercado” o controle de segmentos econômicos. A ideologia burguesa, embora decadente e em crise, conformou o ordenamento social e metabólico do capital ao subverter a dominação e os interesses seus em relações jurídicas de pessoas iguais com interesses comuns no mercado de trabalho.

Política e ideologicamente, ao subverter a ação do Estado na organização dos interesses das classes dominantes ou, nas palavras da dupla socialista, “um comitê para gerir os negócios da burguesia” (MARX; ENGELS, 2008), expandem-se processos históricos de superexploração, dominação e subordinação do trabalho ao capital, via estruturas produtivas e econômicas, na escala de países semiperiféricos, como o Brasil, reprodutores de mercado de trabalho e consumo estruturado, regionalmente desigual na superexploração e desemprego das massas e das forças de trabalho.

Acompanhado das propostas de reformas trabalhista e da educação, aprova-se sem qualquer discussão e consulta à sociedade civil a reforma previdenciária e, por decreto de lei, institui-se a “PEC da morte”, proposta de emenda constitucional que congela, por mais de vinte anos, investimentos e gastos públicos, especialmente políticas sociais em complexos como da educação e da saúde.

Entre as derrotas impostas ao trabalho pelo capital e seus representantes, a Reforma do Trabalho, regulamentada no Decreto-Lei nº 13.467, de julho de 2017 (BRASIL, 2017), visa regular a terceirização irrestrita, ordena a intermitência na jornada de trabalho típica do trabalho, em tempo parcial, e sobrepõe na mesa de negociação entre trabalho e capital, os acordos individuais sobre as formas coletivas, ou seja, juridicamente e nos conflitos valerá mais o “negociado sobre o acordado”, o que retira da negociação e da mesa de diálogo o caráter coletivo, esvaziando o frágil “poder de barganha” das massas organizadas ou não de trabalhadores, sindicatos e associações, jogando no “colo” do trabalhador a “culpa”, as condições de sobrevivência e a preparação para o mundo do trabalho e dos homens, daqui por diante, com relações de trabalho estruturadas individualmente.

A associação de interesses do tripé capital internacional, estado burguês e burguesia nacional está mais viva e ativa do que a história contemporânea do mercado brasileiro já experimentou, o que reforça a tese histórica de que o Estado, embora deva ser disputado, é um espaço que representa os interesses das burguesias nacional e internacional.

Assim o discurso oficial e do sistema do capital joga ideologicamente no “colo” do trabalhador a responsabilidade do elevado desemprego e da baixa instrução, da pobreza e condição social que vive a maior parte da população trabalhadora brasileira. A justificativa está na baixa qualificação da mão de obra, em particular do proletariado e do trabalhador desempregado. O discurso ideológico burguês, ao repercutir a baixa produtividade e a carga pesada de impostos cobrados pelo “enorme” Estado, é parte da racionalidade das classes dominantes daquilo que impede o crescimento econômico sustentável.

Esquecidos e desavisados, propositadamente, os economistas oficiais do mercado e parte da intelectualidade e representantes dos interesses burgueses não revelam o conjunto de contradições que estão em movimento pelas forças em luta, mesmo que aparentemente conformadas e apassivadas. Para alguns autores, o Estado é o grande mediador, pela regulação, ao equalizar interesses distintos entre o capital e o trabalho. As lutas por direitos, os movimentos de resistência são o horizonte da massa empregada da população:

> As tendências do mercado de trabalho após a implementação da Reforma apresentaram pequenas alterações em relação ao que vinha se verificando desde 2015 até o primeiro semestre de 2019, quando a crise econômica provocou uma inflexão substantiva, especialmente com a explosão do desemprego, o crescimento da subocupação, do trabalho por contra própria e da informalidade. Trata-se de um quadro que se contrapõe ao período anterior, iniciado no começo do século XXI, mas com mais intensidade a partir de 2004 até 2014. (KREIN; OLIVEIRA, 2019, p.84).

Para os idealistas desenvolvimentistas defensores da tese política regulacionista, os governos do período entre 1990 e os dias atuais, partem da solução do problema que está na gestão que, guardadas as devidas proporções, os governos Fernando Henrique Cardoso – FHC, Lula 1e 2, Dilma, Temer e o seguinte, conduz economias políticas distintas e a crise cíclica, ao chegar no Brasil, criou as condições para a queda do governo Lulo petista da então presidenta Dilma Rousseff. Segundo Krein e Oliveira (2019), entre 2004 e 2014:

> Nesse período, houve indicativos de um processo de reestruturação do mercado de trabalho (combalido nos anos 1990), por meio da retomada do emprego, da formalização e da renda, especialmente dos que se encontravam na base da estrutura social, basicamente mantendo-se a mesma legislação de proteção social. Também faz-se

> necessário destacar que, ao mesmo tempo, o processo de flexibilização das relações de trabalho estabelecido no início dos anos 1990, não sofreu, mesmo sob as novas circunstâncias, uma efetiva descontinuidade, tendo tal período se caracterizado por movimentos contraditórios. [...] (KREIN e OLIVEIRA, 2019, p. 85).

O que esses autores esquecem é que foi no período do Governo Lula que os capitais, de origem nacional e internacional, mais acumularam, os bancos tiveram as maiores taxas de lucro e a privatização de setores econômicos via concessões não sofreu descontinuidade, isso para não falar de mudanças na política social e do trabalho como as ocorridas no acesso ao seguro-desemprego e no endividamento das famílias. Outra dimensão que os autores desconsideram é a natureza estrutural que apoia o Estado brasileiro periférico, dependente e subordinado aos ditames das burguesias internacional e nacional. Sua impotência frente aos interesses das classes dominantes diante da crise estrutural ganhou nova “roupagem”: discurso de eficiência e desburocratização da máquina pública, já que é preciso modernizá-la.

A pergunta que não quer calar: por que flexibilizar relações de trabalho se o mercado de trabalho brasileiro é parcialmente estruturado no trabalho informal, ilegal, e no limite, como registrado em algumas fazendas do agronegócio, análogo ao escravo? Os argumentos são variados e o discurso oficial, pauta do capital e do empresariado nacional, é dar maior segurança jurídica, fortalecer instituições para atrair investimentos e capitais internacionais e desburocratizar em quantidade e qualidade os serviços públicos. É o discurso oficial de que primeiro deve haver crescimento econômico para posteriormente distribuir os frutos da riqueza produzida.

Entre outras ações do Estado no interesse do capital, a reforma trabalhista prevê que gastos com custas processuais devam ocorrer por conta de quem perder a ação. Tendencialmente essa mudança na legislação dificultou o acesso à justiça pelo conjunto de trabalhadores, em virtude de sua condição e renda insuficientes. Segundo os mesmos autores, essa mudança legal, demanda do empresariado nacional, surtiu efeitos como a economia de milhões de reais com ações na justiça do trabalho.

Outra defesa ocorreu no sentido da modernização, da economia sustentável, do empoderamento de minorias oprimidas, da equidade, da justiça, da inclusão e da segurança (WOLRD BANK, 2000 *apud* SHIROMA; CAMPO; GARCIA, 2005), termos presentes nos relatórios das agências multilaterais e internacionais de financiamento

do Estado brasileiro, em particular nos documentos oficiais de política educacional, todos acordados com o discurso da redução e simplificação do “custo Brasil”, da maior eficiência e menor tamanho do Estado reservando apenas complexos sociais básicos: saúde, segurança e educação ainda assim dentro dos limites fiscais permitidos pelo novo “arcabouço fiscal” do governo Lula 3.

Segundo o empresariado nacional, os elevados impostos, taxas e carga tributária sobre as empresas dificultam investimentos e competitividade das mercadorias e produtos nacionais. Um terceiro argumento, não menos importante, é a “cantilena ideológica” da baixa produtividade, articulada à qualificação da mão de obra e a defesa da educação ao longo da vida. Este, sem dúvida, é o mais “sorrateiro”, pois joga no “colo” do trabalhador um quadro ideológico com valores, demandas e pautas que interessam aos capitais e seus representantes.

Além das mudanças no ordenamento e arranjo espacial sob domínio do capital, tais como a conquista incessante de novos espaços e tempos de produção de valor e valorização, como a desindustrialização e transferência de capital industrial para outras cidades e regiões, e a reprimarização de outras, cabe aos trabalhadores, em particular aos desempregados e desalentados, desenvolver capacidades para se tornarem: empreendedores de “si mesmos”, competentes, habilidosos o suficiente para serem flexíveis e ajustados às novas demandas subjetivas que o trabalho abstrato ainda mais dividido, fragmentado e flexível exige; deve ainda se responsabilizar por possuir capital humano e empregabilidade.

A extensão do estranhamento entre os trabalhadores e desses com o gênero humano é reflexo da irracionalidade e da barbárie que assume o desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade, produto da crise de controle dos processos de interiorização de valores e ideias, assim como da incapacidade do Estado em ordenar socialmente os conflitos sociais e econômicos, reproduzidos no interior da contradição capital e trabalho, sob novas relações de trabalho e de produção comandadas pelo regime de acumulação flexível de capital.

A escala da inversão da realidade, as formas que o fetiche do dinheiro e da produção de mercadorias requeridas pelo capital são mais bem compreendidas pelo achatamento salarial de tal ordem que a remuneração, abaixo do salário-mínimo, é insuficiente à reprodução social de parte da força de trabalho (CARCANHOLO; SABADINI, 2011).

Para uma crítica consequente das necessidades dos trabalhadores, em particular dos desempregados, é preciso análise crítica de documentos oficiais para além da descrição e dos mecanismos regulacionistas do trabalho, como formas de contratação, tipos de ocupação e perfis sociodemográficos. Não podemos cair na armadilha reformista de que o Estado é o único e maior regulador dos interesses conflitantes do trabalho capital, nem tampouco nos apassivar a uma luta meramente por direitos e no campo das resistências possíveis.

Embora importantes, dados oficiais publicados por órgãos oficiais, como a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), com registros trimestrais e estatísticas de desemprego e emprego, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelo Cadastro Geral de Desempregados (CAGED), vinculados ao Ministério da Economia, já que o Ministério do Trabalho foi extinto na gestão do então Jair Bolsonaro, além da adoção de princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como o direito aos trabalhadores serem mercadorias especiais por conta da condição humana e assimétrica em relação ao Capital. A permanência das análises críticas de complexos sociais que envolvem a política, o poder e o Estado, quando descolados da materialidade e objetividade produtiva do trabalho que lhes dá sustentação, perdem-se no horizonte histórico e geográfico em que a política social se concretiza, o que pode impossibilitar saltos qualitativos, mergulhos fundamentais para novas experiências coletivas e fundamentais de emancipação política e, sobretudo, humana.

Para avançarmos e sairmos do importante campo da resistência e da crise que vivem sindicatos, associações, partidos e a auto-organização dos trabalhadores concordamos que é preciso somar aos elementos políticos ações e representações do trabalho, seus nexos, momentos e produção de espaços de determinação como elementos centrais dos esforços teóricos e práticos da intelectualidade, movimentos e partidos políticos, levando em conta novas formas e conteúdo das relações trabalho e capital, trabalho e educação, natureza e função social que adquiriu a produção da riqueza realizada pelos trabalhadores e pelo proletariado moderno em condição de desempregados.

Numa hierarquia de acesso desigual imposta pela divisão classista ao mercado de trabalho e aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade que utiliza o critério estrutural desigual no acesso à formação, há no mercado trabalhadores qualificados com ocupações formais mais bem remunerados

e uma grande maioria de baixa qualificação, terceirizados, informais e subocupados. Para estes, a legalização via contratos intermitentes de trabalho é a melhor solução, capaz de gerar mais empregos, conforme o discurso dos técnicos e intelectuais regulacionistas, oficial e do capital. Para esses quanto maior a divisão do trabalho mais rápida será a solução da crise do trabalho abstrato e do capital.

O que a reforma trabalhista vem mostrando é que a incorporação, para não dizer integração, dos trabalhadores de tempo parcial e de formas intermitentes de trabalho, antes de retirar da ilegalidade como o discurso oficial defende, de alçar ao mercado de trabalho formal os desalentados e desempregados, bem como frações crescentes de trabalhadores sem quaisquer garantias de direitos sociais, no movimento inverso da força do capital, parcelas crescentes da população estão sendo empurradas para formas e conteúdo do trabalho em que a superexploração não garante renda e salários que atendam à necessidade de reprodução social.

O texto da Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017) alterou a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), o Decreto Lei 5.452/ 1943, conhecido no senso comum por carteira de trabalho, instituída no governo Getúlio Vargas, com mudanças em 1974, 1990 e 1991.

É preciso chamar a atenção para o fato histórico e geográfico de que, no desenvolvimento do sistema mercantil e capitalista, a mercadoria força de trabalho sem qualquer diferenciação como previsto nos princípios da OIT, enquanto mediação necessária entre as relações sociais e de produção, na análise das formas que assumiu o valor, subordinou-se ao fetiche da mercadoria, da produção de mais-valia e do dinheiro. Nesta ótica, mediações como dinheiro, trocas e salários se autonomizaram, adquirindo concretamente, na abstração de complexos sociais como a educação, poderes reais capazes de dinamizar o sistema metabólico em crise do capital:

> A essência do dinheiro é, em primeiro lugar [...], que a atividade mediadora ou o movimento, o ato humano social mediante o qual se complementam reciprocamente os produtos dos homens, é alienado e se converte em atributo de um objeto material exterior ao homem, o dinheiro. Quando o próprio homem aliena essa atividade mediadora, passa a agir como homem que se perdeu, se desumanizou; a relação dos objetos, a operação humana com eles, converte-se na operação de um ente exterior ao homem e superior a ele. Por causa desses mediadores estranhos – no lugar de ser o próprio homem o mediador dos homens –, o homem considera sua vontade, sua atividade, sua relação com os demais, como uma força independente

> dele e dos outros. Sua escravidão atinge um ápice. Esse mediador converte-se então no verdadeiro deus, é a potência real que domina tudo. Seu culto converte-se em um fim em si. Separados desse mediador, os objetos perdem o valor. Ou seja, só possuem valor na medida em que o representam; originalmente, parecia que ele [o mediador] só tinha valor na medida em que os representava. (Marx, 2011 *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 118).

Ora parte das interpretações e teses das mudanças e adequações legais e normativas tanto apostam na capacidade do Estado como regulador dos conflitos e disputas entre os interesses difusos do capital e trabalho, como se toda e qualquer forma e estrutura de Estado não resultasse de movimento de forças e correlação sociais em constante disputa por hegemonia, seja pelo consenso seja pela via da força e repressão.

Mercado de trabalho historicamente débil e frágil, informal e com pouca capacidade de regulação por parte do Estado, o achatamento salarial sempre esteve no horizonte e na mesa de negociação entre os representantes do capital e do trabalho. Mesmo em momentos de reduzido desemprego o empresariado nacional e internacional historicamente contou com grandes contingentes de reservas de mão de obra e força de trabalho barata migrados e mobilizados no espaço entre o campo e as cidades, entre cidades e regiões, o que lhes garantiu a reprodução contínua e renovada de força de trabalho em quantidade e qualidade abundantes, necessidade dos diferentes regimes de acumulação e concentração de capital.

A institucionalização do trabalho de tempo parcial, dividido e alienado numa conjuntura de desemprego estrutural, adquire naturalidade como se a jornada de trabalho fosse uma simples soma de horas de trabalho superpostas, como um conjunto de interesses comuns entre o capital, e o trabalho sem levar em conta as mediações e os conflitos, tais como: dinheiro, produção de mercadorias, valor de troca, capitais produtivo, comercial e fictício.

O que a institucionalização imediata do trabalho parcial na contemporaneidade impõe, numa aparente e formal condição de igualdade entre indivíduos livres e contratáveis, sujeitos a ocupar empregos, é concretamente a redução de valores e da massa salarial por um lado, e portanto de mais-valia apropriada pelo capital, ao legalizar a remuneração abaixo do valor do salário-mínimo ao tempo em que transfere, para a dimensão do tempo social necessário de

trabalho, o total de horas acordadas entre o trabalhador e o empregador, a garantia da reprodução social dos trabalhadores.

A ilusão do emprego pelo emprego como um fim em si mesmo, ao tempo em que possibilita a percepção de salários menores que o mínimo, já insuficientes à reprodução social, sob a aparência da remuneração por hora trabalhada, desloca individualmente a negociação entre o capital e trabalho, responsabilizando os trabalhadores em tempo parcial pela mediação de salários e valor hora do trabalho diretamente com o capital e seus representantes.

Aquelas novas condições na relação entre trabalho e capital fazem avançar junto aos trabalhadores desempregados, espaços de trabalho estruturados por jornadas flexíveis e produção por demanda do capital. Isso amplia regimes de subocupação e ocupação de tempo parcial, fracionado e sem quaisquer direitos e vínculos, jogando, tendencialmente, trabalhadores para jornadas mais extensas, de menor salário e mais divididas em suas atividades. Ao combinar trabalho formal com regime parcial, por exemplo, no trabalho informal, os chamados “bicos” ou, como o senso comum utiliza, “biscateiros”, sem quaisquer garantias legais e de direitos trabalhistas, tais como férias, 13º salário, descanso remunerado, recolhimento de FGTS, entre outros, o sistema do capital avança sobre o controlador social, o Estado. O artigo 58-A da Lei n° 13.467/2017 é claro ao definir trabalho parcial:

> Aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais (BRASIL, 2017).

O problema é que, na totalidade social do trabalho, a institucionalização do trabalho intermitente não apenas retira direitos, mas empurra para condições mais degradantes e desumanas, portanto mais alienadas e divididas, até mesmo aquele proletariado fabril, qualificado e mais bem pago no interior de fábricas e indústrias modernas. Para estes e aqueles informais, qualificados ou não, com nível superior de educação ou sem educação básica, como os nossos objetos-sujeitos entrevistados na EJA, a concorrência entre e inter trabalhadores, o avanço do capital fixo sobre o variável, a subsunção do valor de uso pela troca, a divisão do trabalho que domina e reproduz a superexploração das massas trabalhadoras são as novas

condições que o trabalho se debate com o capital, sem resolver e aprofundando contradições insanáveis em pleno século XXI (MÉSZÁROS, 2011).

Argumentam Krein e Oliveira (2019) que, após analisar dados do Cadastro Geral de Empregados e de Desempregados (CAGED), entre 2017 e 2019, o segmento de trabalho parcial, ao gerar ao empregador verbas rescisórias, pode indicar, como tendência, o baixo número de contratos nos últimos anos. Chama atenção para os trabalhadores parciais a remuneração abaixo do salário-mínimo e o destaque para o grande número de professores e profissionais do ramo da educação no quadro de ocupações. Concluem também que, no período estudado, a:

> Implementação do trabalho por tempo parcial foi pífia e por isso não se constituiu em fator de diminuição da informalidade e de combate ao desemprego. Como esse tipo de contratação pode ter substituído contratações por tempo indeterminado, pode ter contribuído para gerar uma situação de maior instabilidade e vulnerabilidade para o trabalhador. Talvez, a forma de contratação parcial que ganha alguma relevância é a informal, como se expressa no crescimento da subocupação por horas insuficientes. (KREIN; OLIVEIRA, 2019, p. 104).

Como nos asseveram esses autores, a modalidade de contrato de trabalho intermitente, do ponto de vista do volume de admissões, ainda não é expressiva, mantendo-se muito longe da meta anunciada pelo então Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, do período de governo “tampão” do presidente Michel Temer. Contudo:

> Além de um saldo proporcionalmente bem mais expressivo, há indicações de uma utilização crescente. Uma melhor avaliação de suas tendências, contudo, deve considerar como vêm se comportando alternativas de contratação. (KREIN; OLIVEIRA, 2019, p. 97).

O artigo nº 3, sobre os contratos individuais e a intermitência, estabelece que o contrato individual de trabalho pode ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente. Neste parágrafo:

> §3 considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de

> inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria. (BRASIL, 2017).

Aqui o idealismo neoliberal do legislador oficial ao presumir igualdade entre os diferentes sujeitos é tão transparente como uma “cortina de fumaça” a revelar os reais interesses das classes dominantes, como se o capital e seus representantes, na possibilidade de formalizar ou deixar verbalmente, fossem uma questão de meras conveniências na relação de trabalho. Historicamente o que se constituiu no Brasil, como regulamentos e legislação de proteção social e do trabalho, não garante superar as condições ilegais e informais de trabalho dentre elas o registro de trabalho análogo a escravidão.

Já no artigo 452-A, o contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário-mínimo ou aquele devido aos demais empregadores do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não. O legislador passa a detalhar o contrato de trabalho intermitente dividindo em parágrafos as obrigações legais do empregado e do empregador:

> § 1º O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência. § 2º Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa. § 3º A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente. § 4º Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo. § 5º O período de inatividade não será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes. § 6º Ao final de cada período de prestação de serviço, o empregado receberá o pagamento imediato das seguintes parcelas: I - remuneração; II - férias proporcionais com acréscimo de um terço; III - décimo terceiro salário proporcional; IV - repouso semanal remunerado; e V - adicionais legais. § 7º O recibo de pagamento deverá conter a discriminação dos valores pagos relativos a cada uma das parcelas referidas no § 6º deste artigo. § 8º O empregador efetuará o recolhimento da contribuição previdenciária e o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma da lei, com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações. § 9º A cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses

> subsequentes, um mês de férias, período no qual não poderá ser convocado para prestar serviços pelo mesmo empregador. (BRASIL, 2017).

Esquece o legislador que, entre os trabalhadores e os representantes do capital, um sistema de complexos sociais é interposto como propriedade privada capitalista, divisão do trabalho, trocas, mercadorias, dinheiro, remuneração, salários, preços de mercado, valor, valor de troca, capitais produtivo, bancário e financeiro. Concretamente presume-se, na forma e aparência do documento, que o empregado que oferta para vender sua força de trabalho irá encontrar livremente no mercado de trabalho e de consumo empregadores variados e solícitos a lhe ofertar meios e condições de produção de trabalho, como se fosse possível naturalmente entre interesses divergentes de classes qualquer unidade prática e teórica num jogo de "ganha-ganha".

As reformas do trabalho e da educação, incapazes de apresentar soluções estruturais a contradições históricas, expandem a crise que vive o trabalho abstrato e sistema social e metabólico do capital, jogam os desalentados para viverem o desemprego e a fome, ao tempo em que se combina superexploração das forças formais e informais de trabalho com estruturas e sistemas de reprodução das opressões: gênero e raça.

São tensões e contradições que vivem os trabalhadores desempregados na articulação, produção e reprodução social que, desconsideradas nas teses regulacionistas (FILGUEIRAS, 2019); (KREIN; OLIVEIRA, 2019 e 2019a), reforçam o real e concreto espaço e tempo do trabalho dividido e alienado no campo da abstração formal, já sem as mediações e nexos entre os momentos da circulação e distribuição e o imperativo da produção. Para esses autores, parte das soluções está em "fazer crescer o bolo" para que então todos satisfaçam igualmente a "fome", numa metáfora que esquece de dizer que, no capitalismo, quanto maior o desenvolvimento, mais pobreza; e menos riqueza é socializada entre produtores e trabalhadores.

Outro importante aspecto da contrarreforma do trabalho é a garantia do predomínio do negociado sobre o legislado, empurrando milhares de trabalhadores desempregados e desalentados, dimensão estrutural que assume o mercado de trabalho brasileiro na contemporaneidade, na relação com o capital a níveis de superexploração ainda mais intensos, ao tempo em que amplia o contingente de

subocupados e desalentados. Ou seja, aqueles que, apesar de estarem em idade produtiva, já cansaram ou desistiram de procurar emprego ou mesmo ocupação. A presença histórica da informalidade no mercado de trabalho no Brasil, na contemporaneidade, soma-se às formas flexíveis de contratos de trabalho ainda mais alienados por regulações e relações e jornadas de trabalho, que combinam terceirização de quaisquer atividades, trabalho autônomo, subocupação e regimes de trabalho parciais e intermitentes, conforme a necessidade do capital.

De outra forma, parte dos autores, ao “fincarem pé” na centralidade da política, argumentam que uma das causas do esvaziamento do debate político e do conceito de política e Estado, na esteira da noção ampliada de Estado adotado por Gramsci (2000), deveu-se à relativa autonomia que adquiriram aquelas instâncias e estruturas do Estado e a crise que vive o trabalho abstrato.

O politicismo e o debate do poder com o Estado em si nas análises, sem qualquer referência à materialidade e ao conjunto mais amplo que sustenta os variados complexos sociais, dentre eles o ideológico, é um modo de refletir a produção e a reprodução sem levar em conta um conjunto de mediações presentes entre o trabalho e as condições e meios de vida da maior parte da população, os trabalhadores e o proletariado em particular.

Com reducionismo, os estudos confundem trabalho com trabalho abstrato ou trabalho com o cotidiano e estão a omitir tendências, potenciais conflitos e contradições e seus nexos com a natureza material e concreta do trabalho e, por exemplo, sua relação com a natureza. A dimensão da ação política, coletiva e individual, do sujeito central da produção do capital, o proletariado moderno, resta politicista e a-histórico. Confunde-se ação política do operariado com o cotidiano do trabalho abstrato e a natureza ontológica do trabalho (LESSA, 2016) como se a unidade desses objetos se concretizasse sem mediações. Essa maneira de ver o mundo, ideal, naturaliza mudanças conjunturais e o caráter reformista eterniza o sistema socio-metabólico do capital. Chasin (2000) aponta abaixo parte das razões em retomar estudos como única via para apontar soluções e alternativas reais à massa trabalhadora brasileira:

> A assunção plena e o reconhecimento vigoroso da centralidade operária, nas questões históricas decisivas de nossos tempos, é, com efeito, o próprio esforço de recuperar universalmente a autêntica e concreta perspectiva histórica do proletariado, que por infortúnio se

> encontra deprimida por toda parte, para além de ser, no caso brasileiro em sua continuidade, a única via de acesso real para a resolução de nossa problemática essencial. (p. 73).

É com essa síntese acima que tentamos articular trabalho e educação de jovens e adultos trabalhadores desempregados compreendendo que analisar lutas e nossa incapacidade de auto-organização requer entender múltiplas determinações, totalidade concreta em movimento, inclusive na conformação de documentos oficiais, discursos e ações presentes na contemporaneidade de crise econômica com rebatimentos no controle e ordenamento social. O Decreto Lei nº 13.467/ 2017 e a Resolução 01/2021 expressam como o sistema do capital e o Estado brasileiro administram a crise, as disputas hegemônicas e as lutas sociais.

De outra forma, o que mudou na relação entre trabalho e educação contemporânea, que conjunto de contradições podemos apontar nos discursos oficiais, por exemplo, no domínio da educação, observando no corpo do texto ou em suas entrelinhas aquilo que não foi dito e que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA – DCNEJAs (BRASIL, 2001); a Resolução 01 /2021 (BRASIL, 2021), que dispõe a operacionalização da EJA e ajustes necessários, por exemplo, no artigo 1°, ao alinhamento à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, à duração dos cursos e à idade mínima para o ingresso, à educação de jovens e adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância – EaD, e no item 6°, à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida? Que geografia da Educação de Jovens e Adultos é possível produzir a partir da análise crítica de documentos oficiais, levando em conta mediações abstratas na relação entre trabalho e educação (SANTOS, 2008)?

4.1 O Trabalho nos Conteúdos de Geografia nas Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA - DCNEJA e a Operacionalização da EJA na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Plano Nacional de Alfabetização – PNA e na Educação a Distância – EaD

Com a preocupação de revelar contradições na produção abstrata do espaço escolar, sua natureza e desenvolvimento na contemporaneidade é que nossa análise crítica de documentos de política educacional se concretizou. Além de apresentar forma e conteúdo identificar e analisar pelo objeto o que não foi dito

pelos diferentes sujeitos autores do documento ou ainda o que está nas entrelinhas o que pode contribuir para reflexão das relações entre trabalho e educação e que a simples descrição é incapaz de (des)velar. A análise crítica, levando em conta a particularidade da estrutura conjuntural e a história espacial do trabalho no Brasil, a (des)regulamentação das formas e relações de trabalho na contemporaneidade, a negação ao acesso e permanência dos sujeitos em idade escolar, em particular os adultos trabalhadores, pode evidenciar nexos da crise que vive o sistema metabólico do capital e o trabalho abstrato, bem como os rebatimentos em complexos sociais como o ideológico, em particular, a educação.

Conforme Evangelista (2012, 2014), ao analisar documentos oficiais de política educacional, é preciso manusear o aparente fenômeno para captar nas formas o verdadeiro conteúdo, aquilo que é essencial e que reflete todo um movimento conjuntural. Portanto analisar documentos oficiais exige sistematização, cuidado com as fontes, checagem de fatos e mudanças no real, com rebatimentos na prática teórica (EVANGELISTA, 2012, 2014).

Como observam Evangelista (2012), Evangelista e Shiroma (2019) e Shiroma, Campos e Garcia (2005), ao analisar slogans e textos oficiais de reformas de política educacional, é fundamental se debruçar em conceitos, conteúdos e discursos presentes nos documentos nacionais e internacionais, particularmente no que não foi escrito e dito, mas que se, encontra presente nas entrelinhas. Essa posição crítica pode revelar processos de dominação ideológicos e econômicos burgueses presentes nas reformas do trabalho e do Ensino Médio, e ajustes na estrutura, organização e gestão do Ensino Fundamental, em particular a EJA, relegado a segundo plano, como observa Santos (2008). Portanto, é preciso:

> Pensarmos formas de compreender e intervir criticamente neste processo é fundamental investigar como a ideologia, a lógica e a racionalidade que dão sustentação a esta reforma se articulam com os interesses, valores, perspectivas dos sujeitos que, ao fim e ao cabo, são os que realizam as mudanças. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p.430).

É com esse olhar que daremos prosseguimento para desvelar interesses, discursos, valores, ideias e ideologias em disputa, presentes no conjunto mais amplo no documento que institui a operacionalização da EJA a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através da Resolução 01/2021 (BRASIL, 2021). Esta

última, apoiada nas teses teórico-metodológicas da “Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida”, está a ampliar a escala de ação do Estado e seus representantes no interesse do capital no complexo da educação, conforme aponta Ventura (2008) em sua tese de doutorado. O que esses documentos oficiais estão a propor, ao operacionalizarem um conjunto ideológico de representações, conceitos e valores junto à Educação de Jovens e Adultos – EJA, reforça o apassivamento, a centralidade da política conciliadora e valores que têm o consenso estrutural do discurso oficial. As palavras, termos e conceitos utilizados são forças com rebatimento nas práticas e ações, ou seja, não são vazios nem tampouco neutros e estão a determinar:

> A representação de ações e práticas sociais que só aparentemente são harmoniosas, pacíficas e que a análise crítica pode revelar conflitos, interesses antagônicos e disputas pois como recorda as autoras acima as palavras não são isentas politicamente. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019, p. 431).

Antes, contudo, o processo de implementação das políticas requer que estas sejam traduzidas, interpretadas, adaptadas de acordo com as vicissitudes e os jogos políticos que configuram o complexo da educação de cada país, região, localidade. Tal processo implica, de certo modo, uma reescritura das prescrições, o que coloca para os estudiosos a tarefa de compreender a racionalidade que os informa e que, muitas vezes, parece contraditória, fomentando medidas que aparentam ir em direção contrária ao que propõem. (EVANGELISTA; SHIROMA 2019, p. 431).

Noutro espaço e tempo, tendo o trabalho como princípio educativo, Kuenzer (1991) lembra que estudos da linha trabalho e educação estão a disputar o campo ao recolocar onde e como ocorre a educação para o trabalho; e que a clareza da natureza dessas relações na contemporaneidade está longe de ser resolvida:

> Nas duas últimas décadas, educadores brasileiros comprometidos com a elaboração de uma proposta de democratização real e efetiva da educação têm desenvolvido estudos, pesquisas e debates sobre inúmeras questões decorrentes da relação entre educação e trabalho. Ao nível dos princípios gerais, alguma clareza já foi obtida; no entanto, algumas questões de fundo ainda estão longe de ser resolvidas, particularmente no que diz respeito à concretização de propostas que privilegiem o trabalho como princípio educativo, *à melhor compreensão acerca de onde e como ocorre a educação para o trabalho.* (KUENZER, 1991, p. 5).

A autora chama atenção para as pesquisas sobre trabalho e educação que carecem de desenvolvimento, e avança na compreensão de questões postas no interior das relações sociais concretas, na totalidade social do trabalho e do capital. Segundo ela, é um trabalho que se impõe, principalmente no caso brasileiro, onde as conquistas democráticas são incipientes e a cidadania é pouco mais que uma concepção formal, em decorrência do que a oferta educacional tem sido insuficiente e inadequada (KUENZER, 1991, p.6). É preciso repor o caráter de classes nos estudos que relaciona o trabalho e educação.

Para Kuenzer (1991), ao relacionar trabalho e educação, acentuam-se aspectos formativos para além dos espaços de educação escolar formal. Em outros espaços e tempos, tais como as atividades fabris em que relações sociais e produtivas estão a determinar espaços de reprodução, entre os quais os diferentes conhecimentos, habilidades e saberes, ou seja, lugar da (re)produção do conhecimento no desenvolvimento do capitalismo, expressão das contradições entre sociedade e natureza, trabalho e capital:

> O “lócus”, portanto, da produção do conhecimento é o conjunto das relações sociais; são inúmeras as formas de produção e distribuição do saber, resultantes do confronto cotidiano do homem com a natureza e com os seus pares, que lhe apresenta questões que o obrigam a desenvolver formas próprias de pensar e fazer, experimentando, discutindo, analisando, descobrindo.
> A escola é apenas uma parte, e não a mais importante, neste conjunto de relações responsáveis pela produção e distribuição do conhecimento (KUENZER, 1991, p. 22).

Se há nexos e mediações comuns nos momentos e espaços de produção e reprodução, estes são estruturados e estruturam relações sociais, de produção e de trabalho. A (re)produção de espaço abstrato do capital e do trabalho em países de industrialização tardia e economicamente dependente, como o Brasil, é acompanhado historicamente e, na contemporaneidade, de discursos oficiais de expansão, universalidade e acesso ao ensino básico por jovens e adultos maiores de quinze anos.

O avanço do capitalismo com suas mediações abstratas nos espaços escolar e de trabalho ocorre pela instrumentalização técnica e produtivista de complexos sociais, como o complexo ideológico, e está a exigir formação de mercados de

consumo e trabalhos voltados a atender os interesses do sistema do capital no regime flexível de acumulação.

O espaço escolar e a política educacional, de responsabilidade do Estado, ao assumirem a função de aparato a serviço do controle ideológico das massas e dos trabalhadores, em particular no desenvolvimento contemporâneo da crise de interiorização que vive o capitalismo, viram alvo por excelência de reformas, ajustes e adaptações aparentes, superficiais e momentâneas. Como complexo garantidor da reprodução social, a política educacional estruturada no sistema público passa a cumprir importante função social: garantir a reprodução do conjunto de ideias, valores e ideologias no interesse do capital, exigência do tripe - capital nacional, Estado e capital internacional. Dada a natureza de seu desenvolvimento, a educação, importante momento da reprodução social, contribui para manter o ordenamento social, mas não unicamente, o que lhe garantiu espaço privilegiado e determinado por processos de humanização e formação humanos no atual sistema do capital.

Coube também ao Estado moderno capitalista, com suas instituições, estruturas e representantes, desde sua gênese histórica, mediar conflitos e disputas no interior de relações entre trabalho e capital. Ao regular e controlar a política e o desenvolvimento social do trabalho e da educação, a política educacional fiscaliza, estabelece, regula e legisla leis, cria mecanismos de financiamento e subsídios para constituir políticas públicas garantidoras da governabilidade e ordenamento social.

Polêmica à parte, o debate e as análises que se pretendem críticas, marxistas ou não, centram tensão nas formas e no conteúdo que assumiu na contemporaneidade a apreensão da realidade por sujeitos socialmente posicionados no espaço. O desenvolvimento das forças produtivas, ao dividir o trabalho abstrato, alienou meios de produção, processos de trabalho e atividades que, sob formas difusas, ocorrem sob dupla ação: realização da valorização do valor, ao tempo em que reproduz estranhamentos em tempo e espaços abstratos a estruturarem arranjos espaciais desiguais, tais como: simples-complexo; produtivo-improdutivo; manual-intelectual, concreto-abstrato, vivo-morto.

Na educação de adultos, Kuenzer (1991) alertou em outro momento histórico o problema quantitativo com a educação de jovens e adultos no Brasil constituída por uma massa populacional em idade escolar, algo em torno de 92%, aos quais:

> [...] não é permitida a aquisição do saber sobre o trabalho na escola; quando muito, adquirem através de alguns anos de escolaridade as habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo. Estes, aprendem o trabalho trabalhando, ou seja, na prática. [...]

O corte de classe social é claro no acesso, apreensão e reprodução e o discurso da universalidade dos conhecimentos historicamente acumulados não passa de reacionarismo político e ideológico burguês. Portanto o acesso ao conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, produto social e coletivo, no capitalismo, é mercadoria com acesso privado, sob controle burguês ordenado pelo Estado o que inviabiliza pela natureza e existência das classes sociais a universalização da educação (MACENO, 2019).

A educação de adultos não é matéria nova no Brasil e seu desenvolvimento durante o século XX com as Comunidades Eclesiais de Base, no interior das Juventudes Católicas Operárias, correspondeu às demandas dos movimentos de alfabetização da massa de trabalhadores rurais e camponeses que viviam no Brasil rural. Como afirma Pinto (1982), a razão para a conquista da educação pública no Brasil deveu-se que:

> A sociedade moderna [...] busca a preparação da criança para as novas exigências sociais. Ao longo desta época a direção geral do desenvolvimento pedagógico se faz no sentido da democratização crescente. Cada vez se compreende mais a necessidade da educação para todo o povo e se efetuam os esforços dos governos para alcançar esse resultado. (PINTO, 1982, p. 32).

De forma mais ampla, a história da conformação e preocupação dos estudos no Brasil, da linha de pesquisa trabalho e educação, tem início nas décadas de 1960 (KUENZER, 1991), enquanto a Educação de Jovens e Adultos -EJA somente nas décadas de 1990 consolidou-se como área de estudos, particularmente como preocupação de estudos na pedagogia (VENTURA,2008).

Quase como estranhamento entre diferentes sujeitos com difusos interesses, a relação entre trabalho abstrato dividido e educação nos espaços escolares sob alienação dos sujeitos tem, na investigação de documentos oficiais de política educacional, seus objetos, momento importante que potencialmente desvela interesses, valores, visões de mundo e posição de classes reproduzidos em discursos oficiais e no interesse do capital. Portanto o estudo sistematizado dos objetos forjados socialmente são:

> Documentos educacionais, pois neles estão impressas – por afirmação ou elisão – o conteúdo e o sentido do que deve ser internalizado mistificadamente pelos sujeitos sociais, transformando-se em sua visão de mundo, alienada e degradante (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019, p. 84).

A perspectiva teórica, metodológica, histórica e materialista dessas autoras não avalia documentos oficiais de política educacional em si, nem tampouco sua eficácia como instrumento na produção de melhores resultados, como se a política pudesse ser tratada como domínio autônomo e fosse descolada de condições materiais e concretas da vida, das relações sociais e da existência humana, portanto, apartadas das múltiplas determinações. Sendo assim, o compromisso é este:

> Analisamos documentos, procurando decifrar, nos textos, os objetivos anunciados ou velados de determinada política, para entender como se articulam ou afrontam o projeto hegemônico burguês, como impactam a luta de classes, como colaboram ou dificultam a construção de uma sociabilidade que supere o modo de produção capitalista. (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019, p. 84).

O que justifica pensar as DCNEJAS e suas atualizações? Que importância, na reorganização da classe trabalhadora, têm as disputas ideológicas numa conjuntura de crise social, econômica e política que não se apresenta diretamente numa aproximação descritiva dos documentos oficiais? O que podemos extrair de números, dados estatísticos e indicadores, como os de analfabetismo acima de 15 anos ou ainda no elevado número de jovens e adultos que não concluíram o ensino básico no Brasil em particular no Nordeste? E por que há uma dívida social e histórica que deve ser reparada com a EJA um caminho a ser percorrido nesse sentido?

Soares (2002) aponta, ao caracterizar historicamente a constituição da EJA no Brasil, a dívida de processos de letramento e alfabetização com média de anos de estudos muito abaixo das médias mundiais com o ensino fundamental se estendendo por onze anos no Brasil, o que explica elevada repetência, reprovação e evasão. Essa natureza da educação fundamental no Brasil expõe a seletividade do quadro socioeducacional que, segundo sustenta o autor, exclui do ensino básico

adolescentes, jovens e adultos com a EJA assumindo a categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas.

Relativo às três funções da EJA previstas no texto base da DCNEJA, reparadora, equalizadora e qualificadora, com raízes sociais e históricas danosas à conquista da cidadania plena, realidade resultante do caráter subalterno que parte das elites elegeu à educação escolar e formal de negros, índios e caboclos migrantes, trabalhadores braçais (SOARES, 2002, p. 34). A razão da reparação dessa estrutura desigual é a dívida inscrita na história social e na vida do conjunto da população trabalhadora brasileira.

Para Soares (2002), equalizar as relações entre trabalho e educação perpassa atualmente defender as teses da pedagogia das competências e das habilidades:

> As novas competências exigidas pelas transformações da base econômica do mundo contemporâneo, o usufruto de direitos próprios da cidadania, a importância de novos critérios de distinção e prestígio, a presença dos meios de comunicação assentados na microeletrônica requer cada vez mais o acesso a saberes diversificados. A igualdade e a desigualdade continuam a ter relação imediata ou mediata com o trabalho. [...] (SOARES, 2002, p. 37).

Entre as particularidades da EJA e as previsões legais na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, há detalhamento da natureza e do desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no art. 37, que afirma que essa modalidade será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. E prossegue Soares (2002) afirmando que “este contingente plural e heterogêneo de jovens e adultos, predominantemente marcado pelo trabalho, é o destinatário primeiro e maior desta modalidade de ensino”. Nesse sentido, muitos:

> Já estão trabalhando, outros tantos querendo e precisando se inserir no mercado de trabalho. Cabe aos sistemas de ensino assegurarem a oferta adequada, específica a este contingente, que não teve acesso à escolarização no momento da escolaridade universal e obrigatória, via oportunidades educacionais apropriadas. (SOARES, 2002, p. 67).

Outra particularidade da posição e pertencimento de classe Ventura (2008) dos alunos de EJA é a idade, pois são jovens e adultos, muitos trabalhadores

maduros, com larga experiencia profissional ou com expectativa de (re)inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência, que não tiveram diante de si. Para eles:

> Foi a ausência de uma escola ou evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber. Outros são jovens provindos de estratos privilegiados e que, mesmo tendo condições financeiras, não lograram sucesso nos estudos, em geral por razoes de caráter sociocultural. (SOARES, 2002, p. 77).

Pelo sentido de pertencimento e posição de classe, Ventura (2008), assume a EJA como espaço de ressignificado na reconstrução de experiências da vida ativa e de conhecimentos de etapas anteriores da escolarização, articulando-os aos saberes escolares. Diferentemente como argumenta a autora das especificidades da EJA no Brasil, devem ir além da lógica das faixas etárias, já que não garantem a igualdade direta na dinâmica sociocultural. Segundo ele, é preciso contextualizar e reconhecer diferentes identidades, com a tese pedagógica do aprender a aprender, promotora da autonomia e da cidadania ativa em níveis sempre crescentes, concordando com os pressupostos reacionários e reformistas da pedagogia da Escola Nova.

Ao analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais, Soares (2002) romantiza as condições materiais e de reprodução social da existência da população trabalhadora brasileira, pelo fato de sustentar que a simples previsão legal, a obrigatoriedade e universalidade do ensino fundamental na faixa etária correspondente, garante, pelo caráter progressivamente obrigatório do ensino médio, as condições para acesso, permanência e universalização da educação básica a todos e de qualidade como se a sociedade civil fosse uma massa homogênea e sem diferenças e interesses de classes sociais.

Ora, sendo a EJA uma modalidade da educação básica no interior das etapas fundamental e médio, é razoável que deve se pautar pelos mesmos princípios postos na LDB. Aqui há um problema e limite claro, não apenas quantitativo, pela natureza e estrutura do sistema educacional, mas também limites de ordem qualitativa, como escolarização em idade certa ou ainda população acima de 15 anos sem conclusão do ensino básico, mas o que é pior qualitativamente a privação ao acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade ocorre sob desiguais condições de existência e das diferenças em que cada sujeito assume

na posição produtiva e de trabalho, conforme a estrutura e os interesses e valores difusos e disputados entre as diferentes classes sociais em desenvolvimento no Brasil (MACENA, 2019).

Geograficamente nas seis páginas previstas do conteúdo do trabalho na forma de atividades produtivas e relações sociais, o redator das DCNEJA, ao fazer o esforço de definir trabalho como atividade consciente e socialmente humana, com o objeto da natureza considerando a atividade criativa transformadora, não escapou das teses do desenvolvimento do trabalho, não como processo ontológico e original, mas como garantia concreta da existência dos seres sociais e que, no espaço e no tempo capitalista, assume pela divisão e fragmentação do trabalho grande diversidade de formas abstratas.

Enquanto trabalho produtivo que expande as formas improdutivas, o redator das Diretrizes coloca no centro o avanço da técnica e das tecnologias, a ciência e a comunicação como centrais, a explicar o desenvolvimento do capitalismo na contemporaneidade. Portanto, o aumento crescente da produtividade, exigência do atual modo de produção capitalista substitui, tira da centralidade do trabalho e do fundamento das relações sociais e de produção, e coloca nos complexos da reprodução social a razão de nossa existência esfumaçando conflitos e contradições estruturantes nas relações entre trabalho e capital. A modernização, a técnica e seus aparelhos tecnológicos assumem o controle sobre os homens, a produção e suas relações, o que retira do centro do movimento do capital e do trabalho contradições que estão na gênese do capitalismo: choque entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas.

Pensamos que essa inversão é parte do problema a estranhar objetivamente subjetividades e processos de humanização do gênero humano e mais dá margem ao caráter reformista que assumiu parte da intelectualidade orgânica do capital e do trabalho na produção de conhecimento científico, o que contribui para reproduzir relações ainda mais intensamente alienadas que ao dividir o trabalho e ”esfumaçar” contradições estruturais e contemporâneas impõe limites a possíveis soluções à crise que vive o trabalho abstrato e o capital de interiorização e controle social reproduzidos nos espaços de trabalho e escolar.

Assume assim a relação entre sociedade e natureza frente às relações sociais e de produção, um caráter determinante para o legislador ao considerar que:

> Na medida em que o trabalho aumentou a produtividade por meio da sua divisão social e do uso de métodos e técnicas cada vez mais modernas e eficientes, desenvolveram-se relações singulares entre os integrantes de determinadas sociedades [...]. (BRASIL, 2001, p. 197).

Avaliamos que a elaboração da DCNEJA na virada de século numa conjuntura de avanço da política econômica neoliberal, de privatizações, ajustes fiscal e econômico e controle inflacionário período, de passagem do “bastão” de Fernando Henrique Cardoso a Luíz Inácio Lula da Silva com índices crescentes de desemprego, crise do Plano Real e economia mundial entrando na crise estrutural, são elementos que estão a demonstrar a refuncionalização da economia do Brasil na divisão internacional do trabalho que faz emergir nova correlação de forças dos interesses burgueses na escala internacional e nacional, o reforço da natureza e função semiperiférica dependente e atrasada da economia brasileira na crise estrutural que vive o sistema mundial do capital, conjuntura de estagnação que as Diretrizes Curriculares omite, não descrevem nem tampouco revelam.

O idealismo do discurso oficial presente no documento ao considerar todos iguais num modelo pedagógico próprio que assegure princípios de equidade, diferença e proporcionalidade:

> I-Quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;
> II-Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores. (BRASIL, 2000).

São iguais na diferença, mas apenas na forma e na aparência já que vivemos uma sociedade dividida, fracionada por interesses difusos de classes e todas as contradições que esse plano de nossa existência nos impõe. A igualdade é formal e apenas no plano subjetivo já que é de direito, ato legal previsto na Constituição Federal (CF), de 1988. O tratamento do tema do trabalho é reduzido ao problema do emprego, a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho sem a preocupação com a construção das condições de reprodução social e existenciais que garanta a apropriação daqueles conhecimentos superiores garantidos nas

universidades, ou seja, uma formação humana, ampla, geral e irrestrita que integre o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos. Essa forma subordinada de institucionalizar a EJA está em conexão com as teses defendidas pelos teóricos do capital humano em que apenas há previsão para essa modalidade de ensino de: empregabilidade, de educação ao longo da vida, de empreendedorismo, de cidadania e de meritocracia, mesmo que sob ordenamento burguês. É preciso dividir os trabalhadores e prepará-los ideologicamente para as mudanças imposta pelo capital vividas na reprodução de suas existências no espaço crescente e informal do mercado de trabalho:

> Maioria dos jovens e adultos das camadas populares que ingressam nos programas de educação básica já estão inseridos no mundo do trabalho e os termos econômicos lhes são familiares. Como os demais cidadãos, eles têm que lidar cotidianamente com a dinâmica dos mercados de trabalho e de consumo, com preços e salários, com o valor dos impostos e da moeda, as taxas de juros dos empréstimos e crediários etc. (BRASIL, 2001 p. 197).

Do trecho acima das DCNEJA, vale analisar que, embora a particularidade dos sujeitos da EJA possa ser definida pelo pertencimento de classe (Ventura, 2008), é um erro colocá-los como quaisquer cidadãos numa generalização esvaziada de sentido, concretamente a serviço dos interesses burgueses ao reforçar a única relação entre trabalho e instrução, pelo acesso ao emprego, sem quaisquer mediações abstratas que o espaço escolar e o mundo do trabalho reproduzem. Aquela conjuntura de virada de século e primeira quadratura do século XXI, é o período em que a crise estrutural chega com mais intensidade no Brasil e parcela crescente da força de trabalho vive no desemprego e passa a articular atividades que combinem momentos e espaços no mercado informal e com regimes e empregos formais de trabalho. A subocupação, o trabalho em tempo parcial e a intermitência, este último vimos anteriormente, somente se institucionalizam com a Reforma do Trabalho (Brasil, 2017).

São subempregados aqueles que vivem de “bicos” ou de forma autônoma, chegando a quase 10% de toda a população economicamente ativa (PEA), conforme dados. Embora menor que os quase 15% do total da massa trabalhadora da contemporaneidade, a sociabilidade e a cultura em que vivem os trabalhadores e o proletariado moderno no Brasil, em particular, lidam cotidianamente com o

problema histórico dos baixos salários e o achatamento das condições de vida, articulado às novas formas flexíveis e ainda mais alienadas de superexploração das forças de trabalho. Ou seja, não é preciso estar no mercado de trabalho para lidar diretamente com preços, salários, empréstimos, créditos, divisão do trabalho, propriedade privada dos meios e instrumentos de trabalho e trocas e intercâmbios que realizamos em nossas relações sociais e de trabalho. São abstrações impostas pelo capital, seus representantes e seu sistema de controle e ordenamento social presentes em todos os espaços produtivos e de reprodução social.

As forças do trabalho, ao incorporarem no cotidiano a luta e as garantias à existência e à reprodução social, com as derrotas e recuos produtos da crise da organização dos trabalhadores, também se veem compelidas a lidar na contemporaneidade com a barbárie do aumento da fome e da miséria relativa e absoluta pós-pandemia de covid-19. A disputa por restos de comida e ossos em vários lugares como lixões, caminhões de lixo, feiras públicas, entre outros espaços é a expressão, por um lado, da expansão da riqueza; e por outro, da escala mundial, regional e local da pobreza e irracionalidade que a barbárie capitalista estrutura-se.

Prosseguindo na análise dos conteúdos do trabalho propostos na grade curricular do ensino de geografia nas DCNEJA, o redator defende o desenvolvimento da capacidade de abstração do aluno de EJA como se fosse possível uma existência social idealizada, ou seja, o discurso oficial presente no documento reproduz relações sociais e entre a humanidade e a natureza da forma que vivemos, estranhada, sem reconhecer a concreta barbárie em que vivem trabalhadores desempregados, muitos desalentados sem quaisquer perspectiva e horizonte sociais, em particular, uma fração do proletariado fabril desempregado pelo fechamento fabril, processos de desindustrialização ou recentralização de parques industriais interior como do setor automobilístico, as fábricas da Ford e suas unidades no Brasil.

A forma como os termos produtividade, competitividade, qualidade e eficiência está no documento oficial omite os reais conteúdos sociais e econômicos que garante a reprodução social e a existência dos trabalhadores brasileiros, ao abordar idealmente a gênese, a natureza e desenvolvimento da formação socioespacial capitalista periférica do Brasil. Se, na última quadratura do século XX, o discurso no interior dos documentos oficiais revelava uma preocupação econômica fundada na falta de qualificação de parte da força de trabalho brasileira, com a

virada de milênio, a crise contemporânea na escala mundial do sistema do capital e do trabalho abstrato importa, para o conjunto de organismos e agências internacionais de financiamento social, pacificar as relações entre trabalho e capital com a educação e os complexos ideológicos à serviço da produção de consensos, trabalhadores apassivados e conformados com a nova realidade. Isto posto, passam a disseminar, em seus documentos, relatórios e agendas, a necessidade de modernizar, governar, pacificar, sustentar, incluir, flexibilizar, comprometer, beneficiar, cooperar, empoderar e segurar (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Não são verbos de ação quaisquer, termos e palavras soltas nem despretensiosas, e estão no corpo do texto da Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e no Decreto Lei 01/2021 que legaliza a operação da Educação de Jovens e Adultos – EJA no regime de EaD (Brasil, 2021).

O que podemos inferir dos documentos oficiais a regular mercados e complexos sociais como o trabalho e a educação, aqui apresentados e analisados, é que não há qualquer centralidade do trabalho social e geral nem muito menos do trabalho concreto e abstrato, assalariado ou não, em proletarização ou não. Essa preocupação em debater a diversidade que assumiu as atividades produtivas ou não realizadas no mercado formal ou informal de trabalho e sua relação com os processos mais amplos de formação e educação nas escolas com conteúdo integral para o desenvolvimento de habilidades e acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade vai de encontro com os pressupostos necessários para a superação do modo de vida e do capitalismo e emancipação humana, o que em si e por si é uma impossibilidade histórica para as foças do capital e seus representantes.

Isto quando não há grande confusão ao analisar o trabalho, suas formas e desenvolvimento na contemporaneidade, sua dinâmica e a relação com o cotidiano em que vive os trabalhadores, como aponta Lessa (2016), tampouco quando a análise das relações sociais e de produção, centrais na (re)produção de tempo e espaço, é substituída por fenômenos, como a tecnologia e a comunicação, a explicar o desemprego. É preciso estar atento para não cairmos na ilusão de que basta a consciência para mudar o mundo material, quando na verdade, são as condições materiais e de existência que formam nossa consciência. Não apenas a maneira de articular o movimento das estruturas até os fluxos e rugosidades presença histórica

nos espaços, devendo os currículos e a política curricular orientar a construção do pensamento e da subjetividade dos alunos de EJA no espaço escolar, mas é preciso processos educativos que implica o movimento da aparência à essência das coisas e relações numa conquista que avança sobre os conteúdos pelas formas fenomênicas estudadas:

> Um dos passos necessários a este exercício de abstração é compreender as relações de interdependência das atividades econômicas. Uma abordagem inicial dessas relações pode ser realizada através da classificação das atividades econômicas em setores (primário, secundário e terciário) e nos seus grandes ramos (extrativismo, mineração, agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços), acompanhada da análise dos fluxos que se estabelecem entre um e outro setor ou entre os ramos de atividade (sistema de transportes, comercialização, comunicações etc.) [...] (BRASIL, 2001, p. 198).

A contradição e a preocupação com a totalidade não devem ser suprimidas pelo movimento nos conteúdos prescritos nas diretrizes curriculares. A proposta, ao avançar da mera descrição para os fluxos, incorporando a discussão que Milton Santos realiza do espaço como relação de: fixos, fluxos e rugosidades, sem fazer alusão às especificidades que objetos e sujeitos concretizam na produção do e no espaço capitalista, embora relevante perde-se pela centralidade colocada na estrutura e formas produzidas no espaço.

Sai em defesa das mudanças econômicas descoladas do desenvolvimento histórico das formações socioespaciais e afirma que metodologicamente é também:

> Necessário abordar o modo como o rápido processo de mudança na estrutura econômica afeta a vida das pessoas. O *desenvolvimento tecnológico*[26] na agropecuária e na indústria tem criado exigências com relação à qualificação profissional e, ao mesmo tempo, a redução da demanda de mão de obra como tendência crescente, a expulsar contingentes consideráveis de trabalhadores que buscam se empregar no setor de serviços, em expansão, ou recorrem ao trabalho informal, assalariado ou por conta própria. Nesse quadro, o desemprego desponta como um problema não mais relacionado apenas à desqualificação profissional ou a crises episódicas, mas como tendência macroeconômica (BRASIL, 2001 p. 198).

[26] Grifo nosso para chamar a atenção para a tese das mudanças tecnológicas como controle das relações sociedade e natureza, objeto da geografia.

E o que é pior, joga a conta da natureza da crise do capital e do trabalho abstrato para o conjunto da população, massa de trabalhadores, com a redução da demanda por mão de obra, colocando o desemprego como tendência. Essa leitura parcial do espaço e do tempo reforça o já fragmentado e dividido processo produtivo e de trabalho alienado, ao coisificar relações sociais e dos homens com a natureza. Mas como o nosso objeto de estudo, os rebatimentos do desemprego na formação e humanização dos trabalhadores alunos de EJA, portanto, não somente, mas também o pressuposto do trabalho assalariado e das formas modernas de proletarização, tais como a institucionalização do trabalho intermitente, parcial e sem garantias, atinge a massa de trabalhadores desempregados? Como as DCNEJA desenvolvem o conteúdo do trabalho via assalariamento no interior das relações sociais e da história no espaço? Segundo as diretrizes, finalmente compete ao sistema desenvolver currículos para:

> Identificar o trabalho assalariado, típico das sociedades industrializadas modernas e que predomina no Brasil atualmente. [...] ao longo da história, foram sendo enfrentados pela organização dos trabalhadores através da criação de sindicatos e partidos políticos, pela formulação de leis que regulam as relações de trabalho e diversas formas de negociar coletivamente os interesses em conflito. Entretanto, no Brasil, é bastante comum o trabalho assalariado realizado informalmente, sem contrato assinado e sem as garantias que a legislação exige. [...] (BRASIL, 2001, p. 200).

Embora seja um avanço considerar o conflito, mesmo que negociado, não há qualquer citação ou preocupação com as formas abstratas que assumiu o desenvolvimento do capital em relação ao trabalho dividido e alienado nas diferentes formações socioespaciais, muito menos com os processos de dependência econômica e tecnológica desigual na escala de países centrais e semiperiféricos, como o Brasil.

Os rearranjos na correlação de forças entre o Estado e as burguesias nacionais e internacionais, o avanço no espaço de novas formas de apropriação e produção de valor, desigualmente realizadas entre nações dependentes e periféricas do sistema com as nações centrais, ricas e hegemônicas, frente à alteração na divisão internacional do trabalho e à expansão das trocas desiguais não são considerados perdendo a dimensão particular de revelar singularidades sem perda da totalidade, com suas contradições em movimento. Esse conjunto de atividades

produtivas e relações sociais, como propõem as DCNEJA, não dá conta de apresentar o espaço como um produto simultâneo das relações sociais e de produção e dos homens com a natureza, já que não opera categorias centrais para o desenvolvimento das temáticas como lugar, dinâmica das paisagens e conflitos territoriais e regionais.

Já afunilando para analisar o último documento oficial, o Decreto Lei 01/2021, importa indagar: e a geografia nisso tudo ou como a geografia desenvolveu sua trajetória na escola e vem encaminhando suas preocupações recentes da relação entre trabalho e educação? Em que aparato ideológico e econômico na origem e no desenvolvimento, enquanto ciência que no espaço da práxis social do trabalho, ela se estruturou? Que geografia da EJA tem se constituído, sua natureza, função social e seus objetos e sujeitos? Não esgotaremos o tratamento das temáticas, e nosso intuito é apresentar breve recorte do espaço e do tempo dos estudos em tela. Essas e outras indagações são provocativas e parecem consequentes, embora não como objetos e objetivos da tese. Para o que nos interessa como a geografia tem apreendido a natureza e a dinâmica do desenvolvimento do trabalho após a década de 1990 no Brasil? Como, internamente e no plano teórico e metodológico, a geografia vem pensando o complexo social do trabalho com outros complexos e seus desafios? Para Thomaz Junior (2009):

> É urgente compreender e superar as fragmentações que nos distanciavam do entendimento daquilo que nos foi caro na formulação da tese. Era e é na fragmentação do trabalho que o capital canavieiro se superava/supera e colocava/coloca à prova o exercício do controle social e do domínio de classe. Como o capital opera dialeticamente a unidade de fragmentação da classe trabalhadora no território? [...] estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc. entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. Portanto, é do processo social de proletarização, diga-se processo sistêmico do metabolismo social do capital, que emerge a condição de existência da civilização do capital. [...]. (THOMAZ JUNIOR, 2009. P. 165).

Noutra perspectiva mais próxima à pedagogia de viés freiriana, de caráter popular, nacional e desenvolvimentista, como apontam Paiva (1986), e Resende

(1986) em seu estudo junto aos adultos trabalhadores, alunos de ensino fundamental noturno, dá-se início às reflexões geográficas e da consciência espacial por dentro do espaço escolar.

A geografia da consciência espacial, apesar de pioneira, relevante e apresentar em meados da década de 1980 a relação do trabalho com a educação centrada no estudo do ensino de geografia de adultos, não avança em sua crítica sobre nem demonstra possíveis nexos daquela relação trabalho e educação com mediações abstratas imposta aos trabalhadores pelo sistema do capital, em particular os desempregados. Essa ausência sugere, ao permanecer na aparência do fenômeno, revelar uma consciência espacial idealizada e puramente estruturada na percepção dos alunos trabalhadores sem avançar sobre suas posições no processo de trabalho e na formação de suas subjetividades e pertencimentos.

Seu estudo, embora pertinente já que pioneiro em apresentar pelo espaço problemas na relação da educação com o trabalho numa conjuntura de (re) abertura democrática, ainda um tanto militarizada, em que viveu o Brasil na década de 1980 e que parece voltar na contemporaneidade, é incapaz de demonstrar os nexos entre o trabalho e educação pela ausência de determinações reais e históricas estruturantes daqueles processos, como a relevante posição que cada sujeito e sua subjetividade e humanidade sofre pelo lugar social que ocupa no espaço produtivo e no processo de trabalho, a natureza de sua atividade, a transformação que realiza na natureza e em sua consciência na relação alienada e estranhada que desenvolve sob domínio e exploração com o capital.

O trabalho abstrato assalariado proletário ou não vivendo a condição econômica e social do desemprego forja, conforme revelam as contradições em desenvolvimento observadas nas entrevistas realizadas junto aos trabalhadores desempregados da EJA dos ciclos 3 e 4 do ensino fundamental, muito além de diferentes percepções, subjetividades e abstrações espaciais tensionadas por identidades e não identidades ou diferenças sociais Moreira (2009).

Antes de revelar contradições e conflitos presentes na relação entre trabalho e educação, regulados pela abstração espacial do dinheiro a reproduzir a institucionalização do ensino e da geografia escolar no Brasil, passemos a uma breve apresentação da institucionalização das diretrizes operacionais da EJA, seus limites e possibilidades, para o Estado, em suas escalas municipal, estadual e federal, organizar e controlar o desenvolvimento da EJA na rede pública e privada.

É preciso revelar o fechamento de salas de aula e de escolas municipais e estaduais, com turmas regulares de ensino básico, em particular as de Ensino Médio de EJA, o fechamento de turmas regulares no turnos noturnos que atende prioritariamente jovens e adultos trabalhadores periféricos, mulheres e negros, sob o discurso oficial de que é preciso (re)centralizar turmas, turnos e todas equipes pedagógicas para reduzir custos, tamanho e ganhar eficiência e qualidade na prestação dos “serviços públicos” entra em contradição com a universalidade da educação e ensino básico presentes no discurso oficial. O que representam estas pautas senão o desmonte de políticas sociais conquista dos trabalhadores e, em particular, políticas de educação e trabalho? Avança o ideário neoliberal do estado eficiente e mínimo para os trabalhadores e máximo para os interesses e representantes do capital.

Para a classe e a massa trabalhadora a formação é técnica e mínima e ao instituir na modalidade EJA a Educação à Distância – EaD, a lei prevê estruturas escolares com acesso e equipamentos disponíveis, mas é preciso levar em conta que as leis não fazem a sociedade, mas bem o contrário, ou seja, são as condições sociais, materiais e subjetivas que elaboram e colocam em funcionamento as leis, sem falar que a maior parte da carga horária prevista para a modalidade EaD da EJA reduz aulas presenciais para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, disposto nas escolas com plataformas e materiais didáticos impressos, com professores licenciados que desenvolverão suas atividades com interação pedagógica adequadas, conforme número adequado de alunos. Prevê ainda disponibilidade de TV, biblioteca, rádio e internet, infraestrutura a compor polos de apoio tecnológicos às atividades estudantis, assim como:

> Para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo, 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo. (BRASIL, 2021).

Aqui duas observações para a já reduzida formação no caso do ensino fundamental regular, com previsão para quatro anos reduzidos; no caso de EJA, para apenas dois, e conforme prevê o referido decreto para 20% presencial, ou seja, vamos pensar num dos três itinerários previstos na Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), ensino médio, em que a EJA é realizada em, no máximo, dois anos sob condições de interações pedagógicas sem qualquer estrutura nem acesso à internet como a realidade e as experiências vêm demonstrando, em particular durante o período de aulas remotas na pandemia de COVID-19, quando parte das aulas no sistema híbrido foi realizada remotamente, nas residências de professores e docentes em geral, e custeadas por estes.

Passado o período híbrido os mesmos problemas estruturais são reproduzidos nos espaços escolares, conforme as fotos 4, 5 e 6 da EMEF Francisca Moura. Atualmente por falta de estrutura adequada, ausência de equipamentos e internet de alta velocidade, materiais impressos e disponíveis para os alunos, como prevê a operacionalização da EJA, condições mínimas de funcionamento em regime de EaD, a Escola de Ensino Fundamental Francisca Moura - EMEF, localizada na periferia da cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, não está apta ao Ensino à Distância como previsto em lei. Mesmo no regime atual, totalmente presencial, ausência de sala de informática, falta de livros didáticos, manutenção adequada de banheiros são alguns dos problemas estruturantes observados no espaço escolar.

Problemas mais abrangentes, mas estruturantes, como frequência irregular, rendimento reduzido, abandono escolar e letramento incompleto, somam-se ao elevado número de desempregados, dependentes de programas sociais como o Bolsa Família. Isso reforça a tese de que, conforme o item 6 do decreto, a oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao longo da vida, o rebaixamento da educação que integre humanização e conhecimentos técnicos para uma educação apenas voltada a anteder as demandas e necessidades do capital via mercado de trabalho, realiza-se no interesse econômico e ideológico burguês (VENTURA, 2008).

Conforme o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005, de 2014, a gestão democrática é um dos pilares que o Decreto Lei 01, de 2021 (BRASIL, 2021) regula. No entanto, regulamentar a avaliação periódica das escolas com controle social, realizado pela sociedade, como mecanismo para garantir melhores desempenhos, não são, no caso de João Pessoa, capital da Paraíba, realizados pela ausência de processos e gestão democráticas na rede municipal e no Estado da Paraíba. No nível da avaliação da educação básica, uma rede de avaliadores internacionais se constituiu em diversas escalas federal, estaduais, municipais e mesmo internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, realizado a cada três anos, que tem o objetivo de comparar o

desenvolvimento da educação entre diferentes países sob organização e execução da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Juntamente com outras avaliações, está o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aplicado anualmente em larga escala, embora não contemple todas as áreas do conhecimento, pois tem foco no ensino e aprendizagem de português e matemática. Serve como parâmetro para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), para realizar seus diagnósticos.

Como observa Ventura (2008), a recomposição da EJA na história recente da política educacional brasileira, enquanto processo formativo no contexto contemporâneo de reestruturação do trabalho e crise estrutural do sistema do capital repõe:

> Sob um verniz do novo, as velhas propostas e ações derivadas de concepções que almejam a conciliação entre a filantropia e o direito a educação daqueles que vivem do seu próprio trabalho. [...] manifestando-se na oferta educacional a disposição dos jovens e adultos trabalhadores, circunscrita aos saberes mínimos necessários para a execução de tarefas simples e de baixíssima complexidade na nova divisão do processo de trabalho capitalista, ao mesmo tempo aliviando-os da situação de extrema pobreza. Processo que corrobora e aprofunda as desigualdades de acesso aos saberes sistematizados e científicos exigidos para o trabalho complexo, que são fundamentais na formação do sujeito crítico, capaz de atuar em funções dirigentes. (VENTURA, 2008 p. 240).

Para fundamentar teórica e metodologicamente a concepção de formação humana, esvazia a EJA, ao operacionalizar o pressuposto da tese da “EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida”, pode ser ofertada das seguintes formas:

> I-atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, nas modalidades da EJA, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular, promovida com utilização de metodologias e técnicas específicas, oferta de tecnologias assistivas, conforme as necessidades dos estudantes, apoiados por profissionais qualificados.
> II–atendimento aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social e em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, oportunizando acesso escolar às populações do campo, indígenas, quilombolas, ribeirinhos,

> itinerantes, refugiados, migrantes, e outros povos tradicionais, implementando turmas ou atendimento personalizado em condições de garantir aos alunos acesso curricular, permanência na escola, participação nas atividades e resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2021).

Entre inúmeras contradições, os pressupostos da educação e aprendizagem ao longo da vida, sob responsabilidade, ordenamento e organização do Estado em última instância estrutura o complexo ideológico da educação e do ensino-aprendizagem nos princípios políticos e econômicos neoliberais, ao jogar a reponsabilidade do fracasso e dos problemas sociais que vive parcela da massa trabalhadora na conta dos próprios trabalhadores, ou privatizando através de concessões a gestão pedagógica e financeira dos espaços escolares, terceirizando segmentos de trabalhadores como cozinheiras, zeladores, porteiros, inspetores de alunos, entregues a empresas de organizações da sociedade Civil – OSCIP's e organizações não governamentais – ONG's em conflito direto com a proposta de gestão democrática e nos marcos da cidadania burguesa. Como afirma Santos (2008):

> Percebemos com certa clareza a influência de paradigmas de agências internacionais voltados para esse campo. A declaração de Hamburgo, conforme já anunciamos, promoveu o alargamento do conceito de formação de adultos, tendo como principal pressuposto a ideia de educação ao longo da vida, que, como vemos se encontra presente na função qualificadora estipulada na DCNEJA. Além disso, seus preceitos de "desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade das pessoas e comunidades para enfrentar as rápidas transformações socioeconômicas e culturais por que passa o mundo atual (DI PIERRO, 2014. p. 17) coadunam com a ideia, presente no parecer, de que "no século que se avizinha (XXI), e que está sendo chamado de 'o século do conhecimento', mais e mais saberes aliados a competências tornar-se-ão indispensáveis para a vida cidadã e para o mundo do trabalho" (SANTOS, 2008, p. 74).

O problema maior na relação entre trabalho e educação não se trata apenas da incapacidade de dispor e universalizar, pela educação, conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, mas garantir uma reprodução estranhada e de trabalho alienado por uma diversidade de ideologias no interesse do capital, tais como, da "sociedade do conhecimento", como observa Neves (2008). Era do conhecimento, das redes no espaço, das tecnologias da informação são

generalizadas e mistura cotidiano do trabalho com o debate da centralidade do trabalho, o que esvazia a compreensão material e estrutural das relações sociais e com a natureza e contradições do domínio da produção com os variados complexos sociais da reprodução, entre os quais a crise que vive a complexo ideológico da educação, valores e ideias interiorizadas, expressão da crise econômica estrutural que vivem o sistema do capital e o trabalho abstrato.

Os limites do processo formativo mais amplo da educação que articule conhecimentos e habilidades historicamente produzidas pela humanidade, em particular da classe trabalhadora, não se devem apenas ao acesso restrito pela incapacidade quantitativa de oferta do Estado, mas devido ao princípio da meritocracia. Os trabalhadores de partida e origem sofrem a determinação de sua inserção social na condição e posição de classe e no processo produtivo e de trabalho, o que direta e indiretamente verificamos junto aos sujeitos-objetos de nossa pesquisa durante as conversas informais e mesmo durante as entrevistas semiestruturadas por nós realizadas.

De uma forma ou de outra, o conjunto ideológico em disputa no campo das relações entre trabalho e educação, apoiado no pressuposto da sociedade do conhecimento e da informação:

> Constitui um reforço de uma visão meritocrática e segmentada da sociedade, entendida como um conjunto complexo, indeterminado, imprevisível e marcado pela interação (livre e racional) de uma diversidade de agentes individuais (indivíduo, empresa, organização. Assim, as quatro grandes virtudes da chamada “sociedade informacional” se colocam como nova panaceia para a humanidade: descentralizar, globalizar, harmonizar e dar pleno poder para fazer. (NEVES, 2008, p. 147-148).

E conclui com base nesta receita: a ideologia da sociedade da informação/ conhecimento se firma na ocultação das verdadeiras relações sociais e de trabalho, que estão a estruturar a totalidade social contraditória em movimento.

Entre outras preocupações duas são centrais no decreto lei que operacionaliza a EJA junto à BNCC, ao PNA e à EaD: a primeira promove as teses da “garantia da educação e aprendizagem ao longo da vida”; e a segunda organiza o processo de ensino e aprendizagem via acesso curricular e itinerários formativos. Assim está prevista no artigo 8º, a EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, que poderá ser ofertada das seguintes formas:

> §1º A educação ao longo da vida em todos os segmentos no contexto da EJA implica oportunizar acesso e aprendizagens não formais e informais, além das formais. [...]
> §3º O Projeto de Vida do estudante determinará os percursos e itinerários formativos adequados às condições de aprendizagem, às competências básicas já adquiridas, às possibilidades de integração com proposta profissional e às condições estruturais de vida, locomoção, materiais e acesso ao currículo.

Uma pergunta que não quer calar: como reproduzir as condições de itinerários formativos, acesso curricular e permanência na escola numa sociedade duplamente marcada pela divisão de classes e pela posição dependente e atrasada que ocupa na divisão internacional do trabalho, quando a universalização do acesso escolar sofre determinações materiais e concretas pela posição que cada um de nossos objetos-sujeitos de pesquisa ocupa? Maceno (2019) evidência, entre outras determinações, o caráter classista do acesso e permanência não apenas no sistema e na rede educacional, mas a qualidade daquilo que é disponibilizado, reprodução de competências e habilidades, com o fim de preparar força de trabalho para atender as demandas e interesses do capital, em um mercado de trabalho que intensifica divisão, fragmentação e superexploração da massa trabalhadora e do proletariado desempregados em particular.

É preciso ter clareza dos interesses que estão no projeto burguês, organizado pelo Estado na educação e formação da classe trabalhadora no espaço e no tempo do Brasil contemporâneo. Analistas da relação entre trabalho e educação que explicam a realidade considerando apenas determinações únicas, são inconsequentes ao perderem de vista o potencial que múltiplas escalas do real, desde o particular passando pelo universal até o horizonte da totalidade, estão mediadas pelas singularidades. Pensando com Iasi (2013), podemos entender o momento de recuo, apassivamento e consenso da classe trabalhadora, o que levou possibilidades de saída da crise, apenas quando a materialidade e as forças estruturantes do complexo ideológico da educação forem (des)veladas.

Como lembra Iasi (2013), o balanço da primeira quadratura do século XXI revela que as forças progressistas anteriormente dirigentes de movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais, ao assumirem o Estado, revelaram-se incapazes de realizar mudanças econômicas e sociais estruturais:

> Tal quadro contrasta com a situação agora descrita de uma apatia, de elogios ao crescimento econômico capitalista com a maneira consensual entra as classes para desenvolver o país e resolver seus velhos problemas sociais. Os principais protagonistas do processo anterior de resistência assumem a direção do bloco conservador e do projeto capitalista, quebrando a autonomia e independência de classe conquistada (IASI, 2013, p. 69).

Ao quadro atual de apatia e resignação social dos trabalhadores, somam-se o avanço econômico e estruturado do desemprego, a ampliação do trabalho dividido e alienado na forma de trabalho intermitente, subocupado e sem direitos, como analisamos anteriormente, e os quadros de alienação e estranhamentos a estruturar arranjos espaciais abstratos no desenvolvimento de uma geografia da EJA de trabalhadores desempregados, conforme veremos no capítulo adiante.

Mas como articular, na engrenagem, uma geografia da EJA capaz de dar conta da economia e ideologia, refletindo natureza e função social das reformas do trabalho e da educação sem cair no politicismo a-histórico, sem base material em que parte das análises de política educacional realiza? Assumir a centralidade que o Estado exerce na organização social e econômica da vida de trabalhadores e da massa mais ampla da população não nos exime de revelar as condições e relações sociais que estruturam os complexos da reprodução social e da existência humana entre eles o complexo ideológico da educação.

Vimos que operacionalizar BNCC, PNA e EaD junto à modalidade da EJA no pressuposto da Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida não responde, e antes aprofunda, ao quadro de contradições que vive o trabalho, passando ao largo das mudanças sociais e estruturantes necessárias, em particular diante da crise de regulação e controle social que vive o sistema do capital e o trabalho abstrato.

Como viabilizar a geografia nisso tudo? Se o que contraditoriamente permanece em conflito se trata da relação social entre trabalho e capital, a mediação da (re)produção do espaço pode potencializar, na crise, possibilidades de controle e autodeterminação social das condições de vida e trabalho pelos trabalhadores, inclusive pela garantia da existência que a irracionalidade do capital vem impondo a toda humanidade, quando expande seu sistema socio-metabólico e degrada, na escala mundial, a reprodução do trabalho abstrato e as condições e a evolução da natureza.

Nesse sentido, parece ser consequência de uma geografia da Educação de Jovens e Adultos trabalhadores desempregados que, ao analisarem a relação entre trabalho e educação, deem conta da crise que vivem o sistema do capital e o trabalho abstrato, enquanto relação metabólica entre homem e natureza, simultaneamente a processos de regulação sociedade-espaço, como os processos de formação e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

É com auxílio de categorias históricas de análise do real tais como dinheiro, divisão do trabalho e propriedade privada, reproduzidas no espaço abstrato da EMEF Francisca Moura, estruturante de relações sociais e de trabalho, que avançamos no capítulo cinco abaixo.

5 GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DESEMPREGADOS: ABSTRAÇÕES E REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

> - Você concorda com esta ideia de que os meios e instrumentos de trabalho necessários na produção que eles são de propriedade de quem não trabalha? São do patrão?
> - Não concordo, devido a esse trabalho mesmo na fábrica porque minha patroa só vivia em Salvador, São Paulo, viajando. Era recém-casada com o marido e quem levava a empresa nas costas, a fábrica era eu e o colega que trabalhava comigo!! Muitas vezes ela esquecia até de depositar o salário da gente e quando voltava de viagem, um mês depois, quase um mês e meio juntando os salários que ela vinha pagar.
> (R. M. S., aluna EJA ciclo 3, negra, presa do semiaberto e desempregada).

> Talvez seja suficiente ler essas citações para subentender uma resposta à questão sobre quanta atenção deve ser dada à teoria do "cair fora*". A esta altura, deve estar claro que nenhum dos significados da alienação, como foi compreendido por Marx em 1844, com todas as suas ramificações complexas, não é um conceito que se possa largar ou "traduzir" unilateralmente.*[27] [...], o conceito de alienação é um pilar de importância vital no sistema marxiano como um todo, e não um simples tijolo deste. Largá-lo ou traduzi-lo unilateralmente equivaleria, por conseguinte, a nada menos que a demolição completa da própria construção e o reerguimento talvez apenas de sua chaminé. Não se põe em dúvida aqui que algumas pessoas estiveram – ou ainda estão – empenhadas em tais operações, tentando construir suas teorias "científicas" no alto de chaminés decoradas com terminologia marxista. A questão é que seus esforços não deveriam ser confundidos com a teoria marxiana em si. (MÉSZÁROS, 2016, p. 208).

Estão nos textos anteriores à obra d'O Capital "pistas" deixadas por Marx (2010) e Marx e Engels (2007) sobre o estudo do desenvolvimento da estrutura econômica, política e filosófica do sistema capitalista. Parte das reflexões são atuais na compreensão contemporânea das consequências históricas, positivas e negativas, para as massas trabalhadoras, em particular para o proletariado moderno, ou seja, para a existência ontológica e histórica de frações da humanidade que vivem sob ordenamento socio-metabólico no sistema do capital. É no interior da relação entre trabalho e capital, seus processos de trabalho e valorização do valor

[27] Grifo nosso para a categoria que pretendemos desenvolver mediada por abstrações tais como dinheiro, divisão do trabalho e propriedade privada capitalista.

que o trabalho abstrato, realizado por trabalhadores proletarizados ou não, se reproduz socialmente alienado, em particular nos espaços escolares, em que mediações abstratas no interesse do capital forjam no ensino de geografia processos de exploração, dominação e opressão de trabalhadores desempregados.

Antes de apresentar e analisar formas abstratas do capital, como dinheiro, propriedade privada e trocas no espaço e tempo contemporâneo, com as relações entre trabalho e educação geográfica de trabalhadores desempregados de EJA e sua relação com as teorias do valor em Marx (2005, 2010, 2007, 2013), Rosdolsky (2001) e Lukács (1974, 2015), assim como as atualizações realizadas por Carcanholo (2011, 2013), Bensaid (2019) e Rubin (2020), importa-nos apresentar como a temática se desenvolve na história recente do ensino de geografia.

Estudos geográficos ou não, cujo objeto são os sujeitos do processo ensino e aprendizagem, em particular na perspectiva de uma geografia da EJA de trabalhadores desempregados, não têm volume nem relevância na história nem são hegemônicos no espaço acadêmico nem tampouco no desenvolvimento da ciência e do ensino de geografia. A constituição da EJA como modalidade de ensino e pesquisa no Brasil é recente e não ultrapassa o último quadrante do século XX para se configurar como área de pesquisa, extensão e ensino, tripé acadêmico nos anos de 1990 (VENTURA, 2008). Na geografia, não foi diferente: e Resende (1986), em *Geografia do Aluno Trabalhador, Caminhos para uma prática de ensino*, desenvolve o primeiro estudo geográfico que tem a relação entre trabalho e educação de adultos como eixo central.

O confronto das realidades objetivas, junto aos objetos-sujeitos de nossa pesquisa, com os pressupostos teóricos e metodológicos desenvolvidos na história do conhecimento geográfico mostrou-nos ser consequente o trajeto da gênese e natureza da geografia da EJA nos estudos que têm como objeto o ensino e a educação geográfica no Brasil, sem a pretensão de esgotar o tema. A descrição breve serviu-nos de aproximação das temáticas desenvolvidas na perspectiva da análise crítica dos estudos geográficos da relação entre trabalho e Educação de Jovens e Adultos - EJA.

5.1 Histórias Contemporâneas: Educação, EJA e Geografia da EJA no Brasil

Ao longo da história de constituição do Brasil moderno, a educação esteve presente em processos difusos, em períodos diferentes desde a Colônia até os dias atuais, tais como na catequização de índios “não civilizados” e “bárbaros”, passando pela “reforma pombalina”, que pretendia se contrapor, não sem contradições, ao ideário da pedagogia jesuítica, praticada pelos padres ao longo de toda a idade média europeia, incorporando ao projeto colonizador português mecanismos de controle corporal para incentivar o estudo, tais como castigos, prêmios, louvores e práticas de delação, um modo científico e positivista. A escola moderna herdara, portanto, o chamado “modus parisienses” de operar, como recorda o autor:

> Contém o germe da organização do ensino que veio a constituir a escola moderna, que supõe edifícios específicos, classes homogêneas, a progressão dos níveis de escolarização constituindo as séries e os programas sequenciais ordenando conhecimentos ministrados por determinado professor. (SAVIANI, 2010, p. 52).

Várias reformas foram realizadas durante os séculos XVI e XIX, com o fim de consolidar os pressupostos da pedagogia moderna e científica, substituta daquela jesuítica, religiosa, e em certo sentido, não iluminista. A constituição da pedagogia tradicional de base positivista passando pelo segundo período, dos quatro em que se divide o desenvolvimento das ideias pedagógicas no Brasil, até chegar às novas ideias pedagógicas, que estão em vigor na contemporaneidade, a continuidade, o conservadorismo e o tradicionalismo convivem “lado a lado”, ou seja, há um conjunto de articulações com o ideário de modernidade e progresso, sustentado por uma estrutura social e econômica e arranjos espaciais desigualmente periféricos, dependentes e atrasados tecnologicamente.

O desenvolvimento da educação e de forma ampla da formação de trabalhadores e da população em geral no Brasil, com a crise das ideias tradicionais e o consenso de que a educação deveria estar a serviço da expansão capitalista e dos interesses dos capitais industriais, de origem nacional e internacional, reproduz no complexo ideológico nacional, mais intensamente junto aos trabalhadores, novas ideias e a necessidade de uma pedagogia inovadora que acompanhe as teses da

chamada “modernização conservadora”. Ou seja, mudar não para transformar, mas para reformar e aprofundar as estruturas reprodutivas da posição e condição de classes sociais então em desenvolvimento na formação socioespacial atrasada e dependente do Brasil.

Entendendo a educação como duplo processo em que a sociedade forma seus membros em função de seus interesses, ou seja, um processo social determinado onto e historicamente, qual atua constantemente no desenvolvimento dos seres sociais em movimento contraditório, a educação é processo, fato existencial e social. Refere-se à sociedade como um todo:

> É o procedimento pela qual a sociedade se reproduz a si mesma ao longo de sua duração temporal. Contudo, neste processo de autorreprodução está contida, desde logo, uma contradição: a sociedade desejaria fazer-se no tempo futuro o mais igual possível a si mesma.; porém, a dinâmica da educação atua em sentido oposto, uma vez que engendra necessariamente o progresso social, isto é, a diferenciação do futuro em relação ao presente. [...] Quando se verifica a simultaneidade consciente de incorporação e progresso, tem-se a educação em sua forma integrada, isto é, a plena realização da natureza humana. (PINTO, 1989, p. 11).

Dessa maneira, a educação é histórica porque é formação humana para o novo na cultura, no trabalho e na autoconsciência, suas possibilidades e limites. Naquilo que nos interessa, Pinto (1989) afirma que os processos de humanização do gênero e da humanidade sofrem determinações múltiplas, entre as quais a posição, que os objetos-sujeitos de nossa pesquisa, ocupam no processo de produção e no trabalho, constitutivo de suas existências sociais. Para esse autor, a educação diferencia-se conforme a posição, a natureza do trabalho e o valor que as classes dominantes lhe atribuem (PINTO, 1989, p. 15).

O desenvolvimento do capitalismo e do capital industrial no Brasil na virada do século XIX para o XX, instaurou a emergência do complexo ideológico da educação capaz de formar trabalhadores, operários e um proletariado para integrá-los, alfabetizados, aos espaços de produção de valor e aos processos de valorização do valor na expansão do regime de acumulação ampliada sem abandonar os pressupostos e, de forma combinada e articulada, produzir consensos e apassivamentos ideológicos para o regime já desenvolvido de acumulação primitiva.

Formar indivíduos jovens e adultos aptos, subjetiva e objetivamente à realização do trabalho abstrato, manufatureiro e fabril, exigiu revalorizar o sentido do trabalho, a ideia de trabalho assalariado produtor de mais-valia e criador de capital na totalidade social. Para tal a educação e formação das massas trabalhadoras passa a jogar papel importante na formação socioespacial brasileira. Era necessário e fundamental constituir uma nova pedagogia à serviço das novas rodadas de desenvolvimento das relações capital e trabalho, correlação de forças e interesses dos capitais internacional e nacional e do Estado, no espaço do Brasil, de tal maneira que a reprodução e as relações sociais estivessem de acordo com o desenvolvimento crescente e distinto das forças produtivas do capitalismo na sociedade, sem romper estruturalmente com a condição dependente e atrasada, posição ocupada pelo Brasil no sistema capitalista mundial.

Nesse sentido, a educação de adultos historicamente preocupação presente e constante, justificando-se na contemporaneidade pelos elevados índices de analfabetismo, em particular na região Nordeste, pela reduzida produtividade econômica e, entre aqueles sujeitos maiores de quinze anos, conforme dados oficiais, o ensino básico incompleto. As razões para números elevados de evasão, retenção, abandono, baixa frequência e letramento incompleto são de ordens variadas, mas todas estruturalmente determinadas pelo trabalho, sua condição e realidade. Todo o complexo ideológico inclusive o da educação, dimensão da reprodução social, é determinado pela produção e materialidade do trabalho (LUKÁCS, 2013).

São jovens e adultos na educação do Brasil, muitos dos quais trabalhadores, proletarizados ou não, detentores de conhecimentos básicos, experiências diversas e trajetórias de vida responsáveis pela produção e pelo trabalho social necessário. Ideologicamente o autor defende a tese de que, se cabe à classe trabalhadora a responsabilidade pela produção, deve de forma organizada dirigir e reproduzir a sociedade e seu gênero, já que sua existência se efetiva no trabalho. Este, articulado às condições sociais e materiais, são momentos determinantes do processo formativo mais amplo:

> Mas, por outro lado, só pode fazê-lo nas condições oferecidas pela sociedade onde se encontra que determina as possibilidades e circunstâncias materiais, econômicas, culturais de seu trabalho, ou seja, que neste sentido trabalha sobre ele. [...] na medida em que a

> sociedade se vai desenvolvendo, a necessidade da educação de adultos se torna imperiosa. É porque em verdade eles já estão atuando como educados, apenas não em forma alfabetizada, escolarizada. A sociedade se apressa em educá-los não para criar uma participação, já existente, mas para permitir que esta se faça em níveis culturais mais altos e mais identificados com os estandartes da área dirigente, cumprindo o que julga um dever moral, quando em verdade não passa de uma exigência econômica. (PINTO, 1989, p. 34).

A história da educação de adultos até a constituição da EJA como modalidade no final do século XX, nos anos de 1990, tem uma trajetória que reforçou a tese da negação ao acesso e a impossibilidade de universalização da educação no Brasil, conforme os termos de (MACENO, 2019). Grandes campanhas nacionais de alfabetização e reformas nas políticas educacionais decorreram de mudanças na correlação de forças em variados momentos, quando as classes dominantes, concorrendo entre si, disputavam a hegemonia burguesa, de origem agrária e latifundiária, com aquelas em gestação no espaço das cidades. Enfrentamentos que, durante todo o século XX, mostraram-se ação articulada naquele tripé de interesses: burguesia internacional, Estado e burguesia nacional, materializada em rearranjos e novas formas de acumulação de capitais no espaço via expansão do valor e revalorização de espaços estruturados pelo trabalho social abstrato, dividido socialmente e alienado:

> O desafio enfrentado pela elite brasileira era o de permitir patamares mínimos de educação a todos, sem, no entanto, colocar em risco o controle ideológico e o nível de exploração exercidos sobre a classe trabalhadora. [...]
> Sob o Estado Novo (1937-1945), delinearam-se as respostas da elite brasileira a essas novas demandas educacionais, institucionalizadas nas leis orgânicas do ensino, decretadas pela Reforma Capanema, no início da década de 1940. Uma política educacional dualista, que reduzia ao limite das primeiras letras a trajetória escolar dos trabalhadores e seus filhos, atendendo precária e insuficientemente às demandas crescentes de inclusão no sistema educacional, [...] (VENTURA, 2011, p. 59-60).

A necessidade de massificar a disponibilidade de mão de obra barata, alfabetizada, apassivada e alienada, exigências da acumulação ampliada do capital, explicava-se pelo grande número de analfabetos-mais da metade dos maiores de 18 anos no início de 1960. Rodadas de negociação, financiamentos, organismos internacionais tais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e

Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), são espaços que, na segunda metade do século XX, foram forjados pelas burguesias internacionais em acordo com as classes dominantes brasileiras no interesse de institucionalizar o sistema de controle social e metabólico do capital, organizado e controlado pelo Estado. Essas estruturas atuam como frentes à garantir os mecanismos ideológicos que potencializa espaços e tempos na viabilidade de reformas via criação, por exemplo, de programas, congressos e reuniões de educação de adultos de caráter assistencialista e descontínuo, particularmente em regiões periféricas do Nordeste, sob o discurso de democratização, exercício de cidadania e participação ativa da massa trabalhadora na conformação socioespacial brasileira.

Com o discurso de que é preciso massificar a educação pelo combate oficial aos elevados índices de analfabetos, a expansão do debate político e das lutas de organização da classe trabalhadora e de base popular foi uma questão de tempo e espaço a se constituir. No “velho” continente, a classe trabalhadora e os estudantes entravam em luta por reformas na educação e no sistema educacional. Saviani (2010) chama a atenção para o avanço da teologia da libertação e a opção pelos pobres, definido em conferências durante toda a década de 1960 em diversos países latino-americanos. Essa perspectiva:

> Se fez presente em grupos católicos derivados de organismos integrantes da Ação Católica, com destaque para a JUC e JEC, que se lançaram em programas de educação popular, em especial a alfabetização de adultos. [...] Esses desdobramentos já sinalizavam que, nesses mesmos anos de 1960, sobrevinha a crise da pedagogia nova. (SAVIANI, 2010, p. 338-339).

A constituição da educação popular avançou sobre a massa trabalhadora articulando movimento juvenil, operários e teologia à crescente expansão de insatisfações no campo, presentes nas Ligas Camponesas e nos sindicatos de trabalhadores rurais e nas cidades, junto a movimentos sociais e sindicatos de dezenas de categorias urbanas. A pressão e as lutas por reformas de base e estruturais, como a reforma agrária e outras conquistas, culminaram na insatisfação de frações da burguesia e da população em geral, bem como a instalação da ditadura empresarial militar no golpe de Estado, em 1964.

Como descreve Ventura (2011), para a EJA os militares reservaram três conjuntos de ações ideológicas: integrar via subordinação dos trabalhadores ao capital internacional, alfabetizá-los via Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), sem necessariamente terem acesso ao ensino superior; e educação continuada via institucionalização e regulamentação do Ensino Supletivo, previsto em Lei nº 5.692/71.

No entanto, os governos militares não se sustentaram e, a partir de fins de 1970 e início de 1980, deu-se a reabertura de forma contínua e sob controle das classes dominantes: o movimento de redemocratização do Brasil. O mote era a necessidade de modernização da economia, e da produção, além da reestruturação do trabalho e do capital, já em plena expansão na Europa e nos Estados Unidos. Foi uma questão de tempo e espaço para na nova correlação de forças o regime de produção flexível avançar, mesmo que desigualmente, sobre as estruturas econômicas e de organização social no Brasil.

Entre o exílio de parte dos intelectuais acadêmicos e a perseguição e a morte de parte das lideranças da esquerda, o fechamento de partidos e a cassação de organizações pelo regime, o avanço da política liberal, de caráter nacionalista, não impediu que se forjassem em seu interior, resistências contra a ditadura e o regime autoritário. No final de 1970 e início de 1980, a reabertura e o fim dos governos ditatoriais estava no horizonte, quando Paulo Freire, entre outros intelectuais retornam ao Brasil. Lembrar que foi no Encontro Nacional de Geógrafos, ocorrido em Fortaleza, que avançou que avançou sobre a produção de conhecimento geográfico a crítica e os fundamentos de origem marxista sobre as análises do espaço e da formação socioeconômica do Brasil, então década de 1970.

A articulação de crise momentânea com a tendência de crise estrutural do sistema do capital no final do século XX, numa escala mundial, repôs a emergência de novas rodadas de negociação das relações entre trabalho e capital sob nova correlação de forças na escala internacional e nacional, sem perder de vista a emergência em reforçar o regime flexível de acumulação no interesse dos capitais internacionais. A educação, na última e na primeira quadratura do século XXI, afirma-se como um dos domínios centrais para a ação no interesse do capital, articulado às mudanças por maior flexibilização e reestruturação no trabalho e processos produtivos.

Entre 1990 até os dias atuais, Ventura (2011) chama atenção para o desenvolvimento na educação de duas renovadas correntes pedagógicas de natureza crítica: a de origem popular, apoiada nos pressupostos de Paulo Freire; e a do campo marxista que relaciona trabalho e educação na perspectiva de educação unitária e formação humana omnilateral, não sem diferenças na compreensão da centralidade do trabalho.

Para essa autora, o primeiro momento da educação de adultos de caráter supletivo veio acompanhado do avanço das políticas econômicas neoliberais, que adequaram o complexo ideológico, particularmente a educação e as políticas educacionais, a serviço das mudanças econômicas e exigências de novas rodadas de acumulação de capital, de processos de flexibilização do trabalho e do capital e uma renovação e rejuvenescimento da EJA na primeira quadratura do século XXI, nos governos Lula 1 e 2:

> Embora relevantes, as medidas foram, em geral, ações de menor institucionalidade, que não se constituíram em políticas de Estado; limitaram-se a sobreposição de ações de vários setores de governo, predominantemente realizadas por meio de adesão por interesse nos recursos dos programas federais, e/ou por meio da parceria público-privada. Portanto, a matriz construída na década anterior não foi superada, pois se mantiveram os vícios estruturais: a oferta permaneceu fragmentada e a formação aligeirada. (VENTURA, 2011, p. 85).

Em sua avaliação a história da EJA na contemporaneidade, como modalidade de ensino destinada à alfabetização e/ ou elevação da escolaridade, a educação de adultos inscreve-se num cenário em que se camuflam as razões estruturais dos diferentes processos de destituição de direitos da classe trabalhadora, agora conceitualmente fragmentada em diversos grupos focais, o que obscurece a existência social dessa classe como tal. As autoras prosseguem na análise crítica da política educacional durante os governos Lula, tendo o princípio educativo do trabalho como mediação necessária para pensar a dualidade dos processos formativos dos trabalhadores em trabalho simples e trabalho complexo:

> É obscurecido, também, por meio de falsos discursos de universalização de acesso e de democratização de “oportunidades”, o direcionamento dos jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização para diferentes ofertas de elevação de escolaridade que corroborou a atual divisão social do trabalho. Tal processo,

> apesar de se desenho contemporâneo, não foge às clássicas estratégias de distribuição desigual e precária de fragmentos de conhecimento, subordinados às demandas de distintos níveis de qualificação da força de trabalho requeridos pelos diferentes padrões produtivos que coexistem no país, bem como as necessidades de controle social. (RUMMERT, 2008 p. 176).

Assim muito mais que falsos discursos e estratégias de distribuir desigualmente os conhecimentos concordamos parcialmente com as teses da dupla determinação que sofre os processos de apropriação e acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade. A universalização dos conhecimentos, historicamente acumulados pela humanidade, por parte da classe trabalhadora forjada pela abstração que o desenvolvimento do trabalho adquire na contemporaneidade potencializa humanização contraditoriamente à momentos e espaços alienados, ou seja,: primeiro pela impossibilidade dos trabalhadores e do proletariado, em particular, em se apropriar da totalidade do conhecimento produzido pela condição, posição e pertencimento de classe ocupada no processo de trabalho e que sofre determinações múltiplas, inclusive pela reprodução da propriedade privada capitalista dos meios e instrumentos de produção e trabalho e pela mediação do dinheiro; uma segunda determinação se dá pela posição que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, a qual nos coloca como país periférico, dependente economicamente e atrasado tecnologicamente (MACENO, 2019), o que impede o acesso a conhecimentos produzidos e apropriados nos países centrais do sistema capitalista.

Particularmente no Brasil, a condição constitutiva da natureza humana do trabalhador, o trabalho, que é essência de sua existência, forjou arranjos e formações socioespaciais em que o trabalho abstrato proletarizado ou não, em condição de assalariamento, vivendo na formalidade a sua relação com o capital, reproduz consequências na conformação da classe trabalhadora que são a expressão da crise de controle e ordenamento social em que vivem as forças do capital e do trabalho. Dentre elas, a expansão e o conteúdo da divisão social e do trabalho flexível e reestruturado na contemporaneidade concorrem numa complexa rede de formas de exploração, de fragmentação, estranhamento e alienação da força de trabalho via atividades informais, autônomas, domésticas, Pejotizadas e intermitentes no mercado de trabalho e consumo brasileiro, conforme analisado anteriormente.

O tripe da superexploração, dominação de classes e opressão das forças trabalhadoras no Brasil formado por Estado, capital nacional e internacional, em dois momentos decisivos de nossa contemporaneidade, nas décadas de 1990 e nos anos de 2012, nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e da Luís Inácio Lula da Silva, atuou com suas representações junto ao Estado e aos controladores sociais no sentido de fazer avançar as mudanças então em desenvolvimento na estrutura e no regime flexível do sistema do capital, na revalorização de espaços com transferência de valores e valorização desiguais entre e intra-regiões, atingindo desigualmente o conjunto mais amplo da população desempregada, em particular, a massa trabalhadora e o proletariado moderno.

Mas e a trajetória histórica, as experiências e a gênese da geografia da EJA, sua crítica à alienação e ao estranhamento estruturado no avanço da abstração e suas mediações nos espaços escolar e do trabalho, via descolamento da relação entre trabalho e educação, como vem se constituindo no Brasil? É possível e consequente o diálogo entre trabalho e educação, com a determinação objetiva do primeiro, mediado pela produção de espaço social, sem a materialidade e a estrutura do trabalho, como se fosse possível uma geografia centrada única e exclusivamente no domínio da reprodução social? Entendemos que não, e para tanto, é preciso analisar objetos-sujeitos levando em conta a totalidade e o movimento de suas contradições na conformação abstrata dos espaços e suas tensões, diferenças e identidades na conformação dialética e objetiva humanização e alienação dos trabalhadores desempregados alunos de EJA.

Historicamente a constituição da ciência geográfica não diferiu da maioria dos conhecimentos, produto da racionalidade moderna positivista. Entre vários dilemas, a dualidade entre sociedade e natureza na origem da constituição da ciência geográfica fazia “coro” aos fundamentos filosóficos da ciência moderna, o positivismo, com intenção de integrar homem e natureza sem, contudo, obter sucesso na empreitada. A serviço da burguesia e seus interesses, à gênese da epistemologia moderna de viés positivista não cabia a responsabilidade em solucionar dicotomias, entre elas aquelas ligadas ao homem e a natureza.

O discurso e os pressupostos da racionalidade moderna de negação das filosofias cristas e religiosas, então predominantes no regime feudal esbarraram em limites materiais e concretos controlados pela classe dominante. A expansão comercial ultramarina, articulada ao desenvolvimento do capital industrial europeu,

não pôde ficar à mercê das teorias “obscuras” do período anterior, devendo servir e fazer crescer a economia e a produção capitalistas, sob ordenamento do novo regime ampliado de acumulação, com a mais-valia, processos de valor e valorização seus fundamentos.

Como realizar as mudanças em curso aprofundando a exploração e dominação burguesa junto a massa trabalhadora? Naturalizando estruturas materiais, tais como a propriedade privada, a divisão do trabalho e o avanço de mediações mais intensamente abstratas como o dinheiro, o salário, as mercadorias e as trocas fundamentais para alienação e estranhamento de relações sociais criadoras de capital e produtoras de mais-valia. O passo adiante na solução encontrada pelo capital para os limites da acumulação primitiva e ampliada veio na forma de maior divisão do trabalho pelo avanço da produção mecanizada e fragmentada, não sem reproduzir e ampliar, no espaço, contradições históricas em seu desenvolvimento. Como observa Moreira (2006), o discurso dicotômico homem e natureza é atualmente reproduzido como se não fosse possível um conhecimento geográfico que, a partir do espaço, dê conta da totalidade:

> Vemos a natureza vendo o relevo, as rochas, os climas, a vegetação, os rios, etc. E conhecemo-la medindo as proporções matemáticas e descrevendo os movimentos mecânicos das relações de seus corpos. Dito de outro modo, a natureza que concebemos é a da nossa experiência sensível, cujo conhecimento organizamos numa linguagem geométrico-matemática. É uma totalidade fragmentária, que então só ganha unidade mediante suas ligações físico-matemáticas. [...] Tudo legitimado na concepção de que a esfera orgânica é especialidade de outras ciências, a exemplo da biologia, a “ciência da vida”, numa noção de tarefa característica do sistema de ciências criado no meado do século XIX e ainda vigente no mundo acadêmico. (MOREIRA, 2006. p. 47).

De outra maneira, a geografia escolar, inicialmente no século XIX sem qualquer autonomia, foi desenvolvida no ensino de história e letras (VLACH, 2004, p. 188). A conjuntura histórica de fim de século XIX e início de XX obedecia ao duplo movimento das forças das classes dominantes: em paralelo ao embranquecimento da sociedade nacional, era necessário reposicionar o processo de revalorização ética e moral do trabalho assalariado, em virtude da crise que viveu o trabalho escravo em sociedades economicamente dependentes, como o Brasil.

De outra forma Vlach (1990) deixa clara a função social da escola e do ensino na formação humana e a captura da subjetividade social do trabalho e dos trabalhadores do capitalismo industrial europeu, então em expansão naquele continente:

> Uma vez que a burguesia (industrial) institucionalizou a educação das crianças e dos jovens no âmbito de redes escolares oficiais que cobriram (e cobrem) os limites de cada Estaco-nação, e que a escola se tornou o seu instrumento de hegemonia no processo de luta pela sua constituição/ consolidação no decorrer do século XIX, é preciso deixar claro que o ato de ensinar é, antes de mais nada, fundamentalmente político. (VLACH, 1990, p. 94).

No Brasil não diferiu muito o desenvolvimento da educação na chegada do capitalismo apesar das particularidades durante o processo colonial. A institucionalização da geografia escolar brasileira esteve historicamente atrelada às ideias positivistas e à ideologia nacionalista, a serviço dos interesses das burguesias rurais e comerciais nacionais. Coube ao ensino de geografia promover e difundir o complexo ideológico burguês no interior da formação socioespacial e na gênese do Estado-nação brasileiro.

Historicamente a conformação do regime de acumulação ampliada objetivamente ocorre com avanço nos espaços de trabalho com conteúdo abstrato e no Brasil, dentre outras particularidades, ocorreu aprofundando a natureza dependente e atrasada numa economia semiperiférica apoiada na divisão mais intensa do trabalho e dos trabalhadores. Apesar de não ser objeto de nossa pesquisa, descuidar da herança histórica colonial que legou pobreza e sujeição a negros e mulheres periferizadas ao longo do século XX é, no mínimo, inconsequente, como analisou Fernandes (1981, 2009).

O processo de embranquecimento e revalorização objetiva de significados e ideologias positivas a respeito do trabalho assalariado para o capital, até então escravo, veio acompanhado da garantia de controle social, econômico e político burgueses dos meios de produção e trabalho além da manutenção da propriedade privada da terra pelas classes dominantes. O Brasil a burguesia comercial ligada ao latifúndio de origem agrária exigiu a promulgação oficial da Lei de Terras (1850), marco legal que institucionalizou a negação do acesso aos meios de produção e

trabalho pelos escravos recém-libertos e trabalhadores brancos, na gênese da população trabalhadora empobrecida.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil não diferiu de outros espaços periféricos e preparou homens e mulheres, conforme necessidade e desenvolvimento do capital, jovens e adultos dispostos e apassivados para o trabalho abstrato de base assalariada e formal, exigia processos de educação da massa trabalhadora da população, de preferência embranquecida e mestiça, trabalhadores localizados em vilas, vilarejos, portos e nas pequenas e médias cidades do Brasil República, no início de século XX.

A ideologia nacionalista e o avanço das forças e representantes do capital industrial cimentaram a difusão de ideias, valores e ideologias burguesas com a razão e o conhecimento científicos a seu serviço de seus interesses de classe. Na escala do Brasil, a geografia tradicional de base positivista e administrativa cumpriu a função de discurso oficial. Vale registrar que o ensino de geografia e história, naqueles termos na virada do século XIX após a independência política e durante a primeira quadratura do XX, ficou restrito à primeira fase do ensino básico, já que o "antigo" secundário, hoje ensino médio, servia de trampolim ao ensino superior e, portanto, seu acesso devia estar restrito a dirigentes, intelectuais orgânicos e burguesia "esclarecida" e nacional, então em gestação.

De outra maneira, ideologicamente, à geografia não cabia unificar a dualidade natureza e sociedade, ou seja, ciência e conhecimento, dando conta de uma totalidade social e econômica em rápida transformação e vertiginosa e desigual mudanças em seus arranjos espaciais. As questões de progresso e desenvolvimento historicamente foram centrais para o conhecimento geográfico e o caráter humanístico de viés fenomenológico, e descritivo, que impediam uma reflexão profunda. Permaneceu como tendência integrar problemas da humanidade e da natureza numa geografia de caráter holístico (MOREIRA, 2009).

Vlach (2004,) ao fazer a historiografia revisionista do ensino de geografia no Brasil pelos documentos de época, esclarece os limites das contribuições de quatro autores, com destaque para Delgado de Carvalho (1913). Segundo essa autora, ao acertar contas com a função social do ensino de geografia e da ciência geográfica brasileira:

> [...] a importância que Delgado de Carvalho conferiu ao ensino de geografia liga-se inextricavelmente à ideologia do nacionalismo patriótico, e, significativamente, a ciência geográfica deveria fornecer-lhes os fundamentos lógicos, com o fim de atingir um “patriotismo verdadeiro, esclarecido e inteligente”: daí o seu propósito de edificação da geografia científica no Brasil. (VLACH, 2004 p. 195).

Assim a geografia colocou-se como ferramenta necessária e útil à educação do povo, já que parte de seu conteúdo naturalizado, o território, era descrito e supervalorizado para dissimular as ações das lideranças políticas e das ideologias do Estado, que, de cima para baixo, bem ao estilo da burguesia, conduziram à consolidação da unidade e coesão do território do Brasil. O ensino de geografia a serviço da expansão e naturalização ideológica do império, até os dias atuais, em que a dicotomia é reproduzida em vários materiais didáticos, inclusive nos livros, servia antes para o ensino mnemônico do que para o desenvolvimento crítico no processo de ensino e aprendizagem de caráter humanizador integral, como observa a autora:

> Em que medida o livro didático pode abordar sociedade-natureza (as relações entre/intraclasses sociais e natureza), sem continuar incorrendo na armadilha de um estudo das relações entre o homem e a natureza, que reduz a sociedade humana à condição de um dos elementos da natureza? (VLACH, 1990 p. 48).

Consequentemente suas observações acerca do ensino de geografia, na obra *Geografia em Debate*, Vlach chama atenção para a constituição de uma geografia contra hegemônica, caminho para repensar no ensino as relações aluno-professor, as mediações que sejam qualificadas para relacionar tempo e lugar, sem cair em dogmatismos e veiculação de conceitos predeterminados, disseminados por certa geografia crítica.

Ainda conforme essa autora, é preciso produzir livros e materiais didáticos para desafiar a separação entre sociedade e natureza. Apesar dos acertos, pensamos que a autora se equivoca ao sair em defesa dos pressupostos da Escola Nova, retirando do centro do processo de ensino e aprendizagem o professor, com o aluno assumindo o protagonismo, metodologias ativas, e assim tece críticas à formação de professores sem reflexão da materialidade necessária daquele processo:

> Entendemos constituir-se de máxima importância que o professor e o livro didático ofereçam subsídios para que os alunos possam compreender que o estudo das relações homem-natureza não só privilegiou (a) “as técnicas de dominação, transformação, adaptação do homem às condições do meio natural (segunda natureza, não importa)”, como este é subsumido em uma abordagem crítica, que centra sua análise nas relações políticas, econômicas, culturais, de que resulta a produção (social) do espaço geográfico, como síntese de múltiplas determinações historicamente dadas (VLACH, 1990, p. 48).

A história do conhecimento e do ensino de geografia no Brasil, até o fim da segunda grande guerra mundial, não se concretizou academicamente, e foi o ensino básico que reproduziu a permanência e disseminação do conhecimento geográfico na formação socioespacial brasileira. A institucionalização da geografia no ensino superior fez de o ensino nas escolas viver um período histórico marcado pela oposição da geografia moderna, científica e positivista frente à chamada geografia tradicional, enciclopédica e mnemônica, ou seja, racionalidade europeia frente ao ensino catequético de método decorativo. A influência europeia, de origem francesa e alemã, na reprodução do conhecimento geográfico acadêmico foi forte, e São Paulo e Rio de Janeiro foram pioneiros no ensino superior pós-guerra mundial.

As influências do empirismo, baseado nos pressupostos naturalista e de verificação laboratorial de Kant, era nítidas e serviram para justificar ideologicamente o avanço da acumulação ampliada capitalista sob o trabalho e as forças de trabalho apoiadas na superexploração articulada à opressão racial e de gênero. A naturalização das relações sociais e de produção foi garantida pela massificação da educação básica, pelas dezenas de reformas e mudanças materiais estruturais para o avanço de relações assalariadas e de exploração trabalho e capital no campo e nas cidades, ora em curso.

De outra forma Pontuschka (2009), nos lembra que a crítica europeia, mas não apenas aos fundamentos da “velha” dicotomia natureza e sociedade no interior do conhecimento geográfico sofreu reveses, com repercussões na geografia brasileira durante a década de 1970. O movimento de renovação, em seu interior, continuado por Pierre George, Yves Lacoste, Bernard Kayser, Jean Tricart, entre outros aqui no Brasil, procurou aprofundamento teórico e metodológico:

> Da geografia, utilizando o materialismo histórico e dialético, Marx e seus seguidores afirmavam que só a perspectiva de transformar o mundo

> permitia sua compreensão, só a visão crítica permitia apreender a essência e o movimento dos processos sociais. [...]
> Surgiram, na década de 80, tendências críticas que apresentavam o materialismo histórico como elemento unificador e método de investigação da realidade, buscando superar os diferentes dualismos sempre constatados na Geografia, desde que constituiu um corpo sistematizado de conhecimentos. (PONTUSCHKA, 2009, p. 54-55).

Entre as correntes de pensamento crítico de origem marxista, aquela que suplantou o dualismo pela incorporação dos debates dialéticos da primeira e segunda natureza com o espaço onto e historicamente determinado, parece-nos o conjunto teórico e metodológico mais bem acertado. Consequentemente, já que partimos do entendimento de que a geografia é uma ciência social, o espaço está na história, ou seja, as práticas, os arranjos espaciais, a formação socioespacial com suas particularidades e as tensões entre diferenças e identidades, gênese do espaço, ocorrem na história, num tempo determinado. O espaço geográfico é aquela categoria que permite apreender os movimentos da totalidade: a formação econômica e social é uma categoria de natureza social, ou seja, o espaço é essencialmente social, o que podemos afirmar, concordando com o autor as relações sociais e dos homens com a natureza são centrais na nossa reflexão da abstração espacial e os rebatimentos do dinheiro e da condição de desemprego que vive os trabalhadores desempregados alunos de EJA:

> O espaço não é suporte, substrato ou receptáculo das ações humanas, não se confunde com o “espaço físico”. O espaço geográfico é um “espaço produzido”, uma formação espacial.
> Mas a “primeira natureza” não é mera parte integrante da formação espacial. É uma condição concreta de sua existência social e isto por ser uma condição concreta da existência social dos homens. Conquanto a “primeira natureza” não seja o espaço geográfico, não há no entanto espaço geográfico sem ela. [...]
> Daí decorre que sua importância geográfica resulta sobretudo do fato de situar-se no próprio âmago da natureza social do espaço, sendo este âmago o trabalho social. A “primeira natureza” integra a base material da sociedade. (MOREIRA, 1982, p. 42).

Naquilo que é “caro” aos geógrafos e à (re)produção do conhecimento e do saber geográfico, particularmente para o desenvolvimento de nossa pesquisa, a centralidade do trabalho no mundo dos homens, Moreira (1982) prossegue e descreve a unidade dialética sem perder as singularidades que a totalidade em

movimento contraditório reproduz e a natureza social do espaço e da ciência geográfica:

> Transformando o meio natural, o homem transforma-se a si mesmo. Ora, como a obra de transformação do meio é uma realização necessariamente dependente do trabalho social (a ação organizada da coletividade dos homens), é o trabalho social o agente de mutação do homem, de um "ser animal" para um "ser social", combinando estes dois momentos em todo o decorrer da história humana. (ENGELS, 2000 *apud* MOREIRA, 1982, p. 42).

E para o que mais de perto nos interessa, as consequências da condição estrutural do desemprego para a formação do proletariado e da massa trabalhadora na EJA, enquanto relação entre trabalho e educação, mediadas pelo dinheiro reprodução presente na forma trabalho abstrata assalariado e dividido nos espaços capitalistas de produção de valor e valorização. Todos os complexos sociais reprodutivos pela sua dependência e autonomia relativa à materialidade e objetividade do trabalho não pode ser diferente os processos de educação e de modo mais amplo a formação do gênero e da humanidade. A formação econômica e socioespacial as quais nos submetemos deriva do duplo conjunto de interações articuladas:

> a) o conjunto das interações homem-meio, erroneamente denominadas "relações geográficas"; e b) o conjunto de interações homem-homem, as relações sociais.
> Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo. [...]
> O caráter simultâneo e articulado dessas interações pode ser expresso nos seguintes termos: os homens entram em relação com o meio natural, através das relações sociais travadas por eles no processo de produção dos bens materiais necessários à existência. Engels já observava que os homens entram em relações uns com os outros através de "coisas". No caso, não haveria relações sociais, se não houvesse a necessidade de os homens transformarem, por via do trabalho social, o meio natural em meio de subsistência ou de a este chegarem. (MOREIRA, 1982, p. 43).

Na esteira da história da geografia entre as mudanças que prometia cumprir a modernização geográfica frente à geografia tradicional está a aceitação dos princípios racionais na produção das regiões naturais, proposta na reforma curricular defendida por Delgado de Carvalho. Para além das contradições internas dos diferentes autores, Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho, da geopolítica e da geografia política, importa descrever a importância da geografia de Pierre George

(1968), que, em primeiro lugar, se interessou por demografia, geografia industrial, geografia urbana e que contribuiu para o surgimento de questões até então não abordadas pelos geógrafos (PONTUSCHKA, 2000).

Vlach (1990), ao analisar o livro didático, instrumentaliza-o na produção de contra hegemonias e abre um problema ao dialogar com Gramsci (1999) e resgatar um dos expoentes das teses estruturalistas, Michel Foucault (1982), para tratar da relação entre saber e poder, teoria e prática enquanto problema que o método no ensino de geografia deve dar conta.

Antes de criticar ou propor alternativas, Vlach (1990) parece reforçar a dualidade sociedade e natureza reproduzida nos materiais didáticos, nas políticas educacionais e no cotidiano dos espaços escolares, permanecendo até os dias atuais na academia, no trabalho e na vida da população trabalhadora. Esquece a autora aquilo que Lessa (2016) e Iasi (2013) já chamam a atenção: há uma confusão nas análises do mundo dos homens que têm o trabalho como centralidade com o cotidiano e os espaços vividos, ou os lugares que homens e mulheres trabalhadores não frequentam; enquanto outros autores, ao apresentarem alternativas e soluções aos dilemas na relação entre trabalho e educação o fazem sem qualquer materialidade, ou seja, permanecem no campo único e exclusivo da reprodução social, esquecendo que complexos reprodutivos são determinados, não exclusivamente, pelas estruturas do complexo social da produção e do trabalho.

De nossa parte, nós apoiamos o entendimento de que a geografia é uma ciência social que tem como seu objeto o espaço geográfico determinado pela história que, na aparência, se estrutura socialmente numa totalidade de arranjos espaciais, de relações de trabalho e sociais com pertencimentos e tensões de identidades e diferenças socioespaciais presentes em diversas escalas, o que serve de base concreta para o desenvolvimento de processos de reprodução social. Conforme afirma Lefebvre (2006), o espaço é essencialmente um espaço social, espaço produzido, formação espacial que carrega dupla natureza, ou seja, sua produção é simultaneamente transformação da natureza (ENGLES, 2000), e dos homens ao travar relações sociais (MOREIRA, 1982).

De outra maneira e no campo da pedagogia da EJA em recente artigo, Ventura (2011), e Rummert, (2008) centram suas críticas no desenvolvimento contemporâneo de políticas educacionais para a modalidade da EJA, naquilo que nos parece ir além da natureza simples e complexa do trabalho constitutivo, da

relação entre trabalho e educação no Brasil pensando, o poder e o Estado numa materialidade concreta, estruturada por relações de classes sociais em conflito aberto, num movimento contraditório:

> Partimos do pressuposto de que as políticas de governo atualmente implementadas no âmbito da educação de jovens e adultos trabalhadores, no Brasil, estão fundadas em estratégias de construção e manutenção da hegemonia que perpetuam, sob diferentes roupagens, as relações fortemente assimétricas de poder, bem como os processos de concentração de riquezas e renda, que marcam o país. (RUMMERT, 2008, p. 176).

Com a mesma orientação, mas pensando a pulverização de programas específicos, tais como PROJOVEM e PROEJA, formas de esconder a incapacidade de universalização da educação, bem como de acesso e permanência dos trabalhadores, Ventura (2011) argumenta sobre a relação entre quantidade e qualidade:

> As marcas estruturais desta década na educação de jovens e adultos foram a reiteração da sua marginalidade no sistema educacional, acompanhada pela oferta de uma educação reles para a maioria da população – embora tenha sido ampliada a possibilidade de certificação referente a alguma escolarização. Em outras palavras, o Estado substituiu a ausência de oferta por cursos diferenciados, que guardam como ponto comum uma “certificação vazia”, incapaz de alterar de forma significativa o quadro de baixa escolaridade (KUENZER, 2005; CIAVATTA; RUMMERT, 2010). Na prática, são experiências educativas que proporcionam maior certificação sem significativas alterações qualitativas de acesso ao conhecimento para a maior parte da classe trabalhadora. (VENTURA, 2011, p. 92).

Assim a constituição, a história e a trajetória da geografia da EJA estão em processo, devendo levar em conta que a força das ideias, neste caso, reproduz saber escolar imerso de valores e ideologias estruturantes do senso comum, reproduzidos em diversos espaços produtivos e reprodutivos socialmente. Santos (2008) ao analisar diferentes políticas curriculares afirma que são “esferas da vida cotidiana (políticas públicas, informações veiculadas nos meios de comunicação, ações individuais, etc.) que a mesma dualidade presente no espaço escolar, sociedade e natureza, reproduz”. A mesma fragmentação que o conhecimento acadêmico reproduziu historicamente na constituição da geografia está presente nos

currículos, nos livros didáticos, no discurso e na formação de professores a atingindo desigualmente jovens e adultos trabalhadores (SANTOS, 2008).

Quem são os sujeitos de EJA e a que classe pertencem, ou seja, que condições materiais e subjetivas estão a garantir suas existências? Obviamente:

> [...] partindo do pressuposto de que praticamente todas as pessoas que frequentam as salas de aula da EJA têm suas histórias de vida marcadas pela sua forma de inserção no mundo do trabalho e, portanto, na forma de produção de sua existência, podemos chegar à conclusão de que este público é formado essencialmente pela classe trabalhadora (SANTOS, 2008, p. 45).

No entanto, como observa esse autor, entre inúmeras particularidades, a natureza dos objetos-sujeitos de nossa pesquisa carrega a formação do trabalho em suas trajetórias com o ensino de geografia na EJA, forjando um cotidiano de potencialidades:

> EJA pode ser a modalidade de ensino na qual a tensão entre a concepção dualista e a visão integradora da relação sociedade e natureza seja mais intensa, justamente por se tratar de um público cujos conceitos cotidianos se encontram mais enraizados e densos. (SANTOS, 2008, p. 293).

Esse autor estrutura bases e princípios da geografia da EJA com a geografia e suas categorias, mediando mundo do trabalho e conhecimento escolar, seus conteúdos e modos de socialização. Os documentos oficiais analisados de política educacional curricular, as coleções e cadernos de EJA e PROJOVEM são tratados como base empírica para analisar as políticas educacionais, em particular os currículos, sua recontextualização de discursos e a apropriação de conhecimentos geográficos. Identifica possíveis contradições nos materiais quanto a temas, tais como relação entre sociedade e natureza na organização dos conteúdos geográficos, assim como o tratamento distinto da relação entre trabalho e educação nas diferentes coleções. Chega mesmo a observar que:

> Nas duas propostas, porém, o conhecimento geográfico acionado não discute a fundo a dimensão ontológica [...]. Na coleção PROJOVEM, esse caráter acaba sendo pouco ressaltado chegando mesmo a ser confundido com o trabalho enquanto emprego, forma histórica do trabalho no capitalismo. Nos cadernos a relação estabelecida entre trabalho, produção e natureza demonstra uma preocupação espacial e conceitual do trabalho, mas o que prevalece na atividade didática proposta é discussão acerca da

> relação sociedade – natureza. A análise conceitual que a geografia faz sobre o trabalho, restringe, então, à relação homem-meio e à ideia de mediação das transformações que a sociedade promove na natureza. (SANTOS, 2008 p. 276).

Chega à conclusão de que, embora contribua para superar a visão que coloca trabalho e emprego sob o mesmo ordenamento, o tratamento dado nos documentos curriculares analisados não avança sobre a tese do trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, 2002), sem discutir a fundo a dimensão ontológica do trabalho como produtor de valores de uso, de direito, bem como a possibilidade de liberar homens e mulheres do fardo da alienação e de relações estranhadas reproduzidas no desenvolvimento do trabalho abstrato e assalariado sob controle do capital.

Ao estabelecer as bases e os princípios da geografia da EJA no Brasil relacionados nos projetos político e pedagógico dos espaços escolares, compreendidos não como manuais, mas como pressupostos que devem nortear as ações educativas, as bases e os princípios, tem como horizonte a construção de uma geografia escolar comprometida não apenas com as especificidades da escolarização de jovens e adultos trabalhadores, mas também com a perspectiva ético-política desse processo de ensino-aprendizagem (SANTOS, 2008, p. 309). Assim, apesar de algumas divergências no entendimento da categoria do trabalho, esse autor defende a práxis emancipatória como fundamento dos sujeitos envolvidos no projeto educativo os quais, ao disputarem a hegemonia política, estão a constituir uma contra hegemonia, razão da insistência do acesso da classe trabalhadora ao conhecimento, o que pode favorecer uma consciência catártica (GRAMSCI, 2001 *apud* Santos, 2008, p. 309).

De outra maneira, a geografia humanista, existencial e holística, de certa forma distante do potencial que considera as lutas de classes como motor histórico (RAMOS, 2010), ao considerar a catarse enquanto momento contrário à adaptação, propondo a intervenção no mundo enquanto dever ser de sujeitos comprometidos, problematizadores de coisas de que duvidam e que intervêm no mundo, articula crítica e conhecimento escolar, acentuando o processo educativo no qual geografia, escola e sujeitos são partes indissociáveis. Um terceiro e último princípio, para nós problemático, a reger os fundamentos da geografia da EJA, a preocupação em dar conta da relação do lugar e seus sujeitos, estruturada na dicotomia local global, ou

seja, trabalhar a geografia escolar por inteiro, significa dar conta de uma realidade multiescalar:

> Dispor de toda sua riqueza analítica, tanto no que ela tem de conhecimentos referentes às ciências da terra como no que ela puder buscar a relação entre esses conhecimentos a fim de que se possa compreender os processos que organizam o espaço e o estruturam em território, mais ela pode se aproximar de uma perspectiva holística.[28] (SANTOS, 2008, p. 314).

Inúmeros dilemas e problemas não tratados pelo conhecimento geográfico brasileiro escolar e acadêmico são observados desde sua constituição até a contemporaneidade, tais como a relação entre objeto e sujeito invertida. Sem falar na ausência de sujeitos na (re)produção social do espaço, estranhamento reproduzido na análise das formas e conteúdos espaciais, formações socioespaciais e soluções teórico-metodológicas, que mais servem para reforçar o hibridismo quando não a estrutura alienada e estranhada do trabalho e econômica incapazes de revelar os nexos da materialidade concreta da vida nos momentos da reprodução social, imersa por abstrações no interesse ideológico da classe dominante, a burguesia, tais como: lei do valor, dinheiro, divisão do trabalho, trocas e intercâmbio, mercadorias, propriedade privada e capital, essa relação social que funda a ordem social vigente.

Ao tempo em que historicamente o dualismo da geografia holística não deu conta de revelar contradições do movimento real e do concreto da sociedade, a relação entre homem e natureza, central no conhecimento geográfico, considera não apenas regiões e paisagens naturais quando assume o espaço, categoria real, carregada de potência e capacidade reflexiva. Além disso o desenvolvimento histórico do capitalismo forjou, na unidade dialética (MOREIRA, 2009), relações sociais reprodutoras de espaços necessariamente mediadas pelo trabalho abstrato, dividido e assalariado.

---

[28] Perspectiva dominante até hoje em dia na produção do conhecimento geográfico em que a separação homem e natureza está a serviço de conjuntos ideológicos de natureza burguesa a expandir opressões, dominação e exploração de trabalhadores e proletários, mais intensamente em sociedades dependentes, atrasadas em que a frágil composição orgânica do capital foi compensada na superexploração da força de trabalho de tal maneira que garantisse níveis excedentes de trabalho suficientes ao desenvolvimento de regimes combinados de acumulação: primitivo, ampliado e atualmente flexível.

Entre limites e possibilidades, reconhecemos o potencial transformador não apenas na articulação e nexos entre princípios da EJA estruturados na defesa da escola integral do trabalho, reprodutora de catarses ética e política, numa práxis social do trabalho que se realiza no espaço e nos lugares frequentados pelos sujeitos em relação com a natureza, sua particularidade e singularidades. Sem esquecer o trabalho como princípio educativo na base dos conteúdos curriculares geográficos da EJA, não devemos superestimar o complexo ideológico da educação nas transformações sociais, levando em conta princípios que relaciona o local ao global sem nexos com categorias e leis universais. Há que se pensar o conjunto de contradições a movimentar a totalidade social do trabalho, os complexos e sistemas de complexos sociais em relação, em unidade dialética, levando em conta determinações históricas no desenvolvimento desigual de diferentes formações social e espacial na ordem complexa capitalista contemporânea Lessa (2007, 2016), Iasi (2013) e Tumolo (1996, 2005).

É preciso, no entanto, deixar claro que todo esse potencial para analisar e refletir que carrega o objeto da geografia ainda carece de ser apresentado e enfrentado, particularmente quando relaciona trabalho e educação nos quadros de alienação do trabalho e estranhamento dos trabalhadores e suas relações objetivadas por abstrações espaciais. Como observa Gomes (2014), o estudo das regiões e paisagens naturais centrais para a geografia tradicional, nos séculos XIX e início do XX, detinha o caráter holístico assumindo posteriormente, a partir da renovação crítica em 1970, o fenômeno da organização do espaço como objeto central:

> O aspecto central para a concepção de espaço adotada pela abordagem tradicional fragmentada, nos termos de Moreira (2008), não foi o de secundarização do espaço como tema de investigação. Quando situamos a questão no contexto da transição dos séculos XIX – XX, qual seja, o de uma sociedade estratificada e de luta de classes, explicita-se que observar, descrever, hierarquizar e reduzir as diferenças a aspectos naturais regionais, ao mesmo tempo que fundamentava a dominação e a exploração da natureza, retirava da geografia a sua potência reflexiva acerca das contradições que envolviam as relações de produção. (GOMES, 2014, p. 180).

E o que mais nos interessa, tomando como mediação as abstrações do dinheiro e a alienação do trabalho assalariado na produção social do espaço, sob controle e ordenamento abstrato do capital, a particularidade da relação entre

trabalho e educação geográfica na formação capitalista, ao “desconsiderar as relações sociais de produção, a geografia produzida na primeira metade do século XX pouco pode dizer sobre o fenômeno da alienação do trabalho ou sobre a relação de estranhamento estabelecida entre os sujeitos e o espaço, os rebatimentos na formação dos espaços sociais e do trabalho frente ao avanço de relações de trabalho e na sociedade estranhadas. Não porque não possuísse potência explicativa para tal ou que esses fenômenos não se constituíssem em questões relevantes, mas porque a fragmentação extrema (im)posta em sua reprodução levou os geógrafos a refletirem sobre os fragmentos daquilo que acreditavam ser uma “análise geográfica” efetiva” (GOMES, 2014, p. 181).

De outra forma, sem concordar com todos os pontos importantes e consequentes da análise crítica que empreende, Santos (2008), mostra a relevância da produção do conhecimento geográfico escolar e acadêmico por trabalhadores, ao colocar na ordem do dia a potência da geografia da EJA, com o princípio educativo do trabalho estruturado pela práxis social, elemento de transformação emancipador. No campo da política educacional e curricular, a análise dos materiais empíricos, cadernos de EJA e coleção PROJOVEM, contribuem para apresentar e desenvolver as teses urgentes e necessárias da geografia da educação do trabalhador, concordando parcialmente com os termos propostos por Resende (1986) na década de 1980.

Queremos insistir, os estudos dos autores Resende (1986) e Santos (2008), embora pioneiros e importantes naquilo que historicamente foi “caro” à produção do conhecimento geográfico, fragmentos do real sem levar em conta a totalidade, nos termos em que se desenvolvem não potencializam na mediação trabalho e educação, consciência espacial nem tampouco recontextualização dos diferentes discursos presentes nas propostas curriculares dos cadernos analisados, a crítica necessária à inversão objeto-sujeito, forma-conteúdos sob comando do capital em suas análises. No caso do último autor as contradições identificadas e operadas nos documentos oficiais, currículos e programas, não dialoga com aquele momento espaço estruturante da sociedade capitalista, as mediações no processo de formação do valor e do valor trabalho no e do espaço geográfico.

Em particular, o problema de levar em conta o princípio educativo do trabalho, fundamento a explicar a dinâmica e o desenvolvimento das relações entre trabalho e capital no capitalismo contemporâneo, é possível analisar o espaço, as relações que

o estruturam e o desenvolvimento de complexos reprodutivos como o ideológico, sua natureza e as transformações contemporâneas, de tal maneira consequente sem perder de vista as contradições na determinação do objeto sobre os sujeitos?

De outra maneira, como argumenta o autor, o desemprego estrutural e crônico instalou novas e profundas contradições que a gestão e a organização do capital vêm forjando para os trabalhadores, em particular, o proletariado:

> Pois ele tende a produzir dinamite social dentro da estrutura do sistema do capital, independentemente das formas de solução procuradas. Neste sentido, considerado em si mesmo, o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social, trazendo consigo o que até os círculos oficiais reconhecem ser “consequências indesejáveis”, depois de muitos anos de negar que as tendências negativas de desenvolvimento denunciadas tivessem algo a ver com o câncer social que é o desemprego crônico. Elas vão desde uma taxa de criminalidade crescente (especialmente entre os jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta [...] trazendo o perigo de graves agitações sociais. [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 343).

O atual regime flexível de acumulação de domínio financeiro na escala mundial aprofunda a crise em que vivem o trabalho abstrato e o capital, fazendo avançar identidades estranhadas, arranjos e formas espaciais estruturadas por relações e conteúdo em que se alienam trabalhadores, suas relações com a natureza, entre si e com o gênero humano. O controle social exercido pelo capital, ao tempo em que passa por desregulamentação das relações entre trabalho e capital, é acompanhado da redução dos serviços do Estado, a saúde e a educação, e da financeirização da vida e do trabalho. Contraditoriamente a redução do tamanho e da qualidade dos serviços ofertados pelo Estado, dirigida socialmente à massa trabalhadora, vem acompanhada de maior intensidade de jornadas de trabalho informal e regime de empregos em que a subocupação e a superexploração da força de trabalho é a regra.

Nos termos da relação entre trabalho e capital, este último recebe mais intensamente, na política econômica neoliberal, mais financiamentos, projetos e programas oficiais sob o discurso de empregabilidade, eficiência e criação de vagas e empregos, o que reforça a reprodução de espaços abstratos em condições de alienação do trabalho e dos trabalhadores, sem solucionar, mas aprofundando a curto e médio prazos, a situação de desemprego estrutural, combinada à

superexploração da força de trabalho em que vivem frações crescentes do assalariado proletarizado ou não no Brasil.

Dada a particularidade histórica da formação social e espacial brasileira, o atraso e a dependência econômica, sua inserção na economia financeirizada e a rápida reestruturação das relações entre trabalho e capital, baseada na intensificação da divisão do trabalho, como tendência, fragmentam a classe trabalhadora e retiram a capacidade de análise crítica de categorias como trabalho simples e complexo. Sem distinguir a qualificação, se superior ou técnica, profissional ou de baixa qualificação, as novas condições de (re)produção social do trabalho impostas pelo capital e seu regime flexível de acumulação não são garantia social de acesso a empregos formais, com salários e jornadas diferenciados, mas ocupações de tempo parcial, subocupadas, de empregos intermitentes e atividades estruturadas por relações de trabalho informais, que, embora atinjam desigualmente o espaço do centro e das periferias, são reproduzidos na escala global:

> Igualmente relevante é o novo padrão de desemprego que vem se delineando. [...] limitava-se em grande parte "aos bolsões de subdesenvolvimento"; e as milhões de pessoas afetadas por ele costumavam ser otimisticamente ignoradas, [...]
> Na medida em que a transformação predominante se dava na substituição do trabalho não qualificado pelo qualificado, envolvendo grandes dispêndios de capital para o desenvolvimento industrial, o assunto podia ser ignorado com relativa segurança, dada a atmosfera de euforia provocada pela "expansão". Em tais circunstâncias, a miséria necessariamente associada a todos os tipos de desemprego – inclusive aquele produzido no interesse da modernização – podia ser capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos. [...] No entanto, foi sistematicamente ignorado o fato de que a tendencia da "modernização" capitalista e o deslocamento de uma grande quantidade de trabalho não qualificado, em favor de uma quantidade bem menor de trabalho qualificado, implicavam em última análise a reversão da própria tendencia: ou seja, o colapso da "modernização" articulado a um desemprego maciço. (MÈSZÁROS, 2011, p. 1004).

Diante da conjuntura contemporânea de desenvolvimento e organização do espaço pela crise do trabalho abstrato e capital, novas rodadas de valor e valorização do espaço geográfico colocam o Brasil, suas riquezas naturais e o trabalho como fontes a serem capturadas pelo tripé: capital internacional, Estado e capital nacional.

Algumas indagações parecem pertinentes: o que justifica uma geografia acadêmica e escolar que não acompanha as mudanças de formações sociais e

espaciais, em particular do Brasil, além da “prisão” a concepções ideológicas a serviço do progresso e desenvolvimento capitalista? Como sustentar a ausência do espaço social enquanto produto do trabalho e, portanto, de relações de trabalho e sociais em propostas e análises que levem em conta quadros regionais e paisagens naturais quando a segunda natureza avança sobre a primeira natureza, os valores e mercadorias de troca dominam os valores de uso? Uma das justificativas foi o fato de que, “enquanto a reprodução do capital não demandou outra forma de reprodução social impondo novas contradições sem, necessariamente, superar as já existentes, essa concepção de geografia sustentou-se como forma dominante” (GOMES, 2014, p. 181).

No Brasil entre 1930 até final de 1970, entre a institucionalização e a renovação da geografia brasileira, quase sempre a produção de conhecimento acadêmico brasileiro ficou refém ou:

> Se limitou a descrever o que chamou de “êxodo rural”, “crescimento desordenado das cidades”, “crescimento desordenado das periferias”, “setores primários, secundários e terciários” da economia sem, todavia, abarcar a totalidade e as contradições que envolveram o processo sobre o qual refletia. (GOMES, 2014, p. 185).

Moreira (2009) chama a atenção para os limites dessa geografia holística, humanista e que permanece até hoje nas propostas curriculares, nos materiais e livros didáticos, e que é reproduzida no cotidiano do trabalho pelos trabalhadores e pela sociedade em geral. A ausência de unidade de contrários e sínteses capazes de revelar múltiplas determinações nas reflexões da relação consciência-ação, trabalho-educação, dentre elas as lutas de classes numa sociedade estruturada pela condição semiperiférica, dependente e atrasada, inserida na divisão internacional do trabalho, parece inconsequente. Diante do novo, o debate interno realizado pela geografia assumiu a condição de produzir teoria para orientar práticas e dar respostas a fenômenos, como alienação e estranhamento na (re)produção do trabalho social e do capital:

> De fato, a geografia passou a estudá-lo devido as suas consequências, pois, afinal, foi o que se materializou no espaço. Assim, partindo dos estudos sobre precariedade das condições de moradia, sobre o consumo do sujeito no deslocamento para o trabalho, sobre a exploração presente nas relações de trabalho etc., gradativamente, a alienação foi se constituindo para a geografia em importante fenômeno a ser estudado.

> Entretanto, apenas fragmentos desse fenômeno foram apreendidos nos estudos [...].
> Todos esses estudos, sejam aqueles voltados à análise dos fragmentos ou à totalidade da urbanização, constituem-se não apenas em um importante acervo para compreendermos alguns elementos que foram registrados na origem do fenômeno, mas também apontam para os novos desafios do fazer e do pensar geográfico, [...]. (GOMES, 2014, p. 188).

Deste ponto em diante, a partir das entrevistas e diálogos travados com nossos objetos-sujeitos de pesquisa, trabalhadores desempregados, alunos e alunas de EJA, passamos a analisar os rebatimentos que a condição de trabalhadores desempregados vivendo sob abstrações tais como o dinheiro (re)produzem em seus processos e espaços mais amplos de formação, inclusive naquele formal e escolar. São trabalhadores, em particular sujeitos que, vivendo trajetórias de trabalhos proletarizados ou não, se encontram desempregados, são alunos de EJA, negros, mulheres e periféricos com baixa escolarização e letramento.

Apesar de outro espaço e tempo, a citação abaixo mostra-se contemporânea e merece ser parcialmente reproduzida pela centralidade na compreensão de nossos objetos-sujeitos pesquisados, revelando contradições que o sistema do capital engendrou historicamente em seu ordenamento:

> Pois ele tende a produzir dinamite social dentro da estrutura do sistema do capital, independentemente das formas de solução procuradas. [...] Elas vão desde uma taxa de criminalidade crescente (especialmente entre os jovens) até denúncias violentas de agravos econômicos e formas de ação direta (por exemplo, a revolta de massa contra um “imposto de pedágio”, que foi a causa da queda da primeira-ministra Margaret Tatcher na Inglaterra), trazendo o perigo de greves e agitações sociais. Por outro lado, o que poderia ser uma alternativa óbvia a deterioração do emprego – que às vezes é defendida, por reformadores bem-intencionados– não tem a menor chance de aprovação. (MÉSZÁROS, 2011, p. 343).

Pelo exposto anteriormente em particular na compreensão e análise de documentos oficiais, como a Reforma do Trabalho e o decreto lei que o normatiza, criam-se as condições legais para institucionalização da EJA nos pressupostos teórico-metodológicos presentes na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Nossa tese, ao relacionar trabalho e educação de jovens e adultos trabalhadores, pretendeu, com o centro no trabalho abstrato, iluminar as categorias reais da alienação do trabalho pela ampliação da divisão do trabalho, pela mediação abstrata do dinheiro e da propriedade privada capitalista, sob condição de desemprego, com

rebatimentos na formação e educação da massa trabalhadora em particular trabalhadores desempregados com experiências de proletarização ou não.

Como defende Gomes (2011, p. 189), refletir os sentidos e as contradições que envolvem a reprodução social do espaço torna-se fundamental, já que esta se reflete no sujeito, alienando-se de si mesmo, do outro e no limite do próprio espaço, levando-o à relação de estranhamento de si e do gênero humano o que, como tendencia, pode potencializar a barbárie e nos distanciar de relações trabalho e educação humanizadoras.

A centralidade do trabalho no tempo e no espaço capitalista e sua forma abstrata nos permitiu analisar criticamente conteúdos de política educacional ausentes nos documentos oficiais analisados anteriormente. Mais do que nos propomos pensar, o complexo reprodutivo da educação no interior do complexo ideológico e da crise que vive a interiorização a crise de realização do trabalho abstrato implica a reprodução social no e do espaço. As implicações das abstrações impostas pelo capital ao trabalho abstrato e assalariado, dentre elas a mediação do dinheiro, vivendo em condições de desemprego, reproduzem rebatimentos objetivos e na subjetividade, na educação e formação dos trabalhadores da EJA.

Temos plena concordância com os autores sobre o potencial que carrega a geografia quando, na unidade de contrários, de relações sociais entre trabalho e capital, sem deixar escapar a estrutura natureza-sociedade, totalidade em movimento, podemos e devemos captar e refletir criticamente relações trabalho e educação (MOREIRA, 1982, 2009).

Para além da pesquisa que revisa a bibliografia, nosso trabalho de campo, estruturado por observações, registros fotográficos e gravadores; bem como nossa prática docente e, enquanto pesquisador, entremeada por diálogos, às vezes, conflituosos, cooperativos e colaborativos, ocorreram nos variados espaços e momentos do cotidiano escolar: lanches, diretoria, sala de professores, cozinha, quadra esportiva. Ainda ocorreram em eventos em tempos variados, feiras científicas, apresentação de trabalhos individuais e coletivos, momentos de avaliação somativa, dialógica e de aprendizagem, ou ainda nas aulas expositivas na EJA ou no ensino regular médio e fundamental II. Momentos de aprendizagem, ensino, formação, ou seja, foram espaços e tempos contraditoriamente reprodutores de uma sociabilidade historicamente estruturada na dialética humanização-alienação.

Decidimos pelas entrevistas semiestruturadas junto aos objetos-sujeitos trabalhadores desempregados alunos de EJA para dar visibilidade aos que, de fato produzem espaços geográficos sociais e neles são estranhados. Sabemos das limitações e críticas que o procedimento teórico-metodológico impõe quanto às generalizações diante da escala. Temos plena clareza do ineditismo e da ausência de estudos no campo da geografia escolar e acadêmica, que, ao relacionar trabalho e educação, objetos-sujeitos mediadas pelo dinheiro e vivendo na condição de desempregados, potencialmente pode revelar forma e conteúdo abstratos, identidades e diferenças, alienações e estranhamentos na reprodução social. Nossa tentativa foi apresentar, compreender a natureza e refletir sobre o que a teoria da alienação pode nos ajudar na compreensão e no desenvolvimento da reprodução social, ordenada por abstrações que o capital impõe sobre o trabalho abstrato, entre as quais mediações históricas e estruturais, tais como: divisão do trabalho e dinheiro.

Sem qualquer pretensão quantitativa ou de delimitação amostral, nosso estudo realizou-se junto a universo de 70 alunos matriculados, sendo 27 do ciclo 3 e 43 do ciclo 4, regularmente matriculados nos anos de 2021 e 2022. Nosso recorte amostral entrevistamos 6 alunos negros e desempregados, sendo 3 mulheres e 3 homens, dos quais um se identificava como homossexual.

Entre as questões que nortearam nossas entrevistas, indagamos sobre propriedade privada capitalista, divisão e organização do trabalho, dinheiro e salário, conflitos entre colegas de trabalho e supervisores, sobre a atividade em si e a relação do trabalho com a educação. Embora tenhamos consciência dos problemas que transversalizam a dimensão do trabalho, como gênero, religião e etnia, sendo o último a estruturar a sociedade brasileira, estes não foram objetos do estudo.

O desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas não obedeceu a uma rigidez nem esteve preocupado em positivar ou saturar informações quantitativas, ocorrendo quase que espontaneamente em paralelo à nossa prática docente. A convivência em sala de aula facilitou a construção do diálogo, tenso às vezes, mas aberto, fraterno e cooperativo. Após indagar sobre as experiências e o trajeto histórico no mercado de trabalho dos trabalhadores desempregados, alunos de EJA, identificamos e agendamos o espaço das conversas.

As informações, mudanças e questionários foram testados, dúvidas foram retiradas outras permaneceram, entre as quais a natureza das perguntas. Algumas

foram dirimidas durante momentos informais, na hora do lanche ou da descontração dos intervalos entre aulas. Houve momentos intensos, em que a relação foi além daquela, por vezes, verticalizada e bancária, aluno-professor, em momentos e espaços de refeição coletivizados presentes entre alunos e docentes de EJA, em nossa prática docente.

Entre 30 de novembro de 2021 e junho de 2022, com a retomada das aulas hibridas, semipresenciais e presenciais no espaço escolar, após dois longos anos fechados devido à Covid-19, foi possível retomarmos os trabalhos de campo e realizarmos entrevistas e atividades de pesquisa.

As dificuldades acumuladas vieram acompanhadas de reprogramação do calendário de pesquisa a ser cumprido, com o fechamento de espaços públicos, tais como bibliotecas, associações e universidades somadas à natureza exploratória da pesquisa e dos trabalhos de campo no espaço escolar, a nossos objetos-sujeitos e à dependência do calendário de vacinação inicialmente de grupos focais e na sequência em massa para a reabertura dos espaços e a realização das entrevistas, o que nos fizeram mudar escala, sujeitos e objetivos sem perder de vista a relação entre trabalho e educação o que garantiu a manutenção do objeto.

A ausência de vacinação em momento adequado e as mutações virais que ocorreram durante os períodos de pico, assim com a maior incidência e redução no número de mortes, não permitiram a realização dos campos no tempo e espaço propostos, devido ao número de mortos girando em torno de 3 a 4 mil pessoas por dia. A tragédia sanitária anunciada devido à falta de ações concretas do governo Bolsonaro, acompanhada da negação oficial da vacina como solução parcial, nos colocou na condição de estar entre os piores países no trato da pandemia de COVID-19, com aproximadamente 700 mil óbitos na escala do Brasil.

Passado o pior momento, reiniciamos nosso diálogo com os objetos-sujeitos de pesquisa e passamos a descrever as entrevistas, preferindo manter conteúdo e forma dos diálogos, corrigindo apenas quando não houve clareza nas respostas, e mantendo o sigilo dos entrevistados para preservar sua identidade.

O diálogo entre realidade e teoria, trabalho e educação teve apoio em autores como Ranieri (2001), Ramos (2010), Meszáros (2016), Lessa (2016) e Antunes (2018), cada qual com sua forma e interpretação distinta. Entre outros consensos são continuadores daquela tradição de estudos da alienação no capitalismo contemporâneo, teoria sintetizada em toda a obra de Marx, em particular nos

Manuscritos Econômico e Filosóficos (2006), *O Capital* (2013) e Marx e Engels em A Ideologia Alemã (2007).

5.2 Relação entre trabalho e educação e rebatimentos na formação: a EJA e os trabalhadores desempregados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Moura

Antes de avançarmos na análise pela teoria da alienação do trabalho abstrato e da reprodução de estranhamentos entre si e entre os trabalhadores desempregados de EJA e os processos de humanização do gênero humano, momento e espaço de negação e desumanização do gênero humano no interesse do capital, lançamos mão daquilo que Marx (2007, 2008) e Marx e Engels (2007) delinearam como método de pesquisa. Novamente para não sobrarem dúvidas, destacamos que o método não é "camisa de força", mas percurso teórico-metodológico que nos auxilia a caminhar da análise à sincrese e voltar à realidade pela síntese sem desconsiderar que há recuos, certezas e dúvidas, observação com descrição, campo e anotações de campo, sentidos e alienações, pois não estamos isentos de reproduzir relações, ideias e ideologias nas quais estamos inseridos e vivemos. Nossa intenção é refletir um momento da realidade e nossa formação-ação transformadora no mundo.

É aproximação e distanciamento, relação entre objetos e sujeitos, estruturas e subjetividades, concreto e abstrato, na dialética do mundo real, num esforço para (des)velar limites, possibilidades, negação e afirmação na alienação do trabalho abstrato, rebatimentos do desemprego na (con)formação social das identidades e diferenças no interior do gênero humano. Nos termos de Marx, ainda como prolegômenos de *O capital*, a alienação é essa mediação contraditória a estruturar o capitalismo, suas formas abstratas e o desenvolvimento de conflitos, dentre eles as relações sociais com as forças produtivas, as condições que colocam a produção humana em conflito com os produtos objetivados do trabalho. Assim a criação do próprio trabalho é autonomizada pelo produtor, ganha corpo e força; adquirindo poder, estranha relações sociais e forças produtivas:

> [...] tal fato, do ponto de vista do capital, não se apresenta de tal maneira que um dos momentos da atividade social – o trabalho objetivo – devém o corpo cada vez mais poderoso do outro momento, do trabalho subjetivo,

> vivo, mas de tal maneira que – e isto é importante para o trabalho assalariado – as condições objetivas do trabalho assumem uma autonomia cada vez mais colossal, que se apresenta por sua própria extensão, em relação ao trabalho vivo, e de tal maneira que a riqueza social se defronta com o trabalho como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas.[29] (MARX, 2011, p. 705).

Historicamente a categoria alienação, presente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, nos *Grundrisse* até a obra *O Capital*, todos de Marx (2007, 2010, 2011, 2013), é núcleo estruturante do sistema marxiano, segundo Mészáros (2016). Na melhor tradição da crítica marxista, imanência autocrítica que renova, dos estudos e intérpretes contemporâneos que, de uma maneira ou de outra, renovam a obra marxiana. A transcendência da autoalienação do trabalho é central na crítica materialista da história e adquire, na realidade atual, nova urgência quando:

> Lá pelo fim da década de 1960 e início da década de 1970, os eventos e desenvolvimentos sucedidos "sublinharam de forma dramática a intensificação de uma crise estrutural global do capital (MÉSZÁROS, 2016, p. 13).

Portanto a crise socioeconômica global em desenvolvimento atualmente requer solução numa totalidade que articule universalidade e particularidade, ou seja, a transcendência da autoalienação do trabalho às forças do capital, transcendência positiva, entrecortada pela crise mundial estrutural do capital e do trabalho abstrato com toda a sua complexidade multilateralmente condicionante. Mas de que alienação estamos falando, qual sua natureza e função social?

> A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, refere-se à perda do controle: sua incorporação em uma força alienígena que se confronta com os indivíduos como poder hostil e potencialmente destrutivo (MÉSZÁROS, 2016, p. 14).

Que poder alienante é esse que, ao produzir mercadorias, transforma coisas capazes de oprimir, superexplorar e dominar homens e mulheres produtores, ao tempo em que engendra espaço e tempo forjados por homens e mulheres que vivem o trabalho e as atividades garantidoras da existência em relações sociais

[29] A riqueza social é privada pela propriedade capitalista, não é reconhecida e apropriada pelos trabalhadores que, estranhados entre si e com os resultados de sua atividade, entram em contradição com o desenvolvimento das forças que o colocam em movimento.

estranhadas, retirando dos trabalhadores a responsabilidade e o controle sobre sua existência e os vários domínios da reprodução social, particularmente na educação?

Para o que nos interessa mais de perto, em função de nossos objetos-sujeitos de pesquisa, isto é, o desenvolvimento da alienação-estranhamento da humanidade pelo trabalho abstrato, indicados por Marx (2010), interessa-nos a relação que os indivíduos estabelecem com o ser genérico, tensão entre identidade e diferença a produzir espaços sociais, o ser do homem em si e com outros seres sociais, ou seja, nosso campo de pesquisa é a relação entre trabalho e educação de jovens e adultos, bem como os rebatimentos do desemprego mediados por abstrações como o dinheiro, expressão da alienação e estranhamento do trabalho pelo capital, na formação e educação dos trabalhadores. Vivemos uma contemporaneidade em que o desemprego é estrutural e a escola do trabalho Pistrak (2011) e Antunes (2018), capaz de fazer a humanidade se apropriar de habilidade e conhecimentos acumulados historicamente, tornou-se uma mercadoria em que poucos tem acesso em especial aqueles que pela posição no processo de trabalho pertence as classes dominantes, isso sem falar na situação dependente e semiperiférica que ocupa a formação socioespacial brasileira, na comparação com os países centrais e desenvolvidos.

O gráfico de desemprego no Brasil, segundo dados oficiais, demonstra que há uma tendência crescente das taxas, conforme gráfico abaixo. Dados oficiais estão a indicar a pertinência da análise no elevado número de desempregados, em torno de 7,9% do total da força de trabalho, ou mais de 8 milhões de trabalhadores; 4 milhões de desalentados; durante o período pandêmico de COVID-19, chegou a aproximar-se de 15 milhões de brasileiros, conforme o gráfico 1 abaixo. Se incluirmos trabalhadores informais e ilegais, o número pode chegar a 40 milhões (IBGE, 2021) da força e massa total de trabalhadores brasileiros, ou seja, um pouco mais de 1/3 de toda a força de trabalho brasileira vivendo sob desígnios de não saber se terão como garantir a reprodução social.

Figura 1 - Média anual do desemprego no Brasil

Fonte: IBGE (2021). Elaborado pelo autor.

No domínio da reprodução social, o complexo ideológico da educação relativo ao número de adultos não alfabetizados no Estado da Paraíba é de 16,5%, enquanto no Brasil é de 5,6%, ou seja, mais que o dobro da taxa nacional. Segundo dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), avaliação realizada a cada três anos, de 2018 a 2022, pós-covid-19, aproximadamente 50% dos estudantes avaliados acima de 15 anos têm letramento básico e apenas 2% com nível elevado. Neste item, letramento, o Brasil praticamente não avançou, alcançando mesmos níveis de letramento medidos em 2009: 412 pontos.

Antes do confronto teórico-metodológico com o empírico, mediado por categorias abstratas, de forma breve passamos a apresentar nossa trajetória até aqui. A caminhada, por vezes, tortuosa, imersa em percursos e experiências, diálogo com objetos -sujeitos de nossa pesquisa no espaço escolar, o desenvolvimento nem sempre linear de nossos objetivos e objetos-sujeitos de pesquisa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Moura, daqui por diante apenas EMEF Francisca Moura, foi acompanhada de momentos de realização e alegrias, conflitos e cooperação, prática docente e militância, mediada pela condição de pesquisador.

Nossa trajetória de trabalhador reflete a estrutura econômica brasileira desigual, concentrada, atrasada e dependente, que é típica de países

semiperiféricos. Vivemos uma diversidade de ocupações de técnico de edificações na construção civil, fiscal do Conselho Regional de Engenharia (CREA-PB), na região de Mamanguape, litoral norte do Estado da Paraíba, a condição de desempregado recém-formado em Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Encontramos assim, como frações históricas de trabalhadores nordestinos na migração, a conquista do emprego formal quando ingressamos como vendedor de bebidas na transnacional brasileira American Beverage (AMBEV), fábrica de bebidas localizada em Jacarepaguá, cidade do Rio de Janeiro-RJ.

O percurso de retorno veio após um convite para desenvolver a assistência à consultoria em administração, como parte da equipe do professor e consultor Dr. Joel Souto Maior, junto ao Coletivo Feminista de Mulheres Cunhã, localizado na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. No entanto, a migração de retorno foi acompanhada de expectativas, frustrações, projetos e ilusões, ao fazer um mestrado em Administração de Empresas, paralelo à segunda graduação, bacharelado e licenciatura em Geografia.

Neste lugar, espaço e tempo geográfico, o encontro com uma nova racionalidade de formação me abriu a possibilidade de articular conhecimento crítico e humanizador, numa totalidade que integra natureza e sociedade, mas acima de tudo, a real possibilidade da dedicação ao fazer da prática docente, ou seja, o início de minha trajetória como professor licenciado em Geografia. As primeiras experiências como professor ocorreram sem separar, ou em paralelo, as pesquisas e o ensino, sendo a primeira em Administração e a outra em geografia.

As pesquisas vieram acompanhadas de aulas realizadas em assentamentos de reforma agrária na cidade de Mari, estado da Paraíba. Junto aos assentados, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-PB), desenvolvemos nossa pesquisa de mestrado em Administração sob o título: *Entre a contestação e a superação: a produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari*, no ano de 2007. Dando prosseguimento para compreender a questão camponesa, escrevemos nossa monografia de final de curso em geografia sob o título: *Formação e dinâmica territorial camponesa na comunidade Unha de Gato*, no ano de 2008.

A continuidade de nossa existência juntamente ao corporativismo acadêmico nos forçou a prosseguir em nossas pesquisas em geografia na Universidade Federal

de Pernambuco (UFPE) no mestrado quando, no sertão, fomos investigar a ação e a organização dos trabalhadores rurais e camponeses pelos sindicatos rurais, sob o título Resistência e Trabalho no Campo no Município de Santana dos Garrotes-PB, concluídas em 2012. Passamos por três orientações distintas, consecutivamente nesta ordem: Dr.ª Márcia da Silva Costa, Dr.ª Maria Franco García e Dr. Caio Augusto Amorim Maciel, este último na UFPE. As pesquisas jamais puderam ser desenvolvidas sem garantir a nossa (re)produção da existência, portanto a prática docente articulava-se a momentos de militância política e sindical, à participação em grupos de estudos, pesquisa e, quando possível, extensão. O desenvolvimento de projetos e ações, tais como a prática docente como extensionista no Projovem Campo no assentamento de reforma agrária Zumbi dos Palmares, quando lecionamos a disciplina de Geografia, zona rural do município de Mari, estado da Paraíba.

Articular trabalho e educação, como vive a maioria dos trabalhadores, filhos e filhas de trabalhadores no Brasil e no mundo, jamais foi uma opção, mas necessidade e condição de classe, meio para garantir nossa existência social. Nossa trajetória como docente e pesquisador, militante e trabalhador, a partir de 2010, nos levou, como caminho para o doutoramento e prerrogativa para as seleções e exigências curriculares, à prática docente nas redes privada e pública de ensino, à participação em concursos, ao fracasso e ao sucesso em algumas empreitadas no cargo de professor de Geografia no município de São Miguel de Taipu, Estado da Paraíba, durante três anos.

Concursos foram abertos na rede municipal e estadual de educação, e a prática docente adquiriu relevância, pois possibilitou permanecer militando em espaços sociais fundamentais, entre eles o sindicato, o Partido Comunista Brasileiro - seção Paraíba, simultaneamente ao desenvolvimento de estudos e pesquisas. Entre 2012 e 2015, fomos aprovados em concursos e assumimos o cargo de professor de Geografia nas redes estadual e municipal, na então capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. Lecionamos por quase dez anos no ensino médio regular noturno na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Horácio de Almeida, localizada no bairro Alto do Mateus, periferia da capital. Experiência fundamental na formação como educador e professor de Geografia.

No município desde 2015, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisca Moura – EMEF, daqui por diante apenas EMEF Francisca Moura, nos segmentos de ensino fundamental 2 e as primeiras experiências com os trabalhadores alunos de EJA, nos últimos três anos, pós-pandemia de COVID-19. Esse pequeno recorte serve não só para evidenciar nossa condição, pertencimento e posição de classe, forjada como trabalhador-pesquisador-docente, mas também para evidenciar que as experiências e nosso cotidiano não foram estruturados teleologicamente ou como um processo de formação com começo, meio e fim, em que vive parte dos acadêmicos e comunidade acadêmica no Brasil e outros países.

Nossa existência e condição social nos posiciona material, política, cultural e ideologicamente pertencentes à classe trabalhadora brasileira, e nossa observação e reflexão caminham junto ao proletariado moderno e aos nossos objetos-sujeitos de pesquisa, pois entendemos e refletimos o que vivemos. Nossa visão de mundo e dos homens e mulheres é fruto das experiências negativas e positivas que vivemos no trabalho, mas também em outros espaços sociais. Trajetória de vida no espaço e tempo do trabalho no Brasil de origem rural, migrante, articulada ao desemprego, dependente de oportunidades de uma estrutura, formação social e espacial desigual, vivendo relações de enfrentamento ao capital e seus representantes nas ruas, como nas jornadas de 2013, nos colégios particulares, a reproduzirem opressão e superexploração de nossas forças de trabalho, ao receberem valor hora-aula que não dá conta de garantir a existência, mas que foi acordado pelo sindicato em dissídios coletivos, sem qualquer relação com as bases e as necessidades dos trabalhadores da educação.

Dar continuidade à difícil tarefa de articular nossa prática docente e militância mediada pela pesquisa que nos capacite a produzir conhecimento a serviço do proletariado e formação da classe trabalhadora é o que nos move até aqui. A mediação geográfica e a prática docente no ensino médio regular noturno, nossos diálogos com os trabalhadores estudantes, suas dificuldades e realidades, o desemprego como horizonte nos instigaram a elaborar o projeto de pesquisa e submetê-lo à seleção.

As experiências de jovens e adultos trabalhadores assalariados em processo de proletarização ou não nos espaços escolares, suas frustrações e contradições nos moveram a desenvolver o presente projeto de pesquisa e a articular relações entre trabalho e educação, com a mediação do espaço abstrato da dimensão a ser

estudada. A Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil, modalidade forjada historicamente pelo interesse e para os trabalhadores, em nossa formação, somente adquiriu relevância quando, na etapa de créditos, fomos cursar disciplinas especiais na pós-graduação em Pedagogia na Universidade Federal Fluminense – UFF, campus Gragoatá, Niterói, estado do Rio de Janeiro, um horizonte aberto junto ao Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDATTE, vinculado à Faculdade de Educação daquela instituição. Nossa entrada ocorreu pelo diálogo fraterno, atencioso e respeitoso, e ocorreu quando estabelecemos contato com a professora Dr.ª Jaqueline Ventura, que logo nos acolheu entre os anos 2018 e 2019.

Portanto, nossa prática docente junto à Educação de Jovens e Adultos – EJA, com trabalhadores no espaço escolar da EMEF Francisca Moura, é recente e iniciou-se também como consequência de nosso interesse por compreender e estudar a EJA. O que não podia estar no horizonte do desenvolvimento da pesquisa, dos trabalhos de campo e encaminhamentos para conclusão, entremeados pela crise sanitária de COVID-2019, foram as dificuldades que vivemos no percurso com consequências no tempo e espaço para conclusão da tese.

Passemos daqui por diante a conhecer a forma e as estruturas do espaço escolar onde realizamos a pesquisa e praticamos nossa docência, junto aos objetos-sujeitos de nossa pesquisa, trabalhadores desempregados alunos de EJA dos ciclos 3 e 4 noturnos. Para além da relação docente-pesquisador-alunos, nossa pesquisa não tem qualquer interesse quantitativo ou de esgotamento estatístico, pois não estamos preocupados em saturar dados ou questões investigadas, mas nos apoiamos em observações assistemáticas, diálogo com alunos, colegas professores, diretores e equipe escolar, articulados à realização de trabalhos de campo.

Somam-se aos trabalhos de campo a pesquisa e o levantamento bibliográfico que nos permitiram coletar informações, dados e números em documentos oficiais arquivados e disponibilizados no espaço escolar, como projeto político e pedagógico – PPP, Regimento e Regulamento internos, suas revisões e atualizações pelo corpo de especialistas, direção e professores. Dentre achados de pesquisa, passamos a descrever abaixo a estrutura e a forma do lugar onde realizamos o trabalho. A demanda por revisar anualmente documentos, uma exigência da Secretaria de Educação do município de João Pessoa – SEDEC-JP, junto ao corpo de

especialistas, parece sem sentido algum, já que dificuldades, limites e contradições não são sanados na atualização e produção de relatórios, planilhas e tabelas.

De forma breve e a partir do diagnóstico institucional, a EMEF Francisca Moura está localizada na Rua Silvino Santos, 27, bairro de Mandacaru, periferia urbana de João Pessoa-PB. Fundada em 1973, completará cinco décadas de existência com três turnos de funcionamento, sendo doze turmas de ensino fundamental, nos turnos da manhã e tarde; e quatro turmas de ensino de EJA, no período da noite, ciclos I e II, III e IV.

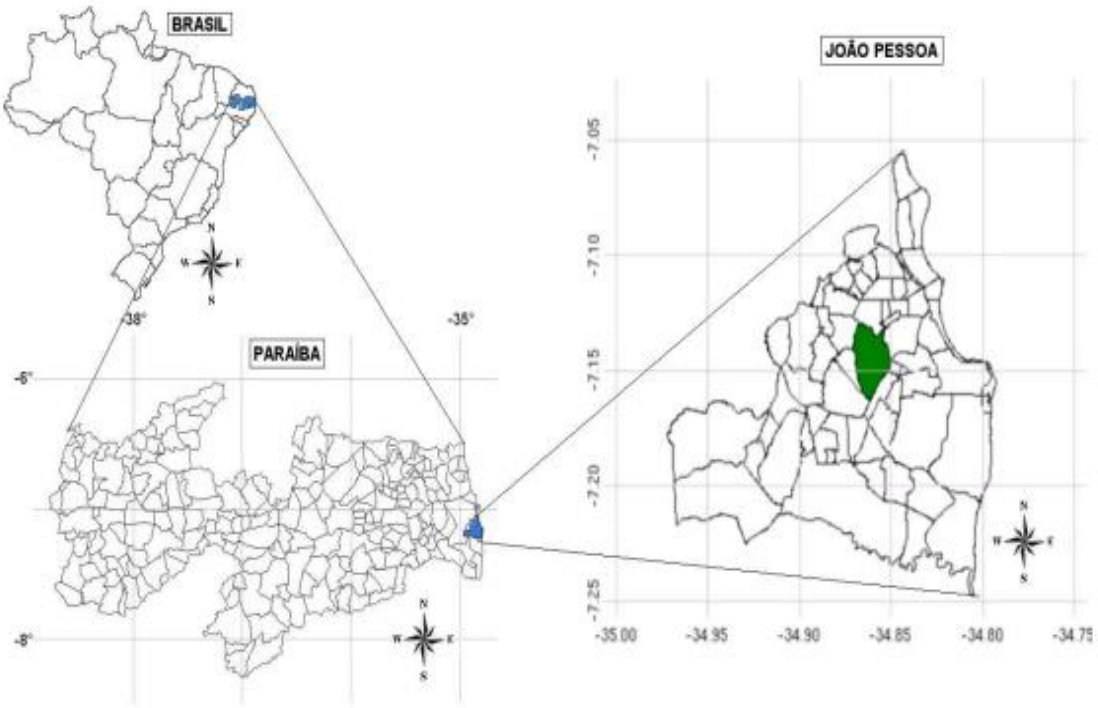
O nome da professora Francisca Rodrigues Moura, moradora do bairro, nascida em 2 de agosto de 1860, então província da Paraíba, foi mulher inteligente e de força admirável. Aos 9 anos, já lecionava, e sua carreira de 60 anos como professora educadora contribuiu para a formação de profissionais e dirigentes políticos. Generosa, com personalidade intensa, acolhia em sua casa doentes que a procuravam e fazia de sua residência um espaço para acolher necessitados, o que lhe rendeu homenagens e reconhecimento na capital da Paraíba.

Que perfil observamos dos alunos e trabalhadores de EJA que estão matriculados na escola e qual o pertencimento de classe conforma sua condição e posição social? Estão numa faixa etária que vai dos 9 aos 60 anos de idade, maioria negros e pardos, predominantemente do gênero feminino, pobres, trabalhadores muitos dos quais informais, subempregados e desempregados, adeptos de religiões de matriz africana, embora predominantemente cristãos evangélicos e católicos. A grande maioria são beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Quantitativamente são 543 alunos matriculados na totalidade, sendo 432 alunos de fundamental 2 e 111 de EJA, distribuídos em doze turmas nos turnos manhã e tarde; e quatro turmas de EJA noturnas.

O espaço escolar está localizado em Mandacaru, bairro periférico historicamente de origem operária, hoje ocupado por trabalhadoras que desenvolvem atividades predominantemente nos segmentos de serviços e comércio, região metropolitana da capital paraibana, conforme Mapas 1 e 2 abaixo. A proximidade com o Centro Histórico da capital paraibana não somente reforça a condição periférica de Mandacaru e o abandono e esquecimento do Estado, mas também revela indicadores elevados de violência urbana, ausência de infraestrutura como universalização e acesso a moradias, tratamento de esgoto, que reflete na educação e nos processos de ensino e aprendizagem.

Conforme documento, trata-se de estrutura escolar pequena, quente e inadequada, com equipamentos que não são realizados, manutenção mesmo após recente reforma entregue, na gestão do então prefeito Luciano Cartaxo (PT). Resume-se a seis salas de aula, uma sala de direção, outra de professores, com despensa de materiais e banheiro, sala de leitura e de informática, que funciona como sala de aula com turmas de fundamental dois, sétimos anos, por conta da falta de manutenção de equipamentos de ar-condicionado.

Figura 2 – Localização do bairro Mandacaru



Fonte: Holmes (2011). Elaborado por: Dra. Danielly Holmes (2011).

Dois pátios (um interno e um externo) cobertos, um único bebedouro, mal localizado ao lado da cozinha, e banheiros, uma cozinha, uma secretaria escolar, mais arquivo, biblioteca, que funciona entre outras coisas, como depósito. Despensa e depósito de merendas, material de limpeza e de expediente, banheiros para alunos e alunas e para professores, embora adaptados com várias avarias e funcionando em péssimas condições.

O espaço escolar tem ginásio esportivo que, ao chover, é inutilizado pela estrutura construída, sem garantir isolamento e manutenção de calhas e tubulação de águas pluviais. Não há bebedouros nele, nem tampouco foi entregue equipado, ou seja, não há traves, tabelas nem redes para a prática esportiva e docência de

Educação Física. Não conta com laboratórios, sala de vídeo e/ou auditório, e as salas de aulas são adaptadas para o uso de “nossos” equipamentos, tais como notebooks, projetores e caixas de som.

Apesar de climatizadas as salas de aula, da direção e dos professores, bem como as cozinhas, em períodos de chuva intensa, entre os meses de maio e agosto, as estruturas sofrem com infiltrações constantes, mofos e aparecimento de ratos e baratas. Para o grupo de especialistas, como psicopedagogas, assistentes sociais e psicólogas, é com base no improviso que realizam o atendimento especializado, atividades realizadas por profissionais essenciais ao processo de ensino e aprendizagem, em particular em períodos de pós-pandemia de COVID-19.

A biblioteca conta com acervo de revistas, periódicos e dicionários, com a Secretaria de Educação – SEDEC-JP enviando materiais de expediente, administrativo e apoio pedagógico, conforme solicitação. A falta de livros didáticos e paradidáticos é uma constante, e a renovação de materiais de apoio pedagógico, como mapas, globos, atlas, livros, bolas, jogos, corpo humano e fardamento, depende de ações pontuais e articulação de diretores com outras unidades escolares, já que o respeito e a fiscalização das políticas públicas de educação, seu financiamento e execução encontram-se limitados, para não dizer secundarizados. Conforme a necessidade, a escola conta com uma unidade executora (UEX), conselhos fiscal e deliberativo, renovados para o próximo biênio. Entre outras funções, tais órgãos cuidam da gestão e da aplicação de verbas financeiras de origem federal e de outros projetos e ações de interesse privado, como o Instituto Alpargatas.

A equipe escolar completa é formada por 2 gestores, 5 especialistas, 27 docentes, 25 funcionários e 3 cuidadores para acompanhar alunos com necessidade especiais de aprendizagem, com laudo médico. Ainda conforme o diagnóstico, atualmente, entre os vários problemas enfrentados no cotidiano do espaço escolar, para além da forma e estrutura, o desafio permanece minimizar o fracasso escolar devido aos elevados índices de evasão, em particular na EJA, e a repetência no ensino fundamental 2. Na avaliação da equipe escolar, isso decorre de:

> Condições adversas em que os nossos estudantes convivem na sua rotina diária, seja em casa ou no próprio bairro em que moram, próximo à escola, com índices de violência, problemas com drogas, entre outros, como desestruturação familiar, situação econômica

> precária, desemprego, violência doméstica etc. Encontramos também no espaço escolar problemas relacionados à situação de indisciplina escolar, *bullying*, homofobia, casos de gravidez na adolescência e problemas com o uso de drogas lícitas e ilícitas, que também focaremos com ações interventivas, no combate à violência na escola. (PLANO DE AÇÃO/EMEF FRANCISCA MOURA, 2022).

Sem esquecer que vivemos uma contemporaneidade pós-pandêmica de crise sanitária e social, cujas consequências ampliaram os problemas e a questão social. Retrocessos no processo de ensino e aprendizagem, aumento da pobreza, insegurança alimentar e números alarmantes de desempregados são consequências do desenvolvimento histórico do capitalismo em países semiperiféricos, acentuadas atualmente. Abaixo vemos o Mapa 2, o qual mostra a localização da EMEF Francisca Moura no bairro de Mandacaru.

Figura 3 – Localização da escola

Fonte: Google Earth (2023). Elaborado por: Dra. Danielly Holmes (2023).

Dentre os diversos problemas, desde ausência de reposição adequada pela Secretaria Municipal de Educação de livros didáticos e paradidáticos, amontoados em salas de aula por falta de quantitativos adequados, fardamento escolar, merenda no tempo e espaço solicitados; até problemas estruturais crônicos, como infiltrações,

quedas de tensão na energia, inadequado espaço para atividades na cozinha e ausência de sala para atendimento especializado, somam-se as péssimas condições de manutenção do banheiro dos alunos, a ausência de bebedouros na quadra e biblioteca, sem acessibilidade, conforme fotos abaixo.

Figura 4 – Livros em sala de aula do 9º ano

Fonte: Fotos do autor. Elaborado pelo autor (2023).

Figuras 5, 6 – Infiltrações no corredor

Fonte: Fotos do autor. Elaborado pelo autor (2023).

Figura 7 - Infiltração no banheiro dos alunos

Fonte: Fotos do autor. Elaborado pelo autor (2023).

Para além das estruturas, o que é não é menos importante, formas e funções do espaço escolar, os arranjos espaciais são estruturados por relações sociais e de trabalho e regulação espacial sob domínio do capital sobre a humanidade e a natureza. Os indivíduos, mesmo fazendo parte do gênero humano em suas relações com outros seres sociais e de produção, desenvolvem conteúdos distintos de consciência, mediados que estão por abstrações no interesse do capital e, contraditoriamente, pela posição que ocupam no processo produtivo e do trabalho. Portanto as formas e o conteúdo que assumem a alienação do trabalho e os estranhamentos na relação dos indivíduos em si e com o gênero humano são variados e atingem diferentemente homens e mulheres, conforme o desenvolvimento da força produtiva e a posição no processo produtivo:

> A alienação dos seres humanos em relação à natureza; em relação a sua própria atividade produtiva; **em relação ao seu "ser genérico", como membros do gênero humano; e uns em relação aos outros**[30]. Ele sublinhou com cores fortes que tudo isso não é nenhuma "fatalidade da natureza – conceito com que de fato se desfigura caracteristicamente os antagonismos estruturais do capital, visando deixá-los como estão -, mas que se trata de uma forma de autoalienação. [...] que pode ser positivamente alterado por uma intervenção consciente no processo histórico, visando transcender a autoalienação do trabalho" (MÉSZÁROS, 2016, p. 14).

Toda positividade no processo de formação e consciência da humanidade, ou seja, da humanização do gênero humano visando transcender a autoalienação histórica do trabalho no capitalismo, adquire contornos novos pelo avanço de contradições históricas e renovadas das forças do trabalho e do capital em movimento, o que requer, mesmo que de forma breve, uma aproximação teórica. Somado à necessidade de atualização, o momento de crise estrutural do trabalho abstrato e do capital pode ser expresso na crise que enfrenta a organização dos trabalhadores e espaços de formação, como a escola, como momentos de perda de direitos e conquistas sociais de caráter contrarrevolucionário ou ainda de recuos de conquistas e organização das massas trabalhadoras. A crise não é apenas econômica e estrutural, mas de interiorização de valores, ideias e visões de mundo,

[30] Grifo nosso para alienação do trabalho e trabalhadores, simultaneamente ao estranhamento de si e do gênero, objetiva e subjetivamente sob controle do sistema do capital e seus representantes.

razão pela qual refletir a relação entre trabalho e educação, em particular junto à educação de jovens e adultos na semiperiferia do Brasil, adquire relevância e consequência sociais.

Metodologicamente observam Iasi (2013) e Mészáros (2016), parte da solução não está apenas na apreensão teórica do materialismo histórico pelas massas trabalhadoras, o que pode dinamizar domínios da reprodução social, natureza e função que assumiram a educação e os espaços formais das escolas. É preciso ir além e compreender que os vários domínios da reprodução social, como a política, a cultura e os processos formativos mais amplos, sofrem múltiplas determinações, dentre as quais a objetividade e a concretude do trabalho, portanto a transformação da sociedade sofre determinações materiais das formas que assume o desenvolvimento da propriedade da terra, dos meios de produção e do trabalho. Assim a organização material da vida objetiva, como tendência, difusas consciências e subjetividades estruturadas que estão por formas e conteúdo assumidos no desenvolvimento do trabalho, da materialidade da vida e das forças produtivas. Como observou Lukács (2013), em citação de Lessa (2016), a crise de interiorização abre a possibilidade do desenvolvimento do gênero humano autêntico, contraditoriamente à sobreposição de obstáculos na relação ser e pensar.

Como observa Mészáros, tomando como referências Lukács (1969) e Gramsci (2000), o capitalismo reproduz artificialmente uma “humanidade rude”, cujos sentidos físicos e mentais são sobrepostos pelo sentido do ter e das coisas alienadas e relações estranhadas. Segundo o autor, não há solução para crise que em vive a educação que não perpasse por mudanças radicais no conjunto de relações concretas e sociais de produção. Ou seja, mudar o mundo dos homens sem mudar sua estrutura material, real base de sua existência, é permanecer no plano ideal e ideológico a serviço da dominação das classes burguesas no campo e nas cidades.

Como recorda Iasi (2013), a passividade e o recuo contrarrevolucionário vividos por frações crescentes do proletariado e da classe trabalhadora na contemporaneidade não se explicam apenas pela subjetividade, pelos valores, pelas ideias e pelas ideologias, mas sobretudo pela natureza alienada do trabalho, das relações sociais e de produção.

Entre as funções da educação escolar, está a mediação, a garantir quadros sociais de reprodução alienada de indivíduos e potencialidades interiorizadas e a serviço do sistema produtivo e de acumulação dominantes. Além disso:

> O complexo sistema educacional da sociedade também é responsável por produzir e reproduzir o quadro de referência dos valores, dentro do qual os indivíduos particulares definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalisticamente reificadas não se perpetuam automaticamente. Elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos particulares "interiorizam"[31] as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. (MÉSZÁROS, 2016, p. 266).

A crise estrutural do capital na escala mundial alcança múltiplos domínios da reprodução social e coloca em xeque a concepção de mundo ou quando processos de interiorização e internalização de valores e ideias já não dão conta das mudanças no mundo da produção ou ainda há um descompasso entre as relações sociais e de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, contradição estrutural e histórica no desenvolvimento do capitalismo. Historicamente a educação, porta de entrada formal para o desenvolvimento e o acúmulo de habilidades e conhecimentos, assumiu dupla função, condição de reprodução da sociabilidade econômica e política do sistema do capital:

> (1) A produção das habilidades necessárias para gerir a economia e (2) a formação de quadros, bem como a elaboração dos métodos de controle político. [...] De acordo com isso, a crise da educação também se manifesta principalmente nos planos econômico e político. É claro que esses fatores econômicos e políticos não têm uma relação harmoniosa entre si. Pelo contrário, são manifestações de uma estrutura antagônica da sociedade, e as sínteses tentadas – [...], enquanto as medidas propostas são aceitáveis só na medida em que estão de acordo com os interesses parciais da burguesia. (MÉSZÁROS, 2016, p. 278).

Entre os momentos de objetivação estranhada e esvaziamento do gênero humano, a relação do homem com o trabalho, com a natureza e consigo, ou seja, no

[31] Este processo de interiorização em crise é o que pretendemos analisar.

interior das relações sociais ou ainda como os indivíduos se relacionam com o gênero humano, esse autor revela aspectos essenciais do processo de objetivação do ser humano, chamando atenção à exteriorização que assumem as objetivações das potencialidades humanas na alienação do trabalho abstrato e dividido:

> A objetivação sob as condições em que o trabalho se torna exterior ao ser humano assume a forma de um poder estranho que confronta o ser humano de maneira hostil. Esse poder exterior, a propriedade privada, é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. [...]
>
> Se o ser humano é alienado dos demais seres humanos e da natureza, as capacidades que ele possui como "ser universal" obviamente não podem ser exercidas. A universalidade é abstraída do ser humano e transformada em um poder impessoal que se defronta com ele na forma de dinheiro; esse "vínculo de todos os vínculos"; "o agente universal da separação", "o verdadeiro agente de união" – a força galvano-química universal da sociedade. (MARX, 2013 *apud* MÉSZÁROS, 2016, p. 146).

A propriedade privada capitalista das coisas é antes da subjetividade e das relações sociais e humanas, o que significa que da prática social da atividade humana, ao ser privatizada, seu aspecto social e caráter coletivo são abstraídos. Este ato de alienação, que restringe o gênero humano a indivíduos isolados, divididos socialmente e separados da natureza, são momentos e espaços decisivos no processo de humanização da natureza e da humanidade.

É a individualidade suprimindo do gênero humano o caráter social e universal da atividade produtiva e do trabalho, ou seja, da existência humana. Como o autor resolve o problema do desenvolvimento da potencialidade e das capacidades humanas diante da humanidade e da natureza alienados? Ou ainda como a formação e a educação humana acumulados historicamente são afetadas pela alienação social do trabalho dividido e pelas abstrações do real? Segundo o autor, é a essência humana, os processos de interiorização em crise que estão em disputa na relação entre trabalho e capital:

> Toda necessidade abstrata – dado que abstrai do ser humano – é, por implicação, artificial. E, consequentemente, "abstrato", "artificial" e "alienado" se tornam equivalentes, em relação tanto às

> necessidades quanto às capacidades. A razão para tal é que necessidades abstratas (artificiais) não são capazes de gerar capacidades que correspondem à natureza essencial (social) do ser humano. Elas só podem gerar capacidades abstratas, que estão dissociadas do ser humano e até dispostas contra ele. Ou, ao contrário, capacidades abstratas só podem gerar necessidades abstratas, artificiais. (MÉSZÁROS, 2016, p. 163).

As capacidades e potencialidades no desenvolvimento do ser social, entre as múltiplas e complexas determinações do capital sobre as forças do trabalho, têm na abstração dos conteúdos da atividade humana a forma imediata de realização da alienação. Mercadorias, dinheiro, trocas, capital, salários, preços, valor e valorização são algumas das determinações a estruturar o complexo ordenamento social do capitalismo contemporâneo, mediações entre trabalho e educação.

Como transcender a alienação e sua relação com a educação e os processos formativos? Ou ainda, o que explica que frações de trabalhadores desempregados, em particular do proletariado assalariado, assumam socialmente uma individualidade apassivada, comprometida com a (re)produção e ordem capitalista, ou seja, objetiva e subjetivamente conformados e interessados em manter uma estrutura social e de classe que os explora, domina e oprime? A consciência expressa contradições, não uma lógica linear, como se fosse possível avançar sem recuar, ou seja, entre o desenvolvimento da individualidade e o gênero humano, a interiorização de concepções de mundo e intercâmbios sociais, há uma dialética do conflito entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas a exigir dos trabalhadores superação positiva da alienação do trabalho. São mudanças radicais, inclusive na cultura e na educação em sistemas do complexo ideológico:

> As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente. Elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos particulares “interiorizam” as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É procedendo assim que os indivíduos particulares “contribuem para manter uma concepção de mundo” e uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde à concepção de mundo.
>
> Assim, a transcendência positiva da alienação é, em última análise, uma tarefa educacional, exigindo uma “revolução cultural” radical para sua realização. (MÉSZÁROS, 2016, p. 266).

Como a crise de interiorização e dimensão concreta e real da estrutura econômica na totalidade do sistema capitalista é explicada pela mediação da consciência? Desnecessário dizer que a interiorização de valores, ideias, concepções de mundo e ideologias não ocupa lugar no espaço, inclusive escolar, sem o esforço combinado de várias formas de:

> "Falsa consciência", que representam as relações sociais alienadas de produção de mercadorias como expressão "natural", direta, dos objetivos e dos desejos dos indivíduos. "Normalmente – isto é, quando a produção de mercadorias transcorre sem percalços, respaldada na demanda individual em expansão -, a "ideologia do consumidor", refletindo o quadro de referência material da sociedade, prevalece na forma da geração do "consenso" necessário: a fácil aceitação das pseudoalternativas, como se fossem escolhas genuínas, com as quais o indivíduo manipulado é confrontado tanto no mercado econômico quanto no político. *Complicações sérias surgem, contudo, em tempos de crises econômicas. [...] Não obstante, conforme se multiplicam as complicações do sistema econômico, cresce a necessidade de uma "desmaterialização" significativa do sistema de incentivos individuais, exigindo forçosamente um reajuste importante também dos mecanismos de "interiorização".*[32] (MÉSZÁROS, 2016, p. 274).

Contudo a expansão da crise da educação em países centrais e periféricos aponta, sem exceção, que a escala mundial da crise atual não é institucional, mas estrutural e trata-se, no limite, de todo o sistema de "interiorização capitalista" e ordenamento social. Compreender a defesa de pautas conservadoras burguesas pelos trabalhadores, em particular pelo proletariado, na crise contemporânea como a defesa da propriedade privada capitalista, do dinheiro, da divisão do trabalho e do atual intercâmbio entre a humanidade e a natureza e entre os homens, é tarefa complexa, mas necessária na (re)organização dos trabalhadores em suas lutas e conquistas.

Daqui em diante, confrontaremos empiria e teoria para seguir questões e indagações realizadas nas entrevistas, bem como para facilitar o encaminhamento da análise, assim dividimos em dois blocos o tratamento dos dados investigados. Inicialmente buscamos apresentar a condição sociodemográfica para entender o efeito da divisão do trabalho e da reprodução da alienação na relação entre trabalho

[32] Grifos nosso.

e educação; no segundo bloco de questões presentes nos itens 4, 5 e 6 no formulário de entrevistas, relacionamos ao processo de reprodução individual e social as mediações abstratas, como dinheiro e propriedade privada capitalista, forjadora de estranhamentos na humanização dos indivíduos e do gênero humano (LESSA, 2016).

Nossa tentativa, ao relacionar trabalho e educação de jovens e adultos, no limite e possibilidade, foi contribuir para produzir conhecimento geográfico científico e escolar a partir das análises do rebatimento do desemprego na formação de trabalhadores, sob mediações e abstrações do dinheiro e do estranhamento.

Entre as especificidades do movimento do capital na contemporaneidade, combinar regimes distintos de acumulação primitiva, ampliado e flexível responde à demanda da crise de controle e regulação sociais em que vive o capital no regime ampliado e flexível de acumulação. A história demonstra que conquistas sociais em domínios como trabalho, saúde e educação, durante o século XX, somente foram possíveis em momentos de crise da regulação do padrão produtivo e relações trabalho capital fordista/ taylorista.

Dessa forma, a produção de valor, excedentes e reprodução social passa a realizar-se na (re)produção de espaços de revalorização em novos e distintos patamares de acumulação, mais-valia e capital (CARCANHOLO, 2011). Uma indagação parece consequente, entre outras: a crise na (re)organização dos trabalhadores, as lutas entre trabalho e capital na crise estrutural são capazes de forjar novas rodadas de avanços sociais e reformas no interesse da classe trabalhadora ou vivemos um período histórico que, no limite e como tendência, nos debateremos com o socialismo ou a barbárie (MÉSZÁROS, 2002, 2005, 2016)?

Expande-se a divisão da vida dos trabalhadores ao se alienarem trabalho e relações sociais, base material que estrutura discurso oficial e economistas políticos de plantão. Forjam-se, no discurso concreto, novas necessidades a disputar ideologicamente a subjetividade de trabalhadores desempregados, trazendo para o campo de interesses do capital frações crescentes de massas trabalhadoras apassivadas e capazes de qualquer conciliação com seus inimigos (IASI, 2013).

No domínio de complexos ideológicos, a reprodução social disputa ideias, valores, visões de mundo e significados reproduzidos nos espaços formais de educação, como escolas, livros didáticos, currículos e projetos políticos e pedagógicos, mas também em fábricas, fazendas, comércios, ou seja, o complexo

ideológico é forjado material e contraditoriamente disputado pelos diferentes interesses de classes sociais. A reprodução cumpre função social no desenvolvimento do capitalismo de forma concreta, adequando consciência, subjetividades e o gênero humano em sua individualidade e socialmente à nova realidade produtiva e do trabalho estruturante.

Com um real e concreto invertido, na produção, na circulação e no consumo de mercadorias, o produtor não usufrui dos resultados do trabalho, pela mediação da propriedade privada capitalista, estrutural na divisão e alienação do trabalho e estranhamento de trabalhadores. A inversão na objetivação do trabalho forja complexos de reprodução social estranhados, com a fragmentação da totalidade social do gênero humano no interesse do regime flexível de acumulação do capital. Conforme afirma o Mészáros (2005), a escola, educação e formação da individualidade burguesa, movimenta-se conforme as estruturas e relações entre trabalho e capital, ou desenvolvimento das forças produtivas:

> Naturalmente, as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital. [...] Estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Não podem funcionar adequadamente exceto se estiverem em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo. Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. (MÉSZÁROS, 2005, p. 43-44).

São espaços e tempos de reprodução social que, no avanço das formas contemporâneas de superexploração da força de trabalho, estruturam alienação do trabalho e trabalhadores, força de trabalho e relações sociais reprodutoras de espaços estranhados e mediações abstratas de segunda ordem no interesse do capital e contra o conjunto da massa e classe trabalhadora. Entre as funções sociais e natureza que a reprodução do complexo ideológico da educação cumpre, chama atenção a crise econômica, acompanhada de crise de processos de regulação e controle social no interesse do capital, pois:

> Trata-se de uma questão de internalização pelos indivíduos [...] – da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de

> conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno. Enquanto a internalização conseguir fazer seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum sejam permanentemente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores como de fato aconteceu no decurso do desenvolvimento do capitalismo moderno. As instituições formais de educação certamente são uma parte importante do sistema global de internalização.[33](MÉSZÁROS, 2005, p. 45).

É tarefa inadiável e imediata reorganizar a classe trabalhadora compreendendo a crise que vive a internalização no interesse do capital indivíduos e o gênero humano. O controle e o ordenamento social do proletariado e da massa trabalhadora estão em disputa e dialeticamente conquistar espaços como as escolas é horizonte político que não pode nem deve ser desconsiderado, com todos os limites que a mediação e organização do Estado impõem neste processo. A pergunta que parece consequente é o que explica a persistência da alienação dos trabalhadores e do trabalho na história e renovação do capitalismo e sob que condições a transcendência da alienação positiva dos trabalhadores se materializa para uma verdadeira história do gênero humano?

Segundo Mészáros (2016), é da natureza e estrutura do capital a continuidade ontológica da reprodução da alienação e transcendê-la requer transformações ontológicas e radicais das estruturas sociais e econômicas, não apenas políticas, na escala global. Portanto:

> - Não limitada à medida parcial de uma expropriação política do capital (que simplesmente é um primeiro passo necessário na direção da transcendência marxiana da alienação). Somente se e na medida em que algumas condições básicas de uma transcendência ontológica forem satisfeitas – isto é, desde que haja uma ruptura efetiva na continuidade ontológica objetiva do capital no mais amplo sentido marxiano -, podemos falar de uma fase qualitativamente nova de desenvolvimento: o início da “verdadeira história do gênero humano”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 48).

Pensando com e para além de Marx, o autor descreve aspectos positivos e negativos da alienação, suas formas a-históricas, especulativas, burguesas e coloca

[33] Crise de internalização mediações trabalho e alienação no processo de interiorização de valores e valorização pelos indivíduos a uma generidade autêntica ou a manutenção dos obstáculos conforme (Lessa, 2016) reflete.

em contradição trabalho e propriedade privada no desenvolvimento histórico e estrutural do capitalismo. A alienação do trabalho, a reificação e seus reflexos alienados evidenciam profundos conflitos no processo produtivo, o que contribui para sua desintegração e torna a autoalienação humana injustificável, anacronismo social. A negação e o fetiche das relações sociais de produção, em contraposição à supervalorização do mundo das coisas, perpassam pela negação e perda da totalidade do real em movimento, de uma sociedade fragmentada, dividida e organizada teórica e praticamente sob as ordens do capital e seus interesses.

Imerso em contradições, o proletariado desempregado, aluno do ciclo 3 de EJA, esboça como potência consciência serializada, contraditoriamente, “lampejos” de unidade e capacidade explicativa do processo produtivo e das relações sociais entre trabalho e capital, em tendência, forjadores de formação individual e do gênero humano. Quando indagamos a diferença entre a atividade na Conpel e na Unimed, com a finalidade de captar natureza e função da divisão do trabalho no processo de alienação dos trabalhadores, a resposta revela-se consequente para nossos objetivos:

> Você tinha metas e ritmos de trabalho a cumprir. Eu queria que você explicasse um pouco isso e por que que o trabalho na Unimed foi tão prazeroso assim, como você diz! Parece que você tem uma memória afetiva e uma boa lembrança da sua experiência na Unimed.
>
> - Tenho, tenho muito. Pelo seguinte, porque lá nós trabalhávamos 12x36, conforme eu falei. Aí fazíamos uma coleta de lençóis e éramos 3 operadores de máquinas. Subia para fazer a coleta e ficavam dois para fazer a triagem, ou vice e versa. Às vezes eu subia, às vezes eu ficava na triagem. Eram 3 máquinas, uma de 120kg e duas de 60kg. Aí quando nós separávamos 120 kgs de lençóis que existiam 2 classificações. Quais são as classificações? Era roupa leve, uma roupa quase limpa. O paciente veio e tomou uma injeção, soro e rapidinho. Aí troca aqueles lençóis, aí chama de “roupa leve”, que quando eu estava lá, eram 40 minutos de lavagem, porque a sujeira é pouca. Já a pesada que a roupa tinha fragmento, sangue, placenta, então esta daí durava, em média, quase 2 horas de lavagem. Aí demorava mais a lavagem! Exigia quantidade de produtos numa lavagem, era bem maior, porque tínhamos o detergente, alvejante e o cloro. Porque o alvejante é só para dar uma limpeza melhor nos lençóis, o cloro e o bactericida e, por último, o amaciante.
>
> - Muita coisa, né?

> - Muita coisa, aí durava aproximadamente umas 2 horas de lavagem, uma roupa dessa. Porque, quando terminava a lavagem, ainda tinha a triagem. O que era a triagem? Ia ver se a roupa estava bem lavada ou não. Se não tivesse, tinha que fazer uma nova lavagem! (P. C. S., 55 anos, desempregado, aluno EJA do ciclo 3, 2022).

A fala acima, ao tempo em que desvela a natureza dividida e fragmentada do trabalho alienado e abstrato, confirma o potencial que carrega estas mesmas condições de produção e reprodução sociais ao forjar em seu interior momentos e espaços concretos, embora particulares, de rupturas. O trabalho assalariado abstrato realizado pelo proletariado reproduz consciências alienadas e massas trabalhadoras serializadas, em função da natureza superexploratoria, dominadora e opressiva no interior de relações sociais, trabalho e capital, o que reproduz os germes da nova consciência, ainda que numa individualidade que o gênero se coloca em si. Como chama atenção o autor:

> Os valores e processos valorativos servem como mediação ao complexo processo de continuidade e ruptura, de produção incessante do novo a partir do patamar de desenvolvimento das capacidades humanas (forças produtivas etc.) já atingido. O valor, em sua objetividade histórica, é parte orgânica desse complexo, contraditório e desigual processo de explicitação categorial do mundo dos homens. (LESSA, 2016, p. 170).

Outra dimensão importante para a reprodução negativa da autoalienação humana e das condições da transcendência da autoalienação humana, sua persistência histórica e condições de reprodução, perpassa pela explicação de que teoricamente a burguesia não pode suplantar a alienação; e sua proposta humana no ideal do “espírito absolutamente novo” entra em contradição com as condições históricas da totalidade em movimento. A economia política burguesa não prevê qualquer mediação das coisas e objetos em suas análises teóricas, ou seja, entre objetos e sujeitos, natureza e sociedade, apenas descreve a forma e aparência da sociedade como algo naturalmente acabado (MÉSZÁROS, 2016, p. 117). Eterniza-se o regime de acumulação e degradação das paisagens naturais com o sistema metabólico do capital a ordenar a vida social, econômica, cultural e ideológica.

O que nos interessa, neste primeiro bloco de questões, é refletir sobre a alienação do trabalho e trabalhadores, quais os rebatimentos do desemprego em suas individualidades e para o desenvolvimento do gênero humano nos espaços tempos da escola. O fazer-se gênero funda-se na atividade produtiva com propósito, ou seja, os indivíduos, ao se integrarem com a totalidade social, o fazem mediados por três condições:

> Por tal mediação, o impulso à generalidade humana inerente ao próprio trabalho se constitui no fundamento ontológico último do processo de individuação [...]. Em segundo lugar, a individuação apenas pode se realizar em sociedade porque seu elemento fundante, as ações dos indivíduos, apenas existe enquanto síntese de elementos genéricos e particulares. Os elementos genéricos são dados: 1) pela demanda específica, sempre socialmente determinada, que está na raiz de todo ato; 2) pela ação de retorno do produto criado sobre seu criador; 3) e, finalmente, pelos avanços socio genéricos incorporados às consciências individuais pelo fluxo espontâneo da práxis social. (LESSA, 2016, p. 158).

E completa o autor, sempre na esteira de Lukács (2013), entre o gênero e a particularidade, há singularidades em cada situação, em cada individualidade e, por fim, naquilo que mais de perto nos interessa às respostas que cada indivíduo traz como alternativa escolhida. É preciso ter clareza de sentido que há no por teleológico do trabalho, práxis social, relativa prioridade e dependência sobre conceitos, análises teóricas e subjetividade, ou seja, o objeto se sobrepõe aos sujeitos. Portanto, como tendência, o desenvolvimento teórico e do gênero humano na transcendência da autoalienação é consequência histórica e espacial da existência da alienação do trabalho abstrato e revela natureza e função social:

> Não há razão para visualizar uma suplantação quando não se é capaz de apresentar o trabalho dentro de um quadro de referência histórico, mostrando o processo real por meio do qual a atividade produtiva com propósito se converte em trabalho assalariado (ou trabalho alienado) (MÉSZÁROS, 2016, p.117).

É preciso ter claras a dependência e a autonomia relativa das questões políticas, morais, religiosas, culturais, entre as quais a educação e os problemas estéticos com a estrutura econômica, sem os quais a suplantação da alienação dos

trabalhadores, seus aspectos negativos e o caráter positivo da autoalienação não são (des)velados. Mediações, tais como divisão do trabalho, dinheiro e capital, mercadorias e mais valor, propriedade privada da terra, dos meios de produção e conhecimento, são abstrações que estão na “ordem do dia”, nos campos de disputa ideológica do trabalho com o sistema do capital.

Assim na história contemporânea, o desenvolvimento da divisão do trabalho, condição das alienações política e econômica impostas pelo capital ao conjunto da classe e da massa trabalhadora, demandou na produção do valor e valorização do capital mediações contraditórias, entre as quais a mais-valia e o valor de troca, sobrepostos aos valores de uso.

Ponto de discórdia entre economistas burgueses e seus críticos, a divisão do trabalho impõe uma natureza humana egoísta, individual e serializada, indispensável no desenvolvimento da sociedade. A alienação do trabalho, sob um conjunto de abstrações, mediações no interesse e sob controle do capital, estão a revelar natureza e função social da divisão do trabalho e dos trabalhadores. São espaços e tempos consequentes a reproduzir dominação, exploração, opressão, mas também como forma e conteúdo adequados, apassivamento, conciliação e consensos sociais. São processos reprodutores de formação e consciência serial, fragmentada e sem qualquer horizonte de totalidade social pelo conjunto de indivíduos. Dentre outras mediações entre a natureza e sociedade e no interior de relações sociais de produção, sempre a partir de Marx (2006), o autor revela-nos toda a força do trabalho abstrato na alienação crescente da humanidade, ou seja, da desumanização do gênero humano:

> O trabalho abstrato é unilateral, maquinal e, obviamente, é o resultado da divisão do trabalho sob as condições da concorrência. Marx define o sistema fabril como a “essência desenvolvida da indústria, isto é, do trabalho”. No entanto, o preço dessa maturidade é a “redução da maior parte dela (da humanidade) ao trabalho abstrato”, porque as condições da concorrência sob as quais essa maturidade é alcançada estão alienadas. A concorrência traz consigo uma racionalização do processo de produção no sentido de decompor processos complexos nos seus elementos mais simples, de modo que possam ser facilmente executados mediante a produção em larga escala competitivamente vantajosa -, independentemente de suas consequências humanas. O resultado é a difusão da maquinaria industrial e a mecanização do trabalho humano. Para o trabalhador, isso significa não só que ele não

> encontra satisfação humana no seu trabalho, porque está “corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem (ele) é reduzido a uma atividade abstrata e uma barriga, mas também que, por ter caído “a condição de máquina, a máquina pode enfrentá-lo como concorrente”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 133).

Portanto, é impossível suplantar a “alienação econômico-política dentro da alienação econômico-política”, isto é, simplesmente incrementando o poder competitivo do trabalho e dos trabalhadores ao “forçar o aumento dos salários”, com a divisão do trabalho. Ao invés de libertar o homem de sua dependência da natureza, num processo de humanização dos indivíduos e do gênero, criam-se limites novos e artificiais desnecessários.

Entendemos que, se o trabalho origina e desenvolve o gênero humano e sua existência estruturada na atividade humana sobre a natureza reproduzida sob condições abstratas e alienadas dos trabalhadores no espaço e tempo contemporâneos, quer sob proletarização ou simples assalariamento, o desemprego estrutural repõe, contraditoriamente, novas demandas e posições das individualidades e do gênero à integração dos trabalhadores, em particular, na reprodução da relação entre trabalho e educação.

A negação ao trabalho pela ausência estrutural, pela redução e pelo acesso ao emprego formal no mercado de trabalho no Brasil, contraditoriamente, ao tempo em que empurra o proletariado assalariado formal para a informalidade, jogando trabalhadores formais e informais para concorrência por vagas e empregos no frágil mercado de trabalho e de consumo, qualitativamente amplia jornadas de trabalho, integra dividindo intensamente os trabalhadores, combina superespecialização com polivalência de atividades funcionais com trabalho produtivo ou não, simples ou complexo, contanto que produtivos de mais-valia e de capital. São ações para reverter a crise de interiorização e controle social em que vive o ordenamento social e metabólico do sistema do capital.

Ao confrontar trabalho a Educação de Jovens e Adultos, tomando referenciais teóricos e críticos, a internalização e a interiorização impostas pelo sistema do capital, percebemos que diferentes trajetórias, ocupações e posições no processo produtivo e de trabalho são determinantes, não exclusivamente, no processo formativo dos trabalhadores com o desemprego, forjando apassivamentos e conciliações na relação entre trabalho e capital, sobretudo, nos momentos e

espaços de reprodução social. Senão vejamos quando indagamos a importância da escola, da família ou do trabalho na formação e educação de nossos objetos-sujeitos pesquisados. As repostas, além de variadas, estão a indicar aquilo que o Mészáros (2016) acima revela:

> - Agora da formação para o mundo do trabalho. Se você pudesse escolher o lugar que te ajudou na sua formação, que lugar seria esse?
>
> - Eu colocaria só a escola e a família.
>
> - E por que não o trabalho?
>
> - Porque eu não achei bom, assim, que não me deu muita formação, sabe? Foi mais a escola e a família, realmente.
>
> - Então você acha que no trabalho você não desenvolveu nenhuma habilidade?
>
> - Não! A gente desenvolve, porém, a escola e a família que *tá* no começo de tudo, vai até muito tempo, já o trabalho nem tanto. (S.M., 17 anos, desempregada, aluna ciclo 3, 2021).

As declarações revelam, contraditoriamente, função social que cumpre a escola e o desenvolvimento de processos formais de educação, ao inverter concretamente a relação de dependência e autonomia da educação em relação ao trabalho. Reproduz e naturaliza, tendencialmente, violências e abstrações ao impor valores, ideias e ideologias vivas e presentes junto aos objetos-sujeitos de nossa pesquisa. Ao tempo e espaço escolar, contraditoriamente, o apassivamento e a conformação dos objetos-sujeitos de pesquisa na mediação da educação no espaço escolar, reproduzem integração dos indivíduos à totalidade social e impulsionam o desenvolvimento do gênero humano quando se estrutura no trabalho. Na EMEF Francisca Moura, observamos o papel da práxis social na formação da consciência e dos avanços socio genéricos:

> - Qual lugar mais contribuiu com sua formação: família, escola ou trabalho?
>
> - Primeiramente foi a escola, porque se não fosse a escola eu não tinha me tornado esta mulher guerreira. Talvez *tivesse* pela rua pedindo alguma coisa para os meus filhos. Porque na escola eu aprendi muita coisa! Eu já fui aluna no Projovem e, no Projovem, eu

> fiz curso de vestuário, que foi de costureira. Então através, para mim, sempre foi a escola e a família. Minha mãe me deu muita força, minha mãe tem magistério, é professora, mas nunca conseguiu exercer. Sempre trabalhou de empregada doméstica, mas nunca desistiu não. Sempre vai em frente! (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, presidiária do semiaberto, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).
>
> [...]
>
> - Escola e trabalho.
>
> - Por quê?
>
> - A escola, porque eu aprendi e estou aprendendo cada vez mais; e o trabalho porque, na área profissional, coisa que eu imaginava nunca ter trabalhado, quase vinte anos dentro de um hospital e eu aprendi muito. E *tô* aprendendo, num dia que eu voltar a trabalhar eu vou aprender cada vez mais. Estes dois *pra* mim foram fundamentais! (P.C., desempregado, 55 anos, aluno de EJA ciclo 3, 2022).

Entre os perfis investigados, as idades variaram entre 17 e 55 anos, com experiências diversas de trabalho em setores de prestação de serviços, como restaurantes, venda de peças automotivas, almoxarifados e nas indústrias de marcenaria e hospitais. Todos foram unânimes quando indagados sobre o uso de tecnologias, sistemas de informação computacionais, celulares e gestão e organização do trabalho. O segmento de serviços, assalariados de tempo parcial, muitos na informalidade vivem intensamente mudanças que o regime de acumulação flexível impôs. A crise que vive o trabalho abstrato e o capital, simultaneamente econômica e estrutural, avança sobre complexos ideológicos, contraditoriamente à ausência de controle e ordenamento social, ou seja, de internalização.

Alteram-se gestão e organização do trabalho para ampliar produtividade, jornadas e salários, afetados direta e indiretamente com o uso de tecnologias, redes e plataformas de informação digitais. Mészáros (2016), tomando Marx (2013) como referência, destaca as manifestações do fenômeno da alienação do trabalho e dos trabalhadores na história do sistema do capital e vai além:

> As manifestações da autoalienação do trabalho na realidade, junto com as várias institucionalizações, reificações e mediações envolvidas em tal autoalienação prática, isto é, trabalho assalariado, propriedade privada, troca, dinheiro, renda, lucro, valor etc., 2) os reflexos dessas alienações por meio da religião, filosofia, do direito,

> da economia política, da arte da ciência “abstratamente material”, etc., (MÉSZÁROS, 2016, p. 96).

Entre as inúmeras contradições insolúveis e estruturantes na relação entre trabalho e capital, a produção e a vida estruturadas na divisão do trabalho são um dos pontos fracos que a economia política burguesa enfrenta e mais:

> A questão da alienação está diretamente relacionada com a questão do mais-produto e da mais-valia, e as várias fases no desenvolvimento da economia política [...], com suas posições no tocante à origem e natureza do mais-valor.
>
> [...] Desnecessário dizer que, em todas as características, o problema da alienação do trabalho está implicado direta ou indiretamente. [...] Os principais problemas que temos de considerar nesse contexto dizem respeito à divisão do trabalho e sua relação com a propriedade privada, o sistema do dinheiro e a forma valor, concorrência e monopólio. (MÉSZÁROS, 2016, p. 130).

Do exposto acima, decidimos investigar, nesta primeira parte, o problema da divisão do trabalho, seus nexos na relação entre trabalho e educação, a expansão e o limite da alienação do trabalho e trabalhadores no desenvolvimento e humanização do gênero. Em um segundo momento, pensar a força das mediações abstratas do dinheiro e da propriedade privada na (con)formação dos trabalhadores desempregados, momentos e espaços no interesse do capital.

Observamos a intensificação e o esvaziamento do sentido do trabalho e da educação nos capítulos anteriores quando analisamos os discursos oficiais das reformas do trabalho e a lei que institucionaliza a EJA aos marcos da BNCC. A reforma trabalhista (BRASIL, 2017) ampliou não apenas a subocupação e a informalidade, ao institucionalizar o regime intermitente de trabalho, mas também as jornadas de trabalho, combinando atividade informal à formal forçadas, articulação necessária à garantia da existência pelo achatamento da massa salarial em que vivem frações crescentes dos trabalhadores, em particular, do proletariado.

Se, por um lado, o trabalho sofre ataques do capital e do Estado na reorganização das relações entre trabalho e capital, na relação com a educação distancia-se qualquer fundamento de processos formativos no trabalho e, quando há, estão a cumprir funções ideológicas e discursos no interesse do capital. A inversão e a crise de controle dos processos de internalização são tamanhas e

numa escala inimaginável que, para naturalizar uma estrutura de organização dos trabalhadores para viver em condição de desempregados, é preciso internalizar, cada vez mais intensamente, mediações abstratas no interesse do capital. Assim a naturalização da divisão do trabalho expressa a alienação em que vivem os trabalhadores em relação aos produtos do trabalho, ao trabalho em si em relação aos seus pares, ou seja, em relações sociais e ao gênero humano, conforme apontado nos relatos abaixo:

> - Destes trabalhos que você passou, o trabalho era manual ou mais intelectual?
>
> - Era os dois.
>
> - Você pode descrever o seu trabalho?
>
> - Bem, o de vendas era mais o manual, pois daí eu tinha que falar com o cliente e tinha que fazer, bem, meio que uma ficha dele para ele poder passar seus pedidos no caixa. Já do almoxarifado não! Do almoxarifado, era mais no computador porque eu tinha que dizer quanto entrava, quanto já vendeu. Tudo pelo computador enviado pelo Gmail para o chefe.
>
> - Quem controlava seu tempo nos trabalhos? Era você mesma que controlava ou tinha alguém para controlar suas atividades? *Pra* dizer o que você tinha que fazer? Qual era a frequência que você tinha que fazer essas atividades? Tinha algum fiscal ou superior que ajudava ou controlava o seu trabalho?
>
> - Era o gerente!
>
> - E como que ele fazia este controle? Tinha algum documento? Era verbal? Como é que gerenciava você?
>
> - Para dar qualquer informação de horários de entrada e saída, os intervalos sempre eram verbais! Mas em relação a pagamento e estas coisas, era no papel. (S.M., 17 anos, desempregada, ciclo 3 EJA, 2021).

Quanto à gestão e ao controle da atividade e habilidades necessárias, em tendência, os procedimentos são todos para que os trabalhadores estejam alienados do processo de trabalho. A relação entre habilidades e conhecimentos, trabalho e educação, necessários a qualquer atividade, assim como o controle social pelos trabalhadores das jornadas de trabalho, horas extras, hora de entrada e saída, quantidade de mercadorias, produtividade e rendimento estão todas sob o domínio e a organização do capital e seus representantes.

O conteúdo do trabalho é repassado ao capital e se sujeita à forma de registro e uso de sistemas de controle digitais e informatizados. É preciso abstrair tempo, movimento e ritmo de trabalhadores, proletarizados ou não, exigências do atual regime flexível de acumulação. Técnica, tecnologia e engenharia a serviço da acumulação de capitais, ao suprimirem o controle e a gestão do tempo de trabalho socialmente necessário, alienam os trabalhadores e suas organizações do controle da jornada e do tempo e espaço sociais.

De outra maneira, o que chama a atenção da reprodução da alienação no processo formativo no desenvolvimento do capitalismo são as mediações abstratas, entre as quais a propriedade privada da terra e, posteriormente, dos meios de trabalho e de produção, que, na origem do capitalismo, tornaram-se condição a estruturar relações entre trabalho e capital divididas, fragmentadas e, no limite, estranhadas, ou seja, o desenvolvimento do trabalho abstrato, na forma assalariada ou não, em última instância:

> Gerando divisão dos homens em classes; a dos proprietários e a dos não proprietários de meios de produção. Isto possibilitou que o produto do trabalho humano não tivesse somente “valor de uso”, mas também “valor de troca”, o que ocorre quando o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Sob essas circunstâncias, os produtos tomam a forma de mercadoria. Essa separação entre valor de uso e valor de troca que apenas principia no escambo direto, se completa no capitalismo. [...] A partir de então, as relações de produção constituem relações de produção de mercadorias (valores de troca), tendo em vista a acumulação de capital. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de se diferencia um do outro para reduzir-se em sua totalidade a trabalho humano, o trabalho humano abstrato. (RAMOS, 2010, p. 100-101).

A reestruturação do trabalho e do capital, ao articular acumulação ampliada e flexível no interesse capitalista, atinge não apenas o segmento fabril e formal ocupado pelo proletariado produtor de capital, mais-valia e transformador de matérias-primas em mercadorias, “núcleo duro” do sistema do capital, mas o segmento de serviços, tais como educação, comércio e setores do agronegócio e pecuária.

Não apenas o trabalho abstrato assalariado, mas o mundo dos homens, passa a viver intensamente do cotidiano e dos complexos da reprodução social reorganizados, cuja finalidade é garantir uma subjetividade humana intensamente esvaziada pela fragmentação e divisão do trabalho abstrato e, no limite, apassivada pela conciliação e pelo consenso entre diferentes sujeitos sociais, trabalho e capital. Como recorda Mészáros (2016, p. 133), o desenvolvimento do trabalho abstrato assalariado como regra e natureza na contemporaneidade serve, antes de tudo, como condição da alienação do trabalho, dos trabalhadores e da força de trabalho. Podemos afirmar mais é o gênero que está estranhado de si próprio, esvaziado de sentido pelo trabalho abstrato socialmente alienado.

A hiperespecialização é uma alienação da relação entre trabalho e trabalhadores, com os seus produtos e estranhamentos na relação consigo e com outros homens e mulheres, ou seja, com o gênero e os processos de humanização pelo trabalho. Ao alienar-se de si próprio no ato que garante sua existência e desenvolvimento social, o trabalho e o gênero humano, no limite, não se reconhecem em ato, com o espaço regulador por natureza, produto do trabalho e relações sociais transformadoras, assumindo relações e gênero estranhados.

Quando indagamos a relação que tem com as máquinas, tecnologias e possíveis determinações da perda de controle da atividade, o esvaziamento dos sentidos do trabalho revela-se na ausência de direção que a posição e o pertencimento dos sujeitos no trabalho exercem sobre cada função laboral. O que nos chamou a atenção é que, se é pelo trabalho produtor de valores de uso na relação com a natureza que homens e mulheres se humanizam, razão ontológica a garantir existência e desenvolvimento da humanidade e dos seres sociais, os trabalhadores sob o sistema do capital vivem a dupla contradição na relação com o capital: ao se alienar do trabalho como meio criativo para se tornar único meio de vida, sujeição necessária a garantir sua reprodução social, mesmo que penoso, embrutecedor; e uma segunda contradição, quando crise e desemprego são estruturais, emprego e ocupação formal tornam-se “luxo” para apenas uma fração crescente da humanidade, não pela falta de trabalho, que há intensamente e só cresce na contemporaneidade, mas pelo avanço do caráter destrutivo que assume o sistema do capital e as históricas lutas de classes. Quando indagamos a respeito das tecnologias, do acesso a informações e da manutenção do sistema de controle do banco de dados usados na atividade, a direção e o controle da atividade são

feitos pelo e no interesse do capital, que, dividido em setores, especializa trabalhadores:

> - E quem liga ou desliga este computador e instrumentos? É você ou tem uma pessoa para isso?
>
> - Alguns casos, sou eu, e outros que tem computador diferenciado que os sistemas são diferentes, aí tem outra funcionária que trabalha fazendo isso.
>
> - E por que você acha que tem esta diferença de computadores e sistemas diferentes? Por que você acha que ocorre isso?
>
> - Porque assim, e...., na empresa é dividida em setores, cada um trabalha com alguma coisa. Lá eu trabalhei na área de contabilidade, tem outra pessoa que trabalha se o computador der algum problema, tem um próprio sistema que também se a gente, por exemplo, errar em alguma coisa e acabar danificando aquele computador. Aí a gente tem que ligar para o sistema do computador, que é um sistema já pago pela empresa, e lá eles vão direcionar a gente como a gente se locomover, cada peça lá no computador. (M. G. A., 17 anos, desempregada, aluna de EJA, 2011).

Se o que está em disputa é a subjetividade, momento que responde ao domínio da reprodução social, pela crise de internalização que vive o controle social pelo capital e seus representantes, o centro da disputa entre trabalho e capital são os complexos sociais e ideológicos, entre os quais os espaços da escola, a educação e os processos mais amplos de formação dos trabalhadores e do proletariado em particular.

Contemporaneamente, pensar trabalho e educação no Brasil, na conjuntura de crise de longa duração em que vive a realização do trabalho abstrato e o sistema do capital, com rebatimentos na organização das massas, em particular, da classe trabalhadora semiperiférica do mundo, como o Brasil, exige refletir sobre demandas políticas e sociais colocadas historicamente por movimentos, sindicatos e outras agremiações, como nas jornadas de estudantes e trabalhadores ocorridas em junho de 2013 por todo o Brasil, na luta por redução de valor das passagens de ônibus.

Fetiche para alguns, estranhamento e interiorização para outros, o real e concreto invertidos e estruturados em atividades divididas e alienação do trabalho são reprodutores de discursos oficiais no interesse do capital e seus representantes. São discursos funcionais que respondem à crise ideológica em que vive o controle

social burguês sobre o conjunto mais amplo de trabalhadores, em particular, o proletariado nos momentos e espaços de exploração, opressão e dominação.

Com essa conjuntura, importou-nos compreender e refletir, na contemporaneidade, a função e o desenvolvimento das reformas na legislação social, do trabalho e da educação no Brasil pela centralidade que os domínios exercem sobre as tendências de regulação e controle social do sistema do capital sobre o trabalho e os trabalhadores. A crise social em que vive o trabalho abstrato assalariado tem, na (re)produção do espaço, regulador social, um dos momentos e processos em disputa com os discursos ideológicos no interesse do capital e seus representantes, a forjarem termos, noções e conceitos e a legitimar o avanço na relação entre trabalho e capital da reestruturação objetiva; e na subjetividade dos trabalhadores, as condições para reprodução do regime de acumulação flexível, como destaca o autor:

> Assim, a degradação da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista. A título de exemplo poderíamos elencar os trabalhadores de telemarketing, os digitalizadores, os trabalhadores envolvidos na cibernética de modo geral, que em grande medida se vinculam ao mercado de trabalho na modalidade de subcontratados, terceirizados, ou formas derivadas da informalização. As repercussões desse processo para o conjunto dos trabalhadores refletem um quadro em que a classe trabalhadora aumentou de tamanho, e em quantidade, porém de forma heterogênea, fragmentada. Mais ainda, diferenciada pelos territórios e lugares, e crescentemente mais precarizada, sobretudo nos países onde predominam os baixos índices de proteção social e de políticas sociais mais abrangentes. (THOMAZ JR., 2012, p. 15).

Como recorda esse autor, disputar polissemia e fragmentação, para além da divisão social e técnica do trabalho, passa a ser central na relação entre trabalho e capital, na disputa entre espaços, como meio de ordenar e regular relações sociais e dos homens e mulheres com a natureza. A degradação da natureza e do trabalho, com mais intensidade no Brasil pós-1990, apontam para a:

> Reorganização espacial do parque fabril, a divisão de instalações industriais em minifábricas e os desdobramentos para o que se consumou nos condomínios industriais, consórcio modular, promoveu fantasticamente o processo de produção capitalista, que *pari passu*

> capturou a subjetividade operária para dar ordem à flexibilização das funções e para a polivalência.
>
> [...]. enfim, tudo referenciado no toyotismo sistêmico que influenciou sobremaneira na mudança do padrão de gestão do trabalho, através de métodos mais participativos/cooperativos, da revisão das estruturas de cargos e salários, e da valorização dos setores de recursos humanos. (THOMAZ JR., 2002, p. 7).

De outra maneira, a necessária inversão da relação entre objeto e sujeito pelo capital e seus representantes nos atos (re) produtivos impõe autonomia relativa das coisas, objetivação do trabalho, mercadorias, meios de trabalho e produção, retirando dos objetos do trabalho para centralizar nos sujeitos a centralidade do processo de produção do capital, ou seja, a produção e o trabalho perdem centralidade com a tônica recaindo não mais sobre o ser-objetivado, mas sobre o ser-estranhado, ser-alienado e ser-venalizado.

A alienação do trabalho e dos trabalhadores é acompanhada, no processo de exteriorização do trabalho no espaço, de estranhamentos do gênero consigo mesmo e com as relações sociais estruturadas. A crise de internalização objetiva-se na perda de controle social dos produtos, fruto do trabalho social humano, da propriedade privada dos meios e instrumentos de trabalho, dos frutos da atividade laboral e do trabalho e, o que é mais importante na contemporaneidade, no interesse do capital, e forja a conformação de homens e mulheres desumanizados, passivos e conciliadores. São atos de trabalho abstrato, individualizados, vazios de sentido, sem qualquer pertencimento coletivo e de classes sociais:

> – o não pertencer-ao-trabalhador, mas às condições de produção personificadas, i.e., ao capital, o enorme poder objetivado que o próprio trabalho social contrapôs a si mesmo como um de seus momentos. Na medida em que, do ponto de vista do capital e do trabalho assalariado, a geração desse corpo objetivo da atividade se dá em oposição à capacidade de trabalho imediata – esse processo de objetivação aparece de fato como processo de alienação, do ponto de vista do trabalho, ou de apropriação do trabalho alheio, do ponto de vista do capital – (MÉSZÁROS, 2002, p. 706).

O processo de alienação estruturado na divisão do trabalho, propriedade privada das coisas, é acompanhado da reprodução social mediada por complexos

abstratos no interesse do capital: mais-valia, valor de troca, intercâmbios, dinheiro, capital, mercadorias, salários e ideologias.

As investigações junto aos alunos da EJA, trabalhadores desempregados dos ciclos 3 e 4, equivalentes ao 6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental da EMEF Francisca Moura, revelam que a condição do desemprego é acompanhada do subemprego, do desalento e de fazer “bicos”, ou seja, nas suas palavras, ser “biscateiro”.

Quando indagamos sua trajetória e experiências no trabalho, o relato inicial descreve que começou ajudando a mãe, ainda criança, nas tarefas e atividades como diarista. Por volta de seus 20 anos, trabalhou como ajudante de cozinha em um restaurante localizado no bairro de Tambaú, chamado de Elite Bar; e como balconista de supermercado no antigo Serve Box, ambos fechados e localizados na capital João Pessoa:

> Aprendi um pouquinho da culinária, que era fazer uns pratos, geralmente era mais petisco para bebidas e na lava-louça, lavava louça e fazia toda a limpeza da cozinha em si.
>
> - Então você trabalhou na produção, na cozinha do restaurante.
>
> - Justamente!
>
> - Que idade você tinha? Você lembra?
>
> - 20 anos, em 1988. E o segundo trabalho, eu trabalhei no supermercado que hoje não existe mais. Balconista de frios, eu vendia queijos, presuntos, salames, mortadelas.
>
> O meu terceiro foi no Canto do Galeto, na Rui Carneiro também. Trabalhava de balconista e lá vendia galinha, frangos e seus derivados, que era ovos, e lá vendia também carne. Ajudava também e dava uma forcinha. Trabalhei lá 3 anos e 6 meses. *Lá foi na verdade que eu não gostava do trabalho, mas como era opção de trabalhar. Era aquela coisa ou trabalha ou come, eu tive que ficar. Aí trabalhei 3 anos e 6 meses.*[34] Aí de lá fui para CONPEL, fábrica de papel (P. C. S., ciclo 3, 55 anos, EJA, desempregado, 2022).

Sobre trabalho, socio demografia e divisão do trabalho, a distinção da atividade dividida e fragmentada em dois momentos, em sua trajetória, é observada inicialmente como ajudante de cozinha na indústria papeleira, Companhia Nordestina de Papel – CONPEL, e posteriormente na lavanderia do Complexo

[34] Grifo nosso. Ou trabalha ou come, opção?

Hospitalar Alberto Urquiza, da então cooperativa Unimed, ambos na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Quando indagado por que, na CONPEL, trabalhava como auxiliar de cozinha; enquanto na lavanderia do Hospital da Unimed, operador de máquinas, a resposta ao descrever sua atividade é rica em detalhes e é importante para nosso interesse de pesquisa. Revelam-se, pois, contraditoriamente, esvaziamento e consciência que somente a práxis social do trabalho desenvolve.

Além da perda de controle, organização, intensidade e produtividade do trabalho abstrato assalariado pelo capital, observamos também a especialização da função, polivalência e acúmulo de diversas funções, exigindo habilidade manual e destreza intelectual, conhecimento e prática. A alienação do trabalho revela-se não apenas no processo produtivo e nas atividades em si, com a perda de controle do produto, seu usufruto e intercâmbio, mas nas relações sociais e de trabalho travadas com os colegas de trabalho:

> - Muita coisa, aí durava aproximadamente umas 2 horas de lavagem, uma roupa dessa. Por que quando terminava a lavagem ainda tinha a triagem, e o que era a triagem? Ia ver se a roupa estava bem lavada ou não. Se não estivesse, tinha que fazer uma nova lavagem. Mas para isso acontecer muitas vezes é o erro do operador, porque digamos se você coloca uma roupa na máquina você tem que observar se os produtos estão entrando conforme a lavagem que tá pedindo. Se está entrando álcool e não tá entrando detergente, tem coisa errada.
>
> - Você que controlava e colocava as quantidades exatas?
>
> - Não. Nós falamos com a encarregada, aí vem um rapaz que conserta, um dosador, faz a manutenção e puxa o produto direto para a máquina, mas muitas vezes o próprio operador passa desapercebido, por não ver. *Até porque é muita coisa e você tá separando aqui, já tem outra máquina liberada para você separar e colocar*.[35] (P. C. S., ciclo 3 EJA, 55 anos, desempregado, 2022).

Ao tempo em que a natureza do trabalho abstrato assalariado, dividido superespecializado, realiza-se sob controle e supervisão do encarregado e da própria tecnologia embarcada na máquina, que registra etapas, processos, tempos, ritmos e movimentos, realizados pelo trabalhador proletarizado no interesse do capital, os rebatimentos sobre a subjetividade humana são determinados pela posição que cada indivíduo ocupa no processo produtivo, o que pode explicar

[35] Grifos nossos.

parcialmente o desenvolvimento da consciência parcelar, serializada, como nos lembra Iasi (2013), e dos processos de espaço e tempo desumanos do gênero. Como afirma Iasi (2013), a função da divisão do trabalho capitalista limita, depende e artificializa a relação dos homens com a natureza e, sobretudo, as relações sociais, ao naturalizar a propriedade privada das coisas, que torna tudo e todos mercadorias a sujeitar trabalhadores e capitalistas:

> Assim a divisão do trabalho se transforma no oposto de seu sentido e função originais. Em vez de libertar o ser humano de sua dependência da natureza, ela costuma criar limitações novas e artificiais, desnecessárias. Em consequência, paradoxalmente, por causa do "direito natural baseado na inconsciência dos participantes", quanto mais a propriedade privada – obedecendo à lei da concorrência – estende seu poder e domínio, suprindo o homem – mercadoria com grande abundância de mercadorias, tanto mais tudo se torna sujeito a um poder fora do ser humano. E, para tornar a contradição ainda mais nítida, isso se aplica não só ao trabalhador, mas também ao possuidor da propriedade privada. (MARX, 2013 *apud* MÉSZÁROS, 2016, p. 134).

De outra forma, quando indagamos ao aluno de EJA qual o significado do trabalho, a reflexão expressa rebatimentos na formação da subjetividade e da consciência. A condição do desemprego e a ausência de experiências de trabalho em sua trajetória e história de vida não são explicadas apenas pela estrutura econômica e política desigual, dependente e atrasada com sua condição de gênero, cor e classe social a sofrer determinações da posição ocupada no processo produtivo. Segundo sua reflexão, é forjada no senso comum, "trabalhar é bom e Deus ajuda"; e na relação com a educação, a inversão idealista, difundida entre trabalhadores e nos complexos da reprodução social, como no espaço escolar da EMEF Francisca Moura. As teses da posição a ocupar no processo produtivo e da centralidade do trabalho abstrato para explicar processos formativos e educação respaldam a declaração abaixo ao afirmar que a responsabilidade da conquista do emprego deve-se aos indivíduos e à baixa escolaridade, o que o impede de "conquistar" um emprego:

> Trabalho não sei nem explicar. Mas trabalho é tudo *né*, quem trabalha Deus ajuda![36] Mas trabalhar é bom, mas <u>para</u> mim a importância do trabalho, você mostra suas habilidades numa área de emprego, mostra sua responsabilidade, pontual e trabalhar *pra* ganhar no final *<u>né</u>*.
>
> - Qual o significado do trabalho <u>para</u> você?
>
> - Trabalho é trabalho, trabalhar.
>
> - Você já trabalhou e, nesse trabalho, já teve experiência com fábrica, indústria?
>
> - Não, nunca trabalhei não.
>
> - Nunca teve nenhuma experiência de trabalho, mas sempre desejou?
>
> - Eu já pensei, mas eu nunca tive oportunidade. Às vezes, eu acho que é por causa de meus estudos! Porque eles olham muito isso hoje em dia.
>
> - Quando você buscou emprego, por que você acha que não ficou nos trabalhos que você tentou?
>
> - Por causa de meus estudos mesmo! Eu acho que é só isso. Mas não sei se é por causa de meus trajes. Sei lá!! (S. S. L., 25 anos, aluno EJA, ciclo 4, desempregado, negro, homossexual, 2022).

Dividir o trabalho, superespecializar trabalhadores, separar propriedade do produtor, privatizar meios e instrumentos de produção e trabalho historicamente requereram que o sistema do capital desenvolvesse uma natureza do trabalho abstrato que articule formação econômica e social capitalista sob o signo do estranhamento dos indivíduos e do gênero humano. A desvalorização do mundo dos homens e do trabalho ocorre pela (re)produção do trabalho produtor de mercadorias, de valor e do capital, dentre outras abstrações no interesse do capital: dinheiro, valor de troca, salários.

A alienação do trabalho ao espaço e tempo do capital, contraditoriamente, divide e controla socialmente os trabalhadores, em particular, aquela fração produtiva de mais-valia e criadora de capital, o proletariado. No processo produtivo, sua práxis revela-se como tendência no espaço e momento que os indivíduos adquirem consciência do gênero que pertence, ou seja, ao transformar a natureza está a transformar-se a si próprio:

[36] Grifo nosso para destacar o quadro de alienação religiosa.

> - Você já trabalhou em alguma fábrica ou indústria?
>
> - Já, na fabricação de móveis, mas é uma empresa de garagem e não se pode considerar uma fábrica mesmo.
>
> - E nesta experiência da marcenaria quanto você ficou?
>
> - Seis meses, mais ou menos.
>
> - Qual a duração da tua jornada de trabalho ou que hora você entrava e que horas você saía?
>
> - Normalmente não tem horário certo. Posso tanto começar às 7 horas quanto às 12h, pode tanto ir a uma da tarde até 22h da noite.
>
> - E aí você opera máquinas e quais são elas? Descreva.
>
> - Serra industrial, furadeira, aparafusadeira, martelete.
>
> - Você sabe se há alguma transformação na forma da matéria-prima desde quando ela entra até o momento de ser entregue?
>
> - Sim, há bastante.
>
> - Na geometria dela! Ela chega como uma peça, como uma folha de ofício, só que bem maior e já sai quase totalmente montada, finalizada.
>
> - Quem liga e desliga estes equipamentos operados por você?
>
> - Quem liga e desliga sou eu mesmo e quem faz manutenção normalmente é o dono da marcenaria.
>
> - No setor que você trabalhou e você disse que é uma marcenaria de garagem e tá se estruturando, você divide o seu trabalho com quantos colegas?
>
> - Eu e mais um, que é o dono da marcenaria!
>
> - Tua tarefa exige alguma habilidade, instrução e formação específica?
>
> - Bastante, tem que ter bastante atenção e cuidado porque as máquinas lá são perigosas e pode acabar machucando a pessoa.
>
> - E como que você aprendeu estas habilidades? Quem te ensinou?
>
> - O dono da marcenaria me chamou para trabalhar lá e ele mesmo foi me ensinando aos poucos (J. C. F., 17 anos, aluno ciclo 3, ajudante de marcenaria, desempregado, 2021).

Noutra escala de tempo e espaço entre os limites, como tendência, a expansão do capital enfrenta queda nas taxas de lucro, crescimento da concorrência combinada à expansão de monopólios e oligopólios empresariais transnacionais, o que pode potencialmente incapacitar a realização do capital. Há desencontro entre

produtividade e consumo, ou seja, o mercado de consumo, apesar da demanda crescente, não acompanha o aumento da produção e o trabalho excedentes com jornadas de trabalho extenuantes, abrindo crises e jornadas de lutas, coletivas, sociais e individuais.

A contradição, nos termos da investigação junto ao proletariado desempregado aluno de EJA, é evidenciada quando indagamos a importância do trabalho e como essa questão é vista em sua vida. A resposta persegue aquelas teses do trabalho na formação social capitalista, pois, mesmo que abstrato, assalariado, dividido e fragmentado, não deixa de ser produção da existência social, relação com a natureza, dever ser no processo de humanização do gênero humano com a posição ocupada no processo produtivo e de trabalho, assumindo centralidade na conformação de difusas consciências (IASI, 2013). Não se trata de secundarizar pertencimento nem tampouco condição em que vivem as massas trabalhadoras e classes sociais, mas de compreender que são forjadas naquilo que as estrutura, sua posição no processo produtivo, razão pela qual o significado é recoberto pela produção da existência:

> - é importante porque eu penso assim, se eu não trabalhar, como é que eu vou poder me manter, manter minha casa, *tá* entendendo? Para mim, o trabalho tem um significado muito forte, muito bom que é através que a gente consegue se vestir, se alimentar, ter acesso a muitas coisas, a internet, televisão (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

Senão vejamos como o espaço, esse regulador de relações sociais e do gênero com a natureza, revela-se como mediação não apenas na transformação da natureza, mas em atos de humanização do gênero humano que, na formação social e econômica capitalista, assumiu uma dimensão externalizada por se tratar de mercadoria, coisa a ser negociada, valor de troca. Como recorda Moreira (1982), o processo de trabalho no capitalismo implica reunir forças produtivas separadas por relações de propriedade. E continua sobre a alienação do trabalho:

> Despojado do conjunto dos meios de produção e, por conseguinte, impedido de suprir-se de meios de subsistência, só lhe restará converter sua força de trabalho em mercadoria, vendendo-a. A relação de compra-venda de força de trabalho restabelece a unidade do homem com a natureza, mas não restabelece a identidade

> desfeita pela instauração das relações capitalistas de propriedade entre os homens. Mediada por estas, a reunificação entre homem e natureza será um mero ritual que institucionaliza a alienação do trabalho. (MOREIRA, 1982, p. 205).

Interessa-nos mais de perto, para além das formas de alienação do trabalho em relação à atividade em si, à mercadoria e à propriedade privada, os atos de estranhamento do gênero humano, seres e relações sociais. Nesse sentido, a autora retoma Marx (2013) e avança na reflexão do estranhamento sobre os espaços vividos:

> Há ainda, a alienação do “ser genérico”, que se aliena de sua condição de membro da espécie que integra e vincula-se à concepção “da qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana”. Por sua vez, a alienação do trabalho em relação à sua atividade e ao ser genérico leva ao estranhamento que não é só do homem em relação a si mesmo, mas também deste em relação ao espaço vivido. (GOMES, 2014, p. 191).

É preciso reafirmar que é, no trabalho abstrato, formador de espaços sociais e (re)produtivos no interesse do capital, que o ato de se estranhar estranhando a humanidade, suas relações e história objetiva, reproduz (nos) espaços enquanto produtos historicamente determinados, mas também reproduz complexos sistemas de reprodução social e da vida, ou seja, espaços de reprodução sociais: escolas, hospitais, moradia e na totalidade da formação espacial. Senão vejamos como a reprodução social é determinada pelo trabalho, quando indagamos à aluna EJA, desempregada, a respeito das experiências de trabalho, a resposta é exemplar: para garantir sua existência social e a reprodução de seus filhos:

> - Sim, me fale um pouco de suas experiências de trabalho e com o que você trabalhou? Teve alguma experiência em fábrica, indústrias?
>
> - Primeiro eu trabalhei de doméstica e trabalhei 6 anos numa fábrica. Era clandestina, mas eu trabalhei seis anos numa fábrica de fazer velas de aniversário e velas decorativas. Encartelados que era convite, sacolinhas e coisas de aniversário. Trabalhei nela!
>
> - Aí você trabalhava em qual setor na fábrica?
>
> - Produção!
>
> - Quanto tempo você ficou na fábrica?

> - Foi através desta fábrica que eu parei de estudar porque assim era por produção e eu tinha que produzir e meus filhos eram pequenos. Eu tinha que produzir para alimentar meus filhos e pagar aluguel! Eu tive que escolher entre a escola e o trabalho.
>
> - Na verdade, não foi uma escolha, mas uma sobrevivência.
>
> - Uma sobrevivência, uma prioridade (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

O espaço e o tempo da alienação do trabalho, produtor de valor e valorizações pelo sistema do capital, têm sua potencialidade revelada no ato produtivo e de trabalho, transformador da natureza, ao tempo do produtor de capital, mais-valia e valores de troca. Como recorda Moreira (1982), é preciso na totalidade homem-meio revelar arranjos espaciais no interior da alienação capitalista. O fato do trabalho alienado, em “termos reais da relação homem-meio, hoje são termos reais, concretos, do saber geográfico. Raiz mesma da reflexão geográfica, é por isto raiz de toda reflexão da liberdade do homem e da práxis do saber geográfico” (MOREIRA, 1982, p. 206).

Ainda referente aos itens da alienação do trabalho e dos trabalhadores, a primeira parte de nossa pesquisa, quando indagamos sobre a concordância da trabalhadora desempregada da EJA, aluna do ciclo 3, na EMEF Francisca Moura, relativamente à propriedade privada dos frutos do trabalho e do trabalho dividido, sua descrição é reveladora dos processos contraditórios no quadro mais amplo de humanização e formação no interior do trabalho abstrato e dividido pelo capital:

> - Você concorda com esta ideia de que os meios e instrumentos de trabalho necessários na produção que eles são de propriedade de quem não trabalha? São do patrão?
>
> - Não concordo, devido a esse trabalho mesmo na fábrica porque minha patroa só vivia em Salvador, São Paulo, viajando. Era recém-casada com o marido e quem levava a empresa nas costas, a fábrica, era eu e o colega que trabalhava comigo!! Muitas vezes, ela esquecia até de depositar o salário da gente e, quando voltava de viagem, um mês depois, quase um mês e meio juntando os salários, que ela vinha pagar.
>
> - E como que você explica o fato de que você produzia as velas, mas não era a proprietária da produção de velas? Você concorda com isto?

> - Eu não concordava não, assim eu ficava triste assim. Agora os vendedores quando chegavam lá parabenizavam muito a gente, que o trabalho lá era bem-feito, tanto nas velas que a gente fazia para aniversário como fazia velas decorativas para ambientes e casamentos. O povo encomendava muita decoração de casamento, então a gente era muito parabenizado, mas quem levava tudo, as melhores coisas era a dona, a patroa!
>
> - E assim a coisa de dividir o trabalho, como você disse que "lá a gente fazia de tudo", mas você tinha uma função certa. Você vai cuidar disso e deixa que eu cuido daquilo outro. Os vendedores já fazem outra coisa, então assim, você pensa que esta divisão do trabalho em várias partes, quem ganha mais com isso, o patrão ou o trabalhador?
>
> - Eu acharia, se tivesse mais pessoas, que ela colocasse mais trabalhador, quem ganharia era a gente *né*! Cada uma fazia sua função. E lá a única função que eu não fazia era trabalhar com resina porque queimava, e ele, o menino que fazia toda esta parte, que era muito perigoso e eu tinha problema de cansaço. Na época, eu não podia pegar naquela resina. Mas o resto *pra* comprar o OX, para liberar a parafina, pegar e pedir a parafina a Salvador. (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

A alienação revela-se não apenas como relação entre trabalho e capital de nossos objetos-sujeitos de pesquisa com as mercadorias e os produtos fruto do trabalho abstrato, assalariado e dividido, mas também como conjunto posterior de apropriações dos complexos sociais da reprodução, como o complexo ideológico da educação. O reconhecimento do valor e os processos de valorização estavam presentes nas relações constitutivas do proletariado em atividade e a clareza de que sua "inimiga de classe" usufruía de toda a riqueza produzida estão a reforçar o potencial que joga a posição e o pertencimento de classe na práxis social dos indivíduos do trabalho para o processo formativo da consciência e do gênero humano.

Daqui por diante, o segundo bloco de questões presentes nos itens 5 e 6 do questionário de entrevistas tem, na reprodução de mediações abstratas do dinheiro e da propriedade privada capitalista, a finalidade de apresentar e refletir criticamente a reprodução social pelos trabalhadores desempregados de EJA em momentos e espaços em que relações entre indivíduos e gêneros são estranhadas. Também que rebatimentos o estranhamento reproduz na relação entre trabalho e educação e, de

forma mais ampla, no processo de formação dos trabalhadores investigados em nossa pesquisa.

De outra maneira, a reprodução contemporânea no mercado de trabalho brasileiro do desemprego, da subocupação e do desalento assumiu a dimensão estrutural que reflete a crise em que vivem o capital e o trabalho abstrato, profunda e sem solução aparente. Avança quantitativamente na escala do espaço mundial e produz a barbárie, já que qualitativamente é absorvida desigualmente pelos trabalhadores em países semiperiféricos, seus espaços de valor e revalorização do valor. Bihr (2010) chama a atenção para a natureza das consequências da condição de desemprego em que vivem frações crescentes dos trabalhadores e do proletariado em particular, do efeito sobre a disciplina, do adoecimento, do isolamento e medo, da violência e do desalento, consequências sociais, econômicas e políticas:

> [...] Jamais será suficientemente denunciado o papel disciplinar dessa crise, com seus coletivos de trabalho e de vida dispersos ao sabor das reestruturações econômicas, com seu fluxo crescente de desempregados, de trabalhadores perdendo a estabilidade, de “novos pobres”, sobretudo com suas sequelas psicopolíticas: o medo do amanhã, o isolamento, a exacerbação da luta concorrencial entre os indivíduos, a intensificação dos processos de exclusão que atingem certas categorias da população, a tentação de soluções autoritárias, tudo para maior benefício de nosso soberano, o capital. (BIHR, 2010, p. 10).

Como encaminhamento para nossa reflexão sobre a relação alienada entre trabalho abstrato e Educação de Jovens e Adultos, mediada pelo estranhamento, pela crise de interiorização de valores e ideias, entendemos ser necessário o debate da centralidade do trabalho e de que trabalho, para então avançarmos sobre o segundo bloco de questões investigadas. Das abstrações do capital e seu sistema sobre os trabalhadores, como salários, é preciso revelar o que pensam autores a respeito da relação entre trabalho, educação e suas mediações. Importante frisar que é a partir da temática da relação genética entre homem e natureza que se pode apresentar e compreender a realização de tais elementos históricos e seu escape ao controle da humanidade.

Ao resgatar Lukács (1963), Ranieri (2001) afirma que “também somente por meio dessa relação que se percebe a atividade como princípio motor do

entendimento (ou intelecto, *verstand*), em detrimento da perspectiva que toma a razão, e não o trabalho, como elemento que engendra a realidade efetiva", é possível avançar sobre reflexões que deem conta das tendências no desenvolvimento contemporâneo destes fenômenos e a importância no desenlace das potencialidades e limites aos processos de humanização do gênero humano:

> Nesse sentido, o processo que reúne a alienação e o estranhamento se consolida como interior e exterior às capacidades humanas objetivadas. Como toda evolução humana é um desenlace desigual, que, como potencialidade, tende para a frente, o processo alienação/estranhamento desenvolve-se no interior da contraposição que ele mesmo engendra, pois se trata, sempre, de resultados e produtos de objetivações sociais, associadas a necessidades e estágios históricos específicos, concernentes à esfera de realização do ser social. (RANIERI, 2001, p. 64).

Polêmicas à parte, no trato da relação entre alienação e estranhamento pelos diferentes autores (LESSA, 2016; RANIERI, 2001; MÉSZÁROS, 2016), na interpretação distinta e continuidade daquilo que Marx (2006, 2007, 2011, 2013) deixou como desenvolvimento em seu tempo e espaço, análises geográficas no campo da relação entre trabalho e educação de jovens e adultos, a partir da teoria da alienação, são marginais ou mesmo inexistentes. Antes de partimos para o segundo bloco de questões, torna-se relevante, mesmo que de forma breve, evidenciar as formas diversas da relação entre trabalho e educação para, em seguida, considerar a mediação do dinheiro e da propriedade privada na reprodução de estranhamentos e rebatimentos nos processos de educação e formação dos trabalhadores desempregados alunos de EJA.

Não esgotaremos o debate por não se tratar de nosso objetivo. Por outro lado, pensamos que disputas conceituais e teóricas metodológicas não são necessariamente estanques e estão a forjar práticas, discursos e querelas ideológicas, potencialmente transformadoras do real e concreto, movimento dialético em que vive a humanidade. Novamente é a relação entre trabalho e educação que está no horizonte de nossa reflexão e como iremos abordar o segundo bloco de questões investigadas junto aos trabalhadores desempregados da EJA na EMEF Francisca Moura, localizada na capital da Paraíba, João Pessoa.

De outra forma, das polêmicas sobre a natureza do trabalho na relação com a educação, as particularidades no desenvolvimento e nas considerações acerca da categoria trabalho, sua centralidade e rebatimentos na práxis social, Saviani (2013, p. 11), em *Pedagogia Histórica e Crítica*, argumenta que a existência social baseada na teleologia humana é característica determinante do mundo dos homens com o trabalho, assumindo o caráter de intercâmbio orgânico com natureza. Mas se equivoca quando, no terceiro parágrafo, em uma reviravolta surpreendente, revoga parte de suas teses ao afirmar que: “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”, ou seja, identifica os processos de educação com os processos de trabalho.

De outra forma, Lessa (2007), sem desconsiderar o avanço que realiza Saviani (2013), afirma que seu erro foi sua conclusão quando:

> Na parte final da frase, todavia, esta relação fundado/fundante é descartada ao identificar educação e “processo de trabalho”. Pois, o ato de fundar apenas tem sentido se for o fundamento de um complexo (ou ente; como se queira) distinto da categoria fundante. Identificado fundante e fundado, esta relação pela qual uma categoria funda a outra é substituída pela relação de identidade. A identidade não pode ser portadora da relação fundado/fundante no sentido preciso de que não tem qualquer sentido dizer que qualquer categoria funda a si próprio. [...] (LESSA, 2007, p. 107).

E prossegue o autor a desvelar os limites do artigo ao analisar criticamente a relação de identidade, educação e trabalho, como propõe Saviani (2013): “Encontramos novamente a categoria da necessidade operando esta identificação: como o complexo da educação é necessário ao trabalho, então seria trabalho”. Apesar de acertado o argumento de que a educação é imprescindível ao trabalho na contemporaneidade, implicando mediação a ser considerada, a educação apenas pode ser necessária ao:

> Trabalho porque atende a determinadas funções sociais que, ainda que fundadas pelo trabalho, são imprescindíveis à sua realização, são distintas da função social do trabalho, qual seja, transformar a

> natureza nos meios de produção e de subsistência sem os quais não há vida humana possível. (LESSA, 2007, p. 108).

A discordância de fundo não trata apenas de debate filológico, mas reproduz implicações na visão de mundo, nas práxis e na intervenção social do trabalho e dos trabalhadores. E como aparato ideológico, capacita ou instrumentaliza a relação entre prática e teoria, conhecimento e habilidade, ou seja, o arsenal teórico a serviço e apropriado pelos trabalhadores, em particular os desempregados, para intervir contraditoriamente no real e concreto. Portanto, a reflexão da natureza e função social do trabalho, em tendência, pode abrir ou fechar uma malha de diálogos possíveis entre a conformação de diferentes identidades politicamente localizadas com uma universalidade geograficamente espacializada do trabalho proletário moderno, que assume feição e condição estrutural no mercado de trabalho do Brasil de desempregado, desalentado ou ainda em regimes parciais de ocupação, institucionalizados na Reforma do Trabalho (BRASIL, 2017), como o trabalho intermitente exposto anteriormente.

Isto posto, a tese de Saviani (2010, 2013, 2013a) da identidade da educação como trabalho não material, como contra-argumenta Lessa (2007), entre outros autores como Tumolo (2005, 2016), parece não se sustentar nos debates que têm como centro a relação entre trabalho e educação na contemporaneidade.

Para Saviani, não há dúvida de que a educação é parte da existência material, interferindo nos atos dos indivíduos, na vida cotidiana, ou seja, no conjunto de atos humanos que dirigem os atos dos indivíduos, partes fundamentais (ainda que não fundantes) da reprodução de qualquer sociedade. Os meios de produção e subsistência produzidos pelo trabalho, de um lado, e os complexos ideológicos, de outro, compõem a materialidade do mundo dos homens. Um não é mais ou menos ser, mais ou menos material, que o outro: ambos são materiais. Onde está o equívoco dessa interpretação? Para Lessa (2007), há uma inversão quando Saviani afirma que o trabalho não material seria imprescindível à realização do trabalho material:

> [...] para produzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação [...] pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. Sem a representação,

> sem o “trabalho não material”, não haveria “trabalho material possível”. O “trabalho não material” seria a condição indispensável ao “trabalho material”. (SAVIANI, 2013, p. 14-18).

Para Lessa, a ausência de mediações na tese do trabalho material como suporte do não material é, no mínimo, problemática, já que as formas de trabalho trazem uma infinidade de problemas, por exemplo, a incapacidade de explicar a relação entre a subjetividade e a objetividade (pela mediação genérica das categorias objetivação e exteriorização), a relação decisiva para a reprodução social, além do caráter exterior da educação e da não materialidade, colocando o ser social e sua materialidade sem conexão com os vastos sistemas de complexos ideológicos.

No limite, Saviani (2013) “retoma a concepção idealista segundo a qual o mundo dos homens seria portador de uma irredutível dualidade, o material e não material ou espiritual, tornando incompreensível a relação entre a teoria e prática” como assevera Lessa (2007, p. 113). Mas como o ortodoxo autor, leitor e intérprete imanente das obras de Karl Marx (2007, 2011, 2013) difere os complexos do trabalho e ideológico? Como Lessa os relaciona e os desenvolve em sua análise sem fazer a inversão e o primado do objeto sobre o sujeito? Para esse autor:

> Os complexos ideológicos são tão existentes, são reais, quanto o trabalho; são tão reais quanto a produção dos bens de produção e de subsistência pela transformação da natureza. [...] As diferenças profundas entre a aula e o martelo (e elas existem, como veremos mais longamente na parte II) não incluem nenhuma diferença no que diz respeito ao *quantum* de ser, à existência, dos dois entes. Eles são, do ponto de vista ontológico, rigorosamente do mesmo estatuto: um não é mais ser, mais existente, mais real, mais material, que outro.
>
> [...] a distinção entre eles é de outra ordem, [...] são complexos de relações entre os homens (todos os complexos sociais, exceto o trabalho) ou são compostos pela relação entre os homens e a natureza (o trabalho). Isto faz com que haja entre esses complexos diferenças ontológicas do maior significado, todavia sem conceber este fato decisivo: as ideias apenas podem exercer força material no mundo dos homens porque, diferente da natureza, a materialidade social tem nas ideias um seu momento essencial. Ou, dito com outras palavras, as ideias exercem força material no mundo dos homens porque a materialidade do mundo dos homens tem na

> articulação entre subjetividade e objetividade um dos seus momentos constitutivos. (LESSA, 2007, p. 111).

E continua o autor, descartando a identidade da educação ao trabalho não só pela natureza e função social distinta dos referidos complexos, mas por conta de que:

> O processo educativo, mesmo quando articulado a um ato de trabalho – algo que pode e que, com muita frequência ocorre, mesmo no capitalismo mais desenvolvido –, não desdobra nenhuma identidade entre trabalho e educação. A relação entre o ser humano e um objeto pela mediação do trabalho possui características ontológicas muito distintas da relação entre indivíduos humanos, tal como é o processo pedagógico. [...] (LESSA, 2007, p. 117).

Apoiado nas teses do trabalho como princípio educativo, em que a identidade dos diferentes domínios é pressuposta por parte de seus analistas, argumentam ainda que o desenvolvimento do capitalismo industrial e da ciência a serviço do capital tornaram-se potência que se materializou nas máquinas, técnicas e tecnologias. Estas, ao incorporarem conhecimentos, tornam-se trabalho material intelectualizado e convertem-se em trabalho abstrato. As teses da centralidade da razão e do conhecimento, portanto das técnicas e tecnologias contrapostas à centralidade do trabalho, ganham corpo a explicar a realidade contemporânea. Em síntese, é trabalho abstrato.

> [...] conhecimento materializado na máquina seria a expressão máxima do caráter de “força produtiva” do próprio conhecimento. A educação, por esta via, passa a exercer um papel fundamental no desenvolvimento do processo produtivo: a transmissão de conhecimento neste contexto termina repondo, em um novo contexto e com novas formas, a relação original, a “inteira coincidência”, entre trabalho e educação. [...]
>
> Assim o trabalho abstrato em Saviani passa a ser aquele que incorpora a ciência como força produtiva e que possui na educação um elemento chave na conformação [...] (SAVIANI, 1999, p. 164).

Como contra-argumenta Lessa (2007), qualquer alteração que caracterize o trabalho abstrato e sua relação com a ciência, com o saber, não pode ser insensível

às alterações entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; e mais, na expansão da divisão do trabalho e da sociedade. Além disso, avisa-nos o autor das confusões que analistas da relação entre trabalho e educação realizam ao desconsiderar a natureza e a identidade do trabalho, o desenvolvimento do trabalho abstrato e o espaço e o tempo do cotidiano do trabalho, como momentos distintos.

Para esse autor, não podemos esquecer que o avanço das formas abstratas de trabalho não pode nem deve ser confundido com a existência do trabalho produtor de valor de uso, ontologicamente constitutivo do ser social:

> Hoje, com a extensão das relações capitalistas, até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de atividades que anteriormente ou estavam dele excluídos ou apenas participavam de modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Aparentemente, o trabalho teria desaparecido, substituído pelo trabalho abstrato. Trabalho e trabalho abstrato passam, assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea. (LESSA, 2016, p. 30).

Assim duas tendências nas análises no desenvolvimento do trabalho na formação social e econômica contemporânea são observadas: a diminuição dos postos de emprego, voltados para o controle dos trabalhadores e a redução da distância entre os que trabalham manual e aqueles de caráter intelectual, atividades ligadas ao controle e planejamento, o que não, como tendência, faz desaparecer qualquer determinação ontológica sobre cada uma dessas categorias de trabalho e trabalhadores. Embora mais próximas, a redução da distância e a fusão não devem cancelar o caráter concreto e material do trabalho, o que abriria nova concepção de trabalho imaterial. E prossegue, “o trabalho abstrato – desconsideradas as formas antediluvianas de assalariamento – é uma necessidade para a reprodução do capital, apenas e tão somente” (LESSA, 2016, p. 33).

Para o que nos interessa, analisar criticamente mediações abstratas que, no interesse do capital, são reproduzidas socialmente, como o dinheiro, seus rebatimentos na relação entre trabalho e educação de jovens e adultos, tendo o trabalho abstrato como um dos momentos de estranhamento na interiorização de valores e ideias pelos indivíduos e gênero humano, categorias de análise e crítica,

levadas em consideração por autores como Mészáros (2011, 2016), Iasi (1999, 2011, 2013); Lessa (2007, 2016) e Tumolo (2005, 2016).

Os autores acima desenvolveram reflexões pertinentes e consequentes da relação entre trabalho e educação, entre as quais uma reflexão acerca dos complexos ideológicos, particularmente e de forma ampla, a formação da classe trabalhadora, sua objetivação frente à alienação do trabalho e o estranhamento dos trabalhadores nos diversos espaços, tais como sindicatos, movimentos sociais e escolas. Para o último autor, natureza e desenvolvimento da totalidade social do trabalho assumiram, na relação com o capital e seus representantes, contradições vivas que colocaram objetivamente em movimento formas sociais, econômicas e ideológicas forjadas por conteúdos abstratos do trabalho, como historicamente o dinheiro, as mercadorias e as trocas, expressões da propriedade privada capitalista e do avanço da divisão do trabalho no desenvolvimento humano.

Como destacam o desenvolvimento das forças produtivas e a contradição com as relações sociais, ou ainda a relação de múltiplas determinações da consciência com atividades e condições de existência e reprodução social, os processos de alienação já estavam presentes na história e é somente na formação social capitalista, fundada no trabalho e na propriedade privada, que a reprodução social avança sobre a natureza e a materialidade do trabalho. Assim no capitalismo, o mesmo trabalho que origina seu contrário, o capital, origina abstrações que se autonomizam social e historicamente no espaço, tais como dinheiro, trocas, salários e mercadorias sob pressupostos da divisão do trabalho e propriedade privada:

> O conjunto de condições de existência, de condicionamentos e limitações individuais está fundido nas duas formas mais simples: propriedade privada e trabalho. Com o dinheiro, toda forma de intercâmbio e o próprio intercâmbio são postos para o indivíduo como algo acidental. Portanto, no próprio dinheiro já está presente o fato de que todo o intercâmbio anterior era somente intercâmbio de indivíduos sob determinadas condições, e não de indivíduos enquanto indivíduos.[37] Essas condições encontram-se reduzidas a duas: trabalho acumulado ou propriedade privada e trabalho real.[38] Desaparecendo ambas ou uma delas, interrompe-se o intercâmbio. Por outro lado, os indivíduos mesmos estão completamente subsumidos à divisão do trabalho e, por isso, são conduzidos à mais

[37] Chamar a atenção para o dinheiro e sob que condições a humanidade é forjada, sua fragmentação pelo trabalho dividido e a dependência que o capital e o regime de acumulação impõem sobre os trabalhadores em particular os desempregados alunos de EJA aqui pesquisados.

> completa dependência de uns em relação aos outros. Na medida em que, no interior do trabalho, a propriedade privada se defronta com o trabalho, ela se desenvolve a partir da necessidade da acumulação e, de início, ainda conserva bastante a forma da comunidade; porém, em seu desenvolvimento ulterior, ela se aproxima cada vez mais da forma moderna da propriedade privada. Por meio da divisão do trabalho, já está dada desde o princípio a divisão das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, o que gera a fragmentação do capital acumulado em diversos proprietários e, com isso, a fragmentação entre capital e trabalho, assim como as diferentes formas de propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho e a acumulação aumenta, tanto mais aguda se torna essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 72).

A citação acima é longa e pertinente para nossos interesses de pesquisa, relação entre teoria e empiria, mediada por abstrações, tais como dinheiro e mercadorias. Na contemporaneidade, o espaço escolar enquanto regulador das relações sociais reproduz e está a serviço das disputas das formas de valor e valorização, e seu arranjo espacial está ordenado a manter e reproduzir a organização social e ideológica dada. Noutra escala de observação, a revalorização de espaços transfere desigualmente valores entre nações, que estão a estruturar a divisão de trabalho de conteúdos e relações intensamente abstratas, mudança qualitativa no desenvolvimento do trabalho no capitalismo (ROSDOLSKY, 2001, p. 112).

Mas como a histórica produção mercantil reproduziu em intercâmbios e trocas mediações como dinheiro, mercadorias, salário, preços, capital e valor? Que importância assumiram a gênese, a natureza e o desenvolvimento do capitalismo na reprodução da mediação abstrata do dinheiro, necessária às relações sociais e de trabalho na contemporaneidade?

> [...] a mais simples relação de troca é suficiente para nos revelar que, em uma sociedade baseada na propriedade privada, na qual os produtores só se relacionam uns com os outros com a mediação de suas mercadorias, “o caráter social de seus trabalhos” deve aparecer para eles como “uma relação entre os produtos do trabalho”.
>
> [...]. Neste caso, ainda é muito difícil captar a reificação das relações sociais de produção. Só com o dinheiro essa reificação adquire uma forma bem definida, pois todas as mercadorias passam a expressar seu valor no mesmo equivalente, na mesma mercadorias-dinheiro. Consolida-se assim, definitivamente, “a falsa aparência”, como se “o

> objeto que representa a magnitude do valor de outro objeto" possuísse "sua forma equivalente independentemente dessa relação, como uma propriedade social que decorre de sua natureza". (MARX, 2013 *apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 113-116).

Invisibilizar e apagar relações sociais e de produção entre o trabalho abstrato e o capital sob condições de dominação, opressão e superexploração é condição de reprodução do sistema do capital no espaço e tempo contemporâneos. Na crise de interiorização, valores e processos de valorização são revistos com forma e conteúdo assumido pelos indivíduos em contradição com o gênero humano objetivamente determinado por abstrações, como dinheiro. A particularidade de nossa investigação está em refletir na relação entre alienação e trabalho abstrato, bem como os rebatimentos do desemprego na formação de trabalhadores de EJA na EMEF Francisca Moura.

Rosdolsky (2001) revela a natureza, a existência e o desenvolvimento do gênero humano no capitalismo, as mediações no interior da alienação do trabalho e as relações sociais nos espaços e tempos estranhadas. A abstração do trabalho e da reprodução social transversais objetiva e subjetivamente vida e trabalho no sistema do capital. Alienar-se de si, do trabalho, das mercadorias e dos outros seres sociais como do gênero humano é simplesmente:

> Porque, nessa sociedade, os produtores não podem relacionar-se com seu trabalho como um trabalho diretamente social, pois perderam o controle de suas próprias relações de produção. **"O caráter social do trabalho aparece na existência monetária da mercadoria, e por conseguinte como algo situado fora da produção real [...]".**[39] "Como os produtores não entram em contato social até trocarem os produtos de seus trabalhos, os atributos especificamente sociais desses trabalhos privados só se manifestam nos marcos desse intercâmbio". E se manifestam "como o que são: não como relações diretamente sociais estabelecidas pelas pessoas em seus trabalhos, mas, ao contrário, como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas" (ROSDOLSKY, 2001, p. 117).

[39] Grifo nosso para destacar como se revela, na estrutura objetiva da produção de mercadorias, algo que avança sobre as atividades e adquire autonomia como uma abstração, mas que, na verdade, sofre determinações da propriedade privada e formas de controle e alienação do trabalho de tal maneira que o capital, ao desumanizar relações, reifica o mundo das mercadorias e das trocas mediado pelo dinheiro.

Portanto dinheiro e sua crítica inserem-se na construção teórica das representações sociais, que vão dos processos de alienação à crítica moral do fetiche do dinheiro e da propriedade, até as obras de maturidade, tais como *Grundrisse* (MARX, 2011) e *O Capital* (MARX, 2013), estabelecendo formas concretas que assumem o sistema de aparência:

> Trata-se, a partir daí, de ultrapassar uma crítica moralizadora do dinheiro e da propriedade mostrando o que determina o "sistema de aparências", aparências mais significativas, pois não são redutíveis a simples ilusões. O fetiche que domina e tiraniza a humanidade é, novamente, o dinheiro, enquanto forma abstrata da riqueza, e não o capital, abstração da abstração, cujo dinheiro não será mais, no capital, senão uma de suas formas de manifestação: a forma suprema do fetichismo, pelos prodígios do crédito e pela ilusão do auto engendramento do dinheiro. (BENSAID, 2019, p. 54).

Não se trata de ilusão nem de simples inversão do real e concreto, mas manifestação da reificação das coisas e submissão do trabalho abstrato às mercadorias. O autor desvela o dinheiro na medida e análise do valor, o desenvolvimento do trabalho e das relações sociais, subsumido ao fetiche das mercadorias. Sempre a partir de Marx (2011, 2013), o dinheiro como forma desdobrada da mercadoria depende do desenvolvimento do intercâmbio:

> A primeira dessas determinações formais do dinheiro – primeira porque surge diretamente do processo de formação do dinheiro – é sua função como medida do valor. "O dinheiro é um cristal que se forma espontaneamente no processo de intercâmbio, no qual se igualam os diversos produtos do trabalho, que assim se transformam de fato em mercadorias. [...] Ele não repousa nem se fixa até que alcance definitivamente essa forma pelo desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro." O dinheiro "é o material universal em que [as mercadorias] devem ser convertidas; elas devem ser douradas e prateadas para alcançar sua livre existência como valores de troca [...]. O valor de troca específico, a mercadoria, é expressa, subsumida, submetida ao valor de troca que se tornou autônomo, ou seja, o dinheiro (ROSDOLSKY, 2011, p. 124).[40]

[40] O que é o dinheiro senão uma forma desdobrada da mercadoria a omitir, suprimir relações sociais que o estruturam, tornou-se autônomo situado fora dos processos de troca, um abstrato socialmente real que se generaliza e torna a todos seus dependentes e estrutura relações de dominação trabalho e capital.

Mas essa forma de valor, o dinheiro, é um mistério, enigma a ser desvendado no processo de produção de mercadorias. Segundo o autor, o ouro adquiriu o caráter do dinheiro, devendo tanto esse caráter de dinheiro à sociedade quanto o seu caráter de mercadoria (de valor). Como assinala o desenvolvimento do dinheiro, como momento do valor na história, defronta-se como mercadoria:

> Valor e dinheiro não são outra coisa que formas sociais e históricas e não se devem às características materiais ou naturais do valor de uso ouro. Ser dinheiro é uma expressão, no ouro, das relações mercantis de produção, numa particular etapa do seu desenvolvimento. “O ouro só defronta as outras mercadorias como dinheiro porque já antes esteve frente a elas como mercadoria. (MARX, 1966 *apud* CARCANHOLO, 2011, p. 65).

Surge da relação mercadoria e dinheiro, inversão que autonomizou o dinheiro como meio de troca universal, mas que nasceu do processo de intercâmbio, do desenvolvimento de contradições contidas na mercadoria como uma imagem definitiva do dinheiro. Enquanto modesto intermediário do processo de troca, passou inesperadamente a um fator situado fora desse processo, independente dele. Originalmente só representava as mercadorias; agora, ao contrário, as mercadorias é que se converteram em representantes do dinheiro (CARCANHOLO, 2011, p. 145). Portanto:

> O dinheiro não é mais a sobrevivência de um antigo fetichismo monetário, mas torna-se uma abstração social real: o valor de troca “destacado do produto” [...] é o dinheiro. [...], de modo que o valor monetário adquire “uma existência social universal” distinta de todas as mercadorias particulares e de “seu modo de existência natural”. A troca universal aparece então como “alguma coisa independente, como uma coisa” (*versachlishung*). O tema da coisificação vem desse modo de superpor ao da alienação e ao do fetichismo. **E enquanto relação social coisificada, no qual o “poder da pessoa se transformou em poder das coisas”, que o dinheiro se transforma em fetiche. [...].**[41] O dinheiro foi o instrumento dessa dependência pessoal, mas ele se transforma com a generalização da produção de mercadorias para se tornar “o deus entre as mercadorias” e representar “sua existência celeste, enquanto elas representam sua existência terrestre”. (BENSAID, 2019, p. 55).

[41] Grifo nosso.

Quando indagamos a respeito do dinheiro e a relação que estabelecemos com o valor e os processos de valorização, parte dos trabalhadores desempregados de EJA da EMEF Francisca Moura responderam objetivamente conforme a posição que ocupam no processo de trabalho. A função e a natureza do dinheiro, enquanto mediação da relação entre trabalho abstrato e desempregados da EJA, assumem assim a conformação de uma subjetividade dominada:

> - Bom agora vamos finalizar aqui. São questões relativas ao dinheiro e que têm a ver com a pesquisa que eu estou desenvolvendo. Como você, vivendo o desemprego, tem garantido o seu sustento?
>
> - Eu moro com meus pais no momento e aí são eles que *tá* bancando na verdade, até agora, mas eu pretendo ajudá-los dentro de casa, mas por enquanto a gente vai vendendo roupas. Que minha mãe tinha uma antiga loja e aí agora (COVID-19) está guardado. Entendeu?
>
> - Entendi!
>
> - Aí a gente vai postando no Instagram e entrega.
>
> - E você está envolvida nisto também? Ajudando?
>
> - É, ajudando minha mãe!
>
> - O que significa o dinheiro para você? Você está de acordo com esta afirmação que “o dinheiro compra tudo”?
>
> - Não! Compra tudo não, porque não compra a felicidade! Não compra a união, mas dá pra é....., um sustento nosso *né*, sobreviver!
>
> - Você acha que a maior parte da população, especialmente nós que somos filhos e filhas de trabalhadores, nos relacionamos com o dinheiro de uma forma saudável? No sentido de que é a gente que “domina o dinheiro ou é dominado por ele”? De forma em geral, qual sua opinião? O que você acha em relação a isso?
>
> - Mais que o dinheiro domina a gente!
>
> - Por que você acha?
>
> - Acho porque as pessoas, elas estão muito no foco de “cada dia receber mais, receber mais, mas também não controla o quanto *tá* gastando. (S.M.,17 anos, atendente, desempregada, aluna do ciclo 4).

Aqui fica evidente a objetividade do trabalho abstrato assalariado sobre a formação e a subjetividade dos indivíduos, ou seja, como a condição e a posição de classe que cada sujeito ocupa no processo produtivo determinam sua

individualidade, consciência e visão de mundo. Como afirma Ranieri (2001), sempre com referência a Marx:

> O ponto de partida deve ser a posição originária do objeto, e o pressuposto da análise deve estar constantemente remetido a particularidades inseridas em complexos totalizantes, a partir dos quais são extraídas as determinações materiais específicas. (RANIEIRI, 2001, p. 60).

Como concluem os autores, a relação ser e pensar, trabalho e educação, produção e reprodução em diferentes formações socioespaciais, que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”, ou ainda:

> As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Assim as ideias não são apenas a expressão da objetivação dos indivíduos, suas relações e materialidade, mas elas entram em contradição com as forças produtivas, elas entram em choque, causando malefícios, e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinária e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens (MARX; ENGELS, 2007, p. 41).

Quando indagamos ao trabalhador desempregado de EJA que viveu experiências e atividades de proletarização na relação com o capital, atividade produtiva geradora de mais-valia, valor e capital, contraditoriamente, sua formação e consciência diferem daquelas individualidades particulares de trabalho assalariado em que a relação com o capital e com a natureza é indireta, como aqui exposto. Como recorda Iasi (2013), se as ideias estão invertidas, deve-se à inversão em que vivem os indivíduos nos processos de trabalho e materialidade objetiva, o que pode nos ajudar a refletir sobre o movimento contraditório com recuos e avanços das consciências e humanização do gênero humano.

No desenvolvimento da relação entre dinheiro e valor, é preciso deixar claro que, no espaço e tempo, a totalidade do trabalho social se realiza pelas trocas, formas necessárias ao processo de produção social, ou seja, a totalidade do sistema do capital resulta da “unidade do processo de produção social e sua fragmentação em unidades econômicas privadas”, conforma aponta o autor:

> As formas de valor que antecederam as formas gerais não representam apenas a forma germinal do dinheiro, mas também as formas germinais do valor. O valor de troca desenvolvido só se origina com a “forma geral”, que, na essência, coincide com a origem do dinheiro. (RUBIN, 2020, p. 65).

E o dinheiro, expressão da riqueza material, assumiu na produção de mercadorias a dominação da materialidade e do gênero humano com a propriedade privada, subsumindo trabalho acumulado, ou seja, produção do capital. Os indivíduos independentes uns dos outros, estranhos em relação social, alienados de si e de seus produtos e do trabalho, se conservam unidos apenas por meio da troca com a divisão entre trabalho espiritual e corporal, realizada na prática, ou como nos lembram os autores, “ela tem de ter assumido uma forma coisificada num terceiro elemento, o dinheiro” (IASI, 2013, p. 51).

É que o trabalho, em seu desenvolvimento, assumiu socialmente duplo caráter, concreto e abstrato, ou seja, o sistema de divisão do trabalho do sistema capitalista reproduz a técnica, o trabalho material e a forma ou uma natureza social que adquire o trabalho. Por um lado, ele representa:

> Uma totalidade de trabalhos concretos diferentes que se completam mutuamente, totalidade essa que expressa “a diferença qualitativa dos trabalhadores uteis”. Por outro lado, forma-se uma totalidade de diferentes tipos de trabalho que são equiparados e se encontram em equilíbrio uns com os outros, ou – o que representa um resultado desse processo de equiparação do trabalho – uma totalidade de mesmo tipo de trabalho social, que está distribuído entre os diferentes setores de produção. (RUBIN, 2020, p. 72).

Mas como o dinheiro, essa abstração real que se generalizou como mediador de relações entre trabalho e capital e por todos os domínios da reprodução social, inclusive no espaço escolar, ao tempo em que nega a humanização do gênero na

objetivação de uma individualidade estranhada, que nega a si própria e a outros, movimenta-se, contraditoriamente, forjando relações entre trabalho, valor e processos de valorização? São espaço e tempo em desenvolvimento contraditório, forjados por crises, como a da interiorização de valores, ideias e visão de mundo, particularmente quando relacionamos trabalho e educação, gênero e individualidade.

A mesma sociedade produtora de mercadorias engendra relações estranhadas de si e dos outros objetos-sujeitos, numa sociedade que equipara e homogeneíza diferentes trabalhos, ramos e produtos ao assumir sua forma abstrata e valor de troca. O que é socialmente um produto resultado de diversas atividades, ou seja, propriedade do trabalho social, torna-se mero meio de vida e sobrevivência, produto a ser trocado, útil no mercado de consumo e de trabalho.

O processo de equivalência de mercadorias ocorre ao se fixar a função social do dinheiro com algumas particularidades, entre as quais a transformação dos valores de uso em valores de troca pela mediação do dinheiro; a divisão do trabalho forja equiparação de trabalhos distintos de ramos diferentes, já que o trabalho, que é concreto e produtor de valores de uso, torna-se no mercado capitalista trabalho humano geral, ou seja, trabalho social abstrato total com as mercadorias corporificando o trabalho humano abstrato; uma terceira e última particularidade dos valores produzidos pelo trabalho concreto, ao igualar-se a outros tipos concretos de trabalho, assume o caráter de trabalho abstrato, de forma imediatamente social (RUBIN, 2020, p. 108).

Para o que nos interessa, a relação entre trabalho e educação que humanize o gênero humano, mediado pelo dinheiro, sob controle do capital e das formas abstratas do desenvolvimento social do trabalho, produzido pela diversidade de trabalhos e formas assumidos pelo trabalhador na contemporaneidade, tende a forjar uma individualidade que supera obstáculos e estabelece uma autenticidade do gênero sobre os indivíduos isolados. A tendência à autenticidade do gênero humano enxerga vida nas relações sociais, fundantes dos protestos, do vandalismo e da relação de dominação:

> - O que você pensa da pergunta: o dinheiro compra tudo? Avalie.
> - É falso!
> - Qual o significado do dinheiro para você?

> - Cara, às vezes, eu paro e penso, tipo, olho para nota de dez reais e vejo só um papel que a pessoa perde a vida por aquilo e para mim não faz sentido.
>
> - E como você avalia que nos relacionamos com o dinheiro? Temos uma relação saudável ou de dependência em relação ao dinheiro?
>
> - Dependente, porque hoje em dia quem comanda o mundo é quem tem mais dinheiro. Se eles não gostarem de algo, o governo em si, muda! Mas quem é mais carente pode fazer protestos e destruir tudo e são só tratados como vândalos, como se não fosse ninguém.
>
> - E por que isso acontece? Por que quem tem poder julga o que não tem poder como vândalos?
>
> - Mais pela educação e a forma que o mundo foi se modelando desde as antiguidades, quem tinha dinheiro sempre era chefe de Estados, Reis e governadores (J. C. F., 17 anos, aluno ciclo 3, ajudante de marcenaria, desempregado, 2021).

Podemos perceber que o dinheiro nos faz entrar como representantes de atividades econômicas privados ou de trabalho privado, pois recebemos relações de produção e trabalho e saímos do processo de troca como representantes do poder social, do dinheiro ou do trabalho social. Estamos nós, trabalhadores desempregados, assalariados ou não, em particular o proletariado, produtor de valor, criador de capital inserido em processos de dominação pela autonomia das trocas frente ao uso do dinheiro como mediador a equiparar diferentes trabalhos concretos, conformando o trabalho abstrato em geral.

Entre as contradições presentes e no interior de relações sociais produtivas e forças produtivas, a inversão do real, que toma a ideia como coisa e a coisa como ideia, em Lukács (2013), essa inversão faz desaparecer a diferença ontológica decisiva na produção da consciência, na sua relação com a natureza:

> A contraposição das explicações idealistas às materialistas e acerca da consciência e das relações sociedade-natureza; [...] consequentemente, deveria desaparecer a diferença ontologicamente decisiva entre sociedade e natureza. Todavia, sempre que as filosofias idealistas pretendem ver aí um dualismo, elas colocam em confronto, em geral, as funções da consciência humana (aparentemente) apenas espirituais, inteiramente separadas (aparentemente) da realidade material, com o mundo do ser meramente material. [...] (LUKÁCS, 2013, p. 62).

Como observa Rubin (2020), o equivalente geral, o dinheiro, se destacou do meio das mercadorias no decorrer de uma evolução paulatina, lenta. A origem do dinheiro deu ao processo inteiro da troca um caráter totalmente novo, para o que nos interessa mais de perto, a mediação do dinheiro nas trocas enquanto equivalente de mercadorias, os rebatimentos na formação social do trabalho abstrato e dos trabalhadores. É cirúrgico esse autor ao afirmar o caráter social das trocas, acompanhado de mudanças, forma e conteúdo dos produtores de mercadorias:

> A troca não representa apenas um movimento de coisas materiais de um produtor de mercadorias para outro, uma “troca material social”, mas também uma mudança da forma social das coisas e dos produtores de mercadorias. A circulação é um “processo social, pelo qual os produtos precisam passar e, no qual, eles assumem determinadas características sociais”.
>
> [...] No processo de troca ocorre uma mudança da forma social, ou da característica social dos produtores de mercadorias, das coisas e do trabalho. [...]
>
> A mudança da característica social do produtor de mercadorias, que está estreitamente ligada com a mudança da forma social do produto do trabalho, leva também a uma mudança da característica social do trabalho do produtor de mercadorias: por meio da troca de seu produto do trabalho por um equivalente geral, seu trabalho é incluído no sistema da divisão social do trabalho, ao ser equiparado com todos os outros tipos de trabalho, ao se transformar de trabalho concreto em trabalho abstrato (RUBIN, 2020, p. 109).

A natureza do dinheiro, enquanto meio de circulação e medida de valor que iguala os trabalhos concretos de produtores proletarizados e trabalhadores assalariados desempregados ou não pela mercadoria, se realiza no âmbito da circulação e das trocas de valores, ou seja, no âmbito da reprodução social e do consumo. É na reprodução social que os trabalhos objetivados são alienados e o dinheiro assume o papel de equivalente geral em trocas e intercâmbios, com divisão do trabalho assalariado ou não, produtor de mais-valia e de capital, como faz o trabalhador proletarizado, a transformar atividades concretas em trabalho e trabalhadores abstratos, esvaziados de sentidos.

Trabalho e trabalhadores, diante do capital, têm suas vidas alienadas por determinações econômicas e históricas, como propriedade privada, trocas, dinheiro

estruturantes sociais a dividir o trabalho e os trabalhadores. Para nossos objetivos, a relação entre trabalho e educação no interior dos processos de valor e valorização sob alienação do trabalho ao capital altera a práxis social do desenvolvimento humano, suas potencialidades e tendências a um ser genericamente autêntico ou forjado no interesse particular da burguesia, obstáculos sociais à humanização do gênero humano. Vejamos o que diz Lessa (2016), em confronto com as entrevistas:

> No caso dos fenômenos de alienação fundamental é se os valores objetivados são portadores daquela "tendência à autenticidade" acima referida ou se, pelo contrário, se constituem em momentos da afirmação de obstáculos socialmente postos à explicitação posterior do gênero humano.
>
> [...]
>
> É neste núcleo mais fundamental dos complexos valorativos que, segundo Lukács, se expressa a ação de retorno dos fenômenos de alienação sobre a práxis social: os valores que orientarão as escolhas a serem objetivadas serão portadores da "tendência a autenticidade" ou, pelo contrário, os que submetem os homens ao "serviço de potências transcendentes" (Deus, mas também o fetichismo da mercadoria, *mutatis mutandis*).
>
> É a superação da individualidade – que se compreende – e, portanto, se comporta – como contraposta e superior ao gênero, que valoriza sua esfera específica de interesses e vontades como superior às necessidades postas pelo gênero em seu desenvolvimento, da individualidade estreita e mesquinha que caracteriza o *bourgeois.* (LESSA, 2016 p. 174-176).

Outra característica do desenvolvimento do capital e da individualidade burguesa é a perda da unidade metabólica natureza e sociedade, prática e teoria, ser e consciência, que ocorre concretamente no tempo-espaço também a serviço da valorização e do valor do capital, inclusive no espaço escolar, mas também em fábricas, comércio e serviços, espaços de moradias e de lazer, ou seja, na totalidade social e espacial, cuja mercadoria e capital dominam o mundo dos homens. Sendo assim, vejamos o que pensam nossos objetos-sujeitos de pesquisa a respeito do dinheiro e do processo de alienação:

> - E por que você acha que a sociedade, não é assim?
>
> - Porque eles valorizam mais o dinheiro.
>
> - Eles quem? O patrão ou o trabalhador?

> - O patrão e o trabalhador, às vezes, por estar precisando daquele dinheiro, então eles estão valorizando mais o dinheiro em questão disso.
>
> - Quem que você acha que ganha mais dinheiro quando o trabalhador se especializa no trabalho, o trabalhador ou o patrão?
>
> - Em tudo, vai ser o patrão. Ele vai ganhar em cima do trabalhador!!! (M. G. A., desempregada, ciclo 3, 17 anos).
>
> [...]
>
> - O que você acha da palavra alienação, que ocorre quando o trabalhador não é dono das coisas. Você acha que, no capitalismo, nós conseguimos nos realizar pelo trabalho?
>
> - Eu acho que não!!
>
> - Por que não? Você, homem e mulher que trabalha, no trabalho alienado, nós não somos os donos das mercadorias, das máquinas, galpão, enfim, da fábrica. Nós conseguimos nos realizar como homens e mulheres, nossa humanidade?
>
> - Eu acho que não, porque assim a gente que trabalha para pessoas, a gente trabalha muito, não tem hora para nada. Então... (R. M. S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

Se é importante para compreender a relação entre trabalho e educação sob alienações como a produção de valor e a mais-valia estruturam o complexo social ideológico, em particular a reprodução social da educação da classe trabalhadora, a gênese e o desenvolvimento dos valores não existem sem o trabalho. O autor chama atenção para a relação de dependência ontológica entre a reprodução na totalidade social e o trabalho com os valores, surgindo:

> Espontaneamente na práxis social, mesmo que não se tenha consciência desse fato, não menos verdadeiro é que a forma dessa atuação e o conteúdo dos valores dependem diretamente da consciência que os homens têm de sua própria história; para sermos breves, do grau de desenvolvimento do ser-para-si do gênero. (LESSA, 2016, p. 169).

Se é verdade que o trabalho, sua forma e conteúdo determinam a consciência dos seres sociais, é verdade também que, como afirmam os trabalhadores desempregados da EJA da EMEF Francisca Moura, a mediação do dinheiro enquanto equivalente e medida de valor entre os homens, suas relações e a

natureza, exerce um poder autônomo que reforça e estrutura a divisão e a alienação do trabalho e dos trabalhadores entre si, dependendo do desenvolvimento de seus seres sociais enquanto gênero. O esvaziamento do sentido do trabalho não impede, mas antes é estruturado na práxis social transformadora da natureza e dos homens e mulheres trabalhadores, desempregados ou não.

E o espaço geográfico? Produto social do trabalho, ou melhor, produto da atividade transformadora da primeira natureza, historicamente, tornou-se no capitalismo o espaço vivido, refeito por relações sociais e de trabalho numa segunda natureza, apropriada na dialética trabalho e capital, alterado pela ação humana no interior de complexos de reprodução social. No sistema do capital, o espaço da escola, do trabalho e a totalidade socioespacial em movimento, produtos da mais-valia, não escapam daquela condição “genética” estrutural e onto-histórica do trabalho e das relações sociais.

De outra maneira, concreta e subjetivamente, as relações entre trabalho e educação são atravessadas por um conjunto de múltiplas determinações, como a produção de valor, o valor e a valorização do capital no espaço, acompanhados da crise contemporânea do trabalho abstrato e do capital.

Assim revalorizar espaços, produto social do trabalho dividido, abstrato e capitalista, ao assumir uma segunda natureza, expressa uma série de contradições dentre as quais: relações sociais entre trabalho e capital; dinâmica no desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais e de produção; subsunção do trabalho concreto, produtor de valor de uso ao trabalho abstrato, produtor de mercadorias, mais-valia e capital. Nesse processo, valores de troca, valorização, dinheiro são as bases da alienação do trabalho em que vivem trabalhadores na totalidade social, expressão do movimento contraditório do capital e seus representantes.

A relação entre trabalho e educação de adultos no espaço escolar está em desenvolvimento, pois raros são os estudos de geografia escolar que levem em conta o valor e o trabalho na produção daquele espaço, o que reproduz certa incapacidade de intervenção concreta na realidade e dinâmica espaciais. Embora pioneira ao tratar “consciência espacial”, seus traços distintivos e conteúdos presentes a partir da vivência da prática dos alunos trabalhadores, Resende (1986), ao manejar a história oral a partir de “relatos de vida” investigou, na década de 1980,

a educação de adultos sob a consciência do viés da percepção dos sujeitos, centrada nos indivíduos e suas questões quanto a:

> Importância da escola formal para as classes populares. [...]
>
> A necessidade de redefinir o conteúdo de nosso ensino e encontrar formas pedagógicas capazes de socializá-lo. [...]. Ou seja: o reconhecimento da importância da escola formal não exclui (pelo contrário: reclama a crítica de nossas ideologias escolares e de nossas artes pedagógicas). A importância de partir, no ato de ensinar, do saber que o aluno traz consigo, de sua "história". (RESENDE, 1986, p. 12).

Essa autora, ao colocar no centro a percepção dos alunos trabalhadores acerca da consciência espacial, o faz sem relacionar mediações estruturais da sociedade como o valor e os processos de valorização do trabalho dominados pelo capital e seus representantes. Ao desconsiderar os nexos do trabalho e a criação de mais-valia e capital, que se interpõe na relação entre trabalho e educação, em particular no processo de consciência, revela parcialmente e esvazia a crítica pelo espaço nos processos de formação humana. De outra forma, tendencialmente é no processo produtivo e do trabalho que homens e mulheres trabalhadoras, muitos dos quais proletarizados, assumem pela posição e pertencimento que ocupam no trabalho a condição de classe, o que, contraditoriamente, pode forjar como tendência processos de formação e consciência, lutas e organização individual e coletiva.

De outra forma, parte das críticas feitas às práticas docentes joga a crise que vive o ensino de geografia e, de forma ampla, o conhecimento científico e geográfico no "colo" de docentes e professores, sem qualquer relação com a estrutura dividida e alienada em que vivem as práticas docentes, o trabalho abstrato assalariado e as atividades que lhes dão sustentação. Nossa experiência como docente de Geografia demonstra que a estrutura escolar, os conteúdos de organização curricular, a carga horária com jornadas duplas e triplas de atividade e os limites impostos pela questão social são esvaziados ao desconsiderar a estrutura e formação socioespacial das classes, suas disputas e conflitos quando as análises feitas pela autora da consciência espacial, objeto de estudo consequente, são autonomizadas das formas e do conteúdo do trabalho abstrato, alienado e dividido que os sustenta.

Tomar a “condição socioeconômica dos alunos” como pilar da crise em que vive o ensino de Geografia nas afirmações que seus docentes fazem pode tendencialmente idealizar o dinâmico complexo social e reprodutivo da educação, tais como: “aluno de periferia é muito fraco, não sabe sequer o indispensável: ler, escrever, como exigir dele que observe, interprete, analise” (RESENDE, 1986, p. 17-18). Essa inversão objeto e sujeito antes idealiza a materialidade concreta e real e a dependência ontológica dos complexos da reprodução social diante da natureza, estrutura e desenvolvimento que adquire o trabalho abstrato, suas mediações e nexos.

Para essa autora, a geografia escolar e o ensino de Geografia vivem um problema metodológico na definição de seu objeto e, o que é mais grave, a responsabilidade da atividade docente e da maneira como a geografia é encarada por nós, professores, jogando a favor das teses ideológicas do “escolar centrismo” (VAISMAN, 2012), em que a escola é o centro, ou seja, a determinar a vida e o trabalho. Nossa concordância é parcial e seu valor, no entanto, está em recuperar a totalidade histórica do trabalho humano no espaço e no tempo, pesquisa pioneira que relaciona educação e trabalho:

> Mas, afinal, que problema será este? Ele reside justamente no objeto de investigação que constituímos, vale dizer, na maneira como a geografia é encarada, por nós que a ensinamos: de uma forma fracionada e parcial, nunca como totalidade; nunca como o trabalho de homens históricos sobre um espaço que a história da sociedade humana reproduz. (RESENDE, 1986, p. 19).

Embora importante, a centralidade do estudo dos sujeitos, alunos trabalhadores, e a compreensão da reprodução da consciência espacial, sem qualquer relação com a dimensão da produção, do valor trabalho e dos processos de valorização trabalho e do capital na totalidade social em movimento, esvaziam objetivamente sua crítica e impede de revelar a natureza e o desenvolvimento do objeto, seu movimento e contradições pela perda dos nexos da educação com a materialidade concreta e real da existência dos sujeitos pesquisados, o trabalho e suas formas abstratas. O método, a história oral, ao permanecer na percepção dos sujeitos observados no espaço real, embora relevante, não avança sobre a esfera do fenômeno, aparente e formalmente demonstrado.

Como recorda Antunes (2018), o desenvolvimento do trabalho concreto, ontológico e das várias atividades humanas na relação com a natureza envolve uma dupla dimensão que, no capitalismo, mesmo sob domínio da segunda natureza, ou seja, do trabalho abstrato sobre o trabalho concreto, desvela as mediações e ajuda-nos a refletir:

> O trabalho transforma a natureza e dessa transformação resulta algo novo, não anteriormente existente, não puramente natural, mas algo natural mediado humanamente pelo trabalho, um produto humano, seja ela dado na forma de um objeto útil, algo que satisfaça uma necessidade humana, seja esse produto o próprio ser humano. Isso implica que o ser humano é, ele mesmo, um resultado do processo de transformação da natureza – e, concomitantemente, agente fundamental desse processo.
>
> [...]isso parece indicar que é exatamente no, pelo e para o trabalho, a partir da relação entre as esferas da produção e da fruição, que o ser humano se faz, isto é, forma-se como ser humano e cria um “sentido humano” correspondente ao mundo que humanamente engendra. Em síntese, o trabalho forma. (ANTUNES, 2018, p. 51-54).

Longe de ser meras filigranas, os fundamentos materiais e concretos da realidade histórica, a visão de mundo a partir do materialismo estão a forjar a história dialética dos diferentes objetos aos sujeitos, prática e teoria transformadora da natureza e da sociedade, práxis sociais. A consciência diz o autor é esse dialético processo do vir a ser humano, da natureza ao trabalho e suas contradições em que o fazer do gênero humano é resultado da humanização da natureza e do avanço dessa sobre a humanidade numa dialética negação-afirmação mediados por objetos e sujeitos, com a consciência um produto social, produto do trabalho humano.

Não foi nossa preocupação a consciência espacial, mas o desenvolvimento de contradições no desenvolvimento e formação do gênero e da humanidade, na alienação do trabalho, seus produtos e do gênero em si frente aos objetos derivando dessa relação a mediação do dinheiro, suas consequências e rebatimentos.

> - Você no seu trabalho, nas outras experiencias de trabalho você se realizava como ser humano, como pessoa?
> - Não! Nunca consegui professor porque toda vida tive que trabalhar para sustentar meus filhos. Eu tinha três filhos, então eu nunca consegui porque assim quanto mais o patrão vê que você precisa, tem uma necessidade daquilo mais ele explora!! Eu não tinha hora pra sair. Eu não tinha lazer para ver meus filhos. Já teve época de eu

> trabalhar de segunda a segunda e eu criei meus filhos só, sem apoio do pai. Eu criei meus filhos sozinha!! (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

O trabalho abstrato tornado esse meio de vida ao tempo que embrutece mulheres e homens mais intensamente negros morando e vivendo em condição periférica tem seu fundamento na superexploração da força de trabalho com jornadas com hora pra começar e sem hora para terminar mais intensamente quando o capitalista organizando o processo produtivo na clandestinidade, sem qualquer regulação e controle social e do Estado, submete os trabalhadores e o proletariado produtor de mais valia e criador de capital. são homens e mulheres trabalhadoras desempregadas que ao perder-se de seus objetos perde-se de sua humanização, estruturado por processos de trabalho e educação, de espaços e cotidianos historicamente reprodutores sociais de desefetivação do gênero humano. Continua o autor a chamar atenção para mediações entre produção e fruição:

> O ser humano vê-se frente a si próprio na forma de um objeto e daí derivam todas as complexas mediações [...]. Entretanto, o ser humano “só não se perde em seu objeto se este lhe vem a ser como objeto humano ou homem objetivo (MARX, 2004, p.109 apud ANTUNES, 2018, p. 79). Isso implica que todo processo de formação humana dos seres humanos depende, para sua efetivação, das maneiras como se articulam, organizam e efetivam tanto os processos de trabalho na realidade concretamente existente, como as formas sociais de regulação do acesso aos produtos do trabalho e as subsequentes possibilidades de sua fruição (ANTUNES, 2018, p. 80).

Quando indagamos a respeito da alienação do trabalho vejamos como refletiu a proletária desempregada então produtora de velas numa fábrica clandestina que funcionou na região central da capital paraibana, João Pessoa:

> -O que você acha da palavra alienação que ocorre quando o trabalhador não é dono das coisas. Você acha que no capitalismo nós conseguimos nos realizar pelo trabalho?
> -Eu acho que não.
> - Por que não? Você que é homem e mulher que trabalha, no trabalho alienado, nós não somos os donos das mercadorias, das máquinas, galpão enfim da fábrica. Nós conseguimos nos realizar como homens e mulheres, realizar nossa humanidade?

> - Eu acho que não, porque assim a gente que trabalha para as pessoas, a gente trabalha muito, não tem hora pra nada! (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

E continua acerca dos limites da formação humana na reprodução da alienação do trabalho, dos trabalhadores e suas relações sociais. O autor destaca a fratura no processo de formação:

> A esse processo de separação entre o ser humano e produto de seu trabalho, que é intrinsecamente mediado pela ordem de relações que se estabelece entre os seres humanos – "o trabalho dos homens sobre os homens" (MARX, ENGELS, 2007, p. 39) – dá-se o nome de alienação do trabalho. A alienação do trabalho empece a necessidade humana que impele ao trabalho de ser imediatamente satisfeita por meio do objeto criado e, com isso, impinge uma profunda fratura ao processo de formação dos seres humanos. (ANTUNES, 2018, p. 83).

E para o que de perto nos interessa como a alienação do trabalho atinge a humanidade, desumaniza homens e mulheres que vivendo o trabalho abstrato assalariado ou não produtor e criador de mais valia e de capital, rebate na formação via estranhamentos, relações de trabalho e sociais reprodutoras de espaços e gênero estranhados:

> Mas se o estranhamento só pode se manifestar no interior da alienação do trabalho, o próprio processo de alienação do trabalho só pode existir a partir de um trabalho que seja, ele próprio, alienado [...]. Exatamente em virtude dessa sua característica estruturante, o trabalho alienado, ao afetar o processo produtivo como um todo (o processo de trabalho em sua noção ampliada: necessidade-trabalho-fruição), acaba por afetar, direta e indiretamente, imediata e mediadamente, todo o processo de formação dos seres humanos, tanto objetiva, quanto subjetivamente, tanto privada quanto coletivamente, tanto individual quanto socialmente. Em síntese, o elemento fulcral de todo o complexo da alienação do trabalho reside exatamente no "trabalho alienado de si próprio" (MARX, 2015, p.314). Apenas a partir dessa ordem de alienação é que todos os demais aspectos (ou momentos) da alienação se podem erigir e consolidar. (ANTUNES, 2018, p. 87-88).

E prossegue o autor acerca da desrealização que a forma histórica do trabalho alienado, dividido e abstrato no atual sistema social e metabólico do capital engendra, relações sociais e dos trabalhadores desempregados com a natureza sob alienação e estranhamentos de si e entre si, o que pode nos ajudar a compreender a atual crise na organização dos trabalhadores, suas instituições, sindicatos e partidos políticos:

> Em segundo lugar, estar alienado em relação ao trabalho faz com que o ser humano se aliene exatamente daquele processo social a partir e por meio do qual ele próprio se fez (e faz) humano. [...] A forma histórica alienada do trabalho de tal forma inverte a relação de mediação (criadora ontológica) do trabalho que o ser humano, ao realizá-la, se desrealiza, ao efetivá-la, se desefetiva. [...] Parecem indicar não apenas um sentido de não pertencimento, ou desconforto, mas também o de um trabalho como sofrimento, como martírio, no qual o sujeito não pode satisfazer-se ou sentir-se realizado-. (ANTUNES, 2018, p 91-92).

A inversão sujeito e objeto embora importante a revelar contradições na relação entre trabalho e educação sob o capitalismo está a forjar, ou seja, produz e reproduz o concreto sob dominação objetiva das formas e conteúdos abstratos. O estranhamento é essa condição de alienação do trabalho abstrato, dividido e fragmentado em que a humanidade, o gênero humano ao retirar sua genericidade separa vida cotidiana da vida em geral, individual e social fazendo da vida geral e da totalidade social do trabalho apenas meios de vida individual e existencial apartando no processo social os homens e mulheres trabalhadores e capitalistas, seres humanos em geral, de suas humanidades.

O espaço escolar no capitalismo, sua relação com a natureza e homens e mulheres mercantilizados na produção de valor, valorização e mais valia bem como na criação de capital numa atividade produtiva que reflete a alienação do trabalho e dos trabalhadores, suas relações e vida juntamente com estranhamento do gênero humano, ou seja:

> É nesse sentido que entendemos a afirmação de que o espaço se tornou amnésico, porque o espaço como negócio caracteriza-se pela sua constante destruição para a nova produção, o que o integra definitivamente a economia política [...]. (GOMES, 2014, p. 194).

Se o trabalho está na origem da existência social da humanidade, é o que lhe fundamenta todos os complexos e domínios da reprodução social guardam inexoravelmente relação direta ou indireta, imediata e mediadamente, com a alienação e os processos de estranhamento em desenvolvimento na formação socioespacial capitalista. O trabalho em sua forma abstrata, assalariada ainda que reprodutor de esvaziamento de sentidos ao guardar relação com a natureza ontológica engendra e forja formação em ato, senão vejamos do processo de trabalho a reflexão dos trabalhadores desempregados de EJA. Quando indagamos se o trabalho era manual ou intelectual e a relação do trabalho com as habilidades necessárias, a proletária desempregada reflete:

> - Você pensa que seu trabalho era manual ou intelectual? Explique.
>
> - Mais inteligência, principalmente quando a gente começou a fazer velas decorativas. Porque eles pediam as vezes “cor” e a gente não tinha e as vezes a gente tinha que misturar uma cor na outra, se dava cor. A gente fazia forma, que era justamente fazer com a resina. Se a pessoa pedisse, eu quero uma flor tal e a gente tinha que fazer aquela flor na forma pra poder fazer a vela.
>
> - E a forma era de que material?
>
> - Era de resina com um emborrachado! Fazia o molde na resina e depois fazia a vela.
>
> - E a atividade exigia alguma habilidade?
>
> - Exigia muita, muita e muita.
>
> - E como você aprendeu esta habilidade?
>
> - Aprendi olhando, o ex-dono da fábrica ensinou só uma vez e eu e este rapaz. Só teve um dia para ensinar a gente, a tudo! Ele só ensinou a gente um dia, se não souber arrumo outra pessoa e vou ensinar outro dia. O primeiro dia que ele ensinou a gente aprendeu!!! Ele me levou para onde eu comprava o pó, tudo, a resina, o óxido em pó que a gente tinha que comprar para dar cor a vela, o pigmento. Tudo ele ensinou! E aí aprendi num dia só. Foi ligeiro!! (R.M.S., 39 anos, desempregada, negra, população privada de liberdade, aluna do ciclo 3 EJA, 2022).

Cor, forma, vela, cor, flor, resina, moldes, pó, óxido, pigmento e relações de trabalho assalariado, materiais, meios de trabalho, formação e relação do trabalho com a educação estruturado e estruturantes por relações de exploração e dominação com o sistema do capital e seu metabolismo de controle e ordenamento

social. A mediação do desemprego, da superexploração da força de trabalho, sem garantia e direito qualquer, intensamente dividido articulado às múltiplas tarefas mediada pelo estranhamento que o dinheiro reproduz entre os sujeitos e a natureza, entre os homens e mulheres e no espaço escolar, momentos e espaços da reprodução da existência da totalidade social do trabalho. É o modo que o capital engendra socialmente pela crise que vive a interiorização dos valores, ideias e por todo o complexo ideológico inclusive a educação formal e escolar entrecortados que são pelos conflitos e difusos interesses de classes.

Caminhando para os argumentos finais revelarem o quadro de conclusões que a relação trabalho e educação de jovens e adultos trabalhadores desempregados da EMEF Francisca Moura revela diante do dinheiro como mediação na dialética humanização-alienação sob intensificação da divisão do trabalho e da crise de interiorização que vive o controle social e metabólico do sistema do capital.

6 CONCLUSÃO OU NOVOS DESAFIOS

O trabalho de pesquisa permitiu que chegássemos a algumas afirmações que, embora momentâneas, são incapazes de acompanhar a dinâmica e o movimento do real, suas contradições e articulações da totalidade viva e social do trabalho e do capital. O diálogo que aproxima a relação do trabalho com a educação pelo trabalho abstrato auxiliou-nos a pensar tempos e espaços de humanização no interior, contraditoriamente, da reprodução alienada dos trabalhadores desempregados.

O fato histórico do desenvolvimento da reprodução de uma massa sobrante de trabalhadores na formação socioespacial capitalista, força de trabalho disponível e pronta para o uso no mercado de trabalho e de consumo, a serviço de processos de acumulação, concentração e valorização ampliada e flexível do capital, pode revelar a extensão e a qualidade da crise de realização que vive o trabalho abstrato e o capital na atual quadratura do século XXI, com guerras e novas rodadas de degradação da natureza e ampliação da fome e do desemprego (MÉSZÁROS, 2011).

A crise material, intensa, forte e por todos os quadrantes do capitalismo mundializado rebate com força sobre a subjetividade dos trabalhadores e os processos de interiorização do complexo ideológico ordenado pelo sistema do capital, em particular sob a nova condição de desemprego estrutural. Este revela que a crise na educação e na formação da massa e da classe trabalhadora articula-se àquela concreta e real do trabalho abstrato, assumindo espaços formais e informais de educação, momentos importantes a serem disputados e controlados direta e indiretamente pelo capital e seus representantes, mesmo que sob mediação do Estado.

A pesquisa indicou que os documentos oficiais da reforma do trabalho e da lei que institucionaliza a EJA nos pressupostos teóricos e metodológicos da teoria do capital, em que competências e habilidades estão em articulação, não apenas estão a reproduzir as novas rodadas de avanço dos interesses do tripé capital internacional-Estado-capital nacional sobre direitos, conquistas e garantias sociais e do trabalho; mas, muito mais intensamente, visam aprofundar derrotas materiais e concretas pela via do achatamento e da redução da massa salarial, da ampliação das jornadas mais longas, flexíveis e intensas de trabalho, da expansão de relações

de trabalho e sociais ainda mais intensamente divididas, da concentração de capitais, de propriedades privadas e riqueza pelo sistema do capital de um lado; e de outro, do aumento da pobreza, alienação e divisão do trabalho e sexual do trabalho.

O avanço do sistema do capital sobre o trabalho e os trabalhadores nos espaços escolares e de educação, espaços por natureza reprodutores de valorização de ideias, valores e ideologias, mostrou ter, na abstração espacial tensionada por momentos de identidade e diferença entre os difusos interesses do trabalho e do capital o momento, tendência a forjar objetivamente, não sem contradições, subjetividades no interesse do capital e em seu interior, como numa catarse; ou ainda como momento predominante, a humanização e emancipação dos trabalhadores, muito além da resistência política e social.

Embora os espaços sociais como a escola, o trabalho e a moradia estejam em disputas por diferentes interesses de classes, o capital vem habilmente avançando sobre os trabalhadores e seus anseios por dentro e por fora do Estado, quando na conciliação, no conformismo, no consentimento, no apassivamento e no reformismo político, reforma os domínios sociais do trabalho e da educação. Estes domínios são reestruturados como solução parcial da crise que vive o capital e o trabalho abstrato por sucessivos governos, desde Fernando Henrique Cardoso - FHC até os dias atuais.

Uma segunda constatação é a que deriva da mediação social do dinheiro a nos dividir social e economicamente, dominação exercida historicamente pelo capital como equivalente às mercadorias e coisas, mas que avançou na contemporaneidade sobre a subjetividade dos trabalhadores a ponto de nos lançar uns contra os outros, numa concorrência que reproduz socialmente a barbárie; e que, pela divisão social, sexual e fragmentação dos trabalhadores, “esfumaça” a luta e organização coletiva das massas trabalhadoras enquanto classes em disputa social.

A geografia escolar, os princípios constitutivos da EJA e as disputas teórico-metodológicas nas análises críticas dos currículos empreendidas por Santos (2008), são um importante momento para relacionar pela EJA o trabalho com a educação, embora permaneça no campo da política pública da educação. Concordamos com o autor ao afirmar que:

> A sensação de que a geografia tinha algo mais a dizer se repete algumas vezes, fato agravado pelo já mencionado abandono do objeto geográfico. De qualquer forma, vale ressaltar o esforço em sugerir atividades e tarefas que exemplifiquem a possibilidade de uma educação geográfica muito próxima da perspectiva ético-política e alimentem a criatividade e a criticidade de professores e alunos da EJA. (SANTOS, 2008, p. 320).

Sem ilusões, o abandono do objeto, o espaço geográfico e a opção pela ausência dialética no trato dos sujeitos nas diversificadas e plurais geografias do espaço e na geograficidade ou não, somente marginalmente revelam os reais produtores dos espaços sociais, da natureza do trabalho e das estruturas da reprodução social do espaço, muito além da transformação da primeira natureza.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **São Paulo – AGB**, **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-67, 2006.

ALVES, G. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina, PR: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ANTUNES, Caio. A escola do trabalho: formação humana em Marx. Campinas/SP: Papel Social, 2018.

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. Sao Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011a.

ANTUNES, R. **O continente do labor.** Sao Paulo: Boitempo, 2011b.

ARRIGHI, G.; PISELLI, F. Capitalist Development in Hostile Environments: Feuds, Class Struggles, and Migrations in a Peripheral Region of Southern Italy. **Review**, volume x, Number 4, Spring 1987.

BENSAID, D. Apresentação, Daniel Bensaid Zur Judenfrage, uma crítica da emancipação política. *In*: Marx, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BENSAID, D. **Espetáculo, fetichismo, ideologia (um livro inacabado).** Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2019.

BIHR, A. **Da grande noite a alternativa**; o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5° a 8ª série: Introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BRASIL. **Educação para jovens e adultos**: ensino fundamental: proposta curricular 1° segmento. São Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Qualificação do trabalhador. (PLANFOR**). Educação e trabalho: um projeto para jovens e adultos de baixa escolaridade. Brasília: TEM, SPPE, DEQP, 1999.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2009.

CALDART, R. S. **Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CANDIDO, A. **Os parceiros de Rio Bonito.** Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: EDUSP, 2017.

CARCANHOLO, M. D. A crise do capitalismo dependente brasileiro. *In*: Macário, E. *et al.* (org.). **Dimensões da crise brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EDUECE, 2018.

CARCANHOLO, R. A. **Capital**: essência e aparência. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARCANHOLO, R. A. **Capital**: essência e aparência. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o Cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle epoque.* Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2001.

CHASIN, J. A politização da totalidade: oposição e discurso econômico. **Revista temas de Ciências Humanas**, n. 2, SP, Grijalbo, 1977.

CHASIN, J. **A Miséria Brasileira 1964-1994**: do Golpe Militar à Crise Social. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, 2000.

CHASIN, J. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHASIN, J. Marx – A Determinação ontonegativa da politicidade. **Revista Verinatio** – on-line, n. 15, ano VIII, abril/2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CIAVATTA, M.; BENACHIO, R.; SILVEIRA, Z. S. A produção social do conhecimento em trabalho e educação. *In*: RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. (org.). **Trabalho e Educação**: análises críticas sobre escola básica. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

CLAUDIN, F. **A crise do movimento comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**. v. 1, n. 1, p. 77-100, 2007.

COSTA, E. S. **Reflexões sobre a crise brasileira.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2020.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores: 2018.** 13. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2018a.

DIEESE. Escolaridade garante ocupação, mas não melhores empregos. **Boletim Emprego em Pauta**, n. 9, ago. 2018. São Paulo: DIEESE, 2018b.

DIEESE. Nem-nem ou sem-sem? Jovens querem trabalhar, mas não tem oportunidades no mercado. **Boletim Emprego em Pauta**, n. 11, dez. 2018, São Paulo: DIEESE, 2018c.

DOLFUSS, O. **A análise geográfica.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

DOLFUSS, O. **O espaço geográfico.** RJ/SP: DIFEL, 1978.

DUARTE, N. Lukács e Saviani. A ontologia do ser social e a pedagogia histórico-crítica. *In*: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

ENGELS, F. **Dialética da Natureza.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. v. 1, 1. ed. Campinas, SP: Alínea, 2012, p. 52-71.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. **Apresentação.** O que revelam os slogans na política educacional. Organização Olinda Evangelista. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. *In*: RUMMERT, S.; CÊA, G.; GONÇALVES, L. (Org.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. 1. ed. Rio Grande: EDFURG, 2019, v. 1, p. 87-123.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** São Paulo: Global, 2009.

FREITAS, L. C. de; CALDART, R. S. (Org.). **A construção da pedagogia socialista**: escritos selecionados. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação.** v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. **A Geografia Ativa.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. **Sociologia e Geografia.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. **A ação do homem.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

GEORGE, P.; GUGLIELMO, R.; LACOSTE, Y.; KAYSER, B. **Sociedades em Mudança.** Introdução a uma geografia social do mundo moderno. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.

GOMES, G. C. Geografias e Ideologias. A Alienação e o estranhamento na produção do Espaço. *In*: GAUDIO, R. S. D.; PEREIRA, D. B. **Geografia e Ideologias**: submeter e qualificar (Org.). Belo Horizonte/BH: Editora UFMG, 2014.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GREGORY, D. Teoria Social e Geografia Humana. *In*: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (Orgs.). **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HARVEY, D. A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e do trabalho. *In*: HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. O significado da revolução hoje. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

IASI, M. L. Educação e Consciência de Classe: desafios estratégicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013.

KRAWCZYK, N. Introdução. A Construção social das políticas educacionais no Brasil e na América Latina. *In*: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. **O Cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI**: reformas em debate. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de. Para Além do discurso: Impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. *In*: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, V. A. (Org.). **Reforma Trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019a.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de. Os impactos da reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V. de; FILGUEIRAS, V. A. (Org.). **Reforma Trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019b.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**. As relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, H. **O Marxismo.** Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires-EUDEBA, 1961.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LESSA, S**. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Editora Cortez, 2007.

LESSA, S**.** Da contestação à rendição. *In*: BERTOLDO, E.; MOREIRA, L. A. L.; JIMENEZ, S. **Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica da revolução** (org.). São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de classe.** Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUKÁCS, G. Marx e o problema da decadência ideológica. *In*: LUKÁCS, G. **Marxismo e Teoria da Literatura.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Materialismo e dialética**. Crise teórica das ciências da natureza. Brasília: Editora Kiron, 2011**.**

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. 1 e 2. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Reboquismo e dialética**: uma resposta aos críticos de ‘História e consciência de classe’. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACENO, T. E. **A Impossibilidade da Universalização da Educação.** São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K. **Sobre a questão judaica.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2007a.

MARX, K.; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEZES, S. O. **O Trabalho nas Fissuras da Crítica Geográfica.** 2015. 420f. Tese (Doutorado em Geografia). Orientação Dr. Manoel Fernandes Souza Neto – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2016.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. *In*: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia**: Teoria e Crítica. O saber Posto em Questão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982a.

MOREIRA, R. Geografia, Ecologia, Ideologia: A “totalidade Homem-Meio” Hoje (Espaço e Processo do Trabalho). *In*: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia**: Teoria e Crítica. O saber Posto em Questão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1982b.

MOREIRA, R. **O que é geografia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MOREIRA, R. Teses para a uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, AGB, Bauru/SP, Ano 20, v. 1, p. 19-23, 2002.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares**: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

OLIVEIRA, C. T. de. Educação e mundo do trabalho: uma crítica à lógica da reprodução ampliada do capital e suas implicações para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). *In*: BEHREND, D. M.; BARRETO, S. da N.; COUGO, A. *et al.* **Especificidades da educação de jovens e adultos**: pensando fundamentos, história, narrativas e práticas pedagógicas. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

OLIVEN, R. G. Pesquisas Antropológicas no Contexto Urbano. Migração e Trabalho. *In*: OLIVEN, R. G. **A Antropologia de Grupos Urbano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, F. G. R. **A Educação para transformação social e a consolidação da educação escolar burguesa**: antagonismos, distanciamentos e aproximações. Tese (Doutorado em Educação) - Orientação Roberto Leher. PPGE, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, A. C.; SILVA, M. F. da. 4 Histórias de vida e conhecimentos geográficos de estudantes da Educação de Jovens e Adultos. *In*: PINHEIRO, A. C.; SOUZA, V. C. de (Org.). **Formação e práticas docentes em educação geográfica**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1982. Disponível em: https://pt.slideshare.net/mobile/isabepaiva/7-liçoes-sobre-educação-de-adultos.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PONTUSCHKA, N. N. **Para ensinar e aprender geografia.** São Paulo: Cortez, 2009.

RESENDE, M. S. **A geografia do Aluno Trabalhador. Caminhos para uma prática de ensino.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital, de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. **A teoria do dinheiro em Marx.** São Paulo: ICP, 2020.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo, Revista de Ciências da Educação**, v. 2, p. 57-87, 2007.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. Apresentação**.** *In*: RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. (Org.). **Trabalho e Educação**: análises críticas sobre escola básica. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

SANTOS, E. J. S. dos. **Educação geográfica de jovens e adultos trabalhadores:** concepções, políticas e propostas curriculares. Orientação Osmar Fávero. Niterói, RJ/UFF, 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

SANTOS, E. J. S. dos. Geografia do Trabalho e Escolarização de Jovens e Adultos: Notas Sobre a Educação Geográfica do Trabalhador. In: XIII Jornada do Trabalho, Pres. Prudente/SP, **Anais** [...], 9 a 12 out. 2012.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, São Paulo, AGB, 1977.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2013a.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013b.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html.

SILVA, A. C. da. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, A. C. da. **De quem é o pedaço?** Espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986a.

SILVA, A. C. da. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. (Org.). **O Espaço Interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986b.

SILVA, A. C. da. **Geografia e lugar social.** São Paulo: Contexto, 1991.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1975a.

SINGER, P. Migrações Internas. Considerações teóricas sobre o seu estudo. *In*: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

THOMAZ JR., A. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). Script Nova, **Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, v. VI, n. 119 (5), 2002.

THOMAZ JR., A. A (des)ordem societária e territorial do trabalho (os limites para a unificação orgânica) *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I.M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

THOMAZ JR., A. Geografia e trabalho no século XXI: os limites para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em Debate.** v. 1 n. 2, p. 79-97, 2007. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB.

THOMAZ JR., A. Desafios Teóricos para a Geografia do Trabalho no Século XXI. *In*: THOMAZ JR., A.; FRANÇA JR. L. B. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente, SP: Centelha, 2009.

TOLEDO, C. de A. Das velhas às novas barreiras no processo crítico da modernização e mobilização do trabalho. *In*: SEYFERTH, G.; PÓVOA NETO, H.; ZANINI, M. C. C; SANTOS, M. de O. (Org.). **Mundos em movimento**: ensaios sobre migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível**? Revista Educ. Soc.** Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr., 2005.

TUMOLO, P. S. Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate. **Revista Brasileira de Educação.** v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

TUMOLO, P. S. **Capital, Trabalho e Educação.** Florianópolis: Em debate/UFSC, 2016.

TUMOLO, P. S.; TORRIGLIA, P. L.; SERRÃO, M. I. B. Educação e emancipação humana: elementos introdutórios. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 11-25, jan./abr. 2013.

VAINER, C. B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. *In*: NETO, H. P.; FERREIRA, A. P. (Org.). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio revista on line.** n.12, Ano VI, out. 2010, ISSN 1981-061X.

VENTURA, J. P. **Educação de Jovens e Adultos ou Educação da Classe Trabalhadora? Concepções em disputa na contemporaneidade Brasileira.** Tese (Doutorado em Educação). Orientação Sonia Maria Rummert. PPGE/ Universidade Federal Fluminense- UFF. Niterói, RJ, 2008.

VENTURA, J. P. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. *In*: CIAVATTA, M.; TIRIBA, L. (Org.). **Trabalho e Educação de Jovens e Adultos**. 1. ed. Brasília / Niterói: Liber Livro / Editora UFF, 2011, v. 1, p. 57-97.

VLACH, V. R. F. **Geografia em Debate.** Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.

VLACH, V. R. F. **Geografia em Construção.** Belo Horizonte: Editora Lê, 1991.

VLACH, V. R. F. O Ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. *In*: VESENTINI, J. W. (Org.). **O Ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

WOOD, E. M. O que é a agenda “pós-moderna”? *In*: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

APÊNDICE 1

FORMULÁRIO DE PESQUISA Nº:

1. Dado sociodemográfico

1.1 Nome, idade, ano e escola em que estuda:

_____

1.2 Sexo: ( )M ( )F

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS DESEMPREGADOS

2. Do trabalho

2.1 Quanto tempo desempregado?

2.2 Com o que você já trabalhou? Alguma experiência em fábricas/indústrias?

2.2.1 Se trabalhou em fábricas/indústrias, que setor e/ou função fazia?

2.2.2 Nessa experiência da fábrica, você trabalhou quanto tempo e qual era a duração de sua jornada de trabalho e descanso remunerado? Recebeu hora extra?

3. Do processo e da divisão do trabalho

3.1 Você operava máquina ou algum instrumento de trabalho? Quais? Havia mudança na FORMA da matéria-prima/meio de produção?

3.2 Quem ligava/desligava e fazia a manutenção das máquinas/instrumentos de trabalho e com que frequência era realizado?

3.3 Você dividia o trabalho com quantos colegas no setor? Descreva.

3.4 Sua tarefa exigia formação/instrução/habilidade? Como você aprendeu?

3.5 Como você avalia sua formação numa escala:

( ) Ruim ( ) Regular ( ) Boa. Explique por quê.

4. Educação

4.1 Já abandonou o/a estudo/escola formal? Se sim, por que razão?

4.2 Como você avalia a estrutura escolar formal na atualidade (prédio próprio, livros; recursos didáticos; biblioteca e banheiros) numa escala de:

( ) Excelente ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

4.3 Que importância tem o estudo para você?

4.4 Como você avalia a atuação e a formação dos professores? Há diferenças entre os concursados e os prestadores de serviços? Explique.

5. Da formação (relação trabalho e educação) dos trabalhadores desempregados

5.1 Se você pudesse escolher o lugar que mais contribuiu em sua formação, que lugar seria esse?

( ) Família ( ) Escola ( ) Trabalho ( )Outro. Qual?_____

5.2 Que habilidades/conhecimentos você apreendeu no trabalho que não tinha antes de trabalhar? Descreva.

5.3 Seu trabalho era manual ou intelectual? Por quê?

5.4 Como era o controle do tempo da produção em seu trabalho? A chefia fiscalizava sua rotina com que frequência e havia alguma tabela/anotação?

5.5 Seu salário era fixo ou tinha algum adicional por produtividade/peça? Alguma vez você recebeu, questionou ou algum colega seu recebeu a menos? Qual foi a justificativa do patrão?

5.6 O que era educativo em seu trabalho?

5.7 Alguma vez você tomou decisão por contra própria em sua atividade? Como resolveu o/a impasse/dificuldade?

5.8 Por que você está desempregado? Há emprego e mercado de trabalho para todos? Explique.

5.9 Você ainda procura emprego? Como faz para se recolocar no mercado?

6. Do fetiche pelo dinheiro e das ideologias

6.1 Como você garante seu sustento vivendo no desemprego?

6.2 O que significa o dinheiro para você? Avalie essa afirmativa: o dinheiro compra tudo.

6.3 Nós, humanos, nos relacionamos de forma saudável ou dependente em relação ao dinheiro? Por quê? Explique.

6.4 Você concorda e acha justo o valor dos salários e dos preços das mercadorias? Explique.

6.5 Seu salário era igual ao dos colegas de mesma função? Você sabe explicar o porquê dessa diferença/ igualdade?

6.6 Quem sustenta quem: o patrão sustenta o trabalhador ou vice-versa? Explique.

6.7 Quantas horas de seu trabalho você acha que produzia seu sustento e quantas você entregava ao patrão? Descreva.

6.8 O que você pensa do fato de os trabalhadores não possuírem a propriedade da das mercadorias produzidas por eles? Explique.

6.9 O que você acha da afirmação: todo patrão um dia foi trabalhador? Concorda ou discorda, por quê?

6.10 Você concorda ou discorda da ideia de que o patrão é rico e o trabalhador pobre por merecimento? Explique.

6.11 A quem interessa dividir o trabalho? Quem mais ganha com o trabalhador especializado, patrão ou trabalhador?

6.12 Você já entrou em conflito com algum colega ou patrão em seu trabalho? Por que motivos?

6.13 Já participou de alguma formação coletiva em comissão de fábrica, associação, sindicato ou partido? Descreva.

APÊNDICE 2

ELEIÇÕES DO SINTEP

Chapa: RESISTÊNCIA E LUTA CARTA PROGRAMA

“Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?” Rosa Luxemburgo

PARA ENFRENTRAR O ATAQUE AOS DIREITOS E À VIDA, É PRECISO LUTAR.

Os/as trabalhadores/as no mundo todo sofrem ataques dos patrões que, apoiados pelos governos, investem contra salários e direitos, justificando sempre como saídas para crise. O Estado se endivida para garantir as demandas do capital e cobra a fatura de quem não fez a dívida: os/as trabalhadores/as. No Brasil, não é diferente. O ano de 2019 começou com os patrões e o governo Bolsonaro tentando avançar contra os direitos e os salários da classe trabalhadora, perseguindo idosos/as, aposentados/as por invalidez, portadores de necessidades especiais, etc., deixando livres as empresas responsáveis por inúmeros calotes contra os cofres públicos. Os patrões vão continuar devendo milhões à Previdência, os/as deputados/as, senadores/as, juízes/as, e militares vão continuar a receber seus gordos salários e aposentadorias. Mas o trabalhador/a terá que trabalhar muito mais e receber muito menos. A regra de transição de 12 anos do governo tenta esconder que o objetivo é aumentar, no mínimo, em uma década de trabalho para a maioria dos/as trabalhadores/as. A reforma trabalhista dos/as patrões/as diminui salários, retira direitos e segue demitindo. Vale lembrar que o governo quer criar uma Carteira de Trabalho em que não existe piso salarial, o patrão é quem decide quanto vai pagar, não existe limite para jornada de trabalho nem direitos. Nessa forma de contratação, o/a trabalhador/a tem que pagar sozinho/a a Previdência e, quando for demitido/a, não terá direito ao seguro-desemprego. Além de acabar com o Ministério do Trabalho, o governo quer acabar com o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho, o que significa impedir que os/as trabalhadores/as entrem com ações judiciais, exigindo direitos que foram desrespeitados pelos patrões. Além de acabar com as fiscalizações sobre saúde,

segurança e respeito aos direitos trabalhistas. O que aconteceu em Brumadinho, no CT do Flamengo, não foi fatalidade, foi mais um crime provocado pela ganância de quem tem muito contra quem não tem quase nada. A Vale matou em Brumadinho, a indústria do esporte matou meninos de 14, 15 e 16 anos, o descaso e a repressão do Estado mataram no Rio de Janeiro nas enchentes e nas invasões dos morros. Todas essas mortes teriam sido evitadas se a escolha fosse a vida e não o lucro. Na Paraíba, o Governador recém-eleito, João Azevedo, deu continuidade às políticas educacionais desastrosas de sucessivos governos, aumenta a exploração e impõe um brutal ataque a nossa profissão. A escola pública na Paraíba está na UTI. O uso de OSCIPS para atuar na gestão terceirizada das escolas é uma expressão da incapacidade do gestor de plantão e retira as conquistas que processos democráticos formadores realizam junto à comunidade escolar. Expressa o avanço do modelo privatista no interior da educação pública. A escola Cidadã Integral foi implantada sem nenhuma discussão com a categoria, desrespeita totalmente os/as professores/as. O resultado é que vários professores/as foram praticamente expulsos de seus respectivos locais de trabalho para dar vez a um modelo de escola que não condiz com realidade, pois muitas delas não dispõem de uma estrutura mínima razoável, tampouco uma carreira atrativa aos/as trabalhadores/as em educação.

PARA ENFRENTAR TODOS ESSES ATAQUES, É PRECISO QUE O SINDICATO VOLTE A SER O INSTRUMENTO DE LUTA DA CATEGORIA E SE SOME ÀS LUTAS GERAIS DA CLASSE TRABALHADORA.

Há anos, nosso Sindicato está sendo dirigido por um grupo que se submeteu aos interesses dos governos de plantão. Transformou o SINTEP num órgão inerte e alheio aos graves problemas dos/as trabalhadores/as em educação, tem constantemente desrespeitado as posições da categoria, falta compromisso e transparência na gestão. Esqueceu por completo os/as aposentados/as e funcionários/as, aceitou sem nenhuma resistência o fim da paridade entre ativos e inativos, a política do governo para aposentados/as é de um total abandono com aqueles/as que dedicaram os melhores anos da sua vida à educação. No caso dos/as funcionários/as, não existe pauta alguma, aceita 1% que o governador concede, nunca elaborou um PCCR para a categoria e

assistiu de camarote ao aumento da carga horária sem aumento de salário. Não defende os ataques deferidos, pelo governador, aos /as professores/as.

NOSSA CHAPA É FORMADA POR COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS DE TODAS AS REGIÕES DO ESTADO E NOSSO COMPROMISSO É ORGANIZAR A LUTA DO CONJUNTO DA CATEGORIA.

Nós, que compomos a chapa RESISTÊNCIA E LUTA, sentimos a necessidade de reorganizar nosso Sindicato para os/as trabalhadores e trabalhadoras, buscando a transparência, o compromisso com nossa causa e a proteção de nossos direitos e salários contra os ataques do governo do estado.

RETOMAR O SINDICATO PARA OS TRABALHADORES

* Realizar atividades formativas em todas as regionais, resgatando o Sindicato como instrumento dos/as trabalhadores/as e os princípios da transparência, da independência em relação aos governos e patrões e de autonomia com relação aos partidos políticos; * Transformar os jornais e boletins do SINTEP em instrumento de informação e também formação, e não num amontoado de palavras e de textos que não vinculam nexos com a categoria como, infelizmente, é hoje. Além de mudanças de formato e de conteúdo, propomos que o *Jornal do SINTEP* circule periodicamente e não esporadicamente; * Participar ativamente na organização e mobilização dos movimentos sociais na luta em defesa da democracia e da dignidade humana. Assim, devemos apoiar os movimentos que lutam pelas bandeiras históricas da classe trabalhadora, como moradia, creche, saúde, transportes públicos, emprego, salário e terra para trabalhar; * Transformar o site do SINTEP em um veículo de comunicação que permita propiciar a professores/as, especialistas e funcionários (as) acesso a informações, principalmente, sobre mobilizações e lutas, ações da diretoria, legislação educacional (LDB, PNE, FUNDEB, etc.), Estatuto do Servidor, Constituições Estadual e Federal, pesquisas e artigos educacionais, além de palestras e cursos de interesse geral e do/a servidor/a; * Lutar contra as desigualdades sociais e pelo fim de todas as formas de exploração e opressão;

* Respeitar os aposentados/as lutando pela igualdade salarial entre ativos e pensionistas, desenvolvendo uma política de valorização, com ações para os aposentados;

POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, LAICA E DE BOA QUALIDADE.

* Piso salarial integral sem modificação da jornada atual; * Mudanças na legislação das eleições diretas nas escolas, garantindo eleições em que, de fato, a comunidade escolar participe das decisões; * Lutar para que o governo estadual estabeleça convênios com as universidades públicas (UFCG, UFPB e UEPB) e garanta vagas de pós-graduação exclusivas a professores/as e especialistas em educação da rede estadual de ensino. * Lutar pelo respeito à Lei nº 10.639 e por uma educação que valorize todas as identidades culturais, que combata os preconceitos raciais e de gênero; *Lutar pela realização permanente de concursos públicos para professores/as, especialistas e funcionários; * Lutar pela reformulação do PCCR do magistério e pela criação de PCCR dos funcionários, para acabar a nivelação “por baixo” e buscar a valorização dos trabalhadores/as em educação não docentes, que precisam ter uma carreira profissional, aumento salarial e a garantia de cursos para os trabalhadores das escolas, o que hoje não é feito pelo governo; * Participar das lutas nacionais pelo cumprimento das metas do PNE e que as verbas da educação sejam apenas para a educação pública; * 10% do PIB para a educação pública; * Lutar para que o governo garanta a manutenção de laboratórios – informática, química, física, biologia, ciências, etc. – com reposição de peças sempre que necessário; * Ação permanente com as universidades públicas (UFCG, UEPB e UFPB), procurando estabelecer em debates o papel na formação dos trabalhadores da educação pública; * Lutar contra as formas diretas e indiretas de privatização das instituições públicas de ensino superior. * Lutar para que os 25% das receitas do estado, vinculados para a educação, sejam aplicados exclusivamente na educação básica, e que os recursos da autonomia da UEPB sejam garantidos com outros recursos.

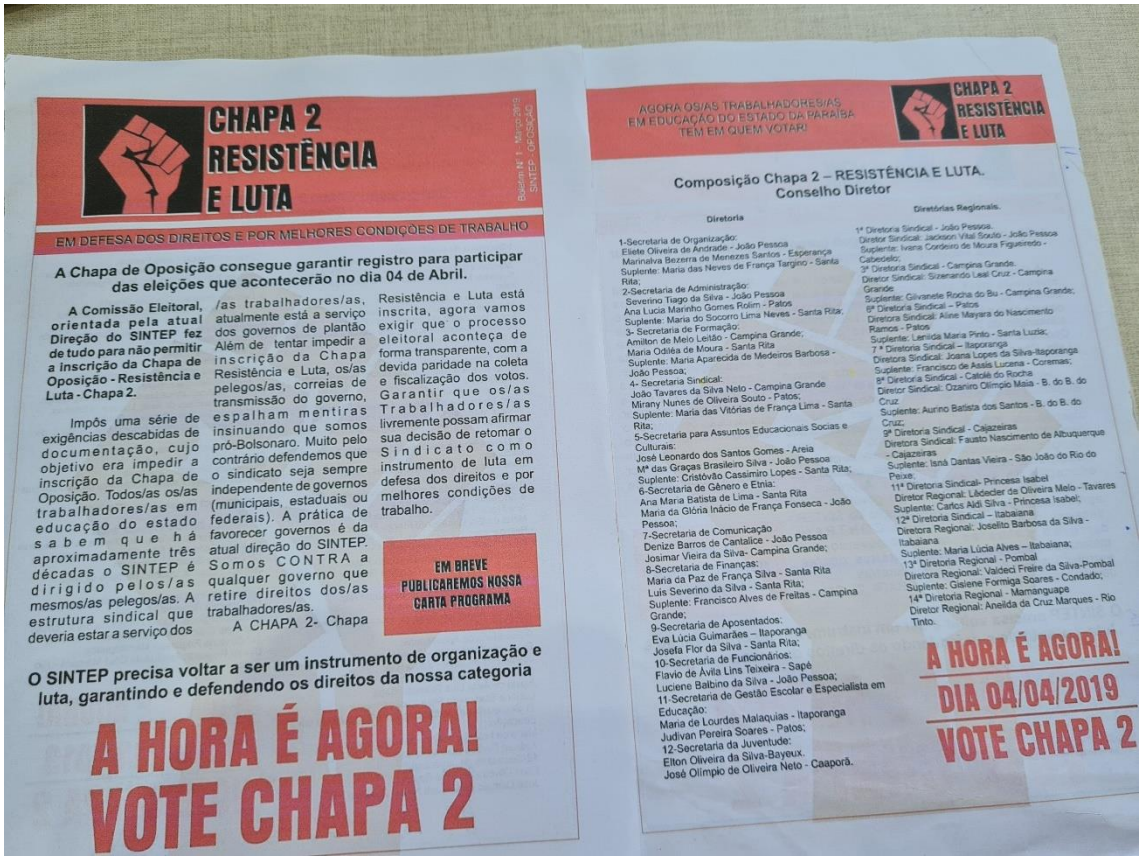
AÇÕES ADMINISTRATIVAS

* Prestação de contas trimestrais e exposição permanente na internet, de forma detalhada e atualizada dos gastos; * Realizar auditoria das contas do sindicato, dos últimos 20 anos; * Realizar congressos anuais, aprovando o orçamento do ano seguinte, planejando e executando de forma coletiva; * Os recursos financeiros provenientes da contribuição dos sindicalizados devem ser aplicados na luta da categoria. Para que as regionais não fiquem na total dependência da coordenação da Secretaria de Finanças ou da Coordenação Geral do Sindicato, implorando recursos para realizar tarefas, desde as inadiáveis até as simples do cotidiano, será disponibilizado um orçamento mínimo com plena autonomia. * Disponibilização de serviços aos sindicalizados com o objetivo de facilitar o encaminhamento de questões de caráter administrativo e jurídico, que envolvam problema em contracheques, “dobras de carga horária”, licença maternidade, licença para pós-graduação e de reclamações não atendidas pelos órgãos governamentais. * Tentar fazer parcerias com empresas que sejam do interesse da categoria, como livrarias, teatro, cinema, planos de saúde, etc.

VAMOS JUNTOS RETOMAR NOSSO SINDICATO PARA OS/AS TRABALHADORES/AS. REORGANIZAR O SINDICATO PELA BASE, TRANSPARENTE, INDEPENDENTE EM RELAÇÃO AOS PATRÕES E GOVERNOS; E AUTÔNOMO EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS. NÃO ADIANTA ESPERAR, OU SÓ LAMENTAR, É HORA DE IR À LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS, LUTAR POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO.

ANEXO 1

Boletim Informativo da Chapa 2 - Campanha para Direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba – SINTEP/PB



CHAPA 2
RESISTÊNCIA
E LUTA

EM DEFESA DOS DIREITOS E POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

A Chapa de Oposição consegue garantir registro para participar das eleições que acontecerão no dia 04 de Abril.

A Comissão Eleitoral, orientada pela atual Direção do SINTEP fez de tudo para não permitir a inscrição da Chapa de Oposição - Resistência e Luta - Chapa 2.

Impôs uma série de exigências descabidas de documentação, cujo objetivo era impedir a inscrição da Chapa de Oposição. Todos/as os/as trabalhadores/as em educação do estado sabem que há aproximadamente três décadas o SINTEP é dirigido pelos/as mesmos/as pelegos/as. A estrutura sindical que deveria estar a serviço dos /as trabalhadores/as, atualmente está a serviço dos governos de plantão Além de tentar impedir a inscrição da Chapa Resistência e Luta, os/as pelegos/as, correias de transmissão do governo, espalham mentiras insinuando que somos pró-Bolsonaro. Muito pelo contrário defendemos que o sindicato seja sempre independente de governos (municipais, estaduais ou federais). A prática de favorecer governos é da atual direção do SINTEP. Somos CONTRA a qualquer governo que retire direitos dos/as trabalhadores/as.

A CHAPA 2- Chapa Resistência e Luta está inscrita, agora vamos exigir que o processo eleitoral aconteça de forma transparente, com a devida paridade na coleta e fiscalização dos votos. Garantir que os/as Trabalhadores/as livremente possam afirmar sua decisão de retomar o Sindicato como instrumento de luta em defesa dos direitos e por melhores condições de trabalho.

EM BREVE PUBLICAREMOS NOSSA CARTA PROGRAMA

O SINTEP precisa voltar a ser um instrumento de organização e luta, garantindo e defendendo os direitos da nossa categoria

A HORA É AGORA!
VOTE CHAPA 2

AGORA OS/AS TRABALHADORES/AS EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA TEM EM QUEM VOTAR!

CHAPA 2
RESISTÊNCIA
E LUTA

Composição Chapa 2 – RESISTÊNCIA E LUTA.
Conselho Diretor

Diretoria

1-Secretaria de Organização:
Elsete Oliveira de Andrade - João Pessoa
Marinalva Bezerra de Menezes Santos - Esperança
Suplente: Maria das Neves de França Targino - Santa Rita;
2-Secretaria de Administração:
Severino Tiago da Silva - João Pessoa
Ana Lucia Marinho Gomes Rolim - Patos
Suplente: Maria do Socorro Lima Neves - Santa Rita;
3- Secretaria de Formação:
Amilton de Melo Leitão - Campina Grande;
Maria Odiléa de Moura - Santa Rita
Suplente: Maria Aparecida de Medeiros Barbosa - João Pessoa;
4- Secretaria Sindical:
João Tavares da Silva Neto - Campina Grande
Mirany Nunes de Oliveira Souto - Patos;
Suplente: Maria das Vitórias de França Lima - Santa Rita;
5-Secretaria para Assuntos Educacionais Socias e Culturais:
José Leonardo dos Santos Gomes - Areia
Mª das Graças Brasileiro Silva - João Pessoa
Suplente: Cristóvão Cassimiro Lopes - Santa Rita;
6-Secretaria de Gênero e Etnia:
Ana Maria Batista de Lima - Santa Rita
Maria da Glória Inácio de França Fonseca - João Pessoa;
7-Secretaria de Comunicação
Denize Barros de Cantalice - João Pessoa
Josimar Vieira da Silva- Campina Grande;
8-Secretaria de Finanças:
Maria da Paz de França Silva - Santa Rita
Luis Severino da Silva - Santa Rita;
Suplente: Francisco Alves de Freitas - Campina Grande;
9-Secretaria de Aposentados:
Eva Lúcia Guimarães – Itaporanga
Josefa Flor da Silva - Santa Rita;
10-Secretaria de Funcionários:
Flavio de Ávila Lins Teixeira - Sapé
Luciene Balbino da Silva - João Pessoa;
11-Secretaria de Gestão Escolar e Especialista em Educação:
Maria de Lourdes Malaquias - Itaporanga
Judivan Pereira Soares - Patos;
12-Secretaria da Juventude:
Elton Oliveira da Silva-Bayeux.
José Olímpio de Oliveira Neto - Caaporã.

Diretorias Regionais.

1ª Diretoria Sindical - João Pessoa.
Diretor Sindical: Jackson Vital Souto - João Pessoa
Suplente: Ivana Cordeiro de Moura Figueiredo - Cabedelo;
3ª Diretoria Sindical - Campina Grande.
Diretor Sindical: Sizenando Leal Cruz - Campina Grande.
Suplente: Gilvanete Rocha do Ba - Campina Grande;
6ª Diretoria Sindical – Patos
Diretora Sindical: Aline Mayara do Nascimento Ramos - Patos
Suplente: Lenilda Maria Pinto - Santa Luzia;
7 ª Diretoria Sindical – Itaporanga
Diretora Sindical: Joana Lopes da Silva-Itaporanga
Suplente: Francisco de Assis Lucena - Coremas;
8ª Diretoria Sindical - Catolé do Rocha
Diretor Sindical: Ozaniro Olímpio Maia - B. do B. do Cruz
Suplente: Aurino Batista dos Santos - B. do B. do Cruz;
9ª Diretoria Sindical - Cajazeiras
Diretora Sindical: Fausto Nascimento de Albuquerque - Cajazeiras
Suplente: Isná Dantas Vieira - São João do Rio do Peixe.
11ª Diretoria Sindical- Princesa Isabel
Diretor Regional: Lidecler de Oliveira Melo - Tavares
Suplente: Carlos Aldi Silva - Princesa Isabel;
12ª Diretoria Sindical – Itabaiana
Diretora Regional: Joselito Barbosa da Silva - Itabaiana
Suplente: Maria Lúcia Alves – Itabaiana;
13ª Diretoria Regional - Pombal
Diretora Regional: Valdeci Freire da Silva-Pombal
Suplente: Gisiene Formiga Soares - Condado;
14ª Diretoria Regional - Mamanguape
Diretor Regional: Anelida da Cruz Marques - Rio Tinto.

A HORA É AGORA!
DIA 04/04/2019
VOTE CHAPA 2

O trabalho é uma questão central para a juventude brasileira. Pesquisa aponta que quase 60% dos alunos entre 15 e 29 anos, em algum momento de suas vidas, conciliaram trabalho com estudo, seja no ensino médio, no Projovem Urbano, ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa “Juventude na escola – por que frequentam?”, que foi feita pelo Ministério da Educação (MEC), pela Organização dos Estados Interamericanos (OEI) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), aponta que apenas 41,3% dos jovens brasileiros se dedicam exclusivamente aos estudos e que o tema afeta fortemente a permanência da juventude na escola.

Outros 32,2% o conciliam com o trabalho e 10,1% fazem “bicos” regulares. Entre os que atualmente só estudam, 10,1% já se dedicaram às duas atividades em algum momento da sua trajetória escolar.

Esse índice é ainda maior entre os estudantes de EJA, na qual 55% dos estudantes declararam que estudam e trabalham; outros 19,1% já estiveram nessa situação e 12,5% vivem entre a escola e “bicos” para complementar a renda familiar. Somente 12,1% disseram que nunca precisaram fazer as duas atividades ao mesmo tempo.

A situação no ensino médio é diferente: 45,3% dos estudantes só frequentam a escola, 28,9% estudam e trabalham, 9,7% realizam “bicos” e vão ao colégio, e 16,1% já conciliaram as duas atividades, mas se dedicam somente aos estudos atualmente.

A pesquisa ainda aponta que o trabalho, além de uma questão presente na vida do jovem brasileiro, é um dos principais motivos para o abandono escolar, principalmente entre os meninos.

O estudo mostra que, do total de jovens que abandonaram o ensino formal, 36,1% dos meninos declararam que o motivo foi a necessidade de trabalho. O índice é de 20,9% entre as jovens brasileiras.

Já para as meninas, outros motivos as fazem desistir da escola: gravidez (18,1%) e questões familiares (23,1%) aparecem ao lado da questão laboral. Apenas 1,3% dos meninos disseram que abandonaram o estudo para ser pai e 16,4% alegaram a necessidade de resolver problemas familiares.

Por que os alunos ficam na escola?

A coordenadora da pesquisa, Miriam Abramovay, chama atenção para outro debate que foi captado pela pesquisa. Por que os estudantes decidem permanecer na escola, mesmo diante de tantos desafios? O documento, que também foi elaborado pelos pesquisadores Mary Garcia Castro e Júlio Jacobo Waiselfisz, afirma que a presença de um professor inspirador é apontada por jovens como um motivo para continuar no colégio.

“O senso comum diz que o jovem não está nem aí para a escola, mas isso é uma visão de quem nunca parou para perguntar o que eles realmente acham. Nas nossas pesquisas qualitativas, constatamos que muitos ficam na escola porque têm um professor que eles consideram bom, que sabe ensinar, que mantém uma relação de diálogo e se preocupa com eles”, afirmou Miriam.

Outro motivo importante é que a maioria dos jovens tem preocupação com seu futuro e pensa em garantir para seus filhos uma condição de vida melhor do que eles mesmos tiveram. “Eles dizem que não querem que seus filhos tenham as mesmas dificuldades e acreditam que, ficando na escola, têm uma chance de mudar isso”.

Os jovens entrevistados para a pesquisa também expressaram que não encontram identificação com o conteúdo da escola e sentem que não têm voz e espaços de escuta. Para Miriam, a escola precisa mudar essa relação para se tornar atraente.

“Nós temos uma escola e um tipo de ensino que não atraem a juventude porque são completamente voltados para a cultura tradicional, que nega a cultura juvenil e não ouve o que eles pensam, não presta a atenção em como eles exprimem ideias”, analisa Miriam.

A pesquisa foi realizada no Pará (Belém e Ananindeua), Bahia (Salvador e Feira de Santana), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Volta Redonda), Paraná (Curitiba e Ponta Grossa) e Mato Grosso (Cuiabá e Rondonópolis). As entrevistas foram feitas entre 2012 e 2013, e foram ouvidos 5.745 estudantes do ensino médio, 1.986 estudantes da EJA e 552 do Projovem Urbano.

Disponível em: https://educacaointegral.org.br/reportagens/pesquisa-aponta-maioria-dos-Jovens-brasileiros-concilia-trabalho-estudo/. Acesso em: 30 jun. 2020.

ANEXO 2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº. 01/2021, DE 25 DE MAIO DE 2021 (*)

Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

A Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e com base no disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 1/2021, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado de Educação, publicado no DOU, de 26 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Resolução institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos:

I – ao seu alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

II – à Política Nacional de Alfabetização (PNA);

III – à duração dos cursos e à idade mínima para ingresso;

IV – à forma de registro de frequência dos cursos, à idade mínima e à certificação para os exames de EJA;

V – à Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD);

VI – à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida; e

VII – à flexibilização de oferta, de forma que se compatibilize com a realidade dos estudantes, e o alinhamento da elevação de escolaridade com a qualificação profissional, a serem obrigatoriamente observadas pelos sistemas de ensino, na oferta e na estrutura dos cursos e exames de Ensino Fundamental e Ensino Médio, que se desenvolvem em instituições próprias, integrantes dos Sistemas Públicos de Ensino Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, como também do Sistema Privado.

Art. 2º Com o objetivo de possibilitar o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos de todas as pessoas que não iniciaram ou interromperam o seu processo educativo escolar, a oferta da modalidade da EJA poderá se dar nas seguintes formas:

I – Educação de Jovens e Adultos presencial;

II – Educação de Jovens e Adultos na modalidade Educação a Distância (EJA/EaD);
III – Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional, em cursos de qualificação profissional ou de Formação Técnica de Nível Médio; e
IV – Educação de Jovens e Adultos com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida.

Art. 3º A EJA é organizada em regime semestral ou modular, em segmentos e etapas, com a possibilidade de flexibilização do tempo para cumprimento da carga horária exigida, sendo que para cada segmento, há uma correspondência nas etapas da Educação Básica e carga horária específica:
I – para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo a alfabetização inicial e uma qualificação profissional inicial, a carga horária será definida pelos sistemas de ensino, devendo assegurar pelo menos 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar os componentes essenciais da alfabetização e 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática;
II – para os anos finais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo o fortalecimento da integração da formação geral com a formação profissional, carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas; e
III – para o Ensino médio, que tem como objetivo uma formação geral básica e profissional mais consolidada, seja com a oferta integrada com uma qualificação profissional ou mesmo com um curso técnico de nível médio, carga horária total mínima será de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Art. 4º Os cursos da EJA desenvolvidos por meio da EaD serão ofertados apenas para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, com as seguintes características:
I – a duração mínima dos cursos da EJA, desenvolvidos por meio da EaD, será a mesma estabelecida para a EJA presencial;
II – Disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes, e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias e/ou materiais didáticos impressos;
III – desenvolvimento de interatividade pedagógica dos docentes licenciados na disciplina ou atividade, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;
IV – Disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo seu acesso à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital; e
V – reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD ou mediação tecnológica. Parágrafo único. Para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo.

Art. 5º Caberá à União, em regime de cooperação com os sistemas de ensino, o estabelecimento padronizado de normas e procedimentos para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimentos dos cursos a

distância e de credenciamento das instituições, garantindo-se sempre padrão de qualidade.
§ 1º Os atos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos a distância da Educação Básica, no âmbito da unidade federada, devem ficar ao encargo dos sistemas de ensino.
§ 2º Para a oferta de cursos da EJA a distância, fora da unidade da federação em que estiver sediada, a instituição deverá obter credenciamento nos Conselhos de Educação das Unidades da Federação onde irá atuar.

Art. 6º Será estabelecido, pelos sistemas de ensino, processo de avaliação da EJA desenvolvida por meio da EaD, no qual haverá:
I – Avaliação da aprendizagem dos estudantes de forma contínua, processual e abrangente;
II – autoavaliação e avaliação em grupos, sempre presenciais;
III – avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática;
IV – Garantia do efetivo controle social de seus desempenhos; e
V – Avaliação rigorosa para a oferta de cursos, descredenciando práticas mercantilistas e instituições que não zelem pela qualidade de ensino.

Art. 7º A EJA articulada à Educação Profissional poderá ser ofertada das seguintes formas:
I – Concomitante, na qual a formação profissional é desenvolvida paralelamente à formação geral (áreas do conhecimento), podendo ocorrer, ou não, na mesma unidade escolar;
II – Concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de Inter complementaridade para a execução de Projeto Político Pedagógico (PPP) unificado; e
III – integrada, a qual resulta de um currículo pedagógico que integra os componentes curriculares da formação geral com os da formação profissional em uma proposta pedagógica única, com vistas à formação e à qualificação em diferentes perfis profissionais, atendendo as possibilidades dos sistemas e singularidades dos estudantes.

Art. 8º A EJA com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida poderá ser ofertada das seguintes formas:
I – Atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista na modalidade da EJA, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular promovida com utilização de metodologias e técnicas específicas, oferta de tecnologias assistivas conforme as necessidades dos estudantes, apoiados por profissionais qualificados; e
II – atendimento aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social e em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, oportunizando acesso escolar às populações do campo, indígena, quilombola, ribeirinhos, itinerantes, refugiados, migrantes, e outros povos tradicionais, implementando turmas ou atendimento personalizado em condições de garantir aos alunos

acesso curricular, permanência na escola, participação nas atividades e resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.
§ 1º A Educação ao Longo da Vida em todos os segmentos no contexto da EJA implica em oportunizar acesso a aprendizagens não formais e informais, além das formais.
§ 2º Permite o estudo de novas e diferentes formas de certificação que levem em consideração o conjunto das competências adquiridas ao longo da vida.
§ 3º O Projeto de Vida do estudante determinará os percursos e itinerários formativos adequados às condições de aprendizagem, às competências básicas já adquiridas, às possibilidades de integração com proposta profissional e às condições estruturais de vida, locomoção, materiais e acesso ao currículo.
§ 4º A EJA, com ênfase na Educação ao Longo da Vida para atendimento dos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista, exige atendimento educacional especializado, complementar e preferencialmente no mesmo turno da oferta, com possibilidade de ampliação.
§ 5º As turmas da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida deverão ser ofertadas em escolas regulares comuns, organizando suas especificidades curriculares, metodológicas, de materiais, de avaliação e outras no PPP da escola.
§ 6º As turmas organizadas no princípio de Educação ao Longo da Vida deverão acolher os estudantes no 1º segmento de acordo com as normas dessa Resolução. O seu acompanhamento será feito pela equipe técnica da escola, que encaminhará seu atendimento nos demais segmentos, de acordo com seu Projeto de vida.
§ 7º A avaliação e certificação dos estudantes da EJA com ênfase na Educação ao Longo da Vida serão a partir da definição de currículos diferenciados, com itinerários formativos que atendam a singularidade do público de Educação Especial, ou de populações indígenas e quilombola, refugiados e migrantes pessoas privadas de liberdade, zonas de difícil acesso, população de rua, zonas rurais e outras.
§ 8º Aos estudantes que apresentem severas deficiências ou transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista que impeçam seu desenvolvimento acadêmico, a legislação permite ser outorgada a terminalidade específica, documento descritivo das competências adquiridas, exigindo encaminhamento do estudante à outras experiências de vida e trabalho que não considerem a continuidade de estudos acadêmicos formais.

Art. 9º O 1º segmento da EJA, correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser ofertado na forma presencial, podendo ser:
I – Sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo a carga horária total estabelecida pelos sistemas de ensino, assegurando o tempo mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar todos os componentes essenciais da alfabetização, e de 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática; e
II – Em articulação com uma qualificação profissional, sendo a carga horária da formação geral básica estabelecida pelos sistemas de ensino, acrescida da carga horária mínima para a qualificação profissional de 160 (cento e sessenta) horas das diversas propostas de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Art. 10. O 2º segmento da EJA, corresponde aos Anos Finais do Ensino Fundamental, poderá ser ofertado na forma presencial ou a distância, podendo ser:

I – Sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo que a carga horária total mínima será de 1.600 (mil e seiscentas) horas; e
II – Em articulação com uma qualificação profissional, sendo que a carga horária da formação geral básica será de 1.400 (mil e quatrocentas) horas, e da qualificação profissional será de 200 (duzentas) horas, totalizando o mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas.

Art. 11. A carga horária da qualificação profissional ofertada em articulação ao Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) poderá ser aproveitada como parte de um itinerário formativo que tem sua finalização no Ensino Médio, com um curso de Formação Técnica de Nível Médio.

Art. 12. O 3º segmento da EJA, correspondente ao Ensino Médio, poderá ser ofertado na forma presencial e/ou a distância, e seus currículos serão compostos por formação geral básica e itinerários formativos, indissociavelmente. Os sistemas de ensino poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido (Lei nº 13.415/2017, art. 4º, § 3º).

§ 1º A formação geral básica deve ter carga horária total máxima de 1.200 (mil e duzentas) horas.

§ 2º Os sistemas de ensino poderão organizar os cinco itinerários formativos integrados, sendo que até 960 (novecentas e sessenta) horas serão destinadas à BNCC e 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido (Lei nº 13.415/2017, art. 4º, § 2º).

§ 3º Os itinerários formativos devem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, considerando as áreas de conhecimento (linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas) e a formação técnica e profissional, sendo sua carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas para o itinerário formativo escolhido.

§ 4º O itinerário formativo de formação técnica e profissional para a EJA poderá ser composto por:
I – Curso ou conjunto de cursos de qualificação profissional com carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas; e
II – Curso técnico de nível médio, com a carga horária mínima prevista para a habilitação profissional escolhida, conforme indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, acrescidas das horas destinadas eventualmente a estágio

profissional supervisionado ou a trabalho de conclusão de curso ou similar e a avaliações finais.

Art. 13. Os currículos dos cursos da EJA, independente de segmento e forma de oferta, deverão garantir, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades nos termos da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e da BNCC, tendo como ênfase o desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, assim como das competências gerais e as competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital.

Art. 14. A Educação Física é um componente curricular obrigatório do currículo da EJA e sua prática é facultativa aos estudantes nos casos previstos na Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003, esse componente curricular é fundamental para trabalhar temas relacionados à saúde física e psíquica em um processo de aprendizagem contextualizado.

Art. 15. A Língua Inglesa é um componente curricular de oferta obrigatória, a partir do 2º segmento.

Art. 16. A unidade escolar poderá ofertar outras línguas estrangeiras, preferencialmente a Língua Espanhola, por meio de Projetos/Programas.

Art. 17. A EJA Combinada é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta.

Art. 18. Na EJA Combinada a carga horária direta será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), sempre com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e carga horária indireta, de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar o exercício da EJA Combinada.

Art. 19. A EJA Direcionada é uma alternativa de atendimento ao estudante trabalhador matriculado em qualquer segmento da EJA que, por motivos diversos, enfrenta dificuldades em participar das atividades no início ou no fim do turno de estudo.

Art. 20. A EJA Direcionada deve ser desenvolvida por atividades previamente planejadas pelos professores, de forma a cumprir a carga horária prevista para o componente curricular.

§ 1º A EJA Direcionada pode ser ofertada em ambientes empresariais, possibilitando melhor aproveitamento do tempo dos estudantes trabalhadores, no espaço escolar.

§ 2º Os sistemas de ensino deverão regulamentar a oferta da EJA Direcionada.

Art. 21. Os sistemas de ensino poderão organizar EJA Multietapas nos casos em que o número de estudantes não corresponde ao estabelecido pelo sistema de ensino e/ou quando a estrutura física ou a especificidade de atendimento não comporta a composição de turmas por etapa.

Art. 22. Os sistemas de ensino poderão organizar a EJA Multietapas para ampliação do atendimento da EJA presencial, em situações de baixa demanda que impossibilite a implementação de um turno para a modalidade; dificuldade de locomoção dos estudantes, como os sujeitos do campo; população de rua; comunidades específicas; refugiados e migrantes egressos de programas de alfabetização em locais de difícil acesso, periferias, entre outros.

Art. 23. As turmas de EJA Vinculada serão ofertadas, preferencialmente, em unidades escolares próprias, chamadas unidades acolhedoras, e estarão vinculadas a uma unidade escolar com oferta da EJA, denominada unidade ofertante. Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar o exercício da EJA Vinculada, explicitando o papel e a responsabilidade da unidade acolhedora e da unidade ofertante.

Art. 24. A avaliação escolar na EJA, em seus diferentes processos e espaços, deverá encorajar, orientar, informar e conduzir os estudantes em uma perspectiva contínua e formativa, com vistas ao desenvolvimento das aprendizagens.

Art. 25. Os sistemas de ensino poderão se utilizar do requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS), e o posterior cumprimento de atividades compensatórias domiciliares para justificar as ausências de estudantes, tendo em vista a inclusão social plena do jovem, adultos e idoso, a partir do direito à educação, de sua dinâmica de vida e da realidade da sociedade moderna.

Art. 26. O requerimento Ausência Justificada com Critérios (AJUS) deverá ser utilizado nos casos em que o estudante ultrapassar o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de faltas, a solicitação será analisada e, sendo deferida, a aprovação estará vinculada à obtenção de 50% (cinquenta por cento) de rendimento em cada componente curricular, bem como a realização de atividades compensatórias domiciliares.
Parágrafo único. Os sistemas de ensino deverão regulamentar a utilização da Ausência Justificada com Critérios (AJUS).

Art. 27. Obedecidos o disposto no art. 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/1996 e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, será considerada a idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o ingresso nos cursos da EJA e para a realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Fundamental (1º e 2º segmento).

Art. 28. Observado o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/1996, a idade mínima para matrícula em cursos da EJA e para inscrição e realização de

exames de conclusão da EJA do Ensino Médio (3º segmento) é de 18 (dezoito) anos completos.

Parágrafo único. O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.
Art. 29. Em consonância como Título IV da Lei nº 9.394/1996, que estabelece a forma de organização da educação nacional, a certificação decorrente dos exames da EJA deve ser competência dos sistemas de ensino.

§ 1º Para melhor cumprimento dessa competência, os sistemas podem solicitar, sempre que necessário, apoio técnico e financeiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para a melhoria de seus exames para certificação da EJA.

§ 2º Cabe à União, como coordenadora do sistema nacional de educação:

I – A competência para fazer e aplicar exames em outros Estados Nacionais (países), podendo delegar essa competência a alguma unidade da federação;

II – A possibilidade de realizar exame intragovernamental para certificação nacional em parceira com um ou mais sistemas, sob a forma de adesão e como consequência do regime de colaboração, devendo, nesse caso, garantir a exigência de uma base nacional comum;

III – oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados, ainda como função supletiva, para a oferta de exames da EJA; e

IV – Realizar avaliações de aprendizagens dos estudantes da EJA integradas às avaliações já existentes para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio capaz de oferecer dados e informações para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas nacionais compatíveis com a realidade, sem o objetivo de certificar o desempenho de estudantes. § 3º Toda certificação decorrente dessas competências possui validade nacional garantindo padrão de qualidade.

Art. 30. O poder público deve inserir a EJA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e ampliar sua ação para além das avaliações que visam identificar desempenhos cognitivos e fluxos escolar, incluindo, também, a avaliação de outros indicadores institucionais das redes públicas e privadas que possibilitem a universalização e a qualidade do processo educativo, tais como parâmetros de infraestrutura, gestão, formação e valorização dos profissionais de educação, financiamento, jornada escolar e organização pedagógica.

§ 1º Os sistemas de ensino, através de seus órgãos executivos e normativos, deverão promover ações articuladas de apoio à implementação e regulamentação dos programas da EJA, visando à garantia de qualidade na oferta, nos materiais e nas propostas docentes, nas metodologias e nos espaços de escolaridade de acordo com o público atendido.

§ 2º A EJA, em todas as formas de oferta, representa melhoria de trabalho e vida, possibilidades de empregabilidade aos jovens e adultos que estão fora do mercado de trabalho.

Art. 31. O Sistema Nacional Público de Formação de Professores deverá estabelecer políticas e ações específicas para a formação inicial e continuada de professores de Educação Básica de jovens e adultos, bem como para professores do ensino regular que atuam com adolescentes, cujas idades, extrapolam a relação idade-série, desenvolvidas em estreita relação com as Universidades Públicas e com os sistemas de ensino.

Art. 32. O aproveitamento de estudos e conhecimentos adquiridos antes do ingresso nos cursos da EJA, bem como os critérios para verificação de rendimento escolar, devem ser garantidos aos jovens e adultos, tal como prevê a LDB em seu art. 24, transformados em horas-atividades ou unidades pedagógicas a serem incorporadas ao currículo escolar do(a) estudante, o que deve ser comunicado ao respectivo sistema de ensino.

Art. 33. As instituições escolares do ensino privado poderão ser importantes ofertantes da EJA em todo o país, no exercício de autonomia de seu PPP, como modalidade que promove o resgate do tempo e das oportunidades educacionais não assegurados na idade certa.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de 26 de maio de 2021.